



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Isabel Ventura Lopes Ferreira

TERRAS DO DEMO
TURISMO E DESENVOLVIMENTO NUM
TERRITÓRIO LITERÁRIO

**Tese no âmbito do Doutoramento em Geografia Humana,
orientada pelo Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos
e Pelo Professor Doutor Lúcio José Sobral da Cunha e apresentada
ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra.**

Julho de 2020

Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Ana Isabel Ventura Lopes Ferreira

TERRAS DO DEMO
TURISMO E DESENVOLVIMENTO NUM
TERRITÓRIO LITERÁRIO

Tese no âmbito do Doutoramento em Geografia Humana, orientada pelo Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos e Pelo Professor Doutor Lúcio José Sobral da Cunha e apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Julho 20



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

Uma tese de doutoramento é um trabalho longo, moroso e solitário, no entanto, a sua concretização só é possível quando temos ao nosso redor um conjunto de pessoas, que das mais diversas formas nos impelem a avançar.

Assim, não posso deixar de expressar a minha gratidão e profundo reconhecimento:

Ao Departamento de Geografia, atual Departamento de Geografia e Turismo, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aos seus, alguns meus, Professores que, desde o ingresso na licenciatura até agora, me transmitiram não só conhecimentos geográficos, mas também princípios e valores para a vida pelo exemplo e profissionalismo;

A todos os colaboradores deste Departamento e dos diferentes serviços da Universidade de Coimbra, pelas palavras de alento ou pelo sorriso com que sempre me receberam;

Ao Professor Doutor Norberto Santos, meu orientador, por me ter acompanhado neste percurso desde os primeiros conhecimentos de Geografia Económica, passando pelo Mestrado. Parece que foi ontem, mas na realidade já passaram vinte anos. Obrigada Professor pela disponibilidade, pelos conhecimentos transmitidos, pela bibliografia sempre disponível, pelos conselhos dados, pelas interrogações constantes;

Ao Professor Doutor Lúcio Cunha, meu orientador, por estar presente em todos os momentos do meu percurso académico: a Geomorfologia, na licenciatura, o Mestrado e vinte anos se passaram. Guardarei para sempre, a palavra amiga e o sorriso, à porta da então Sala de Cartas de Relevos, que mudou o meu caminho. Não encontro palavras para expressar a minha gratidão sincera, pelos ensinamentos, pelas palavras de incentivo, pelas chamadas de atenção e correções feitas; por ser e por estar;

A todos os habitantes das Terras do Demo, sem exceção, particularmente aqueles que gentilmente me abriram as portas, e pelo o modo apaixonado, e por vezes amargurado, com que conversamos, horas a fio e que me fizeram sentir estas terras a minha;

Ao Dr. Paulo Neto, por gentilmente ter partilhado comigo o seu acervo aquiliniano, o seu entusiasmo e o seu conhecimento. Pela troca de ideias e pelas informações constantes;

À Professora Fátima Bento, ao Paulo e à Leonor, por me ensinarem que o caminho só se faz caminhando e que nem sempre é fácil, mas quando temos pessoas como vocês ao nosso lado as pedras no caminho são obstáculos transponíveis;

Ao Professor Joaquim Brigas por ter acreditado. Professor o meu profundo reconhecimento e gratidão;

Aos meus alunos que são os responsáveis pela minha vontade de ser eternamente estudante;

À Vanda, ao Sá, à Joana e ao Pedro, por serem a família onde encontrei o apoio e o conforto necessários em todos os momentos;

À Marta, ao Duarte e ao Pedro pelas ausências compreendidas, pela vossa presença apesar da distância;

À minha Madrinha e à Catarina, por tudo, de modo especial por serem o segundo abrigo da Maria e por nunca me desampararem;

Aos meus pais e à minha irmã, porque apesar de todas as dificuldades nunca deixámos de acreditar;

Ao Marco pelo compreensão, amizade e amor e à nossa filha, Maria, o motivo pelo qual todos os dias o Sol brilha;

A todos o meu profundo, reconhecimento e agradecimento.

OBRIGADA.

Resumo

Persiste a ideia de associarmos o rural a um espaço bucólico onde o progresso e o desenvolvimento teimam em não chegar. Ainda assim, o mundo rural, desde o último quartel do século XX, é entendido como um espaço multifuncional, embora, todavia, sempre associado a baixas densidades. As áreas rurais em Portugal têm vindo a sofrer nas últimas décadas alterações do ponto de vista demográfico, social e económico. Estas, conforme sabemos, resultam, entre outros fatores, do seu fraco dinamismo, da sua restrita ou uni-orientada capacidade de atração, do seu posicionamento relacional, que é repulsivo para o investimento, conservador (também por isso refúgio e santuário), reduzido em termos de mercado de trabalho e, sem dúvida, envelhecido. É recorrente associar, também, a atual situação a um posicionamento geográfico periférico face aos núcleos urbanos de maior dimensão. Se bem que assim possa ser assumido, no entanto, a disseminação das vias de comunicação e a melhoria significativa da mobilidade de pessoas, mercadorias, capitais e ideias, que parece poder deixar de ser um estigma da interioridade, não deixa de poder ter um duplo papel: o de facilidade de acesso, mas, também, o de facilidade de saída.

A gradual perda de importância social e económica da agricultura desencadeou, por parte dos agentes locais, a necessidade de valorizar atividades de carácter não agrícola, que, embora já existentes, funcionavam frequentemente como suplemento do rendimento das famílias. Neste contexto, os fatores geradores de desenvolvimento são muito diversificados e, claramente, suporte da multifuncionalidade acima expressa, variando em função das sinergias locais, do interesse de um conjunto de entidades externas e internas, e do próprio conteúdo e alcance das políticas públicas.

O rural reinventa-se a cada dia e uma das principais formas da sua (re)invenção passa pela turistificação das suas paisagens e pela valorização do seu património e dos seus recursos endógenos.

Nos últimos anos, as obras literárias têm sido um importante instrumento de trabalho para a geografia humana e cultural pois, através delas, é possível obter informação acerca dos modos de vida, das características socioculturais, económicas, históricas dos diferentes grupos humanos e também dos contextos físicos em que habitam.

A literatura pode assumir assim um papel de destaque enquanto veículo transmissor desta cultura e, simultaneamente, perpetuá-la ao longo do tempo, nos registos de um escritor.

O Turismo Literário surge, então, como a corporização das palavras do autor, existindo a primazia do lugar sobre a escrita. O leitor passa a ser um viajante e desloca-se ao espaço geográfico em que os seus personagens estiveram e viveram. Transforma-se ele próprio no ator e autor da sua história.

A delimitação das *Terras do Demo*, que é alvo de estudo do presente trabalho, tem por base a obra Aquiliniana com o mesmo nome. A expressão *Terras do Demo* foi usada por Aquilino no título do seu romance, em 1919, e não mais deixou de estar ligada a uma área geográfica que se localiza na Beira. Podemos dizer que esta designação corresponde aos atuais concelhos de Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva.

PALAVRAS-CHAVE: Terras do Demo; Turismo Literário; Espaço Rural; Itinerários Literários.

Abstract

Presists the idea of associating the rural with a bucolic space where progress and development do not exist. Even so, the rural world, since the last quarter of the twentieth century, is understood as a multifunctional space, although nevertheless always associated with low densities. Rural areas in Portugal have been suffering demographic, social and economic changes in recent decades. These, as we know, result, among other factors, from their weak dynamism, their restricted or uni-oriented attractiveness, their relational positioning, which is repulsive to investment, conservative (also therefore refuge and sanctuary), reduced. in terms of the labor market and undoubtedly aged. It is also recurrent to associate this situation with a peripheral geographical positioning in relation to the larger urban centers. Although this can be assumed, however, the spread of the communication channels and the significant improvement in the people's mobility, goods, capital and ideas, which seems to be no longer interiority's stigma, can still be doubly role: ease of access but also ease of exit.

The gradual loss of social and economic importance of agriculture has triggered, by local agents, the need to value non-agricultural activities, which, although already existing, often functioned as a supplement to household income. In this context, the developmental factors are very diverse and clearly supportive of the above mentioned multifunctionality, varying according to local synergies, the interest of a set of external and internal entities and the content and scope of public policies.

The rural reinvents itself every day and one of the main forms of its (re)invention is through the turistification of its landscapes and the valorization of its heritage and its endogenous resources.

In recent years literary works have been an important working tool for human and cultural geography, because trough them it is possible to obtain information about the ways of life, the social-cultural, economic, historical characteristics of different human groups and the physical contexts in which they inhabit.

Literature can thus play a prominent role as a transmitting vehicle of this culture and simultaneously perpetuate it over time in a writer's records. Literary tourism emerges, then, as the embodiment of the author's words, there is the primacy of place over writing. The reader becomes a traveller and travels to the geographical space where his characters

were and lived. He becomes himself the actor and author of his story. The delimitation of *Terras do Demo*, which is the subject of study of this work is based on the Aquilino work of the same name. The term *Terras do Demo* was used by Aquilino in the title of his novel in 1919, and never stopped being connected to a geographical area in Beira. We can say that this designation corresponds to the current municipalities of Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe and Vila Nova de Paiva.

KEYWORDS: *Terras do Demo*; Literary Tourism; Rural Space; Literary Itineraries.

Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice de Figuras	x
Índice de Quadros.....	xiv
CAPÍTULO I - ASPETOS INTRODUTÓRIOS.....	1
1. Introdução	1
2. Enquadramento das Dinâmicas do Espaço Rural	17
3. Processo de Investigação e Metodologia	22
3.1. Questão em Estudo.....	25
3.2. Objetivos	29
3.3. Estrutura da Tese.....	32
4. Síntese.....	33
CAPÍTULO II - DA DEFINIÇÃO DE ESPAÇO AO ESPAÇO RURAL.....	35
1. Espaço	35
2. Território	47
3- A Geografia Cultural – os conceitos de espaço e território.....	56
3.1. Território e Paisagens Literárias	70
3. Lugar.....	80
4. A Evolução do Espaço Rural em Portugal: Breve Síntese.....	83
5. Síntese.....	93
CAPÍTULO III – TURISMO E O DESENVOLVIMENTO RURAL	98
1. Evolução do Turismo - Perspetiva Histórica.....	98
2. O Desenvolvimento Rural e a Paisagem	111
3. Do Turismo Rural ao Turismo Cultural.....	118
4- O Turismo Criativo.....	130
4. Síntese.....	135

CAPÍTULO IV – O TURISMO LITERÁRIO	137
1. A Geografia e a Literatura	137
2. A Literatura de Viagens	142
3. O Turismo Literário	149
4. Síntese.....	156
CAPÍTULO V – AS TERRAS DO DEMO	159
1. Aspetos Naturais.....	159
1.1. Geologia.....	162
1.2. Geomorfologia	168
1.3. Hidrografia	177
1.4. Clima.....	180
2. Terras do Demo – Aspetos Demográficos	185
2.1. Estrutura Económica da População.....	211
3. Síntese.....	215
CAPÍTULO VI - TERRAS DO DEMO: O TERRITÓRIO LITERÁRIO DE AQUILINO RIBEIRO	220
1. Os Territórios Literários e o Turismo	220
2. Aquilino Ribeiro e a Literatura Regionalista	223
3. Terras do Demo - Especialização do Território Literário de Aquilino Ribeiro	227
4. As Terras do Demo - Outras Delimitações.....	260
5. Terras do Demo - Perceção Popular.....	276
6. Síntese.....	286
CAPÍTULO VII - TURISMO LITERÁRIO DAS TERRAS DO DEMO: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO/VALORIZAÇÃO	289
1. O Património Literário	289
2. O Património Literário Das Terras Do Demo	293
3. O Turismo Literário nas Terras do Demo	300
3.1. Itinerário Biográfico de Aquilino.....	303
3.2. Itinerário Literário Aquiliniano	308
4- Estratégia	313
5-Síntese.....	318

CAPÍTULO VIII – CONCLUSÕES.....	320
1. Reflexão Final	320
2. Desenvolvimentos Futuros.....	326
Bibliografia	329

Índice de Figuras

Figura 1 - As práticas e os espaços de lazer	12
Figura 2 - Classificação do Turismo Literário	15
Figura 3 - Desestruturação do sistema produtivo tradicional	19
Figura 4 - Processo de Investigação	24
Figura 5 - Quadro Conceptual	31
Figura 6 - Fundação Aquilino Ribeiro – Soutosa.....	34
Figura 7 -Conceito de Espaço	43
Figura 8 - Fatores de interceção do território	46
Figura 9 - O ciclo de retroação que dinamiza os territórios	50
Figura 10 - O Sistema Território: um conjunto de subsistemas em inter-relação	53
Figura 11 - Morfologia da Paisagem Cultural, Carl Sauer	66
Figura 12 - As qualidades de um território literário	74
Figura 13 -Sistema de Filtros	76
Figura 14 - Diferentes camadas do conceito de lugar	81
Figura 15 - Ciclo do Espaço Rural	90
Figura 16 - Tipologias de Áreas Urbanas	92
Figura 17 - Convento de Sabrosa e Solar dos Noronhas (Sernancelhe).....	95
Figura 18 - Touro	97
Figura 19 - Multidisciplinarietà dos estudos em turismo	108
Figura 20 - Dinâmica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização	112
Figura 21 - Parâmetros de Avaliação da Sustentabilidade Territorial	113
Figura 22 - Dimensões que integram o Desenvolvimento Sustentável.....	115
Figura 23 - Ciclo Turístico e Motivação	122
Figura 24 - As Motivações do Turista.....	125
Figura 25 - Atributos do Turismo Rural.....	126
Figura 26 - A Emergência do Turismo Criativo	133
Figura 27 -Processo do Turismo Criativo.....	134
Figura 28 - Praia Fluvial de Segões; Festival Gastronómico da Truta (Vila Nova de Paiva)	136
Figura 29 - Casa Museu Gente da Nave (Alvite - Moimenta da Beira).....	158
Figura 30 - Planalto da Nave, Pendilhe	160
Figura 31 - Mapa Hipsométrico	161
Figura 32 - Pias	163

Figura 33 - Penedo da Fonte Santa Pêra Velha	163
Figura 34 - Senhora da Lapa, Sernancelhe	164
Figura 35 - Carta Geológica das Terras do Demo	166
Figura 36 - Muros de terrenos de cultivo e Casas de habitação abandonadas, Pendilhe.....	167
Figura 37 - Pedreira de Ariz - Pêra Velha) e Pedreira da Lapa (Aguiar da Beira - Gradiz)	167
Figura 38 - Esboço Geomorfológico do Norte da Beira.....	171
Figura 39 - Minas de Lagares, Queiriga	176
Figura 40 - Rede Hidrográfica.....	178
Figura 41 - Moinho de água, Rio Távora.....	179
Figura 42 - Gráficos Termopluviométricos.....	181
Figura 43 - Número de dias com neve/nevoeiro/geada	183
Figura 44 - Agricultura Serra da Nave	185
Figura 45 - População residente 1911-2011.....	192
Figura 46 - Variação da População 1911-2011	194
Figura 47 - Casa Típica Beirã e Casas de Emigrantes, Rio de Moinhos	197
Figura 48 - Casa de Emigrante Queiriga	201
Figura 49 - Densidade Populacional 1991 – 2011	203
Figura 50 - Variação da população por grupos etários 2001-2011, nas Terras do Demo	206
Figura 51 - Pirâmides Etárias, Terras do Demo, 1960 - 2011	209
Figura 52 - Taxa de Analfabetismo (2011), nas Terras do Demo.....	210
Figura 53 - Andor de Santo António (Moimenta da Beira)	212
Figura 54 - População Empregada por Sectores de Atividade (2011), nas Terras do Demo	214
Figura 55 - Terreno Agrícola Abandonado e Espigueiro Alhais	218
Figura 56 - Casas Agrícolas Abandonada Aguiar da Beira	219
Figura 57 - Casa onde nasceu Aquilino Ribeiro, freguesia de Carregal de Tabosa	224
Figura 58 - Casa de Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro.....	225
Figura 59 - Espacialização dos excertos das obras identificadas.....	228
Figura 60 - Espacialização dos excertos da obra Terras do Demo.....	229
Figura 61 - Mapa Literário de Aquilino Ribeiro: Terras do Demo (1919).....	231
Figura 62 - Capela de Antas.....	233
Figura 63 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Via Sinuosa</i>	235
Figura 64 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Andam Faunos Pelos Bosques</i>	236
Figura 65 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Volfrâmio</i>	237
Figura 66 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Aldeia: Terra, Gente e Bichos</i>	239

Figura 67 - Gado Ovino, Vale do Távora	240
Figura 68 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Cinco Reis de Gente</i>	241
Figura 69 - Vinhas Moimenta da Beira e Convento de São Francisco (abandonado)	243
Figura 70 - Souto em Sernancelhe	244
Figura 71 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Malhadinhas</i>	245
Figura 72 - Capucha de Alvite.....	246
Figura 73 - Arquitetura Vernacular civil e agrícola, Vila Nova de Paiva, 2018.....	248
Figura 74 - Casa de Carregal e Casa Pendilhe – Imagens de Ontem e de Hoje	249
Figura 75 - Imagens de Hoje	250
Figura 76 - Moinho de Água, Távora	251
Figura 77 - Forno Comunitário, Pendilhe.....	251
Figura 78 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Geografia Sentimental</i>	252
Figura 79 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Arcas Encoiradas</i>	254
Figura 80 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>o Home da Nave</i>	255
Figura 81 - Alvite	256
Figura 82 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, <i>Um Escritor Confessa-se</i>	258
Figura 83 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro	259
Figura 84 - Delimitação das Terras do Demo, <i>Carlos Alberto Medeiros</i>	261
Figura 85 - Delimitação das Terras do Demo, <i>Guia de Portugal</i>	263
Figura 86 - <i>Terras do Demo: Itinerário Aquiliniiano</i> , Henrique Almeida	264
Figura 87 - Roteiro das Terras do Demo, <i>Lifecooler</i> (2005).....	266
Figura 88 - <i>Terras do Demo</i> , Ana Isabel Queiroz.....	268
Figura 89 - <i>Terras do Demo</i> , Ana Isabel Costa Lopes.....	269
Figura 90 - <i>Guia Turístico da Natureza</i> -Turismo do Douro	270
Figura 91 - Guia Turístico, <i>Aldeias do Norte de Portugal - Porto e Norte</i>	271
Figura 92 - Pontos do <i>Roteiro Escritores a Norte</i>	272
Figura 93 - Pontos do roteiro de Aquilino Ribeiro, Lino Ramos.....	273
Figura 94 - Roteiro Terras do Demo, Filipe Nunes.....	274
Figura 95 - Terras do Demo, Paulo Neto (2017)	276
Figura 96 - Enquadramento Geográfico das <i>Terras do Demo</i>	277
Figura 97 - Inquérito Terras Do Demo.....	278
Figura 98 - Distribuição da Amostra por Grupos Etários.....	281
Figura 99 - Distribuição da Amostra por Profissão	281
Figura 100 - Conhecimento do livro Terras do Demo e residência nas Terras do Demo	282

Figura 101 - Perceção popular das regiões constituintes das Terras do Demo.....	283
Figura 102 - Perceção popular.....	284
Figura 103 - Perceção da População Local.....	285
Figura 104 - Livro Terras do Demo com Dedicatória de Aquilino Ribeiro.....	287
Figura 105 - Tipologias de Património	292
Figura 106 – Pastor(a) de Alvite	295
Figura 107 - Casas, Touro e Alvite (abandonadas)	296
Figura 108 - Romaria da Lapa (1).....	298
Figura 109 - Romaria da Lapa (2).....	299
Figura 110 - A casa onde Aquilino Nasceu e (atuais proprietários).....	303
Figura 111 - Igreja Matriz de Alhais, Vila Nova de Paiva	303
Figura 112 - Casa de Soutosa, Moimenta da Beira, atual Fundação Aquilino Ribeiro.....	304
Figura 113 - Aquilino Machado Filho no quarto do Colégio onde o pai estudou.....	305
Figura 114 - Colégio Ortigosa, Lamego.....	306
Figura 115 - Pontos do Itinerário Biográfico Aquiliano	308
Figura 116 - Itinerário Literário das Terras do Demo.....	310
Figura 117 - Sistema de Inter-relações do Turismo	314
Figura 118 - Fundação Aquilino Ribeiro, Soutosa.....	316
Figura 119 - Eixos Prioritários das Terras do Demo	319
Figura 120 - Causalidade circular nos espaços de baixa densidade	321
Figura 121 - Matriz SWOT.....	323

Índice de Quadros

Quadro 1 - Síntese Estratégica Turismo 2027	27
Quadro 2 - Uma matriz dos possíveis significados de espaço	59
Quadro 3 -Conceções de Cultura.....	65
Quadro 4 - Fases das Relações entre o Mundo Rural e Urbano	84
Quadro 5 - Espaço Rural: especificidades, funções e transformações.....	88
Quadro 6 - Critérios de Classificação das Freguesias em Portugal	91
Quadro 7 - Viagens: síntese cronológica	103
Quadro 8 - Disciplinas e objetos de estudo do turismo	106
Quadro 9 - Diferentes definições de Turismo Rural.....	121
Quadro 10 - Motivações Sociopsicológicas e Culturais segundo o Modelo de Crompton (1979)..	124
Quadro 11 - Etapas da Implementação do Turismo Rural.....	127
Quadro 12 - Produtos e Experiências Literárias	155
Quadro 13 - População Residente 1911/2011	188
Quadro 14 - Índice de Envelhecimento e Saldo Natural	205
Quadro 15 - Distribuição da População por Setor de Atividade.....	213
Quadro 16 - Distribuição da População Residente por Concelho.....	279
Quadro 17 - Caracterização sociodemográfica da amostra	280
Quadro 18 - Perguntas Orientadoras do Processo de Planeamento	313
Quadro 19 - Propostas Estratégias Mercado Interno e Externo	317

CAPÍTULO I - ASPETOS INTRODUTÓRIOS

A aldeia serrana, como aquela em fui nado e baptizado e me criei são e escorreito, é assim mesmo: barulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituíam o empedrado da comuna antiga. Ainda ali há Abraão e os santos vêm à fala com os zagais nos silenciosos montes; ali roda o velho carro visigótico nos caminhos romanos mais velhos que eles. É pagã, e crê em sua religiosidade toda exterior adorar o Deus de S. Tomás. Conta pelo calendário gregoriano estes terríveis dias de peste, fome e guerra, e está imersa nos nebulosos tempos do rei Vamba. Em tais condições de primitividade, a pena descreve mas tornar-se-ia ridícula analisando. (RIBEIRO, 1992, pp. III e IV).

1. Introdução

Através da análise da obra de Aquilino Ribeiro, propomo-nos desenvolver um trabalho que pretende analisar os territórios descritos pelo autor, cuja matriz era, e continua a ser, predominantemente rural. As descrições das paisagens, das populações, dos modos de ser e de estar, da cultura, do meio natural – palcos do enredo das histórias ficcionadas e das vivências dos diferentes personagens, permitem ao leitor uma viagem ao Portugal do início do século XX. Muitas delas ainda hoje permanecem tão atuais como outrora e na sua essência intocadas. Estamos a falar de territórios cuja identidade é rural.

Atualmente existe uma diversidade, complexa, de discursos em torno dos espaços rurais e quais as melhores medidas a implementar no sentido de diminuir ou mitigar as diferenças existentes entre o rural e o urbano, ou entre o litoral e o interior, ou ainda entre a cidade e o campo. Estes discursos, quase sempre de cariz fatalista, transmitem-nos uma mensagem de um rural envelhecido, inerte, cuja economia se alicerça no terceiro setor, nomeadamente nos serviços de apoio a idosos, deixando para um segundo plano as suas

características agrícolas. Através da recuperação e mercantilização dos produtos endógenos de cariz agrícola e paisagístico, desenvolvem-se políticas associadas ao turismo, para muitos a boia de salvação destes territórios, capaz de uma forma relativamente rápida captar população mais jovem e revitalizar as economias desde há muito adormecidas.

Não existe apenas uma definição de espaço rural, existem, sim, um conjunto de características que lhe são inatas e que contribuem para as diferentes definições subjacentes ao conceito de rural. Estas características têm sofrido algumas alterações no que diz respeito aos indicadores de consumo, às dinâmicas demográficas e económicas, mas a sua matriz cultural, apesar das marcas do tempo, tem-se mantido praticamente inalterada, acompanhando apenas o percurso dos seus atores.

De acordo com (KAYSER, 1990) na sua obra *La Renaissance Rurale* o espaço rural corresponde a uma forma particular de utilização e organização do espaço e da vida social. Até pelas suas características de isolamento geográfico, face aos aglomerados populacionais de maior dimensão, estes territórios apresentam: baixas densidades demográficas, económicas, políticas, de construção, entre outras, predominando as paisagens de cobertura vegetal, atualmente mais selvagem pelo êxodo rural e agrícola; o domínio do setor primário e das atividades agro-silvo-pastoris; um modo de vida caracterizado pelo comunitarismo e pelo sentimento de apego e pertença ao local; e uma identidade e uma representação específica alicerçada na cultura camponesa. Assim, estamos a falar em paisagens humanizadas onde o processo de urbanização foi menos intenso que noutras partes do território.

Os processos de transformação do rural são intensos e complexos e apresentam, na sua cronologia, alguns acontecimentos que, não estando diretamente relacionados com o rural, impactaram de forma inequívoca nestes territórios.

Pela análise da literatura, podemos considerar que até ao século XVIII existia uma relação de complementaridade entre o rural e o urbano. Esta relação de equilíbrio existente ficou comprometida com a perda de poder económico, social e simbólico do mundo rural, devido à Revolução Industrial. Uma nova atividade económica ganha lugar no sistema económico, quer pela sua necessidade de mão-de-obra, quer pelo rendimento mais homogéneo que proporcionava, contrariamente à incerteza que, desde sempre, marcou a

atividade agrícola. A industrialização originou uma nova sociedade urbana, mais desenvolvida, sinónima de progresso. Este não foi sentido em todos os territórios de igual forma, nem aconteceu em simultâneo. Assim, as assimetrias entre realidades, cada vez mais heterogéneas, foram construindo fossos que, com o passar do tempo, se tornaram intransponíveis, com todas as consequências que daqui advieram.

Como sabemos, o processo de industrialização disseminou-se pelos diversos setores de atividade económica, nomeadamente a agricultura. A mecanização agrícola foi mais visível nas economias europeias, a partir da II Guerra Mundial. Este foi um marco incontornável na transformação do espaço rural. A agricultura de matriz arcaica passa a ser uma agricultura mecanizada e com novas práticas de cultivo, conducentes a uma maior produtividade, menos exigente em mão de obra, e a uma menor dependência das condições físicas para o seu crescimento, desenvolvimento e conseqüente rendimento.

Em Portugal, só a partir da década de 60, do século XX, é que começamos a assistir à criação de políticas sistemáticas e consistentes da industrialização agrícola. Desta forma, inicia-se também um processo de transformação do espaço rural caracterizado pela saída de portugueses rurais, quer para o exterior, quer para as cidades portuguesas, que já haviam iniciado o seu processo de industrialização e desenvolvimento. O envelhecimento demográfico, o despovoamento, a desertificação e o abandono da prática da agricultura, foram fenómenos que se tornaram cada vez mais notórios até à atualidade, (FIGUEIREDO, 2003).

Para além da caracterização económica e social, o mundo rural também pode ser definido com base nas representações que lhe estão associadas e com a pluralidade de imagens que os diferentes atores e agentes locais delas têm. Estas resultam, muitas vezes, das mais diversas vivências que cada protagonista tem ao longo da sua existência nos territórios de características rurais.

Outro dos constrangimentos destes territórios passa pelo seu isolamento físico e contextual, decorrente das políticas e dos processos de planeamento e organização da rede urbana do território nacional. Existem muitos autores, com os quais concordamos, que nos apresentam um país a duas velocidades: o litoral e o interior, sendo que em cada uma delas existem ínfimas dinâmicas difíceis de homogeneizar, com vista a alcançar a tão desejada coesão territorial.

De acordo com FERRÃO (...) *o interior e a interioridade associam-se basicamente a três elementos: uma situação (subdesenvolvimento), uma causa principal (isolamento e dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral), uma consequência particularmente grave (a desertificação, considerada nas suas várias componentes) (...)* (FERRÃO, 2006, s/p.)

É necessário integrar o rural num mundo cada vez mais complexo e globalizado, entendido nas suas mais diversas características, procurando encontrar os motivos que conduziram às suas mudanças crescentes.

As transformações dos territórios rurais nos países mais desenvolvidos tenderam a originar três tipos principais de narrativas e perspetivas, tanto nas representações sociais, como nas análises científicas:

- os discursos sobre a pré-modernidade e a crise rural, em que as áreas rurais são entendidas como menos desenvolvidas e atrasadas, necessitando por isso de transformação e desenvolvimento;

- as perspetivas produtivistas, associadas ao desenvolvimento decorrente de processos de modernização agrícola e do setor agroalimentar;

- as abordagens pastoralistas ou do renascimento rural, nas quais as áreas rurais são entendidas como repositórios dos valores culturais tradicionais e de maior qualidade ambiental, necessitando, assim, de serem preservadas essencialmente para atividades de turismo e lazer, (FIGUEIREDO, 2018, p. 4).

O cenário ideal seria juntar numa mesma política perspetivas complementares que assumem os diferentes âmbitos do espaço rural e, desta forma, alcançar o equilíbrio destes territórios e das suas populações, salvaguardando a cultura e a identidade, e promovendo estratégias conducentes à recuperação demográfica e económica.

As transformações sociais, económicas, políticas e culturais dos sentidos do lugar “rural” implicam repensar tais transformações do ponto de vista teórico, metodológico e também na perspetiva da intervenção - aplicação de políticas e programas, (CRISTÓVAO, 2012, p.3).

Assim, aquilo que verificamos é uma resignificação constante dos espaços rurais onde, nas últimas décadas, a patrimonialização da cultura e a revalorização das identidades culturais deu animo a diferentes práticas turísticas.

Após um longo caminho de implementação de políticas e estratégias governamentais, públicas e privadas, individuais e coletivas, nacionais e internacionais, o espaço rural apresenta-se como um espaço multifuncional onde as forças e as debilidades não se equilibram nos dois pratos da balança, prevalecendo as características que os tornam únicos e raros, mas que, apesar desta singularidade, não convergem para os níveis de desenvolvimento das cidades do litoral e do centro do país.

O autarcismo vivido durante décadas, pelos espaços rurais do território nacional, fez com que os valores ancestrais, caracterizados por alguma rigidez e até arcaísmo, típico de sociedades mais isoladas e onde a inovação e o desenvolvimento demoram a chegar, ainda se encontram muito vincados em regiões não centrais, com baixas densidades funcionais e populacionais das comunidades. Não podemos, de forma alguma, deixar de realçar o efeito do comportamento das dinâmicas demográficas regressivas como obstáculo às alterações provocadas pelos novos sistemas sociais, políticos e culturais. O reduto de população existente, para além de envelhecido, ainda tem gravado nas suas memórias e nos seus modos de vida, os comportamentos e as vivências que lhes foram impostas e transmitidas como corretas durante séculos. Pensando apenas na segunda metade do século XX, as marcas da ditadura, da Guerra Colonial, da emigração a salto, das condições de vida extremamente duras e penosas, resultantes de uma economia pouco desenvolvida predominantemente agrícola, a par com a miséria, são traços que o passar do tempo ainda não apagou.

A imagem que recorrentemente associamos a estes territórios, assemelha-se a uma cena de um filme mudo, a preto e branco, em que, de onde em onde, nos surge uma ou outra personagem a quebrar o silêncio sepulcral que se faz sentir. O despovoamento, que se encontra de tal modo decalcado nas paisagens e que, apesar de não ser um fenómeno recente, se tem vindo agravar nas últimas décadas, por vezes leva-nos a acreditar que estas regiões estão vaticinadas ao abandono.

À medida que o filme avança, a par e passo com a idade, os protagonistas da história vão deixando lugar ao vazio, ocupado pela ausência de novos protagonistas que continuem

em cena, conduzindo à cristalização das paisagens. Aquilo que muitas vezes nos fica gravado na memória é a mimetização do passado, transmitido pelo conhecimento teórico, dos bancos da escola, passado este que não é assim tão longínquo.

No entanto, estes fenómenos também não são recentes, pois se analisarmos a evolução do povoamento em Portugal, quer pela sua posição geográfica, e pelos constrangimentos físicos a ela associados, quer pelo facto de serem palco de constantes disputas e batalhas pela posse do território e da definição da fronteira, desde sempre verificamos a desigualdade nas dinâmicas de fixação de população no território português. A volatilidade e a vulnerabilidade das fronteiras, durante décadas, associada à topografia acidentada, ao clima rigoroso, entre outros fatores, contribuíram para ausência de ocupação humana, comparativamente com o que aconteceu nas áreas do litoral, mais propensas à fixação, disseminação e manutenção da população. Conforme já tivemos oportunidade de referir, esta realidade justifica-se, não só pelas condições físicas dos territórios, mas acima de tudo, pela estabilidade social e política, contrariamente à instabilidade que se vivia nas áreas de fronteira, nomeadamente no interior.

Este mesmo fator deixou marcas nos territórios e modos de vida muito característicos. É nesta linha de fronteira, do norte ao sul do país, que encontramos uma boa parte do património militar do continente, de onde destacamos: castelos, perímetros muralhados, fortes e guarnições, a partir dos quais os aglomerados urbanos foram crescendo.

Já em pleno século XX, durante todo o período da emigração, balizado, nos territórios analisados no presente trabalho e que à frente apresentaremos, a partir das décadas de 50 e 60, o interior raiano também era um ponto de passagem para quem, muitas vezes a salto, queria atravessar a fronteira. Esta viagem tinha como objetivo chegar à abastada Europa Central à procura de melhores condições de vida e de um trabalho, e obter uma contrapartida monetária justa correspondente, que não dependesse das condições naturais, para a sua sobrevivência e dos respetivos agregados familiares.

De acordo com SOUSA (1995), a década de 60 e 70, foram das décadas que mais alterações provocaram na história do nosso país. Não podemos falar apenas em alterações económicas, mas, decorrentes destas, temos também alterações culturais, sociais e políticas, que transformaram de forma inegável o rumo do nosso país, a partir da segunda

metade do século XX e, conseqüentemente, todo o rumo da nossa História enquanto nação.

Este fenómeno assumiu valores sem precedentes a partir da década de 50 e 60, com a alteração do ciclo migratório. Passa agora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para a Europa Ocidental e Central: *Os camponeses do norte, do centro e das zonas fronteiriças com Espanha que sempre foram desprezados pelo centralismo de Lisboa não podiam e não queriam aceitar passivamente a miséria, o sofrimento e a repressão* (SANTOS N. , 2002, pp. 129 - 160).

Os emigrantes continuavam com um sentido nacionalista muito vincado e, como tal, existia a vontade de regressar, materializado no investimento que era feito na terra natal. De acordo com SANTOS N. P. (1995),

A formação de remessas muito significativas, quando em confronto com o total da remuneração mensal do emigrante, e mesmo investimentos produtivos diversos (investimentos para produtivos ou simples apanágio da imagem de sucesso do emigrante, bem como sintoma da sua procura de melhoria da qualidade de vida). A compra de terrenos e a construção de casa própria, são disso exemplo (SANTOS, 1995, p. 56).

Este envio sistemático de dinheiro por parte dos emigrantes, que se encontravam em países como a França, os Estados Unidos, o Luxemburgo que, com as taxas de câmbio nesta época a mais de 30%, fizeram com que houvesse um aporte de dinheiro ao sistema bancário português, permitindo o desenvolvimento de políticas e estratégias conducentes à sua modernização. Daqui resultou o aumento da mobilidade socioprofissional, quer em termos de sector económico, quer em termos espaciais, fenómeno que se justifica em parte pelo ao aumento das acessibilidades e da mobilidade da população. Assim: alteração dos modos de vida, a feminização crescente do mercado de trabalho; o envelhecimento da população; o aumento da população urbana, conseqüente da alteração da estrutura económica da população portuguesa, com o crescente abandono da agricultura e o conseqüente êxodo rural; a descentralização do poder político e do Estado Providência; a difusão e descentralização do conhecimento através da disseminação espacial das escolas

de ensino superior; o aumento dos serviços às empresas/produção associado ao fenómeno de externalização da economia; a integração do país no mercado internacional/global; os crescentes impactos da sociedade da informação e o aumento do lazer e dos períodos de férias; estas foram algumas das consequências resultantes das alterações dos padrões socioeconómicos, socioprofissionais, sociopolíticos e governamentais e da mobilidade da população portuguesa.

A adesão de Portugal à EFTA, com o Tratado de Estocolmo em 1959, transformou um país pluricontinental, pluriétnico e plurilinguístico, embora a língua dominante fosse o português, voltado essencialmente para o continente africano e para o oceano atlântico, num país que olha para o lado oposto do espelho e encontra, novamente, o continente europeu, como porta de entrada para aquilo que mais tarde culminaria com a integração europeia, primeiramente Comunidade Económica Europeia (CEE), atualmente União Europeia (UE).

Com esta adesão concederam-se facilidades aduaneiras a Portugal, o que contribuiu para um aumento das exportações e, conseqüentemente, o necessário investimento no mercado económico e da produção, criando novas indústrias e novos postos de trabalho no setor secundário, que conduziram a um êxodo rural maciço, com o conseqüente abandono dos campos e da agricultura. As unidades fabris localizavam-se, geralmente, nas sedes de concelho, onde os serviços complementares à própria produção, nomeadamente serviços do setor terciário, eram uma realidade.

Dadas as características dos mercados consumidores, foi imposto um grau acrescido de qualidade nos produtos fabricados. Assim, houve uma aposta necessária na inovação, quer em termos dos equipamentos, quer das técnicas de produção e, conseqüentemente, da formação e qualificação da mão-de-obra.

Podemos afirmar que a *European Free Trade Association* (EFTA) permitiu também o início do processo de internacionalização industrial do país e o desenvolvimento do setor secundário em moldes mais modernos do que aqueles que anteriormente existiam. Não nos podemos esquecer que, até este momento, poucas eram as unidades industriais bem alicerçadas no tecido económico, pois a maioria das oficinas funcionavam nas casas dos artesãos, quase sempre em paralelo à casa de habitação, sendo essencialmente de cariz familiar. Os artesãos distribuíam o seu tempo entre a oficina e a agricultura.

Por outro lado, a EFTA trouxe muitos investimentos a Portugal: investimentos beduínos, os suecos eram sobretudo conhecidos por isso, para a indústria têxtil, do calçado, eram investimentos que exigiam capital fixo relativamente modesto, era mais um capital variável, aproveitando a mão-de-obra, e, portanto, logo que houve algumas dificuldades no 25 de Abril, esses capitais levantaram a tenda e foram embora, e assim se chamam beduínos, sobretudo no têxtil e na eletrónica (SOUSA, 1995, p. 616).

Com a Guerra Colonial, o país passou por um longo processo de abrandamento das obras públicas e um aumento significativo dos impostos, de modo a financiar o conflito e manter as colónias ultramarinas. A isto acresceu a partida de muitos homens para as colónias e a consequente retração da natalidade no país. Paralelamente a este acontecimento, muitos homens aptos para o serviço militar, para fugir a esta obrigação, tentaram a sua sorte, emigrando a salto para os países da Europa Central, nomeadamente a França, a Alemanha, a Suíça e o Luxemburgo. A maior parte dos emigrantes saíram das áreas rurais, onde as condições de vida eram mais penosas e a única fonte de rendimento, parco, era a agricultura, com características ainda muito arcaicas, policulturais e familiares. Um dos fatores que mais contribuiu para esta realidade foi o sistema de propriedade. Há época, Portugal era o único país da Europa em que no Bilhete de Identidade surgia como profissão *proprietário*, ou seja, alguém que tivesse em sua posse terrenos, ou outros bens móveis, seria considerado profissionalmente proprietário.

As sociedades rurais, principalmente as que se encontravam mais afastadas do litoral, eram organizadas, *grosso modo*, em duas classes sociais: as que tinham terras e os que não as possuíam. Na própria literatura regionalista de Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Aquilino Ribeiro, não são raras as histórias cuja protagonista é uma morgada que casava com um pobre coitado que, depois de casados, iria herdar um dote valioso constituído essencialmente por terras.

(...) ali, na bruta serra, sem andar de taleiga às costas, Brasil vai Brasil vem, se fez ricaço. Começou por pouco, em moço a guardar porcos. (...) A Rosalina deixou-se engodar de um feiante que lhe destinaram para esposo (...) mas que

tinha libras e peças que lhe chocalhavam na bolsa (...) e que se lançou no negócio da taverna e na estalagem para almocreves (RIBEIRO, 1993, pp. 18 e 19).

O processo de desruralização associado ao êxodo rural e à emigração, a alteração da estrutura da população ativa portuguesa e a atração da população para áreas com mais emprego e outro tipo de oportunidades, onde o mercado de trabalho apresentava maior oferta, como era o caso das cidades de pequena e média dimensão do interior e as grandes áreas metropolitanas e as cidades do litoral, foram intensos.

Não podemos falar da matriz cultural portuguesa sem ter em consideração a emigração. De acordo com SANTOS (2002), *(...) a saída de homens do seu país tornou-se uma resposta usual perante situações de maior pressão, quer essa atitude seja motivada por fatores de ordem política, económica ou cultural (...)* (SANTOS, 2002, p. 129).

MÓNICA (2018) realça o facto de que, o mais impactante de todas estas transformações foi o ritmo a que elas aconteceram, podendo ser comparado este fenómeno a uma revolução silenciosa que alterou por completo a estrutura do país, tanto a nível demográfico, político, económico, social, cultural e até religioso. Portugal conseguiu a um ritmo alucinante: liquidar o campesinato; alterar a taxa de fecundidade para valores que se colocam nos antípodas daquilo que eram; mudar completamente os padrões de consumo, de forma massificada; diminuir a mortalidade infantil, para valores muito próximos aos dos países mais desenvolvidos; instaurar o sufrágio universal e consequentemente promover a cidadania e a importância dos cidadãos na tomada de decisões; transformar cabalmente as relações entre o Estado e a Igreja; o aparecimento de uma classe média com algum poder económico; abertura de fronteiras ao mercado de bens, pessoas e capitais com a ratificação do Tratado de Schengen; escolarização da população, que fez com que houvesse um avanço significativo naquilo que eram as questões colocadas ao próprio sistema; liquidação de um império, com o processo de descolonização de forma quase total.

Estas circunstâncias estiveram na origem de situações que permitiram a preservação de vivências e modos de vida, funcionando como redomas que mantiveram atividades tradicionais, santuários de comportamentos esquecidos e práticas anacrónicas. Na verdade, estes constrangimentos são atualmente fatores de valorização dos territórios, através da oferta de novos produtos criados como elementos integrantes da atividade

turística. Objetos do quotidiano transformam-se em atrações turísticas, decorrentes do desenvolvimento de processos de patrimonialização dos territórios e dos seus recursos. Em consequência deste processo, a socioeconomia e a política passam a entender o investimento para a atração de visitantes, por alguns, de turistificação, reforçada pela valorização, na agenda política do conceito de paisagem cultural, proposto pela UNESCO - ICOMOS (2009), que define e identifica os lugares notáveis, excepcionais, singulares, identitários e autênticos.

A estes fatores associa-se, também, a crescente terciarização da sociedade moderna que, tem visto nas atividades económicas relacionadas com o consumo de bens e serviços, um setor em crescimento exponencial. As necessidades são criadas por um mercado que apela, às fugas constantes ao quotidiano do trabalho, para lugares mais ou menos distantes. GAMA & SANTOS (1991) afirmam que (...) *nas sociedades pós-industriais, a necessidade cede lugar ao prazer, a posse duradoura à posse efêmera. (...) A metamorfose das práticas sociais envolve, cada vez mais, os lugares e as temporalidades* (GAMA & SANTOS, 1991, p. 103).

O ato de sair da rotina e do quotidiano implica a deslocação para outro(s) lugar(es), mais ou menos distante(s), mas diferente(s). Com uma cultura, uma história, um contexto geográfico, um clima, uma paisagem diferente, facilitando uma alienação, momentânea, da realidade diária. Assim o turismo, nas suas múltiplas vertentes, é uma atividade em expansão e desenvolvimento que favorece o bem-estar do Ser Humano, mais que não seja pela quebra da rotina.

A cultura oferece de forma incessante novos produtos turísticos, porque é responsável pela criação de novas necessidades, de outras vontades que o mercado transforma em novos segmentos de oferta. Podemos afirmar que a cultura exerce, instrumentalizada pelo capital, cada vez mais, um papel diferenciador na procura dos destinos turísticos.

O turismo surge diretamente relacionado com o conceito de lazer que, segundo o sociólogo francês DUMAZEDIER (1969), citado por GAMA & SANTOS (1991):

(...) é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua

participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livra-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais (GAMA & SANTOS, 1991, pp. 108 -110), (Figura 1).

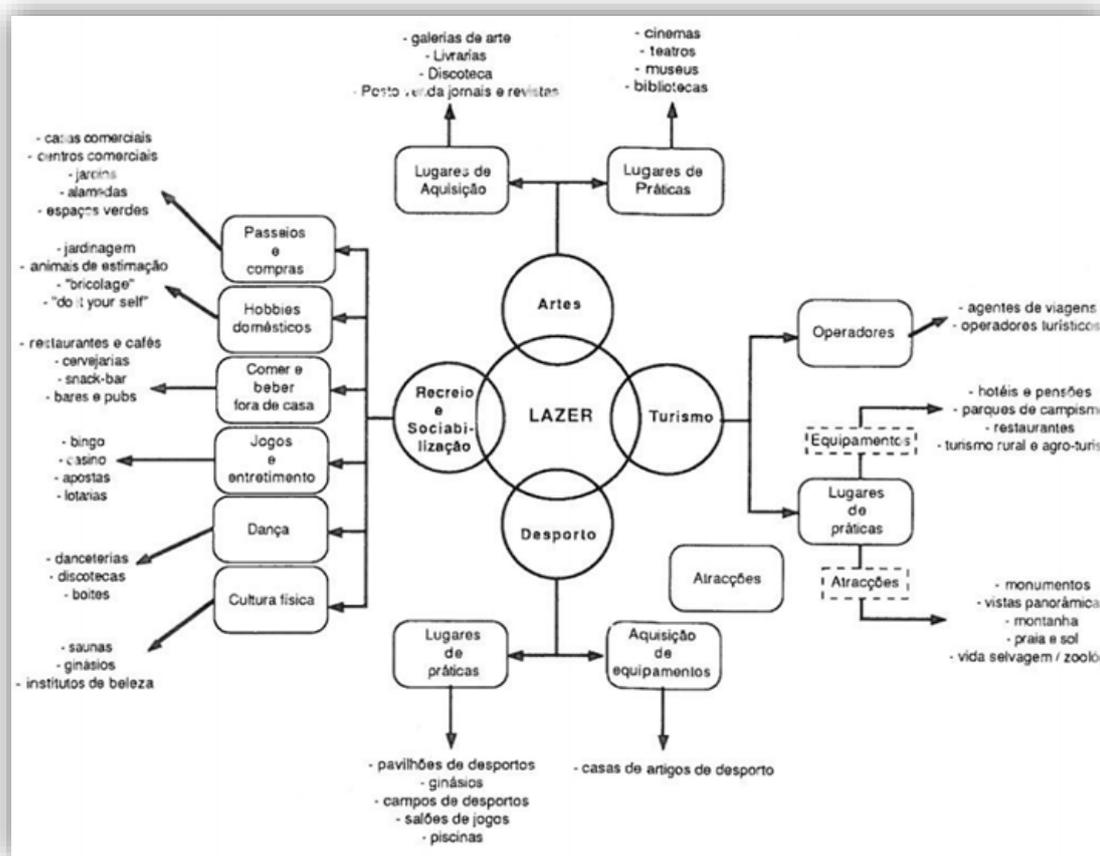


Figura 1 - As práticas e os espaços de lazer

Fonte - GAMA & SANTOS (1991, p. 110)

O lazer como forma de preenchimento do tempo livre motiva o consumo, determinando o aparecimento de atividades para satisfazer as necessidades e pretensões da população ao usar o seu tempo livre.

Embora exista alguma dificuldade na definição do lazer, as classificações apresentam em comum quatro grandes domínios: as artes, o recreio e a socialização, e o desporto e o turismo. Podemos afirmar que cada um destes âmbitos, áreas ou componentes do lazer, estão em constante mutação, de acordo com as diferentes aspirações da população e a

forma de as satisfazer. Com a afirmação e a generalização de novas tecnologias surgiram outras formas de lazer, dando lugar ao aparecimento de novos espaços e novos lugares de oferta e procura.

As práticas tradicionais de lazer caracterizadas pela frequência do círculo de amigos, cafés e tabernas, por jogos, onde as cartas, as damas o bilhar, a malha, o chinquillo eram frequentes, são substituídas por lazeres, onde predomina a eletrónica, através do vídeo, da rádio, da televisão (GAMA & SANTOS (1991, p. 108).

Para DUMAZEDIER (2000), o lazer assenta na teoria dos 3 D's: descanso; divertimento, recreação e entretenimento; e o desenvolvimento pessoal ou social. O *descanso* surge por oposição ao cansaço, à fadiga do trabalho. Neste sentido o lazer assume-se como um antídoto para as tensões diárias, provocadas pelo dia-a-dia social e pelo trabalho. O fenómeno que atualmente designamos por *burnout* e que conduz à doença física e psíquica dos indivíduos, dado o ritmo de vida alucinante que lhes é imposto quer no trabalho, quer nas suas obrigações sociais e familiares, motiva a necessidade de sair do ambiente habitual e quebrar as rotinas responsáveis pelo seu aparecimento.

O divertimento, recreação e entretenimento, resultam da antítese ao tédio, à inércia e à monotonia que, tal como o cansaço físico e psicológico, desgastam de modo silencioso os indivíduos. Assim, procura-se uma saída para outro lugar, uma viagem, ou então entrar em contacto com realidades ficcionadas como sendo um filme, um livro, um teatro. Será um recurso à vida imaginária, à satisfação daquilo que desde Hoffmann e Dostoiévski, é chamado de nosso duplo (DUMAZEDIER, 2000, p. 33).

O desenvolvimento pessoal e social tem como objetivo o exercício da plena cidadania, através de uma democratização da participação livre, voluntária e da descoberta e

desenvolvimento das competências intrínsecas ao Ser Humano, promovendo o seu *empowerment* e a sua capacitação individual e coletiva (DUMAZEDIER, 2000).

O turismo afirma-se como um dos quatro âmbitos do lazer, onde os lugares, as práticas, a história, a cultura, e as paisagens, entre outros, se afirmam como uma estratégia de valorização do Ser Humano.

GOELDNER, RITCHIE, & MCLINTOSH (2002), apontam diferentes tipologias de atrativos turísticos: culturais, naturais, na forma de eventos recreativos, de entretenimento; sítios históricos, museus, monumentos; paisagens, flora, fauna, ilhas; eventos comunitários, festas, festivais, visitas guiadas, golfe, desportos de inverno, parques temáticos, casinos, centros comerciais, artes performativas, complexos desportivos. Ao fazermos uma inventariação exaustiva destes elementos, podemos afirmar que, à escala dos territórios rurais, eles existem em número suficiente para que se possa apostar no desenvolvimento de estratégias, em rede, de dinamização turística.

De há algumas décadas a esta parte, o turismo tem sido uma forte aposta na promoção e dinamização dos territórios rurais. Numa primeira fase através do TER (Turismo em Espaço Rural) nas suas múltiplas tipologias e, posteriormente, através do ecoturismo, muito associado ao Turismo em Espaço Rural e Natural, do turismo natureza, geoturismo, do turismo cultural e, mais recentemente, do turismo criativo e do turismo literário, podendo ser integrado neste âmbito específico, como é proposto nesta investigação, fruto dos autores regionalistas, no caso português, que descreveram pormenorizadamente os territórios e os espaços das suas vivências, constituindo-se múltiplas vezes estas obras em autobiografias.

O turismo cultural, sendo atualmente um segmento do turismo, ou uma tipologia turística, não é mais do que a materialização de um nicho de mercado que corporiza os objetivos do *Grand Tour*, no século XIX, cujo objetivo era complementar a formação da aristocracia através do conhecimento de novos países, novas culturas e novas realidades. Este movimento de turistas aristocratas está intimamente ligado aos fluxos de viagens por prazer, os quais podemos afirmar que constituem os pilares remotos daquilo que atualmente designamos por turismo de lazer e turismo cultural (SALGUEIRO, 2002).

O turismo que inicialmente era circunscrito apenas a um nicho específico de pessoas (aristocracia), mais tarde generalizou-se e tornou-se num fenómeno massificado capaz de movimentar milhões de pessoas em todo o mundo e milhões de euros. É uma atividade económica que garante inúmeros postos de trabalho e o crescimento das economias que dela dependem total ou parcialmente.

Hoje em dia o turismo, nas suas diferentes tipologias, voltou novamente ao seu início, ou seja, existem diferentes tipologias de acordo com aquilo que o turista procura e com os aspetos que valoriza nos territórios, tendo em conta as suas pretensões.

Assim, os aspetos culturais podem assumir um carácter pedagógico, literário, religioso, histórico, entre outros, relacionados com o *modus vivendi* das comunidades, originando deste modo, diferentes tipologias turísticas, de acordo com os seus objetivos (Figura 2).

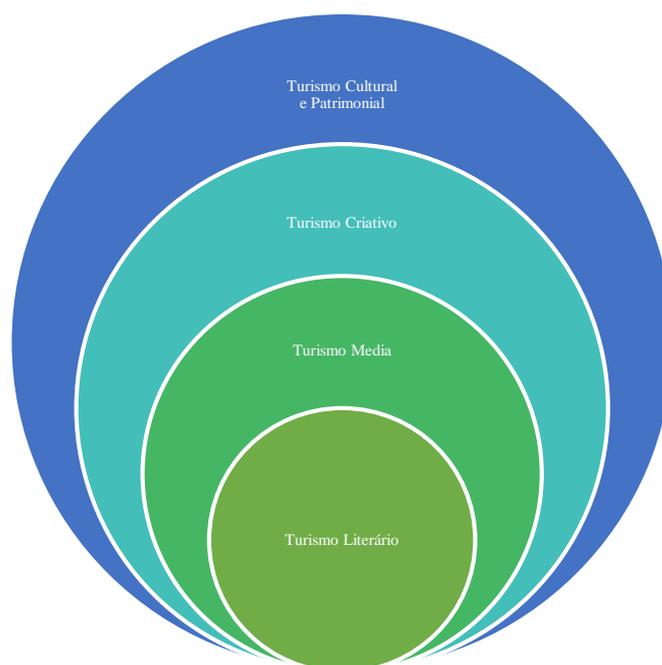


Figura 2 - Classificação do Turismo Literário

Fonte - Adaptado de HOPPEN, BROWN, & FYALL (2014)

O turismo literário pode ser considerado um nicho turístico relacionado com os media, dentro do nicho do turismo criativo, dentro do largo campo do turismo cultural e patrimonial (CARVALHO & FERNANDES, 2017, p. 581).

Os turistas procuram encontrar a transversalidade do tempo e da história através da convivência com as comunidades e a partilha da sua herança cultural. Simultaneamente, existem diversos autores que defendem que a prática deste tipo de turismo converge para o conhecimento intercultural, suprimindo assim algumas lacunas, no que diz respeito a interpretações erróneas de determinados hábitos e comportamentos por desconhecimento das culturas existentes para além da sua. Esta comunicação intercultural e a sua difusão é feita através do património, quer seja ele material ou imaterial, mas resultado e materialização da ação humana, quer seja nas paisagens, quer nos seus monumentos, quer seja ainda nas suas tradições.

A literatura pode assumir, assim, um papel de destaque enquanto veículo transmissor desta cultura e, simultaneamente, perpetuá-la ao longo do tempo, nos registos de um escritor, tal como aconteceu durante séculos com a literatura de viagens, como desenvolveremos no Capítulo IV do presente trabalho.

O turismo literário, objeto desta análise, surge como uma modalidade que se enquadra no segmento de turismo cultural, e mais recentemente, no turismo recreativo. Segundo MCDONNELL (2003), o turismo literário é cultural por ser baseado em arte criativa. A arte que inspira e atua como fonte de motivação para o turismo literário é a literatura que, como visto anteriormente, constitui-se como parte do património cultural de determinado destino.

O turismo depende, também, diretamente da criação de imagens, imaginários e expectativas por parte do turista que, no turismo literário, podem ser construídas através das obras e das narrativas feitas pelo(s) autor(es).

Para esta análise é utilizada a definição de “imaginário” proposta por VEGA (2011):

(...) entende-se por imaginário o conjunto de crenças, imagens e valores que se definem em torno de uma atividade, um espaço, um período, uma pessoa (sociedade) num determinado momento. A construção do imaginário acontece em forma de um processo contínuo, sendo gerado a partir de imagens reais ou fantasiosas (fictícias). Além disso, ele é mutável e descontraído, sendo uma

construção social, individual e coletiva que está em constante transformação sem nunca se estacionar (VEGA, 2011, p. 116).

A presente investigação, para além de outros, tem como objetivo a delimitação do território literário de Aquilino Ribeiro, denominado por **Terras do Demo**, obra central na demarcação do território, mas também todas as outras obras deste autor, cuja história versa sobre estes territórios. É também propósito identificar os elementos patrimoniais capazes de se aliar ao apelo inerente à obra e de os transformar em atrações turísticas, mantendo a sua originalidade cultural, mas servindo de condutores da promoção de estratégias de turismo cultural sustentáveis à escala do lugar e das próprias comunidades.

2. Enquadramento das Dinâmicas do Espaço Rural

O rural delineou-se na Europa, no século XIX, como o oposto às cidades industriais. As comunidades rurais partilhavam uma cultura modelada em torno de atividades agrícolas e dos sistemas fundiários, BAPTISTA (2001). Existia uma prevalência do comunitarismo e, a agricultura como atividade económica principal, tinha como objetivo sustentar o agregado familiar, justificando o elevado número de famílias numerosas, garante da existência de mão-de-obra suficiente para os trabalhos do campo.

A população rural encontrava-se dispersa pelo espaço, em pequenos aglomerados, onde a sociedade se suportava muito na família e nas relações de vizinhança. Os saberes, as tradições, e mesmo a posse da terra, eram passadas de geração em geração. A coabitação, na mesma casa, da família alargada era algo perfeitamente comum. Por outro lado, nas cidades, as famílias polinucleares eram escassas, desenvolviam-se atividades económicas, onde a indústria e as máquinas prevaleciam (BAPTISTA, 2001). A sociabilidade fazia-se mediante relações de utilidade, independência, privacidade e desconhecimento entre as pessoas, não existindo consciência de pertença a um mesmo grupo senão através de tarefas complementares. Os indivíduos eram considerados, pelos restantes, como meios para conseguir alcançar os seus fins, de modo que o facto de pertencer a um grupo ou ocupar uma determinada posição na estrutura social não era valorizado intrinsecamente senão como meio para conseguir alcançar determinados objetivos (GINER, 1974).

Duas décadas passadas sobre a entrada no século XXI, as preocupações com o espaço rural recrudescem de atualidade. As necessidades de colmatar o estrangulamento ou “sangria” demográfica; (re)criar dinâmicas económicas, sociais, políticas e culturais; promover a qualidade de vida da população, maioritariamente, idosa que lhes dá vida, através de políticas de promoção do envelhecimento ativo, adiando assim o seu esvaziamento completo; atrair e fixar população adulta; e, mais recentemente, reconstruir a identidade cultural e natural, destruída pelos incêndios florestais, entre outros, são necessidades tão prementes outrora como nos dias de hoje.

O espaço rural português sofreu transformações profundas no último meio século que se têm vindo a extremar já em pleno século XXI. Para além de uma diminuição enorme, das pequenas explorações agrícolas, os terrenos incultos aumentaram e a matéria combustível com eles. Paralelamente surgem-nos os incêndios que têm, neste abandono, a matéria necessária para depauperar ainda mais os territórios que, já de si, definham por gente e por dinâmicas de revitalização. Tal como afirma CANCELA D’ABREU (2006), citado por CRISTOVÃO, MEDEIROS, & MELIDES (2011):

Hoje como no passado, os campos são diversos e, na verdade, existem vários rurais, com diferenças entre o norte e o sul, montanhas e vales, pequena e grande agricultura, áreas de maior e menor densidade populacional, e distintas articulações com (os também diversos) espaços urbanos (CRISTOVÃO, MEDEIROS, & MELIDES, 2011, p. 177).

Na Figura 3, NUNES & ALMEIDA (2017) sintetizam as principais alterações ocorridas no tecido produtivo tradicional, diretamente relacionado com o despovoamento rural e as conseqüentemente alterações económicas, paisagísticas e ecossistémicas que este fenómeno trouxe ao mundo rural.

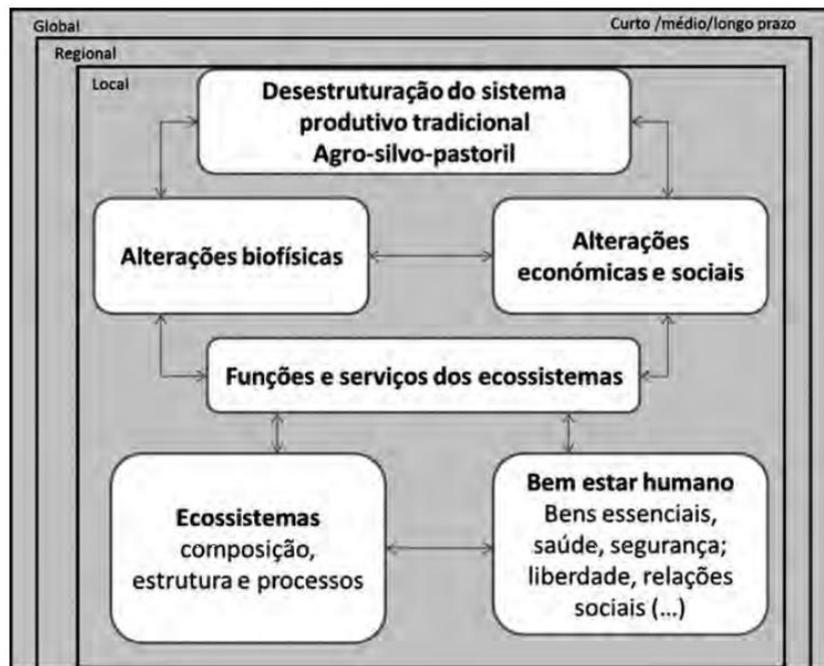


Figura 3 - Desestruturação do sistema produtivo tradicional

Fonte - NUNES & ALMEIDA (2017, p. 191)

A desestruturação do sistema produtivo tradicional, à escala local, justificado pelos diversos fatores elencados anteriormente, conduziu a diferentes alterações biofísicas, económico-sociais, ecossistémicas funcionais e de serviços que, a médio e longo prazo, alterarão também as dinâmicas regionais e globais.

Tal como afirma MATEUS (2011) quando procedemos à análise do rural em Portugal, temos de considerar as componentes espacial e populacional. De acordo com a autora, *se a primeira mantém alguma relevância quantitativa, já a segunda remete para uma realidade de vazio e depauperação*, entre outros pelos motivos já identificados (MATEUS, 2011, p. 649).

Apesar desta realidade incontornável, assistimos a profundas alterações e à transformação destes espaços, dos seus atores e dos seus modos de vida, materializados nas suas paisagens que, conseqüentemente, modificam também as imagens que lhes estão, desde sempre, associadas, como já tivemos oportunidade de referir.

Os recursos, outrora primários, ligados ao setor agrícola, (re)criam-se numa nova história a ser escrita e convertem-se, também, em atrações e produtos turísticos. Esta alteração de

papéis atinge o seu expoente a partir da década de 80 do século XX, através do aparecimento de políticas europeias e nacionais de valorização da multifuncionalidade dos espaços rurais, suportadas pela promoção da sua autenticidade, da sua cultura e do seu património, aquilo que FERRÃO (2000, p. 48) designa por *transformação do mundo rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial*, suscetível de ser o produto preferencial para nova(s) tipologia(s) turística(s), que aproveitam, transformam e reinventam “velhos territórios”. Como referido por CARDOSO (2002), citado por SANTOS & CUNHA (2009, p. 2), *a natureza e o ambiente deixam de ter a função de produção agro-silvo-pastoril prevalecente no passado, para adquirir uma representação estética, simbólica e lúdica*, protagonistas de estratégias de dinamização de projetos de desenvolvimento turístico.

Assim, e dadas as características expostas, os territórios rurais transformam-se num excelente manancial de virtudes com um potencial endógeno imenso para o desenvolvimento de atividades económicas, que não apenas as ligadas à agricultura, mas tendo esta na sua base (SANTOS & CUNHA, 2009, p. 1).

O que se tem vindo a verificar, no meio rural português, é uma nova utilização do espaço, resultado do abandono da agricultura, como atividade económica predominante, oferecendo aos seus consumidores atividades de fruição deste espaço, muito mais relacionadas com o lazer e o recreio, potenciando desta forma, os recursos existentes.

Deste modo, existe um aproveitamento dos recursos existentes através da sua refuncionalização com o objetivo de (re)criar dinâmicas económicas e sociais, destes espaços em franco processo de abandono e regressão. A multifuncionalidade surge, neste contexto, como um conceito no qual assentam um número significativo de estratégias de dinamização dos espaços rurais, através da recriação dos seus recursos endógenos em produtos, nomeadamente turísticos. A adesão à União Europeia e reestruturação agrícola, com a criação de novas empresas; o aproveitamento dos fundos estruturais e recuperação do património construído - aldeias; o aproveitamento turístico: o Turismo em Espaço Rural; as rotas de aldeias e o turismo *soft*, mas também o termalismo; as praias fluviais, são algumas das estratégias que contribuem para a multifuncionalidade dos espaços rurais.

Esta multifuncionalidade decorre de alterações significativas, não só no espaço rural, conforme já tivemos oportunidade de referir, mas também de alterações mais profundas do tecido social, político, económico e cultural da sociedade e das diferentes comunidades que a constituem. O progressivo aumento do tempo-livre, acompanhado de um aumento do orçamento disponível pelas famílias, a vontade de conhecer novas culturas e experienciar novos territórios, diferentes do contexto habitual, são apenas alguns dos fatores consensualmente aceites como indutores do aumento do turismo nos espaços rurais.

Podemos afirmar que, o turismo rural, o turismo cultural, o turismo criativo e, dentro deste, o próprio turismo literário, se assumem, como uma âncora destes espaços que pretende, simultaneamente, valorizar as comunidades, as suas memórias, os seus patrimónios, a sua identidade, os seus recursos endógenos, através de projetos que garantam a sua manutenção e sustentabilidade. Assim, assume-se como um catalisador que garante uma resposta de crescente qualidade à procura, que não cessa, e é uma das soluções mais desejadas como motor da revitalização e manutenção dos territórios rurais.

Alguns estudos revelam que o turismo rural poderá ser um catalisador para a regeneração e desenvolvimento económico das áreas rurais, especialmente em espaços onde o tecido económico e demográfico se encontra em agonia, (KASTENHOLZ, EUSÉBIO, FIGUEIREDO, CARNEIRO, & LIMA, 2014). No entanto, tal como afirma (CRAVIDÃO, 2011), tornou-se quase um lugar-comum, fazer da atividade turística um dos principais caminhos para o desenvolvimento. Esta banalização da atividade turística poderá a médio prazo trazer consequências negativas, nos pressupostos que estão na base do turismo em espaço rural que são, entre outros, a valorização do seu carácter, da sua autenticidade, da sua identidade e da sua cultura. Apesar disso, este longo tempo de letargia permitiu que muitas características desaparecidas em outros territórios (urbanos e industriais) tenham sido preservados, funcionando o mundo rural como espaço refúgio e santuário de muitas práticas, costumes e tradições.

Torna-se evidente que é necessário um compromisso entre o rural, que se recria e reinventa, e o turismo, simultaneamente consumidor e promotor das necessárias dinâmicas para a sua continuidade, que vê a resposta a alguns dos seus problemas nas políticas de base territorial, cujo vetor mais importante são as próprias populações, tantas vezes preteridas em função de inúmeros interesses que não os seus próprios.

Aquilo que queremos reforçar é a importância da literatura e, no presente estudo, da obra literária de Aquilino Ribeiro, na disseminação das práticas de turismo literário, tal como acontece em outros países da Europa e do mundo. Damos como exemplo *D. Quijote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes (1605); *Paris é uma festa*, de Ernest Hemingway (1920); *O Código Da Vinci*, Dan Brown (2003) cuja trama se passa, maioritariamente, em Paris, e a cidade das luzes, que ganhou uma nova vaga de visitantes, motivados por outras atrações que não as mais tradicionalistas, depois de descrita pelo autor; em Inglaterra, *Harry Potter* (1997) de Joanne K. Rowling, é cartaz turístico nacional, entre outros. Nos diferentes exemplos referidos, a literatura ganhou ainda mais destaque a partir do momento em que os livros se transformam em guiões para a sétima arte. A divulgação nos canais de televisão de todo o mundo ampliou a escala dos potenciais turistas, na essência literária, mas motivados pela cinematografia a viajar e conhecer os lugares dos enredos das histórias.

Em Portugal existem também alguns exemplos, que recentemente se tem vindo a desenvolver, dos quais destacamos: *Construção de um Passeio Literário, Cândido Guerreiro e a Aldeia de Alte*, desenvolvido por Rita Baleiro e Sílvia Quinteiro (BALEIRO & QUINTEIRO, 2012). Das mesmas autoras *O turista Miguel Torga: Um Retrato do Algarve nos anos 50* (BALEIRO & QUINTEIRO, 2014); *O Amor Trágico de Inês de Castro na Perspetiva de Camões e outros autores- Roteiro Literário em Coimbra* (ALVES, s/d); *Património e Turismo Literário- Leiria Queiroziana* (FERNANDES & CARVALHO, 2017), entre outros.

Um outro instrumento, que não podemos menosprezar, são os guias de viagens. Nas livrarias há múltiplas sugestões alicerçadas nos autores: Praga de Kafka; Dublin de Joyce; Paris de Baudelaire, de Proust, da “geração perdida”; Barcelona de Carlos Ruiz Zafón; Grã-Bretanha, de Agatha Christie; a Tanger de Paul Bowles, ou a perseguir as paisagens do sonhador (e fictício) Dom Quixote ou a árida Patagónia descrita por Bruce Chatwin e Paul Theroux, a Rota dos Escritores Portugueses do Século XX, entre outros. Há nitidamente um processo de apropriação literária por parte da atividade turística, literalizando e turistificando, simultaneamente lugares, territórios e pessoas, permitindo concomitantemente, em algumas circunstâncias, a imortalização dos autores e das paisagens que descrevem, muitas delas em registo autobiográfico.

3. Processo de Investigação e Metodologia

Tal como afirma BACHELARD (1965, p. 16): *o facto social é conquistado, construído e verificado sobre noções pré-existentes acerca dele, construído pela razão e verificado através dos factos inseridos no processo de investigação.*

O objetivo do processo de investigação é ajudar o investigador, na estruturação das suas escolhas e metodologias de ação, com o objetivo de chegar às conclusões subjacentes à pergunta de partida que deu o mote ao estudo, que se propõe desenvolver.

Uma investigação empírica pressupõe a elaboração de um conjunto de observações que nos permitam melhor compreender o(s) fenómeno(s) a ser(em) estudado(s). Frequentemente em ciências sociais, nas quais incluímos a Geografia, a observação participante e o trabalho de campo, são metodologias preferenciais, uma vez que nos possibilitam um contacto direto, quer com o espaço físico, quer com as populações que o habitam e transformam, permitindo transpor a literatura para a realidade e confrontar os contextos teóricos com os modos de vida, para que assim se possam tecer considerações verosímeis acerca da realidade em análise, como teremos oportunidade de aprofundar no próximo ponto do trabalho. Os estudos sociais e, particularmente, os da Geografia humana e cultural, que implicam a proximidade com as comunidades inseridas no seu contexto territorial, não podem ser feitos sem existir um contacto sensorial com a realidade. Nada substitui os cheiros, os sons, as vivências, as partilhas de conhecimentos, os rostos, os discursos e as preocupações ouvidas na primeira pessoa, pois muitas vezes, a própria expressão facial e corporal dizem muito mais que as palavras.

O tema escolhido é-nos muito caro dando continuidade à investigação já iniciada, aquando do desenvolvimento dos trabalhos de mestrado, LOPES (2007) - *Terras do Demo - Potencialidades Territoriais no Desenvolvimento do Turismo Cultural*, Mestrado em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, do Instituto de Estudos Geográficos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Assim, a primeira etapa do processo de investigação partiu da definição da pergunta de partida, como fio condutor de todo o trabalho (Figura 4).

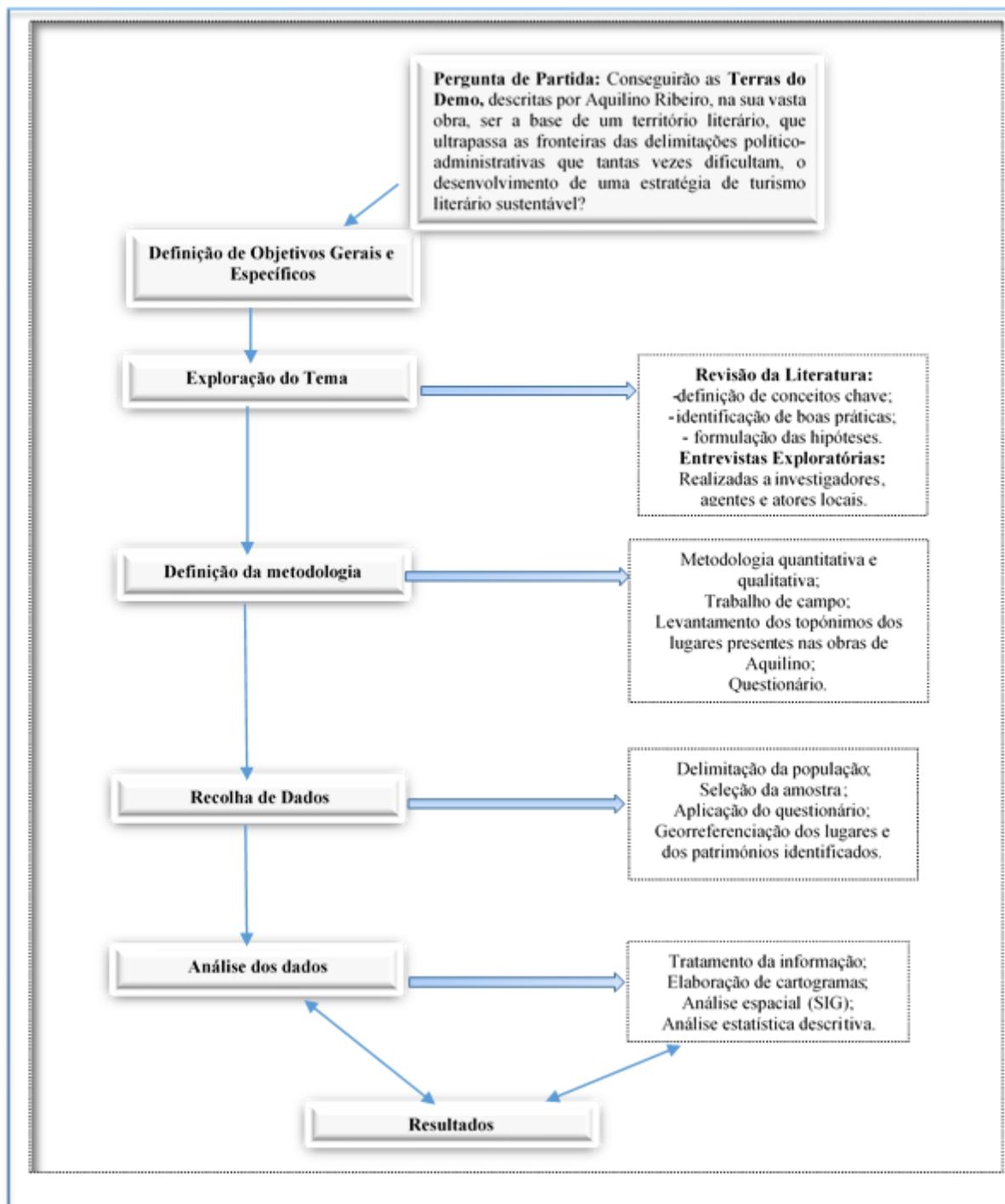


Figura 4 - Processo de Investigação

Fonte - Adaptado de QUIVY & CAMPENHOUDT (2003)

O trabalho que nos propomos apresentar tem em vista um conjunto de possibilidades, suscetíveis de serem implementadas, no território geográfico em análise, aportadas no turismo literário de matriz Aquiliniana.

3.1. Questão em Estudo

Os territórios rurais, conforme já tivemos oportunidade de referir, apresentam problemas estruturais, que se têm vindo a aprofundar na atualidade pelas dinâmicas demográficas regressivas que lhes são características, e que têm vindo a afetar o território nacional em geral com maiores impactos nestes territórios rurais do interior.

Têm sido apresentadas várias propostas de atuação e valorização do espaço rural, na sua essência políticas de base territorial, alicerçadas na promoção e desenvolvimento dos recursos locais, naturais, culturais e construídos, de modo a encontrar estratégias de promoção e valorização turística.

A título de exemplo podemos referir o Programa Estratégico Nacional de Turismo de 2013-2015, que no seu capítulo II (...) 2 - *Destino Portugal* - proposta de valor, valores essenciais e ativação da marca. A proposta apresentada aos turistas, uma proposta a partir dos valores essenciais do destino Portugal, assenta nos seguintes elementos:

- clima;
- história, cultura e tradição;
- hospitalidade;
- diversidade concentrada.

Neste seguimento, defende ainda que deverá existir uma aposta que reforce os circuitos turísticos, segmentando-os para uma vertente temática, formando itinerários que valorizem e integrem o património histórico, cultural, religioso e paisagístico e, simultaneamente, promovam a oferta de experiências. Ou seja, denotamos já uma clara defesa daquilo que são os princípios do turismo de experiências e sensações, derivadas do contacto com as comunidades locais, os seus territórios e as suas tradições. Desta forma, acrescentaríamos valor não só ao turista, mas também ao destino na capacitação e valorização das próprias populações, do seu saber-fazer e saber-estar.

Face aos seus diretos concorrentes, Portugal apresenta como fatores de diferenciação:

1. vasto e diverso património histórico e cultural;
2. património religioso;
3. sítios e paisagens naturais de elevado valor paisagístico e cénico;

4. (...);
5. cultura popular e tradições genuínas;
6. alojamento em meio rural de qualidade e variado;
7. hospitalidade.

Estes elementos possibilitarão, de acordo com a estratégia presente no documento, estruturar rotas e itinerários experienciais baseados em temas âncora da identidade portuguesa e dos fatores distintivos e únicos que a constituem, como sendo os naturais e culturais, promovendo e evidenciando, desta forma, a diversidade local, regional e nacional (PENT, 2013 - 2015).

Tal como é defendido na estratégia apresentada no Turismo 2027 - Plano de Ação para o Turismo em Portugal,

(...) Portugal quer ser o destino com maior crescimento turístico na Europa, suportado na sustentabilidade e na competitividade de uma oferta turística diversificada, autêntica e inovadora, consolidando o turismo como uma atividade central para o desenvolvimento económico do país e para a sua coesão territorial
(PORTUGAL, 2017, p. 163).

Para além do crescimento económico, aquilo que se pretende é a dotação dos territórios, de acordo com os seus patrimónios, garante da sua identidade cultural e que lhes conferem valor, de projetos capazes de contribuir para a fixação da população existente e fomentar a atração de novos residentes, através da criação de novas economias e circuitos económicos baseados no turismo, promotores da criação de postos de trabalho, permitindo a manutenção, quer das populações, quer dos seus patrimónios (recursos) e, em última análise, dos próprios territórios.

A Estratégia 2027 para o Turismo em Portugal, tem como mote: *Liderar o turismo do Futuro*, e pretende afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo. Estabelece como prioridades cinco eixos estratégicos, com as respetivas linhas de atuação: valorizar o território; impulsionar a

economia; potenciar o conhecimento; gerar redes e conectividade; projetar Portugal, cumprindo metas económicas, sociais e ambientais (PORTUGAL, 2017).

Para dar cumprimento a esta estratégia é apresentada uma síntese com os principais vetores (Quadro1).

VISÃO		AFIRMAR O TURISMO COMO HUB PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL EM TODO O TERRITÓRIO, POSICIONANDO PORTUGAL COMO UM DOS DESTINOS TURÍSTICOS MAIS COMPETITIVOS E SUSTENTÁVEIS DO MUNDO				
Objetivos Estratégicos	VALORIZAR O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES	IMPULSIONAR A ECONOMIA	POTENCIAR O CONHECIMENTO	GERAR REDES E CONECTIVIDADE	PROJETAR PORTUGAL	
Linhas de atuação	Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário	Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos	Prestigiar as profissões do turismo e formar recursos humanos que respondam às necessidades do mercado e promover a igualdade de género e de oportunidades	Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de <i>homeport</i> e de <i>turnaround</i> de cruzeiros	Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar	
	Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais	Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar	Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas	Melhorar os sistemas de mobilidade rodoviária e de navegabilidade	Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional	
	Afirmar o turismo na economia do mar	Atrair investimento e qualificar a oferta turística	Difundir conhecimento e informação estatística	Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos	Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento	
	Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação	Estimular a economia circular no turismo	Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável	Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões	Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional	
	Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos	Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo	Afirmar Portugal como <i>smart destination</i>	Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores	Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional	
	Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística					
Operacionalização 2017-2020	TIPOLOGIAS DE PROJETOS PRIORITÁRIOS					

Quadro 1 - Síntese Estratégica Turismo 2027

Fonte - PORTUGAL (2017)

Para o presente trabalho os objetivos estratégicos que mais se ajustam são:

Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário; valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais; potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação; estruturar e promover ofertas que correspondam à procura turística (PORTUGAL, 2017, p. 52).

Contudo, acreditamos que estas políticas, dada a escala dos territórios, só poderão alcançar o sucesso desejado se houver a promoção de parcerias, concertação de sinergias e o comprometimento entre agentes e atores locais. Pela sua diversidade cultural e pela semelhança no que às dinâmicas diz respeito, só desfazendo as fronteiras administrativas e promovendo um território uno, poderemos encontrar estratégias de escala concertadas, capazes de satisfazer as necessidades de todos e contribuir para a coesão territorial.

O autor, na sua vasta obra, fez a descrição exata e pormenorizada de um conjunto de elementos naturais, culturais, físicos, gastronómicos, sociais, entre outros, que nos possibilitam ter uma base de referência para encontrar estratégias turísticas, culturais, naturais e patrimoniais de base literária.

Serão estas as **Terras do Demo**, *do demo* porque por aqui *nem Cristo, nem el-Rei* passaram. É terra brava, agreste, esquecida de Deus, *penedia, aldeias tristes e obtusas, pinhais, uma impressão de tormento telúrico* (RIBEIRO, 1951). Onde os homens e os bichos são como irmãos, onde faunos, demos e gentes das fábulas se cruzam com o beirão, *camponeses, almocreves e outros tipos esmagados na base da pirâmide social, contra todas as opressões que lhes tolhem os impulsos vitais* (MACHADO, 2013).

O que pretendemos evidenciar e demonstrar ao longo do presente trabalho, é que pela recolha exaustiva que foi realizada, as **Terras do Demo** são um filão turístico de base literária, ainda por explorar.

Seguindo esta premissa, apresentamos como pergunta de partida para a tese que pretendemos desenvolver:

Conseguirão as Terras do Demo, descritas por Aquilino Ribeiro, na sua vasta obra, ser a base de um território literário, que ultrapassa as fronteiras das delimitações político-administrativas que tantas vezes dificultam, o desenvolvimento de uma estratégia de turismo literário sustentável?

É para esta pergunta que queremos apresentar respostas, ao longo do trabalho que agora iniciamos e definimos os seguintes objetivos gerais e específicos.

3.2. Objetivos

Como sistematização da presente proposta de trabalho enunciamos os seguintes objetivos:

a) Objetivos Gerais

- i. Definir e caracterizar as Terras do Demo, com base na obra de Aquilino Ribeiro;
- ii. Estudar a importância do Património Natural e Cultural na dinamização turística das Terras do Demo;
- iii. Apresentar um plano de Desenvolvimento Turístico para a área de estudo, dando particular atenção aos elementos criativos e culturais.

b) Objetivos Específicos

- i. Delimitar área de estudo à luz da obra Aquiliniana;
- ii. Identificar as referências espaciais presentes nas diferentes obras analisadas, circunscrevendo a área geográfica de acordo com a ação das diferentes obras do autor;
- iii. Delimitar a área de estudo de acordo com a perceção popular;
- iv. Demonstrar a importância da obra Aquiliniana na criação de um território literário;
- v. Destacar a importância da literatura no desenvolvimento do turismo literário;
- vi. Identificar e caracterizar os elementos patrimoniais existentes nas diferentes obras analisadas;
- vii. Identificar boas práticas territoriais;

- viii. Valorizar a obra de Aquilino como estratégia de valorização da paisagem rural, através da definição de estratégias de turismo literário.

Os objetivos elencados pretendem apenas servir de orientação ao nosso estudo, pois temos a humildade intelectual de perceber que alguns deles são demasiado ousados, no que à sua concretização diz respeito.

Um autor, como Aquilino, um território, como as **Terras do Demo**, um conjunto de comunidades, como as beirãs, não cabem nas páginas do trabalho que iniciamos, quer pela sua diversidade, heterogeneidade, quer pelo valor e respeito que lhe atribuímos.

A partir da definição da pergunta de partida, procedeu-se a um vasto trabalho de revisão da literatura, não só para o conhecimento aprofundado dos conceitos relacionados com o tema, mas também para perceber a sua evolução espaço temporal, no que diz respeito aos quadros conceptuais e metodológicos.

Posteriormente, foi necessário, da vasta obra de Aquilino Ribeiro, selecionar apenas, os romances cuja ação se passava direta ou indiretamente nas **Terras do Demo**, como teremos possibilidade de ver no Capítulo VI. Definidas as obras, todas foram lidas e identificados os topónimos nelas referidos, construindo-se uma tabela de atributos para que, de seguida, se procedesse à sua espacialização em cartogramas.

Um dos métodos passou pela aplicação de um questionário. Definiu-se o universo (a população dos concelhos de Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva) e, posteriormente, a amostra através de métodos de amostragem probabilística, em que as principais vantagens apresentadas são: há a possibilidade de demonstrar a representatividade da amostra; é possível estimar o grau de confiança com o qual as conclusões tiradas da amostra se aplicam ao Universo (HILL & HILL, 2016). O método de amostragem que utilizámos foi o método de amostragem aleatória simples, até porque os questionários, foram todos realizados em diferentes localidades dos concelhos, para alcançar um número mais diversificado de pessoas possível, desde aqueles que habitam nas sedes de concelho, cujas dinâmicas territoriais são diferentes, até aqueles que vivem isolados nas aldeias, também com características e vivências muito próprias, mas cujas respostas são de importância extrema para o conhecimento da realidade na primeira pessoa, sendo assim possível reunir um conjunto de dados próprios de grande significado. Neste trabalho houve alguma resistência na

obtenção das respostas, o que fez com que houvesse a necessidade de ir mais do que uma vez ao território para obter resultados, já que existiu por parte dos inquiridos, sempre alguma desconfiança, numa primeira fase; todavia, depois dessa barreira transposta, a conversa extrapolava frequentemente a elaboração do próprio questionário.

O questionário elaborado teve por base CRAVIDÃO (1988). Embora com objetivos diferentes, o nosso propósito era perceber a identificação/sentimento de pertença e conhecimento, ou ausência dele, das comunidades locais às Terras do Demo, neste estudo em particular, tal como CRAVIDÃO (1988) efetuou relativamente às da Gândara. Pelas características da amostra, o questionário teve de ser pensado, com perguntas diretas, simples e objetivas, até porque, conforme teremos oportunidade de verificar, existe um número significativo de pessoas que não sabe ler nem escrever, e tínhamos de ser nós, a fazer as questões e a preencher os questionários.

Após a recolha e a codificação da informação foram criadas tabelas de atributos de acordo com as respostas, e as mesmas foram cartografadas recorrendo ao *Software ArcGis*.

Dadas as características do questionário apresentado, conforme veremos, recorreremos à utilização de estatísticas descritivas.

O processo de investigação teve por base as premissas e os conceitos básicos deste trabalho, e as inter-relações que se estabelecem entre eles (Figura 5).

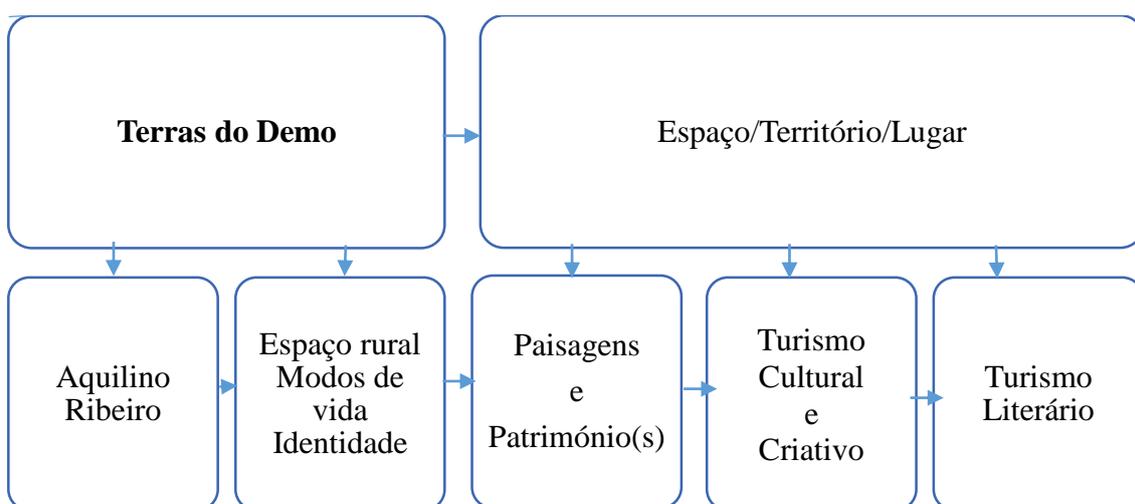


Figura 5 - Quadro Conceptual

Fonte – Própria (2019)

3.3. Estrutura da Tese

Nestas primeiras notas introdutórias seguimos o princípio de enquadrar e justificar a questão de estudo e o tema subjacente à mesma, ou seja, perceber as potencialidades do Turismo Literário suportado pela obra literária de Aquilino Ribeiro, reconhecido escritor regionalista do século XX, em Portugal. Foram assim definidos os objetivos da investigação, assim como a metodologia utilizada durante o processo de investigação, ainda que de forma sumária, Capítulo I.

No Capítulo II, III e IV proceder-se-á à revisão da literatura, tendo como fio condutor o quadro conceptual apresentado na Figura 5. As questões inerentes à sustentabilidade das estratégias a aplicar em espaço rural, nomeadamente o Turismo Literário e as potencialidades e recursos existentes, analisando outros exemplos e modelos de ação, são condição fundamental para o desenvolvimento coerente de ações concertadas de base territorial. Na nossa perspetiva, a esta escala de análise, apenas as políticas territorialistas, fixadas nas comunidades e nos seus territórios poderão alcançar indicadores de desenvolvimento sustentável.

Como em qualquer trabalho de Geografia, não poderia deixar de estar presente um enquadramento geográfico do território, nas suas componentes, físicas, económicas, demográficas e patrimoniais tendo em vista a elaboração de uma analepse do mesmo e apresentar, a partir daqui as linhas de tendência futuras. Esta será a temática a trabalhar no Capítulo V.

Sendo as **Terras do Demo**, o pêndulo da presente investigação, o Capítulo VI apresentará a sua delimitação geográfica, quer através das obras de Aquilino Ribeiro, quer através dos estudos elaborados por outros autores. A perceção popular também aqui será apresentada, de modo a percebermos até que ponto a população está ou não consciente do potencial que pode vir a ser explorado.

No Capítulo VII apontamos estratégias de desenvolvimento suportadas pelo Turismo Literário e pela mais valia que a obra literária de Aquilino Ribeiro pode ser para aqueles territórios, em franco processo de despovoamento e regressão social, cultural, económica e demográfica.

Nesta sequência, no Capítulo VIII, apresentamos as principais conclusões do trabalho desenvolvido, assim como, as perspectivas futuras no âmbito da investigação e valorização do turismo literário nas Terras do Demo.

4. Síntese

Tal como refere MATEUS (2011), em Portugal podemos afirmar a existência de um rural de baixa densidade, cuja média da população é igual ou inferior a 11 habitantes por km². Os fortes movimentos migratórios das diferentes décadas do século XX, motivadas por diferentes fatores, acentuaram a distribuição assimétrica da população no território nacional, realçando os valores, já de si pouco expressivos, da população nas regiões do interior do país. A esta mobilidade externa não podemos deixar de acrescentar o forte impacto que o êxodo rural teve na atual tela demográfica do nosso país.

A emigração transformou a paisagem, não só pelo seu depauperamento demográfico, mas também pela alteração do seu traçado original e pela importação, de uma multiplicidade de materiais, cores, arquiteturas que, para muitos autores, colocam em causa a autenticidade dos lugares (DOMINGUES, 2011). Acreditamos que quem confere a identidade e a autenticidade aos lugares são as pessoas pelo que, sem elas, as marcas e as memórias do Portugal profundo vão deixando lugar ao despovoamento, ao envelhecimento, ao abandono agrícola e dos campos, e à perda irreversível de saberes e memórias que são sepultadas com quem as leva e não as pode transmitir.

O turismo, devido às diferentes atrações existentes, nomeadamente, naturais, culturais e construídas, pode assumir-se, à escala destes territórios, como um potencial de desenvolvimento. Este pode assumir diferentes tipologias, no entanto, importa acima de tudo, pensar estratégias com e para as comunidades locais, pois antes de qualquer outra apropriação, a primeira foi feita por elas.

As paisagens literárias, produto da expressão dos escritores que as representaram, podem também constituir-se como uma oportunidade para conhecer e valorizar a história e as estórias dos lugares, potenciando assim a sua preservação e perpetuação oral e salvando-as das tumbas da memória encerradas com o despovoamento (QUEIROZ, 2007).

No entanto, a miragem do bucolismo e dos paraísos perdidos é mais de quem está no exterior (do tal interior) e pensa que o rural e a Natureza são apenas locais para passar férias (DOMINGUES, p. 23).



Figura 6 - Fundação Aquilino Ribeiro – Soutosa

Fonte – Própria (2019)

CAPÍTULO II - DA DEFINIÇÃO DE ESPAÇO AO ESPAÇO RURAL

As serras em Portugal nem sempre conservaram o nome primitivo. Crismaram-nas os geógrafos. É de resto mais lógico, além de condicente com a tradição. A terminologia geográfica entre nós é de origem assaz confusa e controversa (...). Ora, remontem muito embora as aldeias ao período romano, visigótico ou ainda à época indecisa proto-histórica, sequente às citado porâneas, os montes quando corridos já pelo homem prelevam-lhes de muitos séculos. A forma de reconhecimento topográfico estava no seu designativo, ainda mais para populações nómadas. Desde que soube usar da palavra, o homem baptizou lugares, coisas, pessoas (RIBEIRO, 1981, pp. 9 -10).

1. Espaço

Partimos da premissa que a Geografia é a ciência que se ocupa do estudo do espaço perspectivado na sua matriz sistémica e em todas as inter-relações que aí se estabelecem.

Historicamente, quando nos debruçamos sobre as diversas correntes, das diferentes escolas geográficas, podemos afirmar que o objeto da Geografia é o espaço geográfico.

No entanto, este conceito não se confina às fronteiras da Geografia, sendo também analisado por economistas, políticos, antropólogos, filósofos, entre outros.

As correntes da ciência geográfica foram apresentando diferentes conceitos de espaço. A Geografia Tradicional destacou-se pela utilização do método indutivo e dedutivo e tinha como bases filosóficas o positivismo, o historicismo e o neokantismo.

O positivismo foi a matriz da Escola Ratzeliana, determinista que teve como principal mentor Friederich Ratzel, e como principal conceito o território.

A Escola Francesa, de Vidal de La Blache, apresentou uma matriz historicista e possibilista, cujo conceito mais significativo era a paisagem. O neokantismo era a matriz

da Escola Anglo-Saxónica com Hartshorne, onde o regionalismo foi marca e a região conceito presente (QUEIROZ, 2016).

Entre as décadas de 50 e 70, do século XX, a Geografia Quantitativa, com a utilização do método hipotético-dedutivo, rompeu parcialmente com a Geografia Tradicional. Definiu o espaço, como conceito chave da Geografia, um espaço isotrópico, matricial, utilizado para aplicação de modelos ao planeamento, organização e distribuição das diferentes atividades no espaço.

Entre as décadas de 70 e 90, do século passado, a Geografia Crítica tem como base filosófica o materialismo histórico e como o método, a dialética. Na Geografia Humanista, outra corrente, privilegia-se o conceito de lugar, enquanto espaço vivido, simbólico e quotidiano (QUEIROZ, 2016).

A Geografia compreende o conjunto da superfície terrestre (BLACHE, 1982): estuda os lugares e não os Homens. O estudo das paisagens (que formam uma região) feito pelo método descritivo, em que se define, se classifica e se deduz. O espaço remete-nos para a relação de coabitação do Ser Humano e a natureza sendo pleno de intencionalidade, já que depende da vontade do Homem e das utilizações que este dele pretende fazer.

Segundo BRUNHES (s/d) citado por BRAGA (2007), a Geografia deve estudar os lugares, as regiões e as suas relações. Os princípios básicos da Geografia seriam a atividade (assim como La Blache destaca o movimento) e a conexão, que fornece o sentido dos lugares e das regiões. A evolução da paisagem dependeria de um movimento duplo de construção e reconstrução, necessário para a manutenção do equilíbrio e da harmonia. Para BLACHE (1982), a Geografia estudaria aquilo que se dominam por factos essenciais: simples (ligados às necessidades vitais de Ser Humano, como a alimentação, habitação, entre outros); complexos (exploração de recursos terrestres superficiais como a lavoura, ou internos como a exploração mineira); regras de convívio social (campo económico e social); e os factos essenciais ligados à cultura (relação homem/meio e formação do seu habitat).

SORRE (1967) entende a Geografia Humana como a *descrição da ecúmena* ou *descrição científica das paisagens humanas e a sua distribuição pelo globo*. É uma disciplina dos *espaços terrestres*. Significa estudar os grupos humanos vivos, a sua organização espacial, o seu movimento, as suas técnicas, a relação do Ser Humano com o Meio (uma

ecologia do Homem com enfoque espacial) e a formação de modos de vida. De acordo com DOLLFUS (1991), *a fisionomia da Terra está em perpétua transformação. Toda a paisagem que reflete uma porção de espaço ostenta as marcas de um passado mais ou menos remoto, apagado ou modificado de maneira desigual, mas sempre presente* (DOLLFUS, 1991, p. 26).

Para BLACHE (s/d), citado por BRAGA (2007), a Geografia Humana contempla os aspetos físicos e humanos, mas que podem ser estudados de forma separada. O Homem (facto geográfico de primeira ordem) estabelece uma relação de reciprocidade com a natureza, ou seja, domina-a e é dominado por ela. Desta relação mutualista, nem sempre equilibrada, derivam diferentes modos de vida, que conferem a identidade cultural aos grupos humanos e conseqüentemente ao território, materializando na paisagem como resultado visível desta interação.

GEORGE (s/d) segue a mesma linha, dizendo que a Geografia estuda a *dinâmica do espaço humanizado* através da técnica, da intencionalidade e das relações entre as forças naturais e as forças históricas. Tratar-se-ia de um estudo das relações entre os grupos humanos e o ecúmeno.

DEMANGEON (1982), afirma que *a Geografia Humana estuda as relações dos grupos humanos com o meio geográfico*, através dos modos de vida, a sua evolução, a sua distribuição e as instituições humanas. O método está relacionado com as possibilidades da ação humana, a sua base territorial (sendo território entendido como solo), visão ratziliana, partindo da escala geral e promovendo sempre um diálogo com a História.

DEFFONTAINES (1952) defende que a Geografia Humana estuda o Homem como *fabricante de paisagens* além do efetivo humano e o seu acréscimo, o habitat (a casa revela o Homem).

Assim, consideramos que o espaço geográfico deve ser entendido como um processo de transformação, fruto de uma construção, acima de tudo histórica, que vem sendo desenhada ao longo dos séculos, resultante dessa relação evolutiva do Ser Humano com agentes naturais. As conseqüências deste processo estabelecer-se-ão sob variados aspetos entre os quais, nomeadamente a Universalização do mundo, que se comporta como um conjunto de vários resultados, sob a égide das suas inúmeras manifestações.

Nesta linha de pensamento DOLLFUS (1976), refere a dupla perspetiva do espaço geográfico caracterizando-o como localizável e diferenciado. Localizável, porque tem uma espacialização à superfície terrestre; diferenciado, porque não existe em momento algum outro espaço igual. Não há repetição dos aspetos espaciais. LEFEBVRE (1991) remete-nos para uma outra perspetiva do espaço geográfico. Entende-o como um produto social resultante dos movimentos laborais.

Para ISNARD (1978),

O centro das preocupações do geógrafo é a análise e a definição do espaço organizado pela ação humana. A Natureza fornece a matéria prima maleável, mais ou menos rica em possibilidades; mas sem a ação humana só haveria sobre a terra ecossistemas necessariamente determinados pelas leis da organização biológica. Um espaço geográfico é totalmente diferente de um ecossistema na medida em que é administrado pelas mãos do Homem. É uma matéria prima elaborada que já perdeu as características do seu estado natural, sendo transmitida através das gerações que nela projetam as suas próprias transformações (ISNARD, 1978, p. 8).

O espaço geográfico trata-se de uma construção contínua da sociedade e é um produto final que, de geração em geração, se reproduz e se adapta em função das necessidades, é do estágio de evolução dos grupos humanos que o ocupam (ISNARD, 1978). Esta relação de adaptação e reciprocidade constantes conferem os traços de identidade e pertença do Ser Humano em relação ao espaço e do espaço em relação ao Ser Humano. O autor reforça a ideia de que o espaço geográfico é um produto social que reflete os processos e as transformações sociais, económicas, culturais, políticas que nele decorrem.

Como toda a obra exprime a personalidade do seu autor, o espaço modelado à imagem da sociedade reflete as suas características específicas: ele é a projeção dessa sociedade no solo. Desse modo, a sociedade e o seu espaço constituem um

todo indissociável, em um sistema de interações, onde a sociedade se forma, criando o espaço (ISNARD, 1978, p. 9).

SANTOS M. (1988) afirma:

(...) que o processo de globalização acarreta a mundialização do espaço geográfico cujas principais características são, além de uma tendência à formação de um meio técnico, científico e informacional: a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais de economia internacional; a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço (SANTOS, 1988, p. 50).

Ainda segundo o mesmo autor,

(...) o espaço seria um conjunto de objetos e relações que se realizam sobre estes objetos. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados por objetos naturais e artificiais, (SANTOS, 1988, p. 71).

Neste sentido, (DOLLFUS, 1991) refere que o espaço geográfico surge como esteio de um sistema de relações, algumas determinadas a partir do meio físico e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização social e económica, do nível das técnicas.

O espaço não é estático, é dinâmico e vai-se modificando dialeticamente de forma permanente.

Para GOMES (2002), citado por CABRAL (2007), existem três características que definem o espaço geográfico: *é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material e substantiva; compõe-se pela dialética entre a disposição e as ações ou práticas sociais; a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência* (CABRAL, 2007, p. 144). *O espaço deve ser analisado como um texto, onde as formas são portadoras de significados e sentidos* (GOMES, 1997, citado por CABRAL, 2007, p. 145).

Estas alterações são visíveis na paisagem, reflexo dos processos de transformação que, ao longo do tempo, pelos mais variados fatores, ocorrem. Como afirma GUGLIELMO (1980),

(...) para compreender de maneira justa o papel do meio natural na vida dos grupos sociais é preciso ter um conhecimento prévio e exato dos fatores que determinam a ação do homem sobre a natureza, fatores que precedem da geografia humana. Inversamente, para compreender com justeza a influência do homem sobre o meio natural, é preciso um conhecimento prévio de todos os fatores independentes do homem na evolução desse meio físico (GUGLIELMO, 1980, p. 37).

GEORGE (1973), citado por MORO (1992, p. 40) considera que:

(...) a noção de paisagem rural é uma primeira abordagem sintética e concreta da organização do espaço geográfico por diferentes formas de sociedade e em certas conjunturas económicas. Descritiva antes de ser explicativa, ela dá-nos conta da marca cumulativa da ação das sociedades rurais sobre o seu solo.

WAIBEL (1958) alerta para a necessidade de não se fazer apenas: *(...) apenas uma anatomia da paisagem: é preciso também compreender a sua fisiologia. Isto é, não basta descrevê-la; é necessário interpretá-la, compreender como funciona cada um dos elementos que nela se refletem (WAIBEL, 1958, citado por MORO, 1992, p. 40).*

SANTOS M. (2000) refere que o espaço geográfico pode ser definido através de duas categorias: a sua configuração territorial e as suas relações sociais. Considera a configuração territorial como sendo o sistema natural existente em determinado local e as alterações introduzidas pelo Ser Humano nesse mesmo sistema. O autor crê, no entanto, que, ainda que a configuração territorial tenha propriamente a ver com o espaço, é antes, a expressão das relações sociais que se materializam no local e o configuram. Afirma, inclusive, que a configuração territorial é um produto da história, isto é, desde o espaço natural original até à perda das características primárias, resultantes da humanização.

Para LEFEBVRE (1991), o espaço social é um processo evolutivo e o autor destaca três pontos de vista sob os quais poderemos analisar o espaço:

A prática espacial - que corresponde ao espaço percebido; as representações do espaço - correspondem ao espaço vivido; os espaços de representação - que apresentam simbolismos complexos, são ligados ao lado subterrâneo da vida social e à arte. Correspondem ao espaço vivido através de imagens e símbolos, espaços de habitantes. Trata-se de um espaço dominado, mas que a imaginação tenta modificar e apropriar. Penetrados de imaginário e simbolismo, eles têm um núcleo afetivo (LEFEBVRE, 1991, p. 45).

É neste último ponto que poderemos enquadrar os territórios literários.

O espaço é, enfim, uma síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as suas formas de organização. Ao ser entendido como um produto histórico e social, subentende-se que as atividades sociais se materializam espacialmente, ao longo do tempo (CARLOS, 2007). A sua organização depende, acima de tudo, das transformações e experiências sociais.

Construídos socialmente, os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributários de um universo relacional: da relação entre as coisas espacialmente distribuídas, da relação entre os objetos e das suas funções, da relação entre esses objetos e as práticas que aí têm lugar, dos lugares com as coisas e assim sucessivamente (GOMES, 1997, citado por CABRAL, 2007, p. 145).

O centro das preocupações do geógrafo é a análise e a definição do espaço organizado pela ação humana. A “natureza” fornece a matéria-prima maleável, mais ou menos rica em possibilidades; mas sem a ação humana só haveria sobre a terra ecossistemas necessariamente determinados pelas leis da organização

biológica. Um espaço geográfico é totalmente diferente de um ecossistema na medida em que é administrado pelas mãos do homem. Trata-se de uma matéria-prima elaborada que já perdeu as características do seu estado natural, sendo transmitida através das gerações que nela projetam as suas próprias transformações (ISNARD, 1978, p. 8).

Podemos então afirmar, tal como defende o autor, que o espaço geográfico corresponde a uma criação contínua da sociedade, é um produto social que se reproduz e adapta de geração em geração, de acordo com as necessidades dos diferentes grupos humanos que lhes estão na gênese. À medida que a sociedade se vai desenvolvendo e encontrando novos caminhos para a sua subsistência, também a própria estrutura do espaço geográfico se vai alterando. Não podemos esquecer-nos de que existe uma relação de reciprocidade, comprometimento e responsabilização entre o Ser Humano e o espaço.

O espaço, como dissemos, é uma matéria-prima que a ação humana modela de acordo com as suas necessidades. Diferencia-se de outras matérias-primas pelo facto de que, após o uso, ele é recuperável, dispondo-se a novas combinações. Mas o crescimento da população poderá torna-lo uma matéria-prima cada vez mais rara, o que provavelmente conduzirá a uma ávida disputa entre os Homens (ISNARD, 1978, p. 10).

Para GASPAR (2008), o conceito de espaço é definido, no sentido geral, como a porção da superfície terrestre geograficamente diferenciada.

FERREIRA (2006) defende que *a noção de espaço está inerente ao Ser Humano e, como formas de vida racionais, atribuímos a todos os objetos e acções, não só uma determinada espacialidade, como uma temporalidade e uma causalidade* (FERREIRA, 2006, p. 65). O autor defende que o espaço é uma das noções primárias e basilares da Geografia, não só o espaço físico, mas o espaço social que resulta da apropriação dos grupos humanos tornando-se o substrato das relações de poder existentes e que conduzem à sua estruturação organizacional (Figura 7).

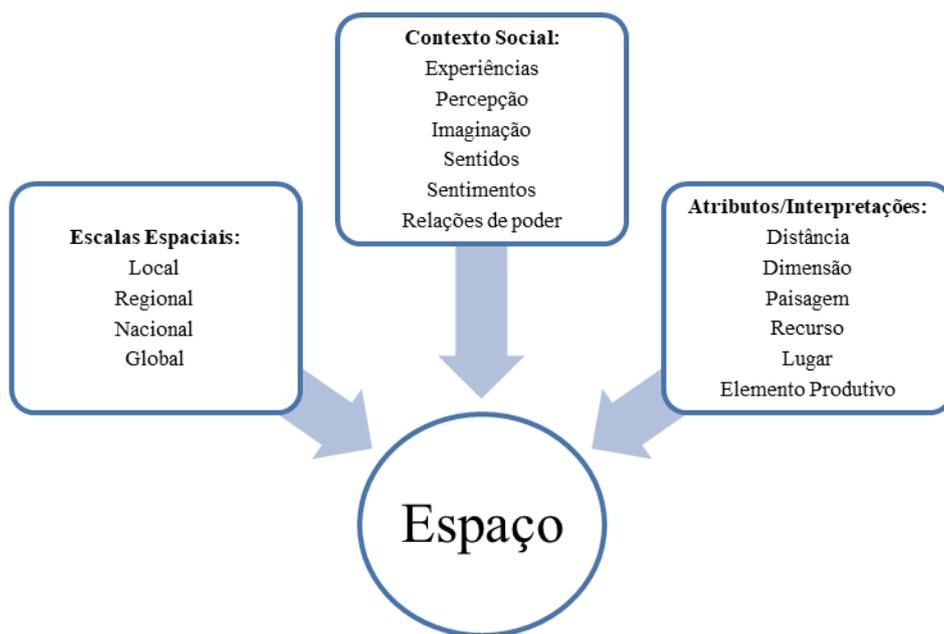


Figura 7-Conceito de Espaço

Fonte-Adaptado de FERREIRA (2006, p. 66)

As abordagens que se apresentem relativamente a este conceito decorrem da evolução da própria disciplina que o estuda. Há uma indissociabilidade entre a Geografia e o espaço georreferenciado, relativo a uma determinada localização, única, especificada através de um sistema métrico de coordenadas.

O espaço geográfico é o contínuo resultado das relações socio espaciais. Tais relações são económicas, políticas e simbólico-culturais. A força motriz destas relações é a ação humana e as suas práticas espaciais (LEFEBVRE, 1991). Podemos concluir que o espaço geográfico é um conceito interligado com a Nova Geografia e os modelos de análise espacial, desenvolvidos nos anos 50 e 60 do século XX, com o objetivo de evidenciar estruturas e processos de organização espacial relativamente regulares. Por oposição o território tem o sentido de identidade e de apropriação de um espaço, com uma localização exata, uma situação, dimensão, forma, espaço físico, propriedades e aptidões. Estas características interessam por si mesmas, mas, acima de tudo, pela utilização que o Ser Humano faz delas, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades (ALEGRIA s/d).

ISNARD (1978) defende que o espaço do geógrafo tem características diferentes do espaço natural. Para este autor, o espaço natural é uma matéria-prima mais ou menos insubmissa e degradável, cujas características convêm conhecer. Quando o objeto de

estudo é a análise da estrutura, das inter-relações espaciais organizadas pela ação humana, compete então à

(...) Geografia, procurar o essencial das suas explicações, não tanto nas relações entre esses espaços e os espaços naturais nos quais se estabelecem, mas antes nas suas relações com as sociedades que se realizam ao produzi-los. A Geografia, ciência social, propõe-se a reencontrar o homem na criação do espaço (ISNARD, 1978, p. 15).

HARVEY (2015) tem discutido as questões da definição do espaço, de modo particular, no que diz respeito à sua organização. O autor apresenta a seguinte definição:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele torna-se uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenómenos. A conceção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio facto dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional- espaço considerado no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1973, p. 13, citado por HARVEY, 2012, p.128).

Deste modo os processos não ocorrem no espaço. Este é interno ao processo. Assim o espaço apresenta uma determinada estrutura organizacional, reflexo da evolução dos grupos humanos que o transformaram e que a ele, para sempre, ficaram associados. No quadro do seu funcionamento, existe uma dimensão cultural e uma dimensão material, organizacional, que lhe confere especificidade relativamente a outros territórios, como tal não podemos dissociar a cultura da definição do conceito de território.

Ao analisarmos este conceito na perspetiva cultural da Geografia, como afirma CLAVAL (1999), *o espaço é uma entidade que possui significados diferentes, dotada de identidades que são construídas a partir da interpretação dos próprios indivíduos* (CLAVAL, 1999, p. 34). Esta definição decorre da necessidade que os Seres Humanos têm em perceber e descobrir as dinâmicas do seu entorno físico e cultural, que cada qual interpreta de acordo com os seus valores e crenças.

O espaço geográfico corresponde aos espaços produzidos pelo Ser Humano em diferentes temporalidades e é formado pelo resultado material acumulado das ações através do tempo e pelas ações atuais que lhe atribuem dinamismo e uma funcionalidade. Assim, o espaço está em constante processo de transformação e concomitantemente de acumulação do legado anterior, que não se perde.

Diante da necessidade de conhecer o passado para compreender o presente e pensar o futuro, a temporalização é intrínseca à própria análise espacial. A relação espaço-tempo deve ser abordada dialeticamente, conforme o tempo histórico e das coexistências, considerando o movimento, as mudanças e permanências que conjugam o processo histórico (SAQUET, 2005, p.35).

O Ser Humano ao dominar técnicas, ao longo da história, vive em sociedade, ocupa, modifica e localiza-se no ambiente natural. Ao movimentar-se, inscrevendo-se num novo lugar, des-re-territorializa-se social e espacialmente (SAQUET 2005). O espaço geográfico corresponde, assim, aos espaços produzidos pelo homem em diferentes temporalidades ao relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza no lugar em que vive.

Logo, o espaço é formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade (SANTOS; 2009, p.106).

Os territórios formam-se no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território pode então ser definido como uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais e imateriais (MARQUES, 2010).

No território existe uma conjugação de fatores (Figura 8) que se intercecionam no tempo histórico e no espaço. (SAQUET, 2007).

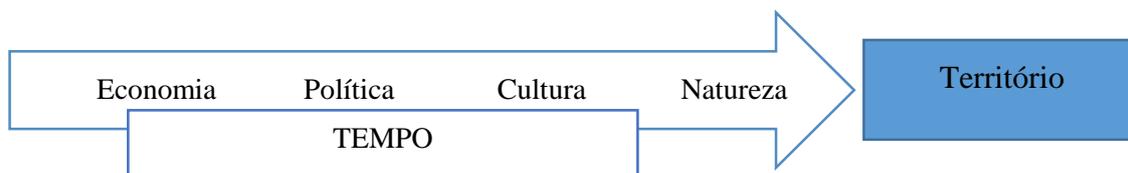


Figura 8 - Fatores de interceção do território

Fonte - Adaptado de (SAQUET, 2007)

Estes fatores têm relações de reciprocidade, dependência e interdependência, que posteriormente se materializarão nos territórios, nos processos sociais, *no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade quotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades*. (SAQUET, pp. 57-58, 2007). Assim, o território é apropriado e construído através de processos sociais, nos quais a natureza está presente através das relações que se vão estabelecendo e desenvolvendo, de acordo com as dinâmicas dos grupos sociais. De acordo com o mesmo autor no território *há territorialidades, descontinuidades, múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade*.

É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao Homem, obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade (s). O território é processual e relacional (i)material. SAQUET, p.73, 2007).

RAFFESTIN (1993) apreende o espaço enquanto palco das ações em que os sujeitos são atores. Neste caso, havendo a apropriação de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O território é uma produção a partir do espaço. O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e ou vivido (ABRÃO, 2010, p. 57).

As diferentes significações de território mudam de acordo com o modo como a sociedade que se reorganiza.

Se definirmos o território como agregado de sistemas de ações e sistemas de objetos, poderá significar que espaço e território, embora diferentes, são o mesmo. Será pacífico afirmar-se, então, que todo o território é um espaço (nem sempre geográfico, podendo assumir configurações sociais, políticas, culturais, cibernéticas, entre outras). Por outro lado, é também evidente que nem sempre, e nem todo o espaço, é um território.

Além disto, o espaço é perene, permanente, e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para que as relações sociais possam efetivar-se, estas produzem, de modo contínuo, novos espaços e novos territórios de contornos contraditórios, interdependentes e conflituosos. Estes vínculos são indissociáveis (MARQUES, 2010).

2. Território

Quando delimitamos as relações sociais e a apropriação que é feita do espaço geográfico, através da criação de laços de identidade, estamos a definir um território. A sua definição está diretamente relacionada com a apropriação que os indivíduos ou o seu conjunto, fazem de um determinado espaço, assumindo como suas as características que, na realidade, eles próprios sulcaram na paisagem e que registam o quadro da sua evolução. O território *implica uma apropriação, um ordenamento, uma identificação por parte de um grupo social* (GASPAR J. , 2004, p. 182).

Na Geografia Tradicional, o território é entendido como uma porção delimitada da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano (CABRAL, 2007). RAFFESTIN (1993, p. 143) estabelece a diferença entre o espaço e território dizendo que, ao apropriar-se concreta ou abstratamente de um espaço o ator territorializa-o. Para o autor, o espaço vem primeiro, o território vem depois. Assim, podemos afirmar que os territórios se constituem no espaço geográfico a partir das diferentes relações sociais que aí se estabelecem podendo também definir-se como multidimensional.

Para MARQUES (2010), todo o território é um espaço nem sempre geográfico, podendo assumir configurações sociais, políticas, culturais, cibernéticas, entre outras.

Os territórios movimentam-se e fixam-se sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há geralmente uma multiplicidade de territórios. São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa, no entanto, o espaço é um a priori ao passo que o território se caracteriza por ser um à posteriori (MARQUES, 2010, p. 79).

SOUZA (2001) defende que o território é um espaço que deverá ser definido e delimitado a partir das relações de poder que nele se estabelecem.

Para HAESBAERT (2012) são várias as concepções que o autor propõe para a definição de território: **1) política**, referida às relações espaço-poder em geral, ou jurídico-políticas relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas, em que o território corresponde a um espaço delimitado e controlado, e através do qual se exerce um determinado poder; **2) cultural ou simbólico-cultural**, em que o território é entendido como produto da apropriação/valorização simbólica e subjetiva de um grupo em relação ao seu espaço vivido; **3) económica**, na qual o território comparece como fonte de recursos; **4) naturalista**, fundada na ideia do território a partir das relações entre sociedade e natureza e do comportamento *natural* do Ser Humano em relação ao seu meio físico. Ainda para o mesmo autor (...) *o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controlo político e económico do espaço e a sua apropriação simbólica, ou conjugados e mutuamente reforçadas ou desconectados e contrariamente articuladas* (HAESBAERT, 2012, p. 121).

A dimensão cultural ou simbólico-cultural é aquela com a qual mais vamos trabalhar pois, segundo o autor, esta remete para a assumpção do território em termos do seu papel diferenciado em que os grupos humanos se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afectivo que é mantido pelas representações culturais.

RAFFESTIN (1993) diz-nos que esta dimensão (...) *reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma colectividade e pelas sociedades em geral* (RAFFESTIN, 1993, p. 16).

Foi no início do século XX que os conceitos de território e territorialidade ascenderam de forma definitiva ao domínio científico: o primeiro como sendo a apropriação biológica de uma área delimitada por uma fronteira e que se torna exclusiva de determinados membros de uma espécie e, o segundo, como sendo uma conduta característica adaptada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo (HOWARD, citado por BONNEMAISON, 2002).

Esta organização resulta da adaptação inevitável do meio ao estabelecimento de um povoamento, suas atividades de produção e os seus meios de circulação.

MARIVONNE e BERRE (1994), citados por ALEGRIA (s/d), definem território como a porção da superfície terrestre apropriada por um grupo social, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a satisfação das suas necessidades. Assim, qualquer território, mais ou menos extenso, é delimitável com características físicas e culturais distintas dos demais; resulta de processos contínuos de apropriação pelos grupos humanos que o habitam; a sua manutenção exige intervenções por parte do grupo que o habita; cada geração herda territórios específicos que organiza de acordo com determinadas práticas territoriais, necessidades e intenções, o que torna o território dinâmico e mutável.

De acordo com ALEGRIA (s/d), o território pode ser analisado sob diferentes perspectivas que passamos a apresentar: como **organização social** - cujo objetivo passa por perceber o território como um todo organizado, analisando as relações existentes, processos de decisão, graus de coesão, formas de relações entre pessoas ou entre coletividades, memórias reais ou apenas supostamente vividas; **materialidade natural** - que reporta para os aspetos físicos do território, nomeadamente aqueles que se referem aos aspetos geográficos físicos tais como o relevo, o clima, o solo, a vegetação, entre outros; **entidade territorial** - identificável com um nome que, para além de permitir distingui-lo de outro, possibilita também a apropriação aos que o utilizam e se identificam com ele enquanto unidade.

O desenvolvimento da sociedade confere novas dinâmicas territoriais e conseqüentemente faz surgir novos territórios com as intrínsecas dinâmicas, que não são mais do que a evolução das relações existentes entre os grupos humanos e o espaço, muitas vezes associadas à satisfação das suas necessidades primárias ou não. À medida que as próprias necessidades se modificam, também as relações se vão alterando e vão

surgindo novas territorialidades. Territorializar significa criar mediações espaciais que proporcionam poder multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e ou apropriação, sobre a reprodução dos indivíduos e grupos sociais. SACK (1986), citado por HAESBAERT (2012), define territorialidade como o controlo de um grupo humano e/ou de um indivíduo sobre uma área, com o intuito de influenciar ou controlar pessoas, fenómenos ou relacionamentos. Nas perspetivas relacionais, entende-se o poder, não apenas a partir da dimensão material das relações sociais, mas também da dimensão simbólica das representações (Figura 9).

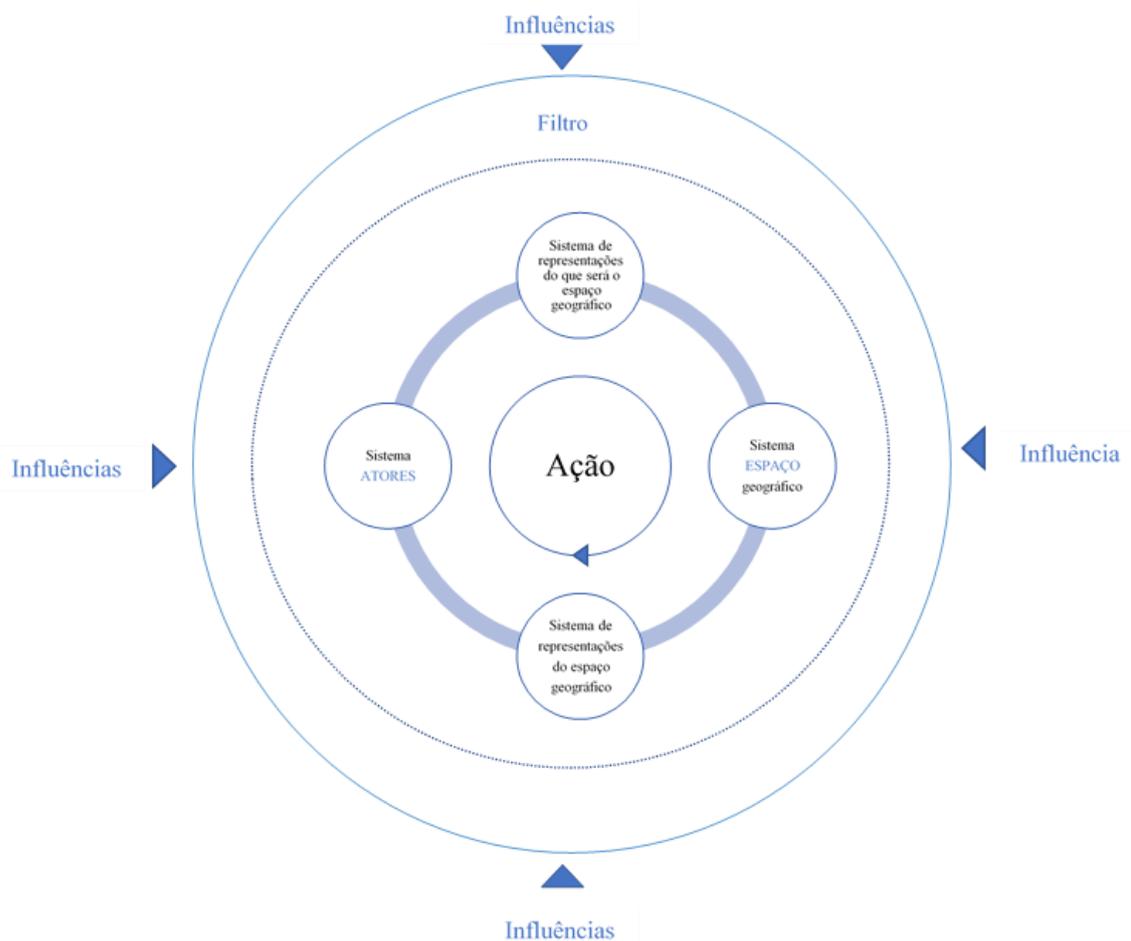


Figura 9 - O ciclo de retroação que dinamiza os territórios

Fonte - Adaptado de MOINE (2006, p. 121)

Para LE BERRE (1992), um território pode ser definido como uma porção da superfície terrestre, apropriada por um determinado grupo ou comunidade de indivíduos, com o

objetivo de assegurar a sua reprodução e satisfazer as suas necessidades básicas. Trata-se, portanto, de uma entidade espacial, um lugar intrínseco a um grupo determinado e, conseqüentemente, impossível de ser dissociado dos modos de vida que caracterizam esse mesmo grupo humano que, por sua vez, não são mais do que o reflexo das características do espaço físico e a sua adaptação, ao longo da História. Assim, existem diferentes representações patrimoniais, simbólicas e, algumas delas, até imaginárias, que resultam desta ação sobre o espaço. Entender um território significa, antes de tudo, destacar as interações entre um grupo social e o seu território. Podemos considerar que essa entidade constituída pelo conjunto de interações que um grupo mantém no tempo com o seu território, em conexão com o mundo exterior, é um espaço geográfico.

De acordo com MOINE (2006), todos os territórios compreendem três componentes ou entidades: **um nome** - qualquer território resulta de um processo de apropriação de um espaço por um determinado grupo social. Dar um nome a um território, descoberto ou conquistado, é uma das primeiras manifestações da sua apropriação, que permite que este seja cartografável e reconhecido por outros grupos como pertença de alguém, uma entidade delimitada no interior da qual o grupo exerce o seu poder; um espaço natural sobre o qual o homem exerce a sua ação antrópica; **uma morfologia** - única e original com os seus diversos recursos naturais que podem simultaneamente ter efeitos positivos ou funcionar como entraves ao desenvolvimento dos grupos humanos, que aí se fixam, de acordo com as suas características originais ou com a forma como são aproveitados; **uma governança** - a apropriação de um território também supõe uma organização incorporada pelos atores e os seus comportamentos. Esta governança é refletida nos fluxos de informação e decisões que gera por sua vez outros fluxos (produtos, dinheiro, bens, energia) entre os lugares estruturados por redes de territórios.

Os territórios, como organismos vivos, nascem, vivem, desenvolvem-se, morrem e deixam marcos históricos diversos (de natureza económica, social, política ou natural).

Em síntese, podemos dizer que o território é um pedaço mais ou menos extenso da superfície terrestre, com uma dada localização e características naturais que lhe conferem certas especificidades, devido à sua posição em latitude e longitude, ao clima, à distribuição das terras e dos mares, relevo, solo, distância a outros lugares, entre outros; qualquer território resulta de um processo de apropriação de um dado pedaço de terra pelos grupos que o habitam. Essa apropriação pode ficar marcada por lutas ou disputas,

mais ou menos violentas, com outros grupos sociais que reivindicam direitos sobre o mesmo território. Pode decorrer de um processo histórico de descoberta e ocupação, de que resultam certas áreas de extensão delimitada, apropriadas pelos habitantes; a manutenção do território exige certos tipos de intervenção, de organização territorial, que pode ser entendida como um conjunto de ações de um grupo social, com o objetivo de manter alguma estabilidade e conseguir um uso perdurável do espaço que ocupa; cada geração herda territórios específicos que organiza de acordo com determinadas práticas territoriais, necessidades, intenções. Um território não é estático e imutável (ALEGRIA, p. 3, s/d).

SAQUET & SILVA (2010) defendem que o território corresponde aos complexos naturais modelados e às construções decorrentes da atividade humana.

O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com o conteúdo técnico e social. Objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território (SAQUET & SILVA, 2010, p. 41), (Figura 10).

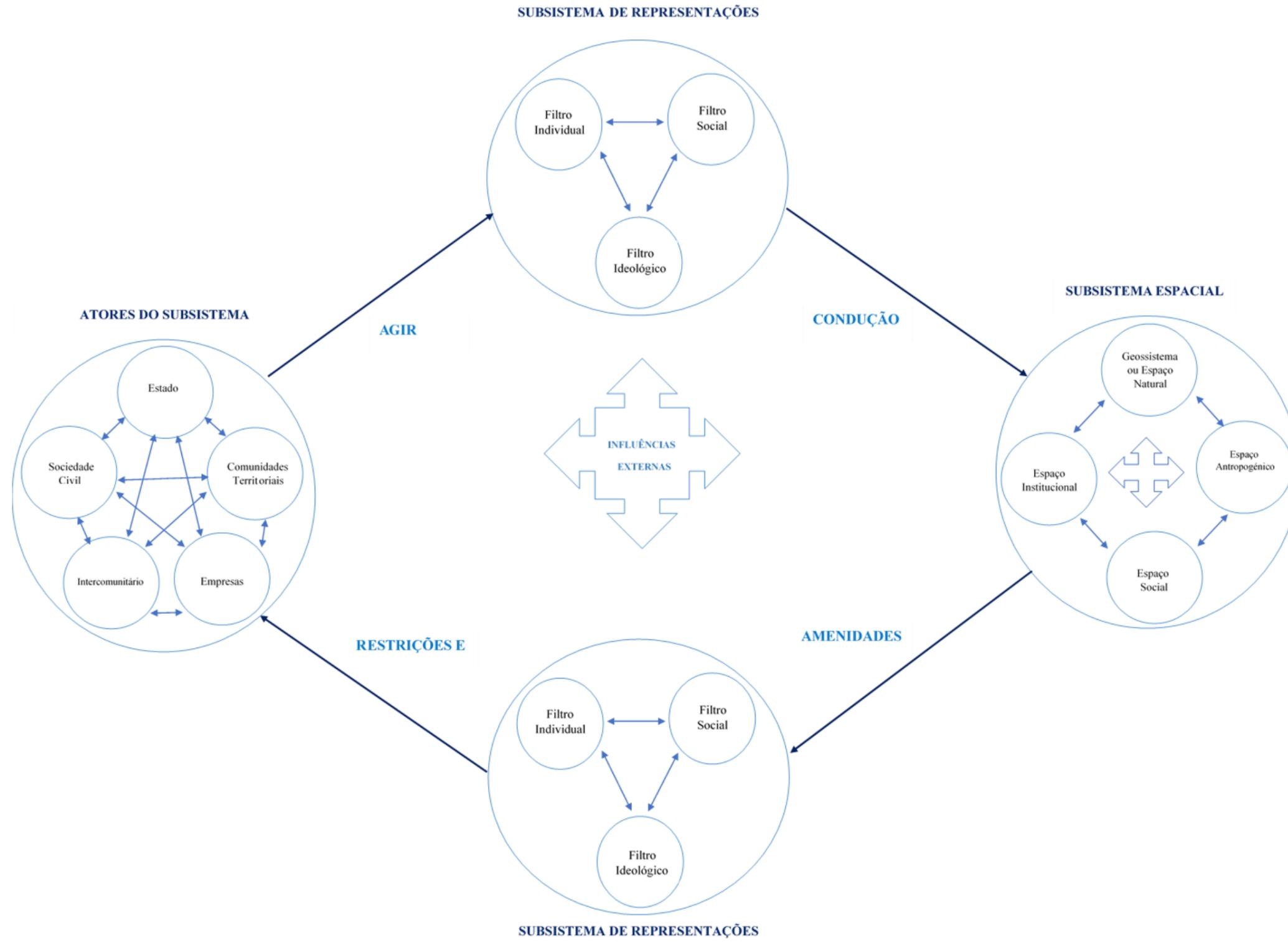


Figura 10 - O Sistema Território: um conjunto de subsistemas em inter-relação

Fonte - Adaptado de MOINE (2006, p. 124)

Para MACHADO M. S. (1997), *o território envolve não só o aspeto físico ou material, mas também tudo aquilo que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial* (MACHADO, 1997, p. 26).

O território é assim constituído por um conjunto de sistemas e subsistemas naturais aos quais acresce a ação do Ser Humano. Podemos afirmar que os territórios são construções sociais que ao substrato natural e físico juntam as bases técnicas decorrentes das práticas sociais. A evolução das técnicas utilizadas e dos grupos humanos que habitam o espaço físico, no fundo a História, faz evoluir as dinâmicas existentes nos diferentes territórios. BONNEMAISON e CAMBREZY (1996, p.7) distinguem o território cartesiano e da pós-modernidade. Para os autores, *o território cartesiano é uma entidade, uma parte situada no espaço (lugar) localizado dentro de um espaço fechado, um polígono delimitado por fronteira. Na pós-modernidade o território tem o sentido de pertença, que resulta da representação e da identidade cultural* (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996, p.7, citados por ROCHA & ALMEIDA, 2005, p. 11). Há aqui uma clara distinção com o território definido por Ratzel, pois o que define o território é a identidade cultural.

Para SANTOS (2011) o elemento territorial é considerado como um fator decisivo, eventualmente, determinante, na identidade sociocultural, económica, política e estratégica das comunidades humanas politicamente organizadas.

O território é, então, uma entidade real, vivida de maneira específica por quem o habita.

Tal como referido por MARQUES (2010), o território é um espaço social produzido e delimitado por uma fronteira que pode ser visível ou invisível, material ou imaterial, mas que se traduz num conjunto de representações que se materializam em modos de ser e de estar dos grupos humanos. O território pode constituir-se como um importante recurso para o desenvolvimento económico e social, através da sua transformação em atrativo e produto turístico.

Nesta perspetiva, incluem-se no processo de planeamento as diferentes dimensões do território, pondo em evidência a sua complexidade. O olhar holístico que aponta para a incorporação de recursos específicos, propicia a intervenção de alternativas de competitividade dos produtos que são gerados no interior de um território, vantagem essa

que é partilhada coletivamente. Este processo é ainda responsável pela construção do património sociocultural baseado na tradição histórica local, ao mesmo tempo que possibilita apontar alternativas inovadoras. Aos poucos sedimenta uma memória coletiva, re-articulando os saberes e relações com o meio natural e com o património material e simbólico, desencadeando processos que conduzem à construção da cidadania. O conceito de território é detentor da noção de património sociocultural e reclama a necessidade de mobilização dos recursos e das competências, atribuindo responsabilidades sociais, através de processos participativos. Deste modo, a mobilização do património local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos materiais e imateriais, e dos produtos locais, como componentes do património sociocultural coletivo (MARQUES, 2010, p. 80).

A partir do momento em que se começou a verificar uma preocupação generalizada com a revitalização dos espaços rurais, para além dos espaços físicos, mas entendidos acima de tudo como espaços sociais, o rural ganhou um novo dinamismo e um conjunto de impulsos conducentes à sua (re)valorização. Esta valorização tende a distanciar-se, na maioria dos casos, da conceção setorial assente sobretudo na atividade agrícola. Presencia-se nas últimas décadas a proliferação de quintas projetadas para o desenvolvimento de atividades de lazer destinadas à classe média urbana e acessivelmente localizadas em relação aos grandes centros urbanos, estas

(...) possuem actividades diversificadas como a apicultura, a criação de peixes, de aves e de outros pequenos animais, ou a produção de chás, de flores, de plantas ornamentais, de frutas, hortaliças, assim como actividades de recreio e de turismo (como o turismo de habitação, o agroturismo ou o turismo rural) e que apresentam um impacto positivo na preservação e conservação da paisagem, ao mesmo tempo que viabilizam economicamente os espaços condenados ao despovoamento (MARQUES, 2010, p. 84).

3- A Geografia Cultural – os conceitos de espaço e território

O Ser Humano é um dos principais agentes dos processos de mudança a diferentes escalas territoriais e temporais. Estas mudanças decorrem de um conjunto infinito de relações e inter-relações que se estabelecem e que provocam também elas alterações, quer no ambiente natural, quer no ambiente social.

As pesquisas científicas, nomeadamente no que diz respeito à Geografia, evoluem obrigatoriamente na tentativa de explicar as dinâmicas que ocorrem no território, partindo de paradigmas preexistentes ou entrando em rutura total ou parcial com eles, encontrando novos axiomas.

De acordo com CLAVAL, o objetivo da abordagem cultural da Geografia (...) *é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social e compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. Esta abordagem integra as representações mentais e as reações subjetivas que (...)* (CLAVAL, 2002, p.20) permitem uma análise profunda acerca dos percursos, individuais e coletivos, do Ser Humano localizados no tempo e no espaço.

Do ponto de vista das Teorias Pós-Modernas, cronologicamente balizadas a partir da década de 60 do século XX, (...) *o homem como entidade abstrata não existe, existem homens, que diferem em género, idade, ambiente natural e social em que vivem (...)* (CLAVAL, 2002). A sociedade é constituída por Seres Humanos que apresentam diferentes características etárias, de género, de comportamentos, entre outras características intrínsecas a cada um, e que são mutáveis; características fisiológicas e instrumentais, de acordo com o contexto físico e económico em que se encontram. *Os homens que estudamos pertencem a uma sociedade e a um tempo específicos (...)* (CLAVAL, 2002) e são analisados à luz das características do ambiente material e social e do lugar onde se encontram, a componente histórica é indissociável dos estudos pós-modernos da Geografia Cultural. Os indivíduos vivem num espaço concreto em processo de transformação e mudança, processo esse que se vai sulcando na paisagem, outro dos vetores das análises pós-modernas.

Falar de homens e não mais de homem, de grupos humanos e não mais da sociedade, e de lugares e não de espaço, implica a transformação completa do

empreendimento da interpretação científica: Homem, Sociedade e Espaço, são conceitos de extrema complexidade e de difícil definição. São entidades variáveis, dependendo dos ambientes, tempos e localidades em que são observados: passamos então de uma concepção substancial do homem, da sociedade e do espaço para uma concepção transaccional e relacional. Homem, sociedade e espaço deixam de ser definidos pela sua essência. Estes conceitos só podem ser compreendidos através de conjuntos de mudanças e relações que permitem defini-los e apreendê-los (CLAVAL, 1999, s.p.).

A partir da década de 90, do século XX, os estudos sobre o espaço e o território passam pela necessidade de compreender as influências histórico-culturais nas realidades sociais, resultantes da apropriação e construção de um determinado espaço geográfico, aspeto relevante na compreensão das dinâmicas locais (ABRÃO, 2010). Destacamos ainda um ressurgimento dos conceitos de natureza e cultura.

Podemos entender a Geografia Cultural, como um âmbito da Geografia, que se distingue dos demais pelo estudo, compreensão e interpretação da distribuição espacial das manifestações culturais, tais como manifestações religiosas, crenças, rituais, artes, formas de trabalho e, mais recentemente, os sentimentos dos diferentes grupos sociais, ou comunidades relativamente ao espaço geográfico em função da experiência vivida.

O estudo dos aspetos geográficos resultantes da ação do homem considera as diferenças entre as comunidades humanas, que as criam ou criaram, e se referem aos modos especiais de vida de cada uma das culturas.

A Geografia Cultural compara a distribuição variável das áreas culturais com a distribuição de outros aspetos da superfície da Terra, visando identificar aspetos ambientais característicos de uma determinada cultura e, se possível, descobrir que papel a ação humana desempenha ou desempenhou na criação e manutenção de determinados aspetos geográficos (WAGNER e MIKESELL, 2003, pp. 27-28 citado por MARTINS R. L., 2010).

A partir do Século XX passam a ser temas de estudo da Geografia Cultural, a ecologia cultural, a paisagem cultural, os modos de vida e a sua evolução e transformação no tempo e no espaço. Na década de 70 do mesmo século, importantes mudanças foram ocorrendo no campo de estudo da Geografia Cultural, nomeadamente a ampliação e inserção de novos referenciais teóricos e metodológicos, tais como: a vida quotidiana, a linguagem e a religião, as formas de expressão, dos significados comuns de grupos sociais.

Nas últimas décadas, a Geografia Cultural tem apresentado vários campos de análise entre os quais os estudos das concepções da paisagem. Um dos geógrafos contemporâneos, que mais se tem evidenciado na discussão e exploração destas questões é David Harvey. O autor defende que por “mais místicas e abstratas que possam ser as representações da paisagem de determinados lugares, os seus significados devem ser procurados num conjunto de relações sociais que podem ser delineadas. A partir da análise da obra de Harvey facilmente compreendemos que a produção do espaço, Quadro 2 é um processo simultaneamente material e social, não restrito às questões sociológicas, mas sobretudo no que aos interesses individuais e coletivos, assim como económicos diz respeito.

A partir da década de 90, do século XX, assistimos a um *cultural turn* onde as dimensões imateriais da cultura, os modos de vida, a produção e a manutenção dos significados sociais, as manifestações religiosas no espaço, as perceções e os discursos dos grupos humanos, assim como as representações que os codificam, passam a ser o enfoque prático e metodológico da Geografia Cultural, (BENATTI, 2016)

Quadro 2- Uma matriz dos possíveis significados de espaço

	Espaço material (Espaço Experimentado)	Representações do espaço (espaço conceptualizado)	Espaço de representação (Espaço Vivido)
Espaço Absoluto	Muros, pontes solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, reservatórios de água, delimitações territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados.	. Mapas de cadastro e administrativos, geometria euclidiana, descrição da paisagem, metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, ordenamento e localização.	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar, sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento, sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros (não pertencentes ao mesmo espaço físico)
Espaço (tempo) Relativo	Circulação e fluxo de energia, água, ar mercadorias, pessoas, dinheiro; aumento ou diminuição das distâncias.	Cartas temáticas topológicas; geometrias e tipologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, de mobilidade, deslocação, aumento ou compressão dos espaço-tempo)	Ansiedade por não chegar a horas; atração pela experiência do desconhecido; frustração no trânsito; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.
Espaço (tempo) Relacional	Fluxos e campos de energia eletromagnética; relações sociais; Superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte- Adaptado de Harvey, 2006,pp.22-23

Há, portanto, uma liminalidade acerca da espacialidade resultante de nos situarmos nas três dimensões de compreensão do espaço. A identidade é um conceito claro quando nos situamos no espaço absoluto, mas complica-se no espaço relativo e no espaço relacional (CORRÊA, e ROSENDAHL, 2012, p.146). Os espaços materiais (espaços conceptuais em palavras, gráficos, mapas, fotografias, em tentativas de se chegar a representações mais ou menos apropriadas e precisas) e os espaços representação (imaginações, medos, emoções, fantasias, e sonhos constituintes da forma como vivemos o espaço) também não são hierarquizados, estando igualmente em tensão dialética.

Harvey, e outros geógrafos culturais, defendem que apesar da abstração que caracteriza as representações das paisagens de determinados lugares, os seus diferentes significados devem ser encontrados no conjunto, diversificado de relações sociais, que possam ali existir. Com o *cultural turn*, e até um *post-modern turn*, focam demasiadamente o relacional e o vivido, como se o material e o absoluto não interessassem. *A ideia de paisagem da acumulação material leva claramente a um conceito e a uma experiência*

de cultura no contexto das transformações ocorridas nas sociedades ao longo do tempo (CORRÊA, e ROSENDAHL, 2012, pp.141-142).

De acordo com ARENDT, citada por SAHR, 2008, a Geografia Cultural passa a ser analisada e entendida como geografia da ação. No seguimento desta ideia, o autor subdivide-a em três elementos:

1) O trabalhar – entendido como força de trabalho, que acontece culturalmente dentro de padrões altamente normalizados, com forte dominação de esquemas culturais e semióticos de sistematicidade e homogeneidade. Normalmente as suas espacializações são basicamente voltadas à organização fixa de limites sociais e materiais;

2) os espaços do fazer - onde predomina a produção criativa através de atividades especializadas, que muitas vezes, juntam diferentes espacialidades. Nos territórios do fazer, a expressividade é maior e variada, e por isso, a significação faz parte integral desta forma de produzir. Neste campo, as atividades rituais (atos com significados conscientes), artesanais e artísticas predominam. Desenvolvem-se, também, espacialidades coletivas que permitem a construção de territórios de alteridade na vivência quotidiana. Os mais importantes exemplos são os espaços do mundo vivido familiar, espaços étnicos e de resistência, mas também os cenários sociais, artísticos e de fantasia. A sua integração sistémica coletiva permite uma maior individualização e diferenciação social e garante espaços de alteridade sem plena submissão ao sistema hegemónico.

3) agir - é uma espacialização da plena expressão humana. Constitui espaços que dificilmente podem ser intelectualizados ou semiotizados, mas que mostram alta criatividade. Esta criatividade agora no sentido de criação e não do fazer, apresenta-se em duas esferas: inventa linguagem inovadoras espaciais que permite a comunicação em territórios de liberdade como é o caso dos poetas, músicos, das atmosferas e virtualidades. (SAHR, 2008,pp.50-51).

Assim começa a existir, não só por parte dos geógrafos um interesse alargado em compreender e explicar os diferentes aspetos processuais e performativos da vida quotidiana, criando desta forma uma Geografia do que acontece (THRIFT, 2008).

Recentemente temos assistido a um crescimento interesse, por parte dos investigadores, nomeadamente geógrafos, em perceber e explicar os aspetos processuais e performativos da vida quotidiana.

Na sequência do interesse da Geografia sobre as estruturas sócio-espaciais (HARVEY, 1973), a identidade pessoal em relação ao lugar (TUIAN,1977) ou o papel dos símbolos e dos discursos (SOJA,1996), o interesse das teorias não representacionais passa a ser compreender os processos da vida quotidiana e explicar como os espaços, estruturas, práticas, identidades e relações sociais produzem experiências e afetações do dia-a-dia que potenciam ou são geradas pelos acontecimentos mundanos. (PAIVA, 2017,p.160).

Não podemos deixar de destacar, também, o aparecimento das Teorias Não Representacionais, cujos objetivos passam por compreender os processos da vida quotidiana e explicar como os espaços, estruturas, práticas, identidades e relações sociais produzem experiências e afetações no dia a dia que potenciam ou são geradas pelos acontecimentos mundanos. Para tal é de extrema importância perceber como é que as se desenvolvem as relações, os fluxos, os movimentos das coisas e os seus resultados.

Tal como afirma PAIVA, (2017, p.164),

(...) existem duas percepções que justificam esta intenção, por um lado a ideia que a vida é constituída por movimento, que se tem estabelecido por via da affective turn, cujos principais autores representam os fluxos afetivos como movimentos espaço-tempo que alteram constantemente o estado dos corpos envolvidos, como por via da ecologia política. Que tem apresentado a vida social e política como assemblages vibrantes compostas por movimentos que alteram o estado de coisas constantemente. Estas perspetivas têm animado abordagens vitalistas, as quais se focam na sobreposição de aspetos geo-culturais e fisiobiológicos na ação social. Por outro lado, a percepção de que no mundo atual os movimentos de pessoas bens e informação aumentam cada vez mais, e que muitos desses movimentos, especialmente os de informação, passam despercebidos, leva a um maior interesse nos espaços e movimento (THRIFT,2008).

A Geografia a partir das teorias não-representacionais procura observar principalmente o que se move, o que acontece, ou o que muda, afastando-se de leituras que abordam a distribuição de elementos humanos e não humanos no espaço e território como estruturas estáveis”. (PAIVA, 2017,p.165).

O objeto de estudo desta teoria suporta-se na noção de que o conhecimento não se pode separar da realidade a partir da qual emerge, contrariando a clássica visão cartesiana entre representação e realidade, ou entre mente e corpo.

Neste sentido a preocupação passa não apenas com as representações mentais da realidade (significados, sentimentos, discursos, estruturas), mas também com o modo como essas representações são produzidas corporeamente no decorrer das ações e interações de que o mundo é constituído (incluindo práticas, afetos, hábitos). (PAIVA, 2018).

Metodologicamente destacamos o interesse pelas metodologias que possibilitam a observação participante, na qual o investigador experiencia e vivencia no lugar aquilo que descreve indo muitas vezes além do que são as representações estáticas do conhecimento e não sentidas, mas aferidas através de longos processos de investigação. Mais do que descrever realidades importa estabelecer factos aquilo que LATOUR (2005) define como *matters of concern*, que para o autor ganha cada vez mais preponderância nos estudos de Geografia Cultural por complemento aos *matters of fact*. O autor propõe um foco nas formações sociais, no modo com os atores e actantes se conjugam na performatividade do dia-adia. THIRFT e DEWSBURY (2000) destacam também a importância desta observação participante como o principal meio de captar a performatividade, destacando o peso crítico e reflexivo que deve ter o investigador dada a subjetividade inerente à essência humana, é consequentemente à sua envolvência nos contextos que se propõe estudar. Esta imparcialidade nem sempre é simples de se conseguir, mas é essencial para a consubstanciação das investigações realizadas e os resultados obtidos. Um dos aspetos que se destacam, e que utilizaremos também no presente trabalho, é o recurso a tecnologias de registo, nomeadamente a fotografia, o vídeo, ou a fonografia como meio auxiliar de captação dos movimentos e efluxos sensoriais do dia-dia. SIMPSON (2012/2013) utilizou a fotografia repetida, com lapso temporal, opara estudar.

Em primeiro lugar, esta perspectiva teórica procura trazer o investigador para o centro da ação social, para possibilitar uma compreensão na prática dos fenómenos geográficos.

Este esbater da distinção entre teoria e prática nas teorias não-representacionais provocou um maior experimentalismo em termos de metodologias e métodos, que por sua vez resulta num maior leque de métodos e técnicas utilizadas por geógrafos. Deste modo, as teorias não-representacionais permitem entender aspetos antes negligenciados na experiência espacial, tendo obtido sucesso particularmente no estudo das práticas espaciais e a sua experiência.

Em segundo lugar, a abrangência das teorias não-representacionais e a desestabilização conceptual e metódica que provocam deu à Geografia Cultural mais instrumentos conceptuais e metodológicos para abordar os aspetos qualitativos de determinados fenómenos.

Para CLAVAL (sd), o principal objetivo dos estudos da Geografia Cultural, ou da abordagem cultural nas ciências geográficas, é entender a experiências dos homens (sociedade) no meio (social/ambiental), além de incorporar os significados e compreender tais estudos no meio e relacionar o nosso conhecimento e as nossas vidas.

Uma possível definição dessa “nova” Geografia Cultural seria: contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspetos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias e às formas de resistência. Para essa “nova” Geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída (CASGROVE, 2003, p.136).

Podemos afirmar que a cultura dá consistência a um grupo e é formada a partir de uma determinada realidade contextual, social e geográfica.

O fenómeno da globalização e o conseqüente aumento da mobilidade da população à escala mundial, induz ao aparecimento de novas conceções da explicação dos territórios, que vão além da perspectiva determinística, que durante largas décadas pautou os paradigmas das ciências sociais, entre as quais a Geografia e dentro desta a Geografia Humana e Cultural. Assim começamos a perceber que as diferenças culturais, com as suas matrizes, deixam de estar confinadas a um espaço, para que num mesmo espaço passemos

a ter uma multiplicidade de culturas, que nem sempre estão de acordo com a realidade natural.

Estas dinâmicas acentuam as diferenças culturais dos indivíduos e, conseqüentemente, a sua forma de agir e pensar no todo social e natural em que se inserem. Se por um lado os processos de integração são algo que, do ponto de vista do equilíbrio social, se almeja, por outro a diversidade confere heterogeneidade e riqueza à sociedade. Diferentes culturas num mesmo espaço são sinónimo, frequentemente, de modos de vida e hábitos de consumo semelhantes. Mas, apesar desta hegemonia de consumo, a identidade intrínseca à coesão de grupo, na individualidade de quem o constitui, mantem-se, *ao invés de se fundir e originar novas identidades coletivas, de acordo com a imagem do melting pot, elas tendem a afirmar-se e a opor-se, numa contra corrente, recusando a integração e por inerência a homogeneização, que é oferecida* (CLAVAL, 1992). Ainda de acordo com o autor,

A Geografia Cultural tem um campo de pesquisa heterogéneo, mas que não foi linear e estruturado ao longo do tempo. No entanto, as representações, crenças e sistemas de ideias na formação das paisagens e na organização do espaço, são fios condutores da análise geográfica, de âmbito cultural (CLAVAL, 1992).

A análise epistemológica permite-nos afirmar que deve existir, de forma permanente, uma análise crítica da cultura. Paul Claval defende a existência de diversos níveis de realidades culturais de extrema complexidade, tal como complexas são as sociedades. O autor sintetiza três conceções de cultura:

Quadro 3-Conceções de Cultura

	Conjunto de práticas; <i>savoir faire ou know-hows</i> de conhecimentos e de valores que cada um adapta de acordo com as suas necessidades; realidade, heterogénea, simultaneamente individual (resultante da experiência de cada pessoa) e social (resultante de processos de comunicação).
Cultura	Conjunto de princípios, regras, normas e valores que deveriam orientar as escolhas dos indivíduos. Afirmação de uma conceção imutável da cultura.
	Conjunto de atitudes e costumes que dão ao grupo social a sua unidade, aspeto de extrema importância na construção e manutenção da(s) identidade(s) coletiva(s).

Fonte - Adaptado de CLAVAL (2002)

DI Meo (2008) afirma que quando falamos em cultura estamos a referir-nos a uma produção social e histórica, a crenças, ideias e valores consubstancial à realidade material, com contextos objetivos da existência humana e com representações mentais mais abstratas. É uma construção coletiva, ideal e material, uma ideologia desenvolvida dentro de uma determinada sociedade, baseada nas suas especificidades internas e ambientais, mas também nos valores mais amplos que necessariamente compartilha com o resto do mundo. É um sistema de representações.

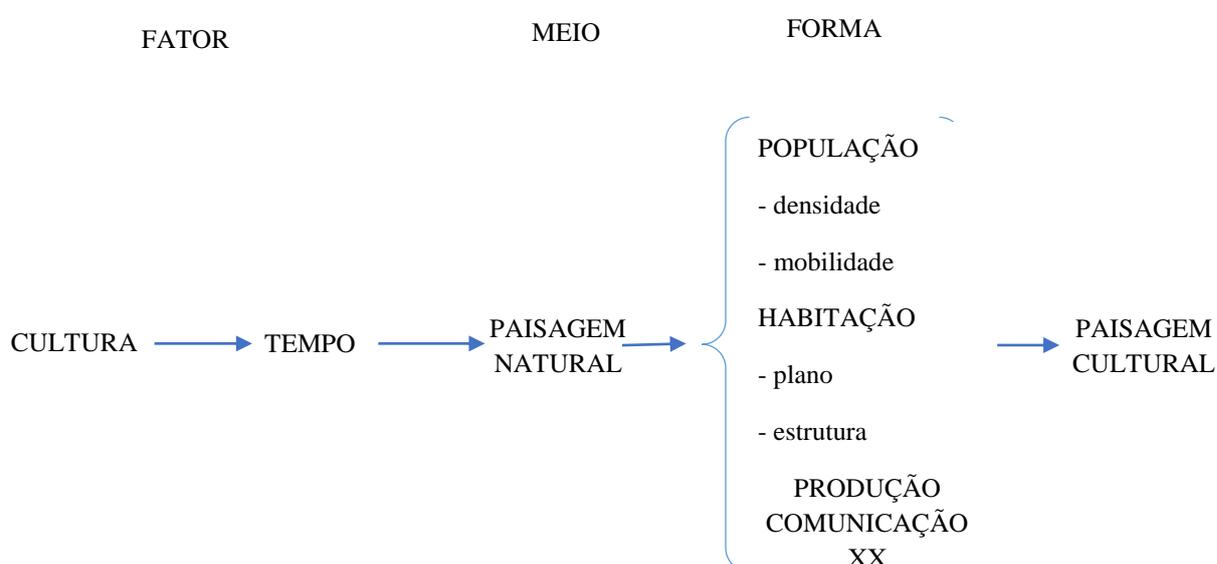
Para HALL (1995) a cultura é um sistema de significados compartilhados por pessoas pertencentes à mesma comunidade, grupo ou nação e que elas usam para interpretar e entender o mundo. Trata-se de uma dimensão presente nos diferentes subsistemas (político, económico, ideológico, geográfico) que constituem o sistema social.

Após a análise das diferentes definições de cultura, decorrentes da geografia cultural, concluímos que, apesar de estar assente em conceitos abstratos, ela concretiza-se nos comportamentos e nas ações dos indivíduos e das suas comunidades, conferindo-lhes identidade. Da mesma forma, as paisagens, reflexo dos modos de ser e estar, são outro dos elementos onde a(s) cultura(s) se manifestam e se transformam.

Nas correntes pós-modernas, o conceito de paisagem cultural surge associado à escola de Berkeley, na Califórnia no início do século XX.

Para Sauer a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Nesta equação *a cultura é agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado*, (SAUER, 1998), Figura 11.

Figura 11- Morfologia da Paisagem Cultural, Carl Sauer



Fonte – MARQUES & CARVALHO 2019

A partir da análise da figura anterior, percebemos que SAUER defende a paisagem natural como elemento de extrema importância na formação da paisagem cultural. As componentes naturais e históricas condicionam amplamente o tipo de paisagem cultural, que para o autor resulta da adaptação dos grupos humanos ao meio físico, de acordo com a resposta às suas necessidades.

A paisagem cultural surge assim como a corporização da ação, no tempo e no espaço, de um determinado grupo social. Através do estudo das paisagens podemos concluir acerca da evolução e dinâmica das próprias comunidades, cujas matrizes culturais vão ficando paulatinamente impressas na paisagem. Podemos assim comparar a paisagem cultural a um diário, em que as páginas são a própria paisagem, e a tinta colorida que as escreve é

o Ser Humano, que ao seu ritmo, vai decalcando e inscrevendo as suas dinâmicas, as mudanças, os comportamentos os hábitos, a história da sua existência, perpetuando-a muitas vezes de geração em geração.

A Ecologia Cultural é o resultado do trabalho de entendimento da produção de uma cultura, da sua área cultural e da sua paisagem cultural, o que ultrapassa a análise simples sobre os atores culturais e as suas ações. As ações dos diferentes atores culturais, inseridos numa cultura e num campo e relações específicas de um “modo de vida”, produzem sucessivos eventos históricos que promovem a qualidade da cultura em tempos distintos. (MARTINS R., 2010, p.27).

Destacamos a importância e o cuidado que deve ser tido ao analisar as relações existentes entre os diferentes elementos que constituem o sistema cultural, nunca esquecendo as condicionantes históricas.

(WAGNER & MIKESELL, 2003, p.50) defendem que qualquer ação humana na paisagem implica uma cultura, materializa uma história e exige uma interpretação ecológica; a história do seu povo evoca a sua fixação na paisagem, os seus problemas ecológicos e concomitantes culturais, e o reconhecimento da cultura exige a descoberta de traços que a mesma deixou na superfície terrestre.

A paisagem cultural pode ser compreendida como um produto concreto e característico da interação complexa entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais, (Wagner & MIKESEL, 2003).

De acordo com CASTROGIOVANNI (2002, p.65), (...) *paisagem é uma unidade visível do território, possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contém espaço e tempos distintos, o passado e o presente, ou seja, uma acumulação de tempos desiguais.*

Para além das definições apresentadas, que apresentam a paisagem cultural como o resultado da conjugação de fatores, de natureza diversa, ao longo do tempo cronológico, fica subjacente a ideia de que as paisagens estão em constante movimento, tal como estão

os fatores que a transformam e condicionam. No entanto, as paisagens são percebidas, por quem as observa abrindo um vasto espectro de interpretações justificadas por fatores extrínsecos à própria materialidade das paisagens.

MEINING (2003) concebeu a paisagem como uma cena cuja interpretação é feita por cada pessoa enquanto: natureza, habitat, artefacto, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética.

Autores como Gaston Bachelard em 1957, na sua obra “A Poética do Espaço”, analisa o modo como o Ser Humano se relaciona com o lugar habitado discutindo ainda as repercussões simbólicas das imagens dos lugares no seu subconsciente. Y-Fu Tuan em 1980 define como topofilia a atração que o Ser Humano sente por características do meio “espaço de nossa felicidade”. Em 2001 Eric Dardel designa por geograficidade, ou seja, a essência geográfica do ser-e-estar-no-mundo, enquanto base da existência e da experiência geográfica (fenomenológica) da paisagem e do lugar.

Os geossímbolos, símbolos edificados na paisagem materializam a topofilia e a geograficidade dos habitantes que constroem a sua história de vida com os lugares. Estes são códigos que devem ser decifrados pelo investigador, valorizados no passado e vivenciados no quotidiano.

BONNEMAISON, define geossímbolos como (...) *um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece com a sua identidade.*

Nestas circunstâncias, os símbolos, ganham significados de adesão e/ou rejeição ou ainda sentido de permanência, quando se materializam nos lugares, (ANJOS, 2019). Ou seja, segundo (BONNEMAISON, 1981, p.256) *o espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações; na sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores.*

Os geossímbolos fazem assim, parte da paisagem cultural que nos anos 90 do século XX, são enfatizadas relativamente aos processos socioculturais e políticos que permitem a sua interpretação. Este conceito, de acordo com (DOMINGUES, 2001) passa a incluir outras manifestações de paisagem, interpretando o tempo, o meio ambiente e as forças culturais que as modelam. De acordo com a UNESCO (2017, p.19) as paisagens culturais são ilustrativas da evolução da sociedade humana e dos ajustamentos que decorrem ao longo

do tempo, sob a influência das restrições e ou oportunidades físicas decorrentes do seu entorno natural e das sucessivas forças, sociais, económicas e culturais externas e internas. Destacamos o facto de que nas diferentes recentes definições que nos surgem acerca das paisagens culturais estar associada a existência de um (...) *sistema complexo, construído através de inúmeras inter-relações entre a comunidade e o território, que expressa os valores tangíveis e intangíveis e representa a identidade de uma determinada comunidade*, (CARVALHO e MARQUES 2019, p.93).

Aqui surge-nos aquilo que DOMINGUES designa por Paisagem-Património

(...) que constitui um caso especial em que por vezes se encontram sobrevalorizados os elementos pitorescos tradicionais (socalcos, muros, arquiteturas vernaculares, ruínas sítios arqueológicos, lugares excepcionais, simbologias, mitos...), convertidos em ícones de uma diversidade cultural perdida e em imagens de modos de vida supostamente harmoniosos e bucólicos (p.64).

Acreditamos que, os diferentes elementos da paisagem cultural e as suas características únicas, apresentam-nos um mosaico territorial diversificado e heterogéneo onde se demarcam diferentes identidades. No entanto,

(...) especialmente nas paisagens de interior, que sofreram com o êxodo rural e perda demográfica, profundas transformações, o sistema de equilíbrio da paisagem é progressivamente desconstruído, permanecendo por vezes, apenas resquícios de padrões espaciais e património construído pontual (graças a ações de preservação), como perduração de memórias da identidade local.
(CARVALHO, e MARQUES, 2019, p.90).

Estas memórias impressas nas paisagens e com significado para uma determinada comunidade ou grupo de pessoas pode tornar-se um geossímbolo. Por meio destes é que nos é possível identificar, singularizar e distinguir, nas suas particularidades uma paisagem em relação às demais. *A razão dos geossímbolos não é algum atributo físico intrínseco, mas a sua eficácia, articulando e simbolizando os verdadeiros sentimentos históricos de uma comunidade* (DELGADO,2005, p.68).

Concluimos, de acordo com BONNEMAISON (2002, p.124), (...) *o lócus da sua existência é uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos e, em definitivo, o lugar onde se inscreve o conjunto da visão cultural.*

Estes elementos podem, portanto, constituir-se como importantes atrativos que chamam atenção de quem as observa pelas representações e significados de que são revestidas.

Neste contexto surgem-nos, também, os territórios e as paisagens literárias, que através das obras de um determinado escritor, transmitem ao leitor uma imagem de uma cultura, representada através de símbolos, ficcionados ou reais.

2.1. Território e Paisagens Literárias

De acordo com MOYA (2004), a relação entre a Geografia e a Literatura já é longa e, esta corrente do pensamento geográfico, surge da necessidade de encontrar novas formas de compreensão da realidade, nomeadamente no que diz respeito à abordagem cultural em Geografia, cujos objetivos passam por identificar e explicar as relações humanas com o seu meio, e o modo como cada uma transpõe isso para a organização do espaço. Podemos designar esta relação como um dos princípios básicos da cultura ou dos diferentes sistemas culturais que daí decorrem.

Nos finais dos anos 70 do século XX, foram apresentadas em Toronto, pelo geógrafo de origem chinesa YI-FU-TUAN, uma série de preocupações relacionadas com as relações existentes entre o espaço geográfico e os indivíduos (MOYA, 2004). Este autor inquietava-se com o estudo e análise das relações de afetividade e pertença que os indivíduos tinham com o seu espaço geográfico. Na segunda metade dos anos 70, YI-FU-TUAN denominou de “aproximação humanista” esta nova corrente cujo principal objeto é *perceber o sentido dos lugares, a importância das vivências, realidade que torna indispensável e incontornável a realização de estudos aprofundados das realidades culturais* (CLAVAL, 1995, p. 35, citado por MOYA, 2004).

Neste âmbito, a produção literária, de modo particular as novelas, converteram-se em potenciais documentos de análise, uma vez que, pela mão do escritor, podemos ver a realidade através dos olhos das personagens ficcionadas, ou reais. A interpretação das obras literárias assume-se para a Geografia como mais um instrumento de análise e

investigação, do espaço e do território, que lhes serve de suporte. Assim, estas reproduzem, de acordo com o período histórico que retratam, os modos e estilos de vida, as características sociais, políticas, culturais e económicas dos grupos sociais que retratam de forma mais ou menos ficcionada. *Com as suas criações os escritores refletem, uma visão de vida, de espaço, de homem e de lugares de uma determinada sociedade, num determinado período de tempo* (OLANDA & ALMEIDA, 2008, p. 8). CLAVAL (1999) afirmava que,

(...) o romance se torna algumas vezes um documento: a intuição subtil dos romancistas, ajuda-nos a perceber a região pelos olhos das personagens e através das suas emoções. Já desde a década de 70 que na corrente anglo-saxónica os trabalhos sobre o sentido dos lugares interpretados através da literatura são em número significativo (CLAVAL, 1999, p. 55).

TISSIER (1991, p.237) destaca que o lugar e as experiências humanas se manifestam particularmente nas obras literárias e, através delas, podemos estudar os lugares como pontos da experiência humana, individual ou coletiva, que se traduz em traços culturais e de identidade. Nas obras literárias podemos depositar as representações, imagens e relações que se estabelecem entre o Homem e o Mundo (OLANDA & ALMEIDA, 2008, p. 14).

Na década de 80, VILAGRASA (1988) defendeu que a leitura geográfica das obras literárias deveria centra-se, acima de tudo, nas questões que reportam para as relações existentes entre os indivíduos e o seu entorno natural e social. Interessava, portanto, a descrição da transformação dos lugares ao longo do tempo e a sua materialização nas paisagens. VILAGRASA (1988) assumia as obras literárias como uma *biografia do espaço*.

Mais tarde, CARRERAS (1988) sintetiza em três fases a análise dos textos literários em Geografia: primeiro, a leitura geográfica das fontes literárias, através da localização dos lugares onde decorre o enredo; segundo, a organização sistemática, através da produção de cartografia, desses mesmos lugares, dos itinerários, e de outros elementos georreferenciáveis; e, por fim, análise espacial através de um estudo geográfico que,

mediante a descrição e as interpretações apresentadas pelo autor, nos permite a explicação e compreensão do território.

A Geografia e a Literatura cruzam-se, então, na dimensão de um enfoque cultural sobre o espaço e o ser social, independentemente de tê-lo como objeto, sujeito, manifestação ou como uma abordagem.

Alguns escritores, nas suas narrativas, reportam-se à descrição de lugares nos quais se desenvolve a ação dos protagonistas das suas obras. Esta aproximação da realidade conduz a sentimentos de identificação e pertença junto daqueles que comparam os textos ficcionados e o seu espaço, com o espaço geográfico. *Através da análise de algumas obras literárias descobrimos o ajustamento ficcional entre os lugares narrados e aquilo que na realidade existe* (MACHADO A., 2013, p. 103), permitindo-nos a construção de imagens mentais que por vezes podem ou não coincidir com o território.

Os territórios literários encontram-se muito relacionados com a literatura regionalista, uma vez que, os escritores que lhes estiveram na base mais não fazem que criar novelas ou contos ficcionados, com personagens ora criadas, ora recriadas em cenários reais, descrevendo aquilo que, em determinados momentos, já poderão ter sido as suas próprias vivências.

Para CLAVAL (s/d), os textos literários podem ser considerados importantes fontes do conhecimento do espaço geográfico.

Ao longo de algumas narrativas, dos percursos das personagens, das considerações do narrador, da descrição dos espaços físicos, sociais e psicológicos, vai o leitor resgatando, pela memória individual das personagens e dos narradores, as paisagens, a história e as estórias, as lendas, os mitos e as tradições que compõem o património histórico e cultural dos locais que inspira, o espaço físico onde as ações ficcionais se desenvolvem. Através dos textos o leitor reconstrói, a partir da memória individual, a memória colectiva (SARDO, p. 79).

Os territórios literários distinguem-se no contexto geográfico pela sua condição de cenários e identificam-se a partir de um escritor ou de uma obra (VILAGRASA e IBARZ 1988, citado por QUEIROZ, 2009). A sua fixação é um processo geralmente progressivo, espontâneo dependente da adesão dos leitores e do seu conhecimento dos lugares narrados como parte da realidade conhecida.

Muitos textos literários descrevem paisagens e desenvolvem a sua narrativa em torno de um espaço geográfico. ENSTICE (1979) designou-as por *landscapes of the mind* uma transposição da realidade interpretada a partir da literatura. As paisagens literárias estabelecem com a realidade dos lugares uma verosimilhança capaz de criar nos leitores uma ilusão de conhecimento e uma identificação territorial: os leitores partilham mentalmente os espaços descritos e assimilam essa Geografia. Esta relação é independente do realismo da descrição: estabelecida uma visão, as metáforas tornam-se mais reais do que os seus referentes e passam a integrar cenários (SCHAMA, 1995).

Estes territórios literários encontram-se conotados com algum ou alguns autores que partem dos territórios reais para apresentarem as suas obras (HERBERT, 1996). Estes territórios podem ser utilizados como forma de valorização e promoção do turismo literário como valência do turismo cultural.

HERBERT (1996) apresenta-nos esquematicamente as qualidades de um território literário, (Figura 12).

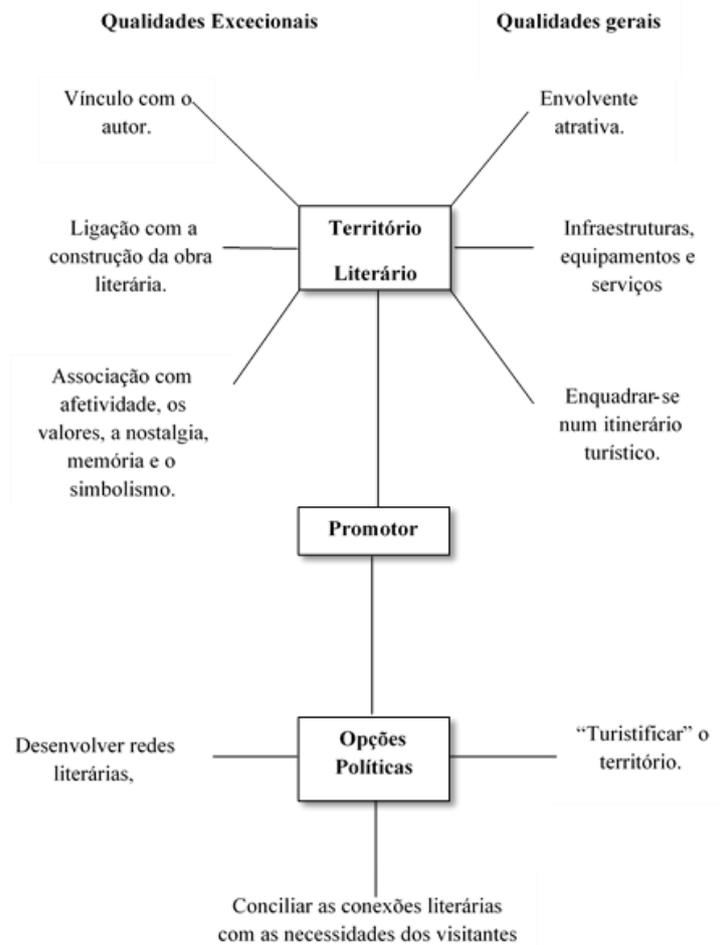


Figura 12 - As qualidades de um território literário

Fonte - Adaptado de HERBERT (1996, p. 79)

As obras literárias são um meio de transmissão de um conjunto, mais ou menos amplo, de significações ou de representações, reais ou ficcionadas, de um território. Este processo refere-se, por um lado ao autor que o escreve e por outro implica o envolvimento do leitor que se relaciona com o texto e o interpreta de acordo com as suas características intrínsecas e extrínsecas. *Através desse processo que envolve a literatura e os seus leitores, podem ser observadas as intersecções de um e outro que permitem o encontro e a modificação/transformação dessa consciência/conhecimento de determinado território, contribuindo assim para a formação de imagens mais complexas.* (BONA, 2014, p.92).

De acordo com (LANDO, 1993) as obras literárias possibilitam uma outra perspectiva de análise de um facto geográfico, uma paisagem, um lugar, uma região ou um elemento físico. Para além disto assumem-se como testemunhos das raízes culturais e dos vínculos

que ligam uma sociedade a um determinado território. A partir delas podemos compreender o “sentido de pertença, de enraizamento e de identificação com o lugar, entendido uma “identidade étnica”, de indagar a ligação afetiva que une ou separa povos, locais ou objetos”

Os territórios literários encontram a sua materialização nas paisagens, onde podemos descobrir os mais diversos elementos patrimoniais, reflexo da percepção do escritor ou então relatados no seu cariz mais real. Estes elementos constituem-se como fatores de valorização territorial nomeadamente através da promoção de projetos ancorados na prática turística. Estes territórios caracterizam-se frequentemente pela sua capacidade de carga diminuta e são essencialmente procurados por “novos turistas” que buscam realidades pouco conhecidas e perceber a heterogeneidade cultural existente. (...) *estes “novos turistas” procuram lugares de ficção, espaços que territorializam representações e mundos imaginários (...), lugares de narrativas e acontecimentos, espaços topobiográficos associados a grupos humanos, coletivos, étnicos ou pessoas relevantes que, aqui escreveram, ali viveram, noutra lugar morreram* (FERNANDES, 2013, p.113). Estes elementos são diferenciadores do território e podem assumir-se como uma preciosa cadeia de valor, potenciadora de estratégias de desenvolvimento e valorização, nomeadamente no que diz respeito à atividade turística.

O universo material e simbólico de uma região contém muitos sinais distintivos territoriais, muitos deles ocultos, subestimados ou ignorados. (...) a cultura tradicional, as celebrações festivas, a literatura oral e as paisagens literárias, são exemplos de sinais distintivos territoriais, que podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região, a sua imagem impressiva territorial (COVAS, 2019).

As paisagens literárias e o seu corolário lógico, a produção de conteúdos culturais associados ao território e aos seus percursos literários”.

Para o autor existem qualidades excecionais que estão relacionadas, maioritariamente, com a identificação que o leitor faz da obra literária e com a maior ou menor afinidade que desenvolve com o mesmo. Normalmente existe uma curiosidade, resultante da leitura da obra, de nos transpõe para o seu cenário real, ou então conhecer o lugar em que o autor

escreveu, a casa onde viveu, o território onde desenvolveu as suas atividades. Por si só, estes aspetos podem constituir-se como fatores de atração dos visitantes.

No entanto, não podemos deixar de enfatizar o caráter subjetivo das paisagens, no geral, em particular das paisagens literárias. Ao lermos uma obra criamos um imaginário do lugar, que é induzido por fatores de ordem diverso e que não se resumem à leitura em si mesma. Criamos ou recriamos cenários que nem sempre vão ao encontro da realidade. A própria observação das paisagens, *in loco*, e a sensações que estas provocam não são lineares. A este respeito, Jean Pierre Paulet apresenta-nos alguns filtros que condicionam a observação das paisagens, Figura 13.

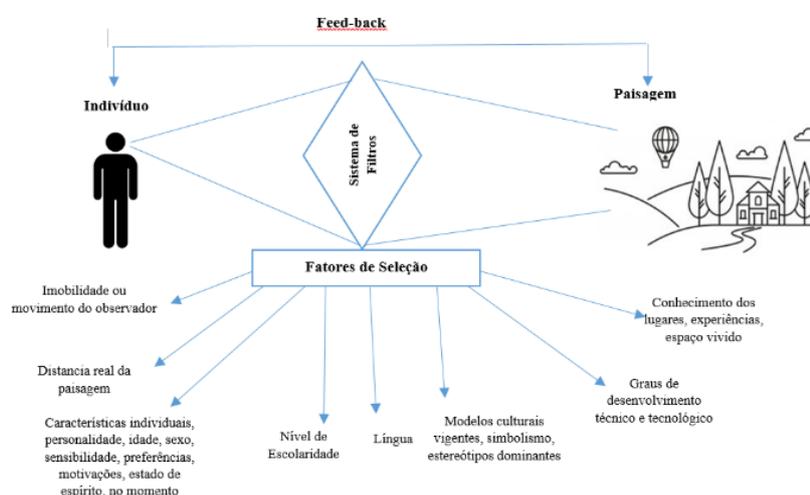


Figura 13-Sistema de Filtros

Fonte – Adaptado de (PAULET, 2002)

Desde logo a forma como vemos, analisamos e sentimos a paisagem varia de indivíduo para indivíduo. Cada pessoa é única e a esta unicidade acresce uma multiplicidade de “filtros”, que podem ser circunstanciais ou duradouros. Se ao sistema apresentado pelo autor inserirmos a leitura de obras literárias abrem-se uma infinidade de outros caminhos de observação.

Pela leitura, interpretação e contextualização da obra literária, a partir das idéias e imagens contidas nos fatos, cenários e nas personagens da narrativa, é possível associar e conjecturar todos os elementos revelados na obra literária e

descortinar aspectos sócio-espaciais, históricos e culturais da sociedade nele representada (OLANDA & ALMEIDA, p. 29).

As paisagens, no presente trabalho literárias podem assumir uma *representação simbólica, em que mais do que discernir acerca da descoberta de lugares reais, revelamos uma “geografia dos espaços mentais, de realidades intelectuais, morais e sentimentais* (MARTINS, 2004, p.9, citado por MACHADO, 2019,p.191), pelo turista que as visita.

CARVALHO & FERNANDES (2017, p. 580) afirmam que na perspectiva da promoção dos lugares surgem dois conceitos diferenciados: o *sítio literário e o itinerário literário*. O sítio literário é o lugar que está relacionado ou com a vida do autor, ou com a sua obra. O itinerário literário corresponde em traços gerais, à transformação do território literário descrito pelo autor em atração turística, suscetível de ser visitada.

Em 1994, Elvira Azevedo e Zaida Braga, compilaram na obra *Itinerários Literários - Viajando pela Literatura Portuguesa*, um conjunto de itinerários: “Percurso dos Trovadores”; “Percurso Garrettiano (Viagens na minha terra)”; “Camilo e a Casa de S. Miguel de Seide”; “O Porto Romântico (Uma Família Inglesa, Amor de Perdição)”; “Sintra Queirosiana (Os Maias)”; “Eça e a Casa de Tormes (Cidade e as Serras e Correspondências)”. Estes itinerários partem da transcrição de excertos das obras dos diferentes autores e têm como objetivo a sua espacialização, através das referências geográficas existentes (OLIVEIRA, 2017).

Atualmente, existem vários exemplares no mercado editorial de itinerários literários como é o caso de: *Évora: um itinerário literário* (2014) de Luís Carmelo; o guia turístico e literário da capital portuguesa de João Correia Filho, *Lisboa em Pessoa* (2011); Campos Matos elaborou um roteiro sobre os lugares mais importantes de Lisboa e arredores presentes na obra de Eça de Queiroz, intitulado de *Roteiro da Lisboa de Eça de Queiroz* (2015). Podemos mencionar ainda os seguintes títulos: *Terras do Demo: Itinerário Aquilino*, (Centro de Estudos Aquilino Ribeiro, 1997); coleção *Viajar Com... Os Caminhos da Literatura* (Projeto da DRCN, 2011); *A Beira na Rota dos Escritores do século XX* (Ana Maria Pires, Projeto da Comissão de Coordenação da Região Centro, 2004); *Viagens com Garrett* (Isabel Lucas, 2000); *Imagens do Portugal Queirosiano*

(2004) e *Viagem no Portugal de Eça de Queiroz* (1999) (Campos Matos, Fundação Eça de Queiroz), *Roteiro Literário de Portugal de Miguel Torga* (Isabel Mateus, 2009), entre outros (OLIVEIRA, 2017, p. 74).

Internacionalmente a obra de Miguel de Cervantes, *Don Quijote de la Mancha*, tem sido estudo de caso analisada como um exemplo de território literário, a partir do qual foi possível a implementação de um conjunto de rotas e itinerários visando o aproveitamento turístico do espaço da obra.

PILLET (2001, p.28), citado por MOYA (2004), delimita La Mancha como um território com uma planura quase perfeita, originada na Era Terciária. Administrativamente corresponderá a quatro províncias castelhanas: Toledo, Cidade Real, Cuenca e Albacete (MOYA, 2004, p. 479). Têm sido publicados inúmeros trabalhos que refletem a caracterização da paisagem descrita por Miguel de Cervantes e a sua interpretação a partir do período em que a obra foi publicada.

No presente trabalho, é nosso objetivo explorar o território literário de Aquilino Ribeiro, que será apresentado no Capítulo VI.

Aquilino Ribeiro foi considerado um escritor regionalista e a sua obra *Terras do Demo*, a primeira obra regionalista do séc. XX. Alguns autores referem que Aquilino era um escritor provinciano que se limitava a descrever a realidade física e humana ao alcance dos seus olhos, o que o autor de certo modo autorizava ao declarar: *sou mais cronista do que carpinteiro de romance*. Segundo ALMEIDA (1993), uma das leituras que podemos fazer das obras de Aquilino Ribeiro são as leituras culturais. A dimensão da obra apresenta a manifestação de outras dimensões que se projetam a partir do texto literário nomeadamente as dicotomias: aldeia-cidade; civilização-primitivismo; instinto-razão; aldeia como entidade real-entidade idealizada; religiosidade-crença; relação Ser Humano-natureza; relação homem-mulher; ou ainda o desenvolvimento de temas como: a relação familiar do ponto de vista psicológico, ético e económico; coordenadas sócio-espaciais da comunidade rural; o adagiário popular; religiosidade popular; entre outros.

Se atentarmos no discurso utilizado por Aquilino Ribeiro, sobretudo o descritivo, vemos como o narrador dá provas de um conhecimento profundo da realidade social e rural portuguesa, podendo alguns dos seus livros ser lidos como se um manual de sociologia etnográfica da primeira metade do século XX se tratasse.

E com base nestes elementos fornecidos pelo texto literário, é igualmente possível engendrar outros tipos de investigação, sejam de natureza geográfica, histórica, religiosa, ecológica, antropológica, entre outros (ALMEIDA, p. 181).

Com base na análise da obra de Aquilino, podemos afirmar que, não estamos perante uma realidade indefinida, mas ficamos a conhecer uma certa realidade da sociedade rural portuguesa, predominantemente regional, à qual se aliam repercussões económicas, sociais e culturais. Daí pretenderem alguns críticos uma reconstituição linear do ambiente rural da Beira serrana dos princípios do século, através da obra do autor.

Neste contexto, algumas obras apresentam-se como paradigmáticas, como sejam *Arcas Encoiradas*, de 1953; *Geografia Sentimental*, de 1951; *Aldeia*, de 1946; o *Homem da Nave*, de 1954; entre outras, algumas das quais foram designadas por “livros rústicos”. Em relação à presença regionalista, também o autor procurou ultrapassar o mero propósito de descrever a região e os costumes da Beira Alta. O regionalismo beirão entrou na literatura portuguesa porque ele nos remete para concepções mais profundas do que a simples descrição ambiental. Digamos que ele serve duas concepções básicas, sinteticamente ditas do seguinte modo: a primeira leva-nos a considerar a aldeia como a unidade mínima de organização social, assim se explicando melhor a importância concedida às relações entre a *unidade familiar* e a *unidade aldeã*, aspetos relevantes em qualquer narrativa aquiliniana; a segunda permite explicar que a aldeia é como que um *laboratório de experiências humanas* ou um centro vital da cosmovisão do mundo por parte do autor. É ainda no sentido do mundo da aldeia, do mundo rural, do mundo do artefacto, que converge a maior parte das referências textuais, das imagens, dos termos de comparação e da linguagem metafórica, tão poderosamente trabalhada pelo mestre Aquilino. Com efeito, a imagem que Aquilino elaborou do mundo rural é a que provém da força da terra e do conhecimento profundo que tinha do modo de vida da comunidade serrana e beirão. Ele próprio se incorporou nas andanças dos camponeses, o que lhe dava um gozo espiritual, assim confessado:

(...) ia às festas, às feiras e romarias com eles, bailava nos terreiros e, frequentando os serões estabulares, tomava parte das zaragatas, bodeganas, bandeando em suas maltas. Levei tão longe o meu aldeanismo que nos desdiques

do povo para povo, últimos vestígios ou últimos reflexos das antigas guerras tribais, vislumbráveis nestas rixas, eu alinhava na falange do lugar, armado de varapau e revolver (RIBEIRO, 1992, p. 133).

Como podemos concluir, os territórios literários podem constituir-se, ancorados no autor, e, neste caso em concreto, na descrição feita por Aquilino Ribeiro, numa mais-valia na potencialização de estratégias de promoção e rentabilização turística dos territórios geográficos. Acresce a esta questão a apropriação que é feita pelas próprias populações, que mais não são que os seus modos de vida quotidianos. Assim, a interação entre o visitante e a população local está mais do que garantida, na perspetiva de demonstrar aquilo que é efetivamente a sua essência e concomitantemente a essência do lugar. Estas estratégias assumem particular destaque em territórios com características rurais, que carecem cada vez mais deste tipo de iniciativas, integradas em quadros mais abrangentes de desenvolvimento local.

3. Lugar

O conceito de lugar, de acordo com HARVEY (2015), é um conceito de complexa definição, apresentando um vasto campo de análise, com múltiplas abordagens, de acordo com as diferentes ciências que o estudam e interpretam.

WALTER (1988), citado por (FERREIRA, p. 66),

(...) partindo do conceito de lugar, foi definido por Platão como um local de experiências, formas, poderes, sentimentos e sentidos. Esta definição implica uma ligação entre o espaço e aquilo que o ocupa e nenhum dos dois poderá ser alterado sem a conseqüente modificação do outro.

As diferentes definições de lugar apresentam elementos em comum: a criação de um lugar só é possível se existirem vivências sensoriais que, posteriormente, identifiquem os indivíduos com aquele lugar, seja pela identidade cultural, seja pela experiência vivida e ainda pela coexistência de grupos humanos, pelas atividades económicas e pelas relações de várias naturezas entre ambos.

FERREIRA (2006) apresenta-nos o conceito de lugar sistematizado como um conjunto de camadas que se vão sobrepondo e lhe conferem estrutura (Figura 14).



Figura 14 - Diferentes camadas do conceito de lugar

Fonte - Adaptado de FERREIRA (2006)

Para o autor o lugar não é apenas uma entidade material, é um espaço de vivências, experiências e, conseqüentemente, sentimentos. Sendo assim podemos afirmar, que os lugares fazem parte do Ser Humano enquanto representações simbólicas de determinadas situações afetas a um espaço geográfico. ZUKIN (1992, p.12), numa perspetiva sociológica, afirma que o lugar é um território, uma concentração de pessoas e atividades económicas, um artefacto cultural de conflitos e coesões sociais. O lugar pode constituir-se assim como a apropriação de um espaço por um indivíduo ou um determinado grupo de indivíduos. CRESSWELL (2004) afirma que o lugar está em qualquer parte, desde que lhe tenha sido atribuído um determinado significado. TUAN (1980), define o lugar como uma unidade de espaço organizada mentalmente e materialmente para satisfazer as necessidades biossociais básicas, reais ou percebidas, de um povo.

ROSENDAHL (2008) apresenta-nos seis pontos, incluídos na definição de lugar:

- *a sua criação é um ato isolado: os lugares diferem porque as pessoas os fizeram assim;*
- *são entidades auto-reprodutivas; as pessoas aprendem e fornecem modelos alimentando determinadas crenças e atitudes;*
- *a cultura regional não existe separadamente das pessoas que a refazem enquanto vivem;*
- *numa economia capitalista mundial, lugares não são unidades autónomas, possuindo controlo independentemente sobre o destino dos seus residentes;*
- *não são simplesmente os resultados não intencionais de processos económicos, sociais e políticos;*
- *são locais potenciais fontes de conflito (ROSENDAHL, p. 6).*

WALTER (1998), defende que os lugares têm um significado cultural e são alteráveis pelo modo como as pessoas os constroem e materializam a sua representação.

TUAN (1974), afirma que os lugares têm uma personalidade, sendo esta uma característica própria dos seres humanos. Já RELPH (1976), valoriza o lugar pela importância que este tem na vida dos grupos humanos, na forma como eles o experienciaram e utilizaram ao longo do tempo.

De ambos os autores surge-nos a ideia de identidade do lugar. No fundo esta identidade só existe porque o Homem a produziu e porque se revê nos símbolos que estão presentes nas História/ estória(s) dos lugares que ele próprio criou.

CABRAL (2007) defende que estamos a falar em lugar, sempre que a singularidade em termos de formas, atividades, significados e valores, se tornam essenciais à compreensão da espacialidade humana.

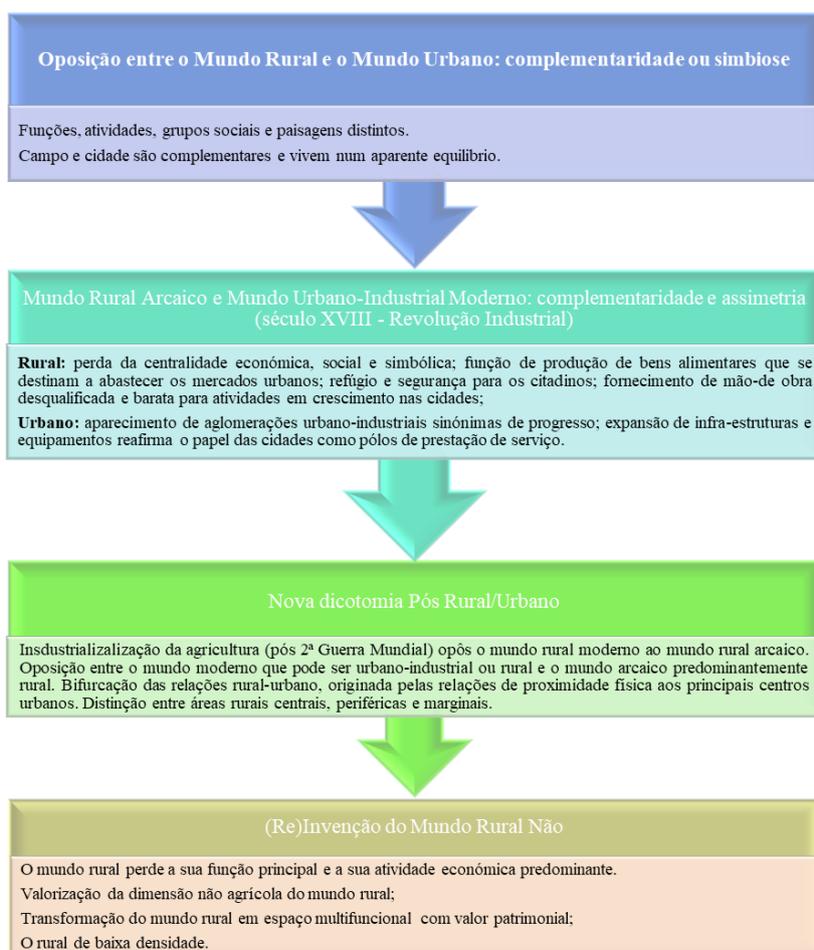
Espaço, território e lugar são conceitos muito caros à ciência geográfica mas que, em última análise, podemos afirmar que só o são porque os grupos humanos dependem deles e, transformam-nos, de acordo com os seus modos de vida. A transformação do espaço em território e este em lugar só pode acontecer se existirem significados e pessoas que os experienciem como seus.

4. A Evolução do Espaço Rural em Portugal: Breve Síntese

A oposição entre o rural e o urbano é histórica no nosso país e caracteriza-se por um longo processo de transformações lentas até ao século XX.

FERRÃO (2000) define quatro fases marcantes desta relação simbiótica inicialmente e antagónica hodiernamente (Quadro 4).

Quadro 4 - Fases das Relações entre o Mundo Rural e Urbano



Fonte - Adaptado de FERRÃO (2000)

Estas relações resultam dos processos evolutivos dos próprios territórios que conduziram a uma alteração profunda das suas características. O mundo rural agrícola transformou-se num rural “não agrícola”, mas que, na realidade, continua a ter na agricultura e nas suas características, o suporte para a mercantilização das suas paisagens. Uma das bases da estratégia de turismo em espaço rural é também um fator de diferenciação.

O espaço rural surge quase sempre em oposição ao espaço urbano, no entanto, o rural apresenta características muito mais profundas e marcantes e um processo evolutivo muito mais complexo, que apenas o que expressa esta oposição textual.

(...) é preciso ter em consideração que a relação entre urbano e rural é uma relação desigual. Os urbanitas criam o seu próprio meio rural, idílico e atrativo,

depreciando os elementos que não correspondem ao seu estereótipo, resultado do desconhecimento das facetas que vão para além do isolamento, da tranquilidade e do bucolismo oferecidos pelo mundo rural (MALTÓ MANTERO, 2004, citado por SANTOS & CUNHA, 2009, p. 3).

FERRÃO (2000) apresenta quatro aspetos historicamente diferenciadores do espaço rural:

- i.** função principal: a produção de alimentos;
- ii.** agricultura como atividade económica dominante;
- iii.** grupo social de referência a família camponesa, caracteristicamente numerosa e alargada;
- iv.** paisagem marcada pela simbiose entre a atividade humana e os ecossistemas naturais.

Depois de inúmeras alterações, estas premissas continuam atuais, embora valorizadas em perspetivas completamente distintas:

- i.** a função principal, há muito que não é a produção de alimentos, no entanto a identidade gastronómica, transformou-se num *ex-libris* destes territórios, também ela em risco de desaparecer;
- ii.** a agricultura, ou o que dela resta, é de subsistência, na maior parte do território rural;
- iii.** o grupo social dominante deixou de ser a família alargada e numerosa, apresentando um quadro irreversível de envelhecimento demográfico, resultado do envelhecimento biológico e paralelamente dos movimentos migratórios externos e internos, que conduziram a um vazio familiar;
- iv.** a paisagem já reflete a ausência do seu “pintor”. A diminuição do número de agricultores e a transformação da paisagem em produto turístico, por vezes conduz à sua cristalização por parte das entidades competentes, com vista à maximização da sua exploração, não raras vezes, em atividades encenadas, mas, neste momento, o garante da sobrevivência destes lugares, das suas memórias e das suas gentes, através da atividade turística de base local.

De acordo com PAIS & GOMES (2008, p. 15) a década de 60, do século XX, marcou um ponto de viragem nas características dos espaços rurais: alterações de mercado; alterações culturais; alterações na agricultura (passagem progressiva de uma agricultura arcaica e biológica, para uma agricultura industrial, com a utilização de máquinas e de agroquímicos); difusão de um conjunto de inovações tecnológicas.

De acordo com MÓNICA (2018, p. 55), Portugal destaca-se pelo ritmo dos acontecimentos da transformação do espaço rural que tiveram como principais consequências: a liquidação do campesinato; alteração das taxas de fecundidade; mudança, significativa, nos padrões de consumo; diminuição da taxa de mortalidade infantil; instauração do sufrágio universal; transformação nas relações Estado-Igreja; criação de uma classe média; abertura das fronteiras a pessoas e bens; escolarização da população diminuindo os níveis de analfabetismo e qualificando a população; liquidação de um império além-mar.

SOUSA (1995) defende que na década de 60/70 existiram três grandes acontecimentos que marcaram para sempre a trajetória do nosso país em geral e, do espaço rural, em particular: adesão à EFTA através da assinatura do tratado de Estocolmo, que permitiu o seu desenvolvimento económico e a alteração da imagem externa do país. Com este acordo, Portugal viu-se obrigado a cumprir regras de mercado, para satisfazer a procura de novos consumidores; e o facto de contactar com realidades europeias de regime democrático, também teve impactos na melhoria e desenvolvimento do nosso país, subjugado à ditadura. A EFTA teve um papel muito importante para Portugal, no sentido político, na internacionalização da nossa economia e na ajuda ao desenvolvimento.

A Guerra Colonial, foi outro fator de transformação. O aumento dos impostos devido à necessidade de dinheiro para manter o confronto bélico, conduziu à diminuição do investimento público no país, nomeadamente no que diz respeito às obras públicas, estradas, alojamento e comunicações. Para além do impacto económico, o impacto demográfico fez-se sentir. Chegámos a ter na linha de batalha cerca de 250 000 homens para uma população do 9 000 000 de habitantes. Associada à diminuição da natalidade, a maioria dos nossos emigrantes que saíam das zonas rurais onde existiam estruturas sociais e económicas mais repulsoras, nomeadamente devido ao sistema de propriedade existente, ausência de tecido industrial, de serviços.

Porém, havia um excedente demográfico e, a única forma de sobrevivência para quem não tinha em sua posse a propriedade da terra, era emigrar. Normalmente a tradição, inicial, era para o Brasil. Se a família não tinha dinheiro para que pelo menos pudessem ir estudar para Coimbra ou Porto, iam para os seminários, que lhes garantiam pelo menos formação e uma profissão.

Com o pó 2ª Guerra Mundial, e os movimentos maciços de emigrantes portugueses, principalmente para França, que simultaneamente alteraram as estruturas sociais, demográficas, económicas e culturais, trazendo também consigo a mudança, o progresso e algum desenvolvimento.

PINTO (1981) apresenta, em termos evolutivos, as principais especificidades, funções e transformações do espaço rural (Quadro 5).

Quadro 5 - Espaço Rural: especificidades, funções e transformações

<p>Funções externas do espaço rural (Transformação)</p> <p>Especificidades do espaço rural (Resistência)</p>	<p>a) Fornecimento de bens alimentares e matérias primas</p>	<p>b) Reserva/fornecimento de força de trabalho aos sectores produtivos não agrícolas;</p> <p>Êxodo agrícola e rural (emigração e êxodo interno temporário, permanente ou pendular).</p>	<p>c) Reserva de espaço físico. Procura de terrenos incultos ou improdutivos mas também cultivados, para implantação de habitações e equipamentos industriais e para a delimitação de espaços verdes e parques naturais, ou então alargamento do tecido urbano e desestruturação do espaço agrícola.</p>	<p>d) Funções político-ideológicas de conservação da ordem social religiosidade camponesa e socialização política da Igreja.</p>
<p>1) Dependência em relação ao espaço geográfico e aos processos naturais que nele ocorrem e que condicionam os modos de vida dos seus habitantes.</p> <p>a) Trabalho agrícola com características específicas, vincadamente arcaicas e resistência à inovação.</p>	<p>- Gradual introdução de capital técnico na agricultura (aumento da produção e por vezes sobreequipamento subutilizado);</p> <p>- Especialização das culturas;</p> <p>- “Dessacralização” do trabalho agrícola.</p>	<p>Êxodos agrícolas intensos:</p> <p>i. Factor e efeito da mecanização agrícola.</p> <p>Migrações pendulares:</p> <p>i. Elasticidade ideológica e introdução novas formas de ser e estar.</p>	<p>As quatro formas de apropriação capitalista do espaço rural:</p> <p>i. espaço rural peri-urbano- (especulação fundiária intensa);</p> <p>ii. espaço consagrado à produção agrícola e animal intensiva (disperso por todo o território);</p> <p>iii. espaço rural profundo (baixa produtividade na agricultura, população envelhecida; residências secundárias, despovoamento);</p> <p>iv. espaço rural urbanizado com fins especulativos.</p>	<p>Utilização do espaço rural como “sacrário” da ruralidade e do retorno à natureza.</p>
<p>2) Persistência da família alargada enquanto unidade de produção, consumo e residência.</p>	<p>Agravamento das contradições resultantes da situação de trabalhador não remunerado;</p> <p>Evolução do pensamento governamental e familiar em relação à escola e à escolarização.</p>	<p>Êxodos agrícolas intensos:</p> <p>i. perda da importância da família alargada;</p> <p>ii. retração dos níveis de vitalidade demográfica;</p> <p>iii. aumento do trabalho feminino, alteração dos sistemas de autoridade tradicionais.</p>		<p>O papel da socialização familiar na sacralização da ordem natural e social.</p> <p>Família camponesa como referência de velhos e novos ruralismos.</p>
<p>3) Valorização das relações de proximidade e vizinhança, na configuração dos processos sociais locais. Principais características: espírito de entre-ajuda; estratégias de salvaguarda e acumulação de património através de casamentos; homogeneidade cultural, autarcismo.</p>	<p>Surgimento do associativismo e do cooperativismo;</p> <p>Fragmentação dos camponeses reflexo de trajetórias sociais diferenciadas;</p> <p>Desintegração do <i>interhabitus</i>.</p>	<p>Êxodos rurais intensos:</p> <p>i. Envelhecimento e feminização da sociedade rural;</p> <p>ii. Reconversão dos processos de trabalho e sistemas de culturas na agricultura;</p>	<p>- Desestruturação do espaço físico e social;</p> <p>- Conflito pelo espaço conduz à oposição entre atores locais, atores externos e poder público.</p>	<p>Difusão dos padrões culturais urbanos.</p> <p>Folclorização dos elementos das culturas locais.</p>

Fonte - Adaptado de PINTO (1981)

Na mesma linha de pensamento, DINIZ & GERRY (2010) afirmam que está convencionado que existem, essencialmente, três conjuntos de características que contribuem para a definição do mundo rural: a **função**, a **demografia** e a **diferenciação**.

a) **função**, os habitantes rurais dependem largamente do sector primário em geral, nomeadamente da agricultura, pecuária, pastorícia e silvicultura. Mais recentemente têm-se afirmado algumas atividades do setor terciário ligadas à administração pública local; ao lazer, turismo e serviços imobiliários e hoteleiros; à cultura, saúde, educação, e, ao património.

b) **baixa densidade populacional**, desde sempre o espaço rural se caracterizou pelas reduzidas densidades populacionais, mas a partir da década de sessenta com os processos de industrialização e o aumento dos movimentos migratórios entrou num declínio acentuado, agravado pela posição periférica que por vezes têm, relativamente aos centros urbanos.

c) **diferenciação e diversidade**, em termos da sua fisionomia geográfica, das condições sociais, e da sua herança histórica, política e cultural, as zonas rurais caracterizam-se por divergirem bastantes umas das outras, criando um quadro de heterogeneidade cultural dentro das homegeneidade rural.

Assim, as alterações decorrentes do declínio da agricultura, das funções do espaço, das atividades e até da sociedade, fazem com que se tenha procurado (re)definir o espaço rural. Para BAPTISTA (2006, p. 86) *definiu-se rural como o conjunto de população isolada que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes.*

O autor apresenta ainda dois critérios para a sua definição: a densidade populacional e a *percentagem de população que trabalha na agricultura.*

Da aplicação destes critérios, resultam quatro zonas, duas das quais polarizam as situações mais extremadas: o rural de baixa densidade (densidade rural média de 13 hab/km²), onde reside 7% da população do continente, em seis décimos da sua área) e o rural urbano (densidade média de 165 habitantes/km², 25% da população e um sexto da sua área). Entre estes dois extremos situam-se o rural

agrícola e o rural da indústria e serviços, ambos com uma densidade rural média de cerca de 60 habitantes por km², integrando em conjunto, um quarto da superfície total (15% indústria e serviços e 9% agricultura), 13% da população residente (BAPTISTA, p. 86).

Atualmente o rural já não tem na agricultura o seu sustento. O envelhecimento da população faz com que a principal fonte de rendimentos sejam as reformas e a população jovem que ainda persiste, encontra trabalho em alguns setores dos serviços, nomeadamente aqueles que prestam apoio à população idosa tais como: lares, centros de dia, unidades de cuidados continuados, entre outros. A mobilidade da população também aumentou graças ao investimento realizado nas vias de comunicação. Estas permitiram a diminuição do isolamento e o aparecimento de novos hábitos de consumo e novos modos de vida. Apesar das mudanças ocorridas, *o rural já não é agrícola mas ainda não é outra coisa* (BAPTISTA, 2011, p. 52).

A ausência de dinâmicas económicas e consequentemente demográficas acentua os traços principais do mundo rural (Figura 15).

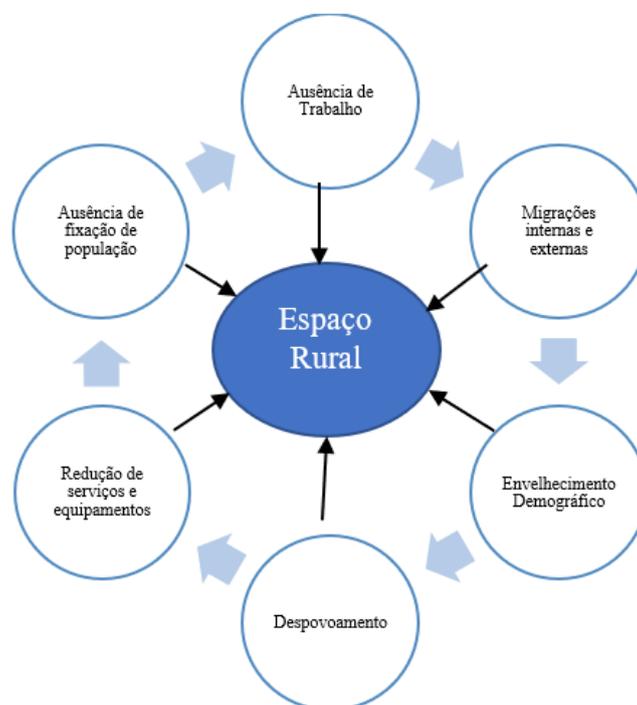


Figura 15 - Ciclo do Espaço Rural

Fonte - Adaptado de PUJADAS & FONT (1998)

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), podemos classificar os territórios de acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas de 2014 (TIPAU, 2014), que classifica as freguesias em Área Predominantemente Urbana, Área Medianamente Urbana e Área Predominantemente Rural (Quadro 6).

Quadro 6 - Critérios de Classificação das Freguesias em Portugal

Classificação	Definição
Área Predominantemente Urbana (APU)	A freguesia é classificada como Área Predominantemente Urbana (APU) sempre que cumpre pelo menos um dos seguintes requisitos: -O maior peso médio da população residente e da área no total da freguesia era ocupado em espaços urbanos, desde que o peso da área em espaços de ocupação predominantemente rural fosse no máximo de 50% da área total; -A freguesia contenha a sede da Câmara Municipal e apresente uma população residente superior a 5000 habitantes; -A freguesia integre total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes e onde pelo menos um dos rácios “População do lugar na freguesia/População da Freguesia” ou “População do lugar na freguesia/População do lugar” ou seja superior a 50%.
Área Medianamente Urbana (AMU)	A freguesia é classificada como Área Medianamente Urbana (AMU) sempre que, não sendo integrada na APU, apresente uma das seguintes características: -O maior peso médio da população residente e da área no total da freguesia era ocupado por subsecções estatísticas classificadas como espaço urbano, mas em que o peso da área em espaços de ocupação predominantemente rural também ultrapassava os 50% da área total. -O maior peso médio da população residente e da área total da freguesia era ocupado em espaços urbanos ou semiurbanos, desde que o peso da área em espaços de ocupação predominantemente rural não ultrapasse os 50% da sua área total; -A freguesia contenha a sede da Câmara Municipal com população residente igual ou inferior a 5 000 habitantes; -A freguesia integre total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2 000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes onde pelo menos um dos rácios “População do lugar na freguesia/População da freguesia” ou “População do lugar na freguesia/População do lugar” seja igual ou superior a 50%.
Área Predominantemente Rural (APR)	A freguesia é classificada como Área Predominantemente Rural (APR) nos restantes casos.

Fonte - INE (2014, p. 14)

Para estas tipologias são considerados indicadores administrativos e indicadores demográficos, conforme podemos confirmar no quadro anterior.

Segundo o INE, em 2011, a proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas era mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa (96%),

seguida da Região Autónoma da Madeira (82%) e do Norte (73%) e, mais baixa, nos Açores, onde não ultrapassava os 45%.

Relativamente aos concelhos em estudo, estes classificam-se como áreas predominantemente rurais.

Excetuando as sedes de concelho, a maior parte das freguesias não se enquadram nas tipologias de áreas predominantemente urbanas e Áreas Medianamente Urbanas (Figura 16).

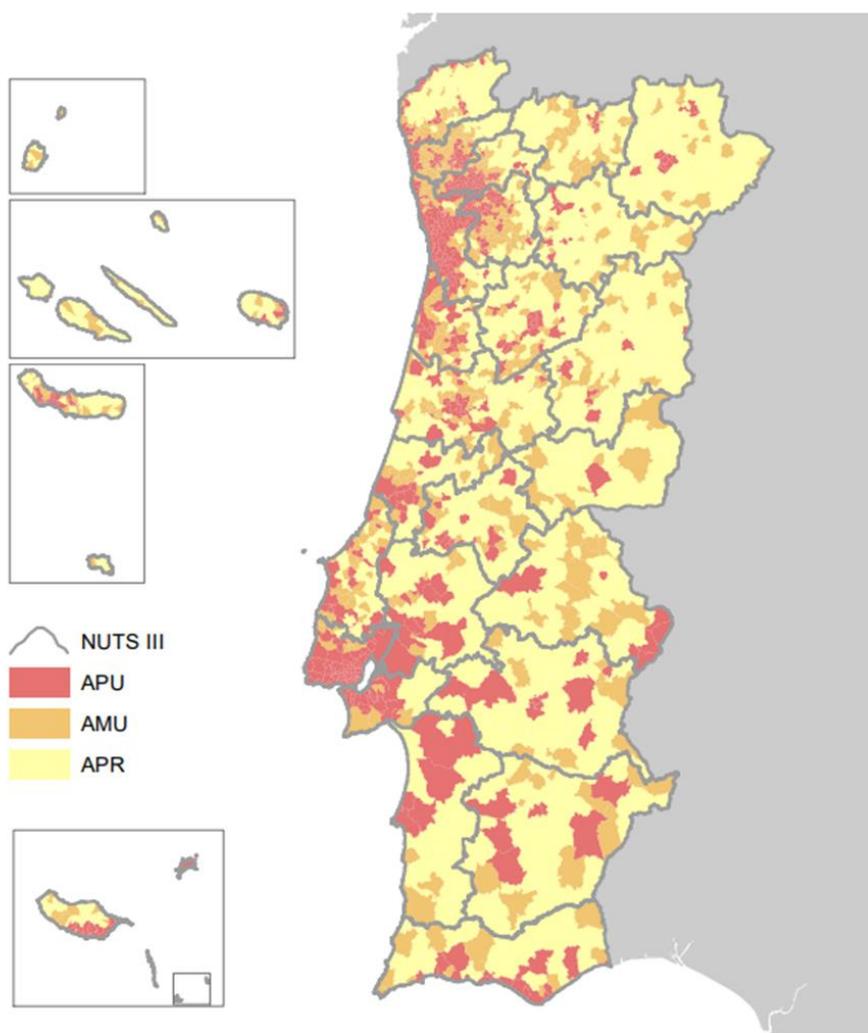


Figura 16 - Tipologias de Áreas Urbanas

Fonte - INE (2014)

As preocupações com o espaço rural, em Portugal, não são recentes. Os crescentes processos de desruralização com tudo o que isso implica: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da agricultura, o desaparecimento de saberes e práticas culturais, a alteração dos modos de vida, apresentam-se simultaneamente como a consequência e a causa deste ciclo vicioso, com que estes territórios se debatem. “os poucos que vão ficando vivem de uma economia assistida entre pensões, reformas, poupanças, ou remessas de familiares e quem pode sai porque são escassos os empregos, e a miragem do bucolismo e dos paraísos perdidos é mais de quem está fora (do tal interior) e pensa que o rural e a natureza são lugares para passar férias. (DOMINGUES, 2011).

5. Síntese

Persiste a ideia de associarmos o rural a um espaço bucólico onde o progresso e o desenvolvimento teimam em não chegar. Ainda assim, o mundo rural, desde o último quartel do século XX, é entendido como um espaço multifuncional, embora, todavia, sempre associado a baixas densidades. As áreas rurais em Portugal têm vindo a sofrer nas últimas décadas alterações do ponto de vista demográfico, social e económico. Estas, conforme sabemos, resultam, entre outros fatores, do seu fraco dinamismo, da sua restrita ou uni orientada capacidade de atração, do seu posicionamento relacional, que é repulsivo para o investimento, conservador (também por isso refúgio e santuário), reduzido em termos de mercado de trabalho e, sem dúvida, envelhecido. É recorrente associar, também, a atual situação a um posicionamento geográfico periférico face aos núcleos urbanos de maior dimensão. Se bem que assim possa ser assumido, no entanto, a disseminação das vias de comunicação e a melhoria significativa da mobilidade de pessoas, mercadorias, capitais e ideias, que parece poder deixar de ser um estigma da interioridade, não deixa de poder ter um duplo papel: o de facilidade de acesso, mas, também, o de facilidade de saída.

De destacar o facto de que, quando o abandono dos campos “não implica a saída de pessoas a ruralidade transforma-se por dentro ou é absorvida pelo que dá o nome de urbanização. (...) *São paisagens transgênicas, novos territórios que tal como os OMG*

(organismo geneticamente manipulados) combinam e reproduzem referências genéticas distintas e as re-misturam de forma inusitada” (DOMINGUES, 2011).

O surgimento destas paisagens resulta da mutabilidade das paisagens e da forma como os próprios o significado simbólico dos elementos tradicionais se vão transformando.

A gradual perda de importância social e económica da agricultura desencadeou, por parte dos agentes locais, a necessidade de valorizar atividades de carácter não agrícola, que, embora já existentes, funcionavam frequentemente como suplemento do rendimento das famílias. Neste contexto, os fatores geradores de desenvolvimento são muito diversificados e, claramente, suporte da multifuncionalidade acima expressa, variando em função das sinergias locais, do interesse de um conjunto de entidades externas e internas e do próprio conteúdo e alcance das políticas públicas.

Neste âmbito, e seguindo a mesma linha de análise, as comunidades rurais sofrem, atualmente, um conjunto de influências e condicionantes externas, mantendo, contudo, a capacidade de dinamizar fatores de modernidade, a partir do desenvolvimento e refuncionalização dos recursos locais.

O rural reinventa-se a cada dia e uma das principais formas da sua (re)invenção passa pela turistificação das suas paisagens e pela valorização do seu património e dos seus recursos endógenos.

É essencialmente pelo turismo (e mais recentemente, em associação com o marketing territorial) que o rural, especialmente o rural profundo e periférico - ou seja a maior parte do território português - tem adquirido uma nova vida (...). É o turismo que se tem constituído, efetivamente, como o modo mais significativo de perpetuar a ruralidade, e promovido a sua multifuncionalidade assente nas suas características primárias (FIGUEIREDO, p. 20).

O seu património, à espera de fugir do esquecimento, transforma-se num produto que dá resposta à procura turística.

A Beira tem que ver e meditar. Castelos de torva catadura pelos altos e conventos a delir em pó pelas quebradas; solares de janelas sem vidraça, rolhadas com

molhos de feno; telhados rubros à marsehesa, erguidos pelos volframistas e praticantes do mercado negro; igrejas vetustas, carregadas de musgos, e os últimos abades (...) (RIBEIRO, 1983, p. 45) (Figura 17).



Figura 17 - Convento de Sabrosa e Solar dos Noronhas (Sernancelhe)

Fonte - Própria (2018)

Os signos ou sinais que distinguem os territórios, os designados geossímbolos, (Figura 17) em muitas realidades geográficas, ainda continuam subaproveitados, por vezes abandonados e esquecidos, apesar da importância histórica, cultural e identitária que possuem. A obras literárias e os seus autores podem assumir aqui uma importância acrescida na valorização dos territórios e das suas paisagens, criando ou recriando uma paisagem orgânica e um território com vida.

Não podemos deixar de destacar também os impactos da globalização, em muitos destes territórios rurais, que por vezes acabam por manter a sua essência, mas com traços de modernidade à mistura aquilo que DOMINGUES (2011, p.39), designa por paisagens transgênicas *que acumulam traços de variada origem e os re-misturam em combinações inusitadas*. Na sua obra *Vida no Campo* o autor apresenta-nos um relato de uma imagem,

que ousamos a citar porque que pode ser transposta para tantos territórios rurais, do interior do nosso país e que passamos a citar, pela extrapolação da leitura que nos pode dar projetando-nos para as paisagens das *Terras do Demo*:

É um agricultor que vai o seu trator e pelo cair da tarde volta para casa com a toura presa pela corda. Pelo caminho, passa por um muro em granito que segura a terra de um socalco acabado de lavrar. Tocarão as Avés-Marias mas daqui não se ouve nada. É uma casa com uma larga varanda e com umas escadas e colunas em granito. Os muros baixos e o portão têm remates também em granito. A pintura é um amarelo muito claro e o telhado é em telha aba e canudo com largos beirais e caleiras pintadas de verde. No Jardim cresce uma planta exótica. Daqui não parece. (DOMINGUES,2011, p.35).

Na figura podemos fazer uma paisagem de matriz rural, com os campos agrícolas policulturais, o pastor com o seu rebanho, os espigueiros, parte deles abandonados, a escola embora pintada, dentro dela nada existe, porque há muito as crianças deixaram de colorir a paisagem, que deu lugar à revolução grisalha. Salta à vista a presença de emigrantes, nas diferentes que casas que pela sua dimensão, fisionomia e cor contrastam com a sintonia das marcas serranas na paisagem de Touro, Figura 17.



Figura 18- Touro

Fonte- Própria

Tal como defende o mesmo autor, e com o qual concordamos, não existem paisagem estáticas e para sempre. A paisagem reflete um determinado momento, os acontecimentos internos e externos que se materializam em políticas, que posteriormente poderão ter impactos nestas mesmas paisagens. O friso cronológico da história fica incontornavelmente marcado na paisagem. Alguns dos seus símbolos vão-se mantendo, outros caem no esquecimento, mas cada vez mais, e ainda bem que assim acontece, as políticas de desenvolvimento, particularmente dos espaços rurais, como o da presente análise, convergem na tônica de recriar, revalorizar, preservar e potenciar estes mesmos elementos, como garante da manutenção da identidade dos territórios e do mosaico cultural português cuja riqueza e valor não é discutível.

CAPÍTULO III – TURISMO E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Das muitas estradas que partem de Viseu, por nalgumas das quais o viajante nunca se arrependeu de circular se o seu fito é proporcionar-se emoções sadias e repousadas, dado que goste de pisar a terra negra, terra de suor e de cobras, e de beber o oxigénio dos montes (...). No tempo das diligências, os passageiros apeavam-se aqui e além, para que os cavalos conseguissem remontar as encostas íngremes. Já da velha Barrelas para Viseu, trinta quilómetros, tudo a descer, gastavam-se umas quatro horas. Os cavalos dançavam. (...). (...) sempre havia quem trouxesse farnel, os clássicos bolinhos de bacalhau ou trutas de escabeche em merendeiros de folha. (...) primeira sensação: os solavancos. Estamos longe das vias de belo piso. Aqui o que encontra vai deixando às bandas é penedia, aldeias tristes e obtusas, pinhais, uma impressão de tormento telúrico, subidas de grande ângulo com lanços perigosos e ziguezagues mortais (RIBEIRO, 1983, p.55).

1. Evolução do Turismo - Perspetiva Histórica

Desde sempre o Homem teve necessidade de se deslocar, quer por motivos de subsistência, razão principal e inata à sua sobrevivência, quer por outra ordem de razões: *somos dependentes de movimentos em quase todos os momentos da nossa vida* (SANTOS, 2009, p. 7). No entanto, a partir da Revolução Industrial a mobilidade dos grupos humanos cresceu de forma exponencial e, com ela, o desejo de conhecer novos lugares, diferentes daqueles onde se desenvolviam os seus quotidianos.

O aumento da velocidade das viagens originou uma compressão do tempo e do espaço e, com ele, a integração de uma crescente percentagem da população nas diversas mobilidades, com a viagem a assumir-se como modo de identidade social e/ou necessidade de afirmação económica. Antes do aparecimento do turismo, viajar por puro prazer e conhecimento era algo restrito à aventura dos sábios ou ao luxo dos aristocratas.

A viagem ganha outras conotações com o advento do turismo, mas atinge proporções nunca vistas com a sua massificação (SANTOS, 2009).

Em 1958, ENZENSBERGER, publicou um ensaio intitulado *Uma Teoria do Turismo*, no qual o autor refere que o ato de viajar é tão antigo como a história da própria humanidade, ressaltando, contudo, que as viagens tinham objetivos muito práticos eminentemente de satisfação de necessidades básicas ou religiosas.

Atualmente o turismo designa:

- i. um fenómeno humano que pressupõe a deslocação voluntária de pessoas para locais diferentes dos seus locais habituais de residência, motivada pelo desejo de práticas de lazer;*
- ii. um sistema complexo de relações entre as pessoas (as que visitam e as que são visitadas);*
- iii. uma movimentação entre pontos geográficos instigada pela curiosidade ou pela necessidade de viajar para fora dos locais habituais de residência;*
- iv. uma atividade económica ou uma indústria com um enorme impacto na vida de muitas cidades, regiões e países que emprega cerca de 100 milhões de pessoas em todo o mundo e gera milhares de milhões de euros em economia directa e indirecta (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017).*

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 1994),

O turismo compreende as atividades que se realizam pelas pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com objectivos de lazer, negócios, entre outros (SANCHO, 2001 p. 11).

Como podemos concluir um dos conceitos diretamente associados à prática turística é o conceito de viagem. Esta condiciona o desenvolvimento da própria humanidade, nomeadamente através de fatores técnicos e tecnológicos e, paralelamente, contribui para

o aumento do seu dinamismo fruto da diminuição das distâncias, através das mudanças inovadoras ocorridas nos meios de transporte e a disseminação, entre outras, das infraestruturas rodoviárias, marítimas e aéreas. Estes fatores conduziram a processos de alteração da mobilidade das diferentes civilizações ao longo da História, indo ao encontro do seu próprio processo evolutivo.

Os primeiros registos da viagem, enquanto atividade de lazer, foram encontrados na China e no Egipto. Os faraós, os reis e as suas cortes viajavam pelo prazer. Eram viagens circunscritas em termos das populações que a elas tinham acesso e em relação às próprias distâncias que podiam ser percorridas, uma vez que quer os meios, quer as vias de comunicação, não estavam desenvolvidas a ponto de permitir que se realizassem grandes deslocamentos.

Com as grandes civilizações clássicas, a Grécia e Roma antigas, as viagens foram ganhando um novo fulgor. Os gregos, a partir do século VII a.C., viajavam não só para assistir e praticar desporto, Jogos Olímpicos, mas também para consultar os oráculos, fruto das suas raízes politeístas. De Roma saíam contingentes importantes, para o mar, para o campo, as águas termais, os templos, as festividades. É bom que se ressalte que foram os romanos um dos grandes impulsionadores da construção de estradas que convergiam para a capital do império, tal era a sua vastidão. Estas ainda hoje subsistem e em pontos muito mais recônditos do interior do nosso território, cuja presença da ocupação romana é visível, constituem-se como via de comunicação privilegiada entre alguns pontos mais isolados.

A análise de azulejos, placas, vasos e mapas, revelaram que o povo romano ia à praia e a centros de rejuvenescimento e tratamento de corpo, à procura do divertimento e do relaxamento. Era a viagem pelo prazer e pelo deleite de viajar de conhecer e de tratar, o corpo e a alma (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017).

De acordo com FEIFER (1985, p. 8), o primeiro turista da história terá sido Heródoto, geógrafo e historiador grego do século V a.C., tratando-se do primeiro exemplo de alguém que deslocou apenas para contemplar o que o rodeava, um fenómeno isolado que, só se repetiria anos mais tarde.

Na Idade Média, devido à importância da Igreja, as viagens passam a ter um cunho cada vez mais religioso. O propósito de viajar resultava da vontade de ir conhecer grandes

templos ou santuários. Com a expansão do cristianismo, Jerusalém passou a ser um lugar onde afluíam muitos palmeiros (peregrinos) e, a partir do século VI, com as peregrinações a Roma, estes viajantes peregrinos passam a ter o nome de romeiros¹. Também não podemos deixar de destacar o intenso fluxo de muçulmanos a Meca (peregrinação). A movimentação de milhares de sujeitos, por motivos religiosos leva à construção de estradas e de hospedarias, como resposta ao intenso fluxo de pessoas.

Ainda a este propósito não podemos deixar de destacar a importância que teve a descoberta da sepultura de Santiago de Compostela, em Compostela, que ainda hoje movimenta mundialmente milhares de católicos ou católicos turistas.

Aqui começaram a surgir as primeiras excursões pagas. Estas contavam com líderes (guias) que conheciam os diferentes pontos do caminho, organizavam os grupos e estipulavam as horas de alimentação, de descanso e de oração, ao longo do caminho, (BARRETO, 2001).

Nos Séculos XIV a XVI, o Renascimento aporta uma intensa produção artística e científica, dando a conhecer novos mundos ao mundo. Viajar passou a ser uma ambição cultural e económica, demonstrativa de poder económico e de afirmação social. Aprender línguas, contactar com novas culturas, vivenciar novas experiências e hábitos culturais, era um dos objetivos do público alvo destas viagens, essencialmente o clero e os homens da nobreza. Ficava esta atividade restrita apenas ao sexo masculino. Florença e Roma despontaram como destinos culturais, pela vasta história e pelo património existente.

A partir do século XVI, a viagem torna-se algo quotidiano embora, na Antiguidade Clássica e na Idade Média, já existissem movimentos de pessoas, no entanto estes eram extremamente elitistas e circunscritos a um número muito reduzido de cidadãos. Os motivos que impeliavam as deslocações, raramente estavam associados ao lazer e à cultura. Podemos apontar como principais motivações as de ordem bélica e religiosa.

¹ Na lei XXVII da Primeira Partida, integralmente dedicado a tratar de romeiros e peregrinos, esclarece que romeiros, em sentido estrito, são aqueles que vão a Roma visitar “os santos lugares”, onde estão os corpos de S. Pedro e S. Paulo e outros santos aí martirizados, e que o termo peregrino tanto podia aplicar-se aos que iam visitar o Santo Sepulcro em Jerusalém e outros lugares santificados pela presença de Jesus, durante a sua vida terrestre, como os que iam em Romaria ou peregrinação a Santiago de Compostela ou outros santuários de peregrinação.

Em Portugal, nos últimos séculos da Idade Média, os peregrinos que regressavam da Palestina passaram a ser designados palmeiros, vocábulo alusivo à pequena palma ou ramo pequeno de palmeira, que à semelhança da vieira, que os peregrinos jacobeus ostentavam, no seu regresso de Compostela, tinha a função de identificar como peregrinos dos Lugares Santos de Jerusalém e de outros pontos da Palestina.

O século XVI promove o aparecimento das viagens de longa distância que ao implicarem a necessidade de alojamento dos viajantes e de repouso para os cavalos, fomentavam os arrendamentos aos viajantes e o aparecimento de hospedarias, capazes de darem resposta às necessidades básicas de quem as procurava.

No Séc. XVII, no reinado de Elisabeth I, de Inglaterra, os jovens membros da corte, homens, foram incentivados a viajar para terminar a sua educação no estrangeiro, predominantemente em França ou Itália. Esta deslocação tinha a duração média de três anos, e os jovens eram acompanhados por um tutor. Estas viagens eram designadas por *Grand Tour*. Os jovens aproveitavam para conhecer a cultura e a vida de grandes cidades como Veneza ou Paris, dando grande impulso às viagens. O objetivo desta viagem passa por complementar a educação formal, mas também entrar em contacto com novas realidades culturais e mundanas capazes de preparar convenientemente estes jovens para a futura vida política, que normalmente os esperava aquando do seu regresso. Este período fica marcado pelo aparecimento do comboio e do barco a vapor, que propiciam o aumento do número de viagens de turismo, uma vez que possibilitaram o alargamento das distâncias percorridas, a diminuição do tempo, e a melhoria das condições de conforto relacionadas com as viagens (HOLLOWAY, 1994, citado por RAMOS & COSTA, 2017, p. 23).

Com a Revolução Industrial, entre os séculos XVII e XIX, as grandes mudanças ocorridas nos diferentes setores da sociedade e no mercado de trabalho, nomeadamente a possibilidade de gozo de férias, a generalização do pagamento de um salário mensal, a melhoria dos meios e vias de transporte, nomeadamente a ferrovia.

Thomas Cook, um nome para sempre ligado a esta atividade económica, organizou a primeira volta ao mundo, promovendo a vontade da descoberta da sociedade da época. A partir daí, a atividade turística generalizou-se e massificou-se com avanços e recuos, fruto da própria História, mas o desejo de viajar por conhecimento e por lazer nunca mais parou (Quadro 7).

Quadro 7 - Viagens: síntese cronológica

Viagem - (provençal *viatge*, do latim *viaticum*, - provisões ou dinheiro para a viagem) substantivo feminino

1. O ato de transportar-se de um ponto a outro distante.
2. [Marinha] Navegação, travessia.
3. Percurso efetuado.
4. Relação escrita dos acontecimentos ocorridos numa viagem e das impressões que ela causou.

“viagem”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/viagem> [consultado em 04-02-2019].*



<p>Primórdios</p>	<p>Coincidente com os primórdios da humanidade até ao século V d.C.</p> <p>As viagens justificavam-se pela deslocação de grupos de um ponto geográfico para outro à procura de melhores condições de vida, nomeadamente bens alimentares que permitissem a sua subsistência, para além de climas mais amenos que não comprometessem a sua sobrevivência.</p> <p>Aquando da Revolução Neolítica as viagens eram justificadas já pelas trocas comerciais, embora incipientes, pelas guerras e até pela procura de prazer. Como exemplo podemos apresentar os antigos impérios que floresciam na Europa, África e até Ásia, graças à estrutura, embora rudimentar, de transportes e vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas em grande medida resultado do trabalho desenvolvido pelas civilizações clássicas.</p>
<p>Idade Média – Século V ao Século XIV</p>	<p>Este período coincide com o declínio do império romano, propiciando dificuldades nas viagens, não só pelo perigo inerente, mas também pelas dificuldades existentes relacionadas com a rede de caminhos e vias de comunicação. As viagens com intuito religioso eram crescentes, principalmente a Jerusalém, a Roma e a Meca. Para além do cunho religioso que as impelia, tratava-se de manifestações sociais e culturais e momentos de convívio entre diferentes indivíduos que economicamente tinham possibilidade de as fazer.</p>
<p>Renascimento – Século XIV ao Século XVIII</p>	<p>Este período marcou o ponto de viragem nas motivações das viagens. A partir daqui um dos fatores que mais contribui para as deslocações de pessoas de um lugar para outro era o conhecimento. O saber científico, cultural, patrimonial histórico. e viu no Grande <i>Tour</i> um fenómeno de raiz aristocrática, que marcou para sempre os caminhos e a evolução do turismo, tal qual o conhecemos na atualidade. Salientamos o facto destas viagens estarem apenas circunscritas a uma reduzida parcela da sociedade que podia custear as despesas, por vezes astronómicas, inerentes a esta viagem.</p>
<p>Revolução Industrial – Século XVIII ao Século XIX</p>	<p>A Revolução Industrial deixou o seu cunho para sempre na História da Humanidade. As profundas mudanças sociais e económicas acompanhadas pela ascensão da classe trabalhadora com uma maior parcela de tempo livre e recursos financeiros foi</p>

	<p>o mote que despoletou o seu desejo de viajar por prazer, contribuindo para o desaparecimento do elitismo em que se encontrava ancorado o <i>Grand Tour</i>.</p> <p>Não podemos deixar de referir a importância que as férias anuais pagas, os avanços na tecnologia dos transportes, entre outros; tiveram neste período e na disseminação das viagens, quer em número, quer em distância, quer na diversificação dos destinos.</p>
<p>Turismo Moderno - Século XX até à atualidade</p>	<p>Os avanços tecnológicos na rede de transportes e nos meios de transporte, assim como a sua vulgarização, provocou uma diminuição dos custos de mobilidade e tornou-a acessível a quase todas as populações. Neste período temos o surgimento de dois fenómenos turísticos quase em simultâneo: por um lado, a massificação, resultado da democratização do turismo; por outro, a sua segmentação, resultado do anterior fator. Vivemos atualmente um período em que se valoriza essencialmente, pelos grupos de turistas mais cultos e endinheirados, o turismo de experiências, de sensações, de vivências e de contacto com o passado; a história, o património, a cultura. As dinâmicas e as manifestações comunitárias são consideradas um dos maiores motores de atrações turísticas, principalmente no espaço rural, desprovido de habitantes, mas pleno de recursos patrimoniais ávidos de projetos que os valorizem, revalorizem e perpetuem.</p>

Fonte - Adaptado de MACHADO (2013).

O ato de viajar é visitar, é conhecer, é observar, entrar em contacto com realidades diferentes das nossas ao interagir com outros povos e outras culturas, outras formas de ser e de estar, outras geografias, outros territórios e trazer tudo isso na bagagem do conhecimento, e na nossa forma de ser, de estar perante os outros, perante o mundo e perante culturas que divergem das nossas mas que, no fundo, acabam por ser o princípio e o meio para alcançarmos a pluralidade cultural e o respeito pelo que nos distingue dos demais.

Diferentes tipos de viagens podem propiciar experiências e vivências diferenciadas aos viajantes. Esta é, por isso mesmo, uma procura central na sociedade contemporânea. Conseguir um portefólio de viagens que permita um reconhecimento e conhecimento de lugares é pretensão de muitos. Atingir níveis de vivência em alguns desses espaços transformando-os em lugares de pertença é objetivo de menos. Ver na partida o início da busca e a concretização de

aspirações, interesses e desejos, bem expressos na cultural contemporânea, o propósito de quase todos (SANTOS, p. 5).

A viagem turística é aquela que observa as particularidades intrínsecas: a motivação (o lazer, o descanso, a descoberta, a fuga à rotina); a permanência (a noção de deslocação tem como finalidade permanecer num lugar diferente do lugar habitual de residência); a duração dessa permanência (mais do que um dia e menos do que um ano); o alojamento (a acomodação noutra espaço que não o da casa-residência) e todo o conjunto de outras atividades económicas desenvolvidas em torno da viagem, e que designamos como indústria do turismo e, estas sim, transformam a prática turística numa atividade económica indutora de desenvolvimento (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017, p. 19).

Após termos apresentado uma síntese dos principais momentos da evolução do turismo e das suas motivações este teve como objetivo demonstrar o papel da cultura, como uma das principais motivações para as dinâmicas, cada vez mais acrescentes desta atividade. À medida que o número de turistas aumenta e os territórios turísticos também, existe uma complexificação da sua análise, sendo necessário recorrer, frequentemente a várias ciências para proceder à análise do seu comportamento, quer em termos de motivações, impactos económicos e sociais, entre outros.

O turismo não tendo um quadro conceptual próprio e bem definido resulta do entrecruzar de múltiplas áreas do conhecimento científico nomeadamente: a Economia, a Gestão, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, o Direito, o Planeamento, o Ordenamento do Território e o *Marketing*, entre outras (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017).

O turismo é uma área científica que é parte integrante da sociedade contemporânea, e é daqui que decorre o facto de se servir de várias ciências sociais, naturais e económicas para compreender, justificar e analisar este fenómeno (Quadro 8).

Quadro 8 - Disciplinas e objetos de estudo do turismo

Disciplinas	Área/Objeto de Estudo
Antropologia	Relação entre turistas e residentes. Análise dos efeitos culturais do desenvolvimento do turismo. Valores e mudança cultural.
Arquitetura e Design	Desenvolvimento e design de infraestruturas turísticas. Arquitetura da paisagem. Conservação do património.
Ecologia	Impacto do desenvolvimento do turismo no ambiente; Turismo e biodiversidade. Ecoturismo e Parques Nacionais e Naturais.
Economia	Contribuição e impactos económicos do turismo na economia nacional, regional e local. Avaliação dos custos e benefícios económicos do turismo.
Gestão	Gestão do negócio turístico com operadores, serviços e recursos humanos. Estratégia de negócio do turismo.
Geografia	Análise e gestão espacial do turismo. Compreensão dos lugares turísticos e movimentos de pessoas. Abordagem comunitária. Geografia histórica do turismo.
Marketing	<i>Marketing</i> das atrações, produtos e destinos turísticos. Comportamento do consumidor em turismo. Publicidade e promoção do turismo, das atrações turísticas e dos próprios territórios, com o recente aparecimento do <i>Marketing</i> territorial e patrimonial.
Planeamento urbano e regional	Estudos de desenvolvimento do turismo. Desenvolvimento regional. Planeamento do turismo. Participação pública.
Política	Compreensão da política do turismo e do processo de tomada de decisão. O papel dos grupos de interesse. Relações internacionais. Economia e política do turismo e o exercício do poder.
Psicologia	Motivações das viagens e comportamentos dos turistas.
Sociologia	Turismo como um fenómeno das sociedades. Turismo e pós-modernidade. Motivações turísticas. Imagem dos destinos. Tipologias de turistas. Impactos socioculturais do desenvolvimento do turismo. A procura turística como consumo social dos espaços.

Fonte - Adaptado de SILVA (2011)

Quando falamos em turismo existem determinadas dimensões chave que são comuns a quase todas as definições:

- a) As que estão relacionadas com o turista (incluindo a motivação, a escolha, a satisfação, a interação);
- b) As relacionadas com o negócio, o turismo enquanto atividade económica (incluindo o *marketing*, transportes, hotelaria, restauração, animação);
- c) As que se relacionam com a hospitalidade da comunidade (incluindo as vivências, os impactos sociais, culturais, económicos e culturais);
- d) Ambiente (impactos ambientais positivos e negativos resultantes da prática da atividade turística, entrando em linha de conta com a capacidade de carga dos territórios);
- e) Políticas governamentais (estabelecimento de políticas e planeamento da atividade turística com visa à sua sustentabilidade e à sustentabilidade dos territórios) (SACRAMENTO, 2004).

JAFARI & RITCHIE (1981) apresentam um modelo de estudo do turismo que ajuda a ilustrar a multidisciplinaridade da natureza dos estudos, (Figura 19).

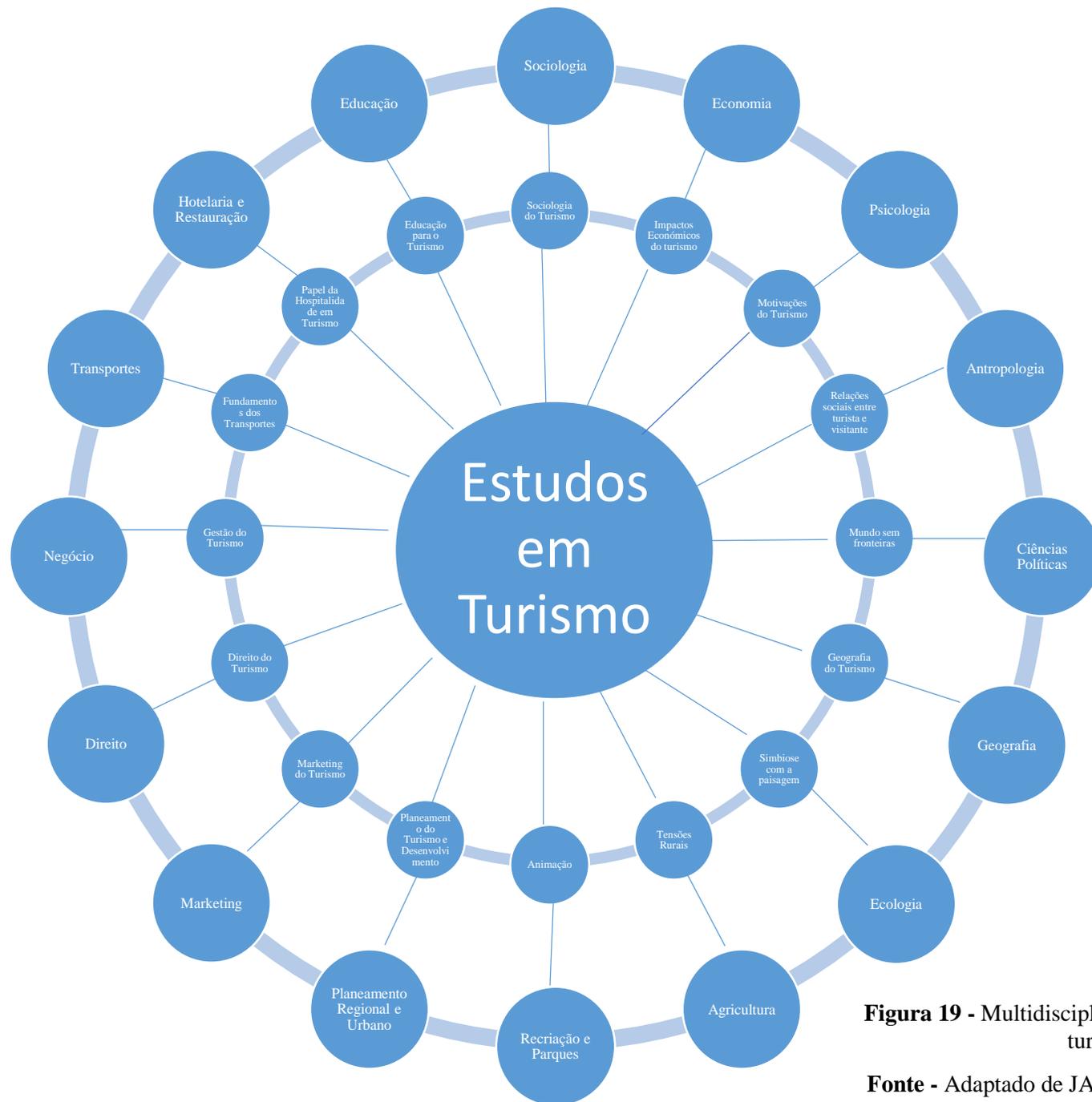


Figura 19 - Multidisciplinaridade dos estudos em turismo

Fonte - Adaptado de JAFARI & RITCHIE (1981)

Como podemos verificar o turismo é uma atividade económica de índole cultural e sociológica que nos remete para diferentes âmbitos da sociedade e como tal serve-se de diferentes áreas do conhecimento para explicar a sua evolução e o seu comportamento.

A partir do momento em que o turismo passou a ser objeto de estudo nas suas variáveis espaciais e culturais, as categorias de espaço e território têm sido utilizadas com maior destaque, pois a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, e o Urbanismo, são ciências que nos permitem conhecer e compreender este fenómeno que tem ganho uma escala cada vez maior, quer em número de turistas, quer em riqueza que gera (FRATUCCI, 2000).

Assim o estudo do turismo, ao longo do tempo, através das ciências sociais e económicas, permitiu-nos ter uma visão mais realista da complexidade de fenómenos que o constituem como fenómeno maior, que acrescenta valor pecuniário às economias, transforma patrimónios em atrações turísticas e promove o desenvolvimento de experiências e conhecimento de outras realidades culturais, sociais e políticas a visitantes e populações locais.

Pela sua dimensão em termos económicos, o turismo é uma das áreas mais estudadas atualmente e, também, uma das atividades mais apetecíveis de implementação em territórios de características rurais ou urbanas.

Cada vez mais os turistas procuram experiências autênticas que vão contra a massificação do turismo, em que se recriavam cenários e contextos para criar também experiências. Atualmente, a valorização da(s) identidade(s) local(ais) do(s) seu(s) património(s) e da(s) sua(s) população(ões), estão a ganhar um novo posicionamento no mercado da oferta e da procura, no fundo podemos afirmar que estamos a voltar à essência do turismo com o seu aparecimento associado ao *Grand Tour*, a viagem pela vontade de conhecer, de descobrir novas realidades e experienciar aquilo que apenas era estudado em termos teóricos e contextuais.

O turismo é um fenómeno relacionado com milhões de pessoas que viajam dentro e para fora das fronteiras dos seus países, dos seus locais de residência e trabalho, que aí vivem experiências e criam impactos. A atividade turística é, atualmente, entendida para além dos parâmetros das atividades económicas. O turismo é um fenómeno de pessoas para pessoas. Refere-se às relações que se

estabelecem entre elas e entre elas e os lugares que fruem. As previsões da Organização Mundial do Turismo para 2020 indicam que existirá uma movimentação de cerca de 1.6 bilhões de turistas (SILVA, p. 32).

Assim, e segundo a OMT:

O turismo, atividade a maior parte das vezes associada ao repouso, à descontração, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo; praticado com a necessária abertura de espírito, constitui um fator insubstituível de autoeducação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e da sua diversidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, p. 6).

Atualmente, as transformações ocorridas na nossa sociedade moderna, têm sido um dos principais propulsores das novas práticas turísticas. Tal como afirma CRAVIDÃO (2006, p. 271) *existem novas procuras, novos perfis de turistas e novas formas de olhar e consumir os territórios* e os seus recursos. O turismo é uma atividade económica em expansão crescente que procura cada vez mais responder às necessidades do turista de modo singular e personalizado.

SILVA (2011) apresenta-nos três funções sociológicas do turismo na modernidade:

- a) compensação de algumas perdas originadas pela evolução e pelo desenvolvimento da sociedade, nomeadamente aquelas que se relacionam com o contacto com a natureza, resultado de urbanização massiva e extremamente rápida do território, que conduziu à alteração completa dos ritmos de vida;
- b) permite o bem-estar físico e mental dos indivíduos, possibilitando-lhes uma pausa das suas rotinas quotidianas;
- c) facilita o conhecimento de novas culturas alargando horizontes e aumentando o conhecimento de outras realidades, no fundo a própria essência do *Grand Tour* (SILVA, 2011, p. 31).

Conforme já tivemos oportunidade de referir, o turismo é um fenómeno extremamente complexo e que vai muito além da mera movimentação de pessoas e o consumo de espaço(s) e património(s). O turismo, atualmente, gera riqueza e há cada vez mais a preocupação por parte dos territórios de encontrar/criar/recriar ou refuncionalizar patrimónios em produtos, capazes de satisfazer a procura que a cada dia se diversifica e é mais exigente em relação à experiência que procura. Os espaços rurais têm feito uma forte aposta nesta atividade económica, devido ao seu potencial endógeno em alguns casos ainda subaproveitado.

2. O Desenvolvimento Rural e a Paisagem

Que o espaço rural é, foi, e sempre será, diferente do espaço urbano é uma realidade inegável. No entanto, atualmente, dada a concentração da população nas cidades de grande e média dimensão, por oposição ao esvaziamento dos espaços das cidades de pequena dimensão e outros lugares do interior rural do país, esta preocupação de sempre está cada vez mais na ordem do dia. As soluções que acompanham a celeridade dos processos de degradação são difíceis e complexas e passam pela(o): redução e, em algumas situações, extinção completa da agricultura no tecido económico dos espaços rurais, que sempre dela dependeram para subsistir; fraca capacidade de atração de investimentos para outros setores de atividade; fraca atratividade social e ausência de mercado de trabalho, suficientemente capaz de captar e fixar populações; abandono rural generalizado, acompanhado de despovoamento, erosão, desertificação e incêndios, com conseqüente perda de diversidade ecossistémica natural e humana (CAVACO, 2005).

Conforme já referimos fica também comprometida a preservação das paisagens, do ambiente e de todos os habitats e ecossistemas que o constituem, o património rural, reflexo da evolução de séculos sulcada na paisagem, e os elementos importantes da identidade das populações.

O reconhecimento destas fragilidades conduziu à elaboração de políticas de desenvolvimento local, aplicadas ao espaço rural, também designadas por políticas territorialistas. Estas perspetivam os problemas, do local para o global, *bottom-up* recorrendo, sempre que possível aos recursos endógenos para a criação de soluções e,

deste modo, garantir a sustentabilidade dos processos. A escala regional também não pode ser esquecida pois toda e qualquer política de desenvolvimento para ser bem-sucedida precisa de ser escalável a vários níveis, quer da resolução dos problemas, quer da aplicação de medidas para a sua resolução.

COSTA (2014) defende que um território é uma produção relacional, que envolve diversos aspetos da vida humana, material e cultural. Assim o conceito de territorialidade, utilizado, por SACK (1986), para elaborar uma classificação de área que faz de um território um instrumento para a padronização interna e comparação com as territorialidades externas. Podemos afirmar que o conceito de territorialidade diz respeito às características inatas dos diferentes territórios e que os distinguem dos demais.

Neste sentido, territorialidade está intimamente vinculada à ideia de desenvolvimento. O território deve então ser encarado como o resultado de relações sociais onde existe uma complexa dinâmica de conflito entre propostas de territorialização, que alimenta um processo contínuo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Essa dinâmica de conflitos é alimentada por diversas estratégias de produção de território, que, por vezes, podem ser extremamente agressivas e excludentes entre si (Figura 20).

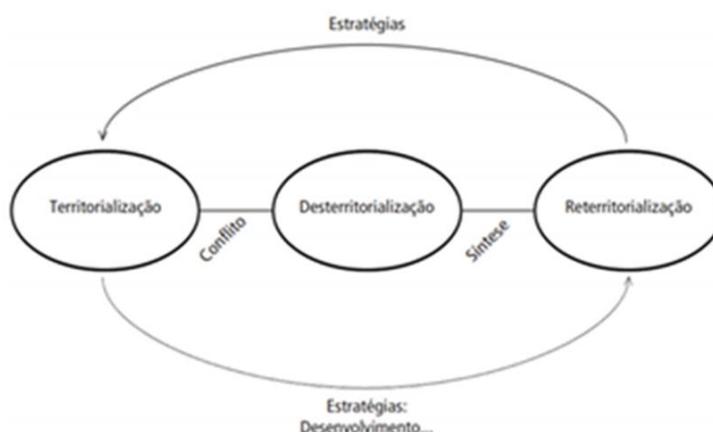


Figura 20 - Dinâmica de territorialização-desterritorialização-reterritorialização

Fonte - CANTELMO, LOBO, & GARCIA (2015, p. 360)

Estas políticas que passaram do plano nacional para o plano local, permitiram uma revalorização do território e da dimensão espacial do desenvolvimento, no entanto, reforçou-se a ideia romântica associada a estes espaços, fruto da presença de dinâmicas

regressivas que foram depauperando os territórios de capital humano, capital social e capital económico, comprometendo a sua sustentabilidade e continuidade.

Estas políticas territorialistas assentam nos princípios básicos da sustentabilidade do desenvolvimento dos espaços rurais e nos diferentes âmbitos da sua baixa densidade.

Qualquer política de base territorial, não pode ser entendida como tal, se não considerar os princípios bases da sustentabilidade do território. A sustentabilidade do desenvolvimento e do nível de intervenção local são centrais nas políticas de desenvolvimento, de modo particular dos espaços rurais, cujas fragilidades são de natureza diversa que se conjugam nomeadamente nas dimensões económica (eficiência, crescimento, estabilidade), social (equidade, solidariedade) e ecológica (reproduzibilidade dos recursos naturais) (MELA *et al*, 2001 citado por CRAVIDÃO, CUNHA, & SANTOS, 2010), de forma a conseguir intervenções equilibradas e eficazes (Figura 21).

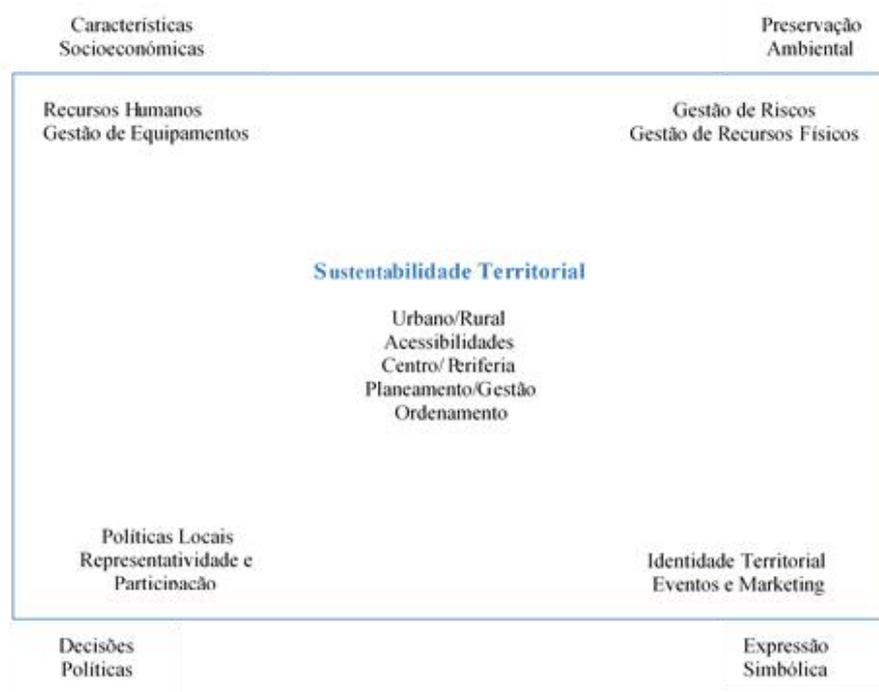


Figura 21 - Parâmetros de Avaliação da Sustentabilidade Territorial

Fonte - Adaptado de CRAVIDÃO, CUNHA, & SANTOS (2010)

A sustentabilidade territorial resulta da aplicação de políticas locais de desenvolvimento que são tanto mais expressivas quanto maior for a representatividade e a participação das

populações, em todo o processo de desenvolvimento. Um dos objetivos destas políticas passam pela valorização dos recursos endógenos existentes que podem ser transformados em recursos económicos que acrescentam, não só valores aos territórios, mas também às populações. Esta valorização deve ser pensada em consonância com a preservação ambiental e consequentemente a gestão dos recursos naturais.

A expressão simbólica dos lugares e as imagens que lhes estão associadas que resultam da identidade territorial e cultural e que, em função da sua capacidade de divulgação e propagação, poderão servir de mote à fixação de externalidades diversas, suporte da inovação destes territórios. Estes encontram nas paisagens a cristalização máxima dos seculares modos de vida, que são transformados em novos produtos e novas atrações turísticas de base tradicional, mas de cunho moderno e inovador. Desta forma, ganham a capacidade de dar resposta às necessidades dos públicos que, atualmente, são cada vez mais exigentes. Todavia, isto só é possível se conhecermos com a profundidade necessária as populações, os lugares e os seus modos de vida.

Só assim temos a premissa para a estruturação de políticas que consideram as diferentes particularidades de cada lugar e as suas reais necessidades sem cairmos na banalização da aplicação do mesmo molde em diferentes espaços, e os resultados dificilmente poderão ser os desejados por todos os *stakeholders* do processo. *O rural é diverso, multifuncional, é produtivo, é inovador, é competitivo e apresenta a capacidade atrativa que potencia as inter-relações e complementaridades com o espaço urbano, da sua área de influência* (SANTOS & CUNHA, 2008, p. 210).

Só da concertação e comprometimento entre as dimensões económica, política, cultural, tecnológica, ambiental, social e, também simbólica, poderão surgir projetos de desenvolvimento, aportados nas comunidades locais, desenvolvendo sinergias e garantindo simultaneamente a sustentabilidade destes territórios palco e produto da atividade turística. Não podemos falar em atividade turística e desenvolvimento no espaço rural se não considerarmos a definição da paisagem e a sua evolução.

Assim para CHOI e SIRAKAYA (2006), as premissas do desenvolvimento sustentável dos espaços rurais contemplam seis dimensões (Figura 22):



Figura 22 - Dimensões que integram o Desenvolvimento Sustentável

Fonte - Adaptado de CHOI e SIRAKAYA (2006), citado por KASTENHOLZ, EUSÉBIO, FIGUEIREDO, CARNEIRO, & LIMA (2014, p. 54)

Para CAVACO (2004) o desenvolvimento, operacionalizado nas suas políticas, deve contribuir para uma melhoria generalizada das condições de vida das populações, assim como capacitá-las relativamente ao seu futuro. Assim, com *o desenvolvimento pretende-se contrariar a perda de vitalidade demográfica e económica, de capacidade de fixação e atracção de populações, de iniciativas económicas, e não apenas a regressão das atividades primárias, em especial dos cultivos (...)* (CAVACO, 2004, p. 99).

O desenvolvimento pretende-se sustentável, processual e dinâmico integrando as várias componentes do território. Em particular, *o desenvolvimento rural é um problema de densidades: densidades de população (...), de atores e das suas relações, de iniciativas, institucionais e privadas, de capacidade organizativa; densidade de atividade económica, de capitais, de mão-de-obra qualificada, de saberes e de competências,(...) ajustadas ao mundo globalizado em que vivemos, onde o espaço rural e a sua população é quase sempre sinónimo de estagnação, arcaísmo e ausência de desenvolvimento pela ausência de inovação; (...) de criação de empregos; de infraestruturas, porque infraestruturas, pelo menos públicas existem, no entanto não têm massa crítica que as faça crescer e dinamizar; de serviços, de centros urbanos (...)* (CAVACO,2004, p. 100).

Na *Declaração de Cork*, na Irlanda, a 5 e 6 de setembro de 2016, foi elaborado um documento designado por *Um Meio Rural Vivo*. Os países participantes cientes da diversidade económica, ambiental e social que caracteriza a Europa rural, onde vive mais de metade da população da União Europeia e que abrange mais de três quartos do seu território; e da importância das zonas rurais para a preservação da variedade da paisagem e do património natural e cultural da Europa, sistematizou os princípios do desenvolvimento destes espaços da seguinte forma: o desenvolvimento rural é sobretudo uma nova cultura de desenvolvimento onde prevalecem os sítios e os territórios que registam a memória coletiva e individual do Ser Humano; o desenvolvimento rural não pode ser difuso ou pulverizado, seria muito oneroso e não seria sustentável; a médio e longo prazo, só o ordenamento do território permitirá sustentar o desenvolvimento rural; o triângulo mágico do desenvolvimento rural envolve a diversidade da agricultura, a multifuncionalidade de prestações da exploração agrícola e do agricultor e a diversificação de atividades; o desenvolvimento rural não se padroniza, normalizar seria sufocar processos (COVAS, 2004).

Ainda nesta declaração são apresentadas dez orientações políticas conducentes à execução de estratégias de desenvolvimento sustentável para os espaços rurais: promover a prosperidade rural; fortalecer as cadeias de valor rurais; investir na viabilidade e na vitalidade rurais; preservar o ambiente rural; gerir os recursos naturais; incentivar a ação climática; impulsionar o conhecimento e a inovação; reforçar a governação rural; dinamizar a aplicação e a simplificação das políticas; melhorar o desempenho e a responsabilização (COMISSÃO EUROPEIA, 2016).

Tal como é apresentado no ponto quatro da referida declaração, a preservação do ambiente rural passa, entre outros fatores, pela preservação e manutenção, através de políticas de ordenamento do território, do património natural e cultural, e dos sistemas paisagísticos que dependem da subsistência dos sistemas agrícolas e silvícolas que os originaram. Só assim são possíveis a coesão territorial e social, bem como a manutenção da identidade dos lugares e das populações que os habitam.

Acreditamos que a paisagem constitui a imagem que nós percebemos do território que visitamos. É a materialização das vivências e a reflexão da ação do Ser Humano sobre o substrato que habita. De acordo com ALMEIDA (2006),

(...) a paisagem, esse espaço visível, tem de ser constituída por um conjunto de componentes, em regra heterogéneos, pela sua distribuição, disposição, encadeamento, associação mais ou menos lógica entre si, que se conjugam no sentido de ser possível atribuir identidade a um espaço determinado. Esses componentes passam essencialmente pela morfologia do terreno, pela hidrografia, pelo coberto vegetal e pelas instalações e transformações exercidas, nesse espaço, pelas comunidades humanas (ALMEIDA, 2006, p. 31).

Deste modo, a paisagem é o reflexo das transformações físicas sociais, económicas e políticas dos territórios, pelos grupos humanos que lhes deram origem. Podemos observar a evolução da própria História da Humanidade nos elementos patrimoniais que constituem a paisagem e que lhe conferem a sua unicidade e singularidade garante da identidade das comunidades e dos próprios territórios. ANTROP (2000), citado por ALMEIDA A. C. (2006, p. 32), resume o conceito de paisagem a três aspetos: 1) *uma entidade ou fenómeno holístico*; 2) *uma parte da terra que é percebida e, assim, relativa ao observador em entendimento e avaliação*; e 3) *um fenómeno dinâmico com uma história única*. A maior ou menor valorização da paisagem varia de acordo com o observador, assim como o sentimento de pertença e identidade que, por vezes, se inscreve como se de um código genético se tratasse, quando estamos a falar em espaços que já foram vivenciados por quem os visita ou reabita.

As paisagens rurais, particularmente, têm vindo a aumentar, por parte das populações citadinas, a sua procura e o interesse cada vez maior em participar e vivenciar experiências nestes territórios. De acordo com ALMEIDA (2006), estas constituem-se como verdadeiros museus vivos a céu aberto, que tentam a todo o custo subsistir após as sucessivas vagas de emigração que as fustigam tanto hoje como outrora. As novas procuras dos espaços rurais são baseadas no imaginário das representações das comunidades urbanas, algo bucólicas e românticas desta realidade. Muitas destas imagens derivam inclusivamente dos retratos literários que são feitos dos espaços geográficos por autores de referência. Surge-nos assim uma nova tipologia turística que designamos por turismo literário, do qual adiante falaremos.

Para além da paisagem em si, enquanto elemento visível e perceptível através dos vários sentidos, surgem também imagens que nos são transmitidas através da literatura, no caso em concreto, a literatura de Aquilino Ribeiro, autor que retratou como ninguém as **Terras do Demo**. O autor faz também ele parte da identidade destes territórios e a ele está associada a criação de imagens, mitos, crenças, ritos e ideologias. A criação de um mundo imaginário, através da transformação da realidade, permitindo a existência de um mundo paralelo suportado pela escrita (BAPTISTA, s/d).

3. Do Turismo Rural ao Turismo Cultural

Para KASTENHOLZ, EUSÉBIO, FIGUEIREDO, CARNEIRO, & LIMA (2014), o turismo em áreas rurais contribuirá para o seu desenvolvimento se: sustentar as características culturais da comunidade recetora; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes; estimular o emprego de residentes locais nas atividades económicas que integram a indústria turística; sustentar, valorizar e conservar a paisagem e os habitats, considerando os limites de capacidade de carga definidos; estimular um equilíbrio entre o crescimento potencial do turismo e as necessidades de conservação da natureza; minimizar os impactes ambientais e socioculturais negativos; otimizar a satisfação dos visitantes e residentes; sustentar a economia rural; maximizar o crescimento económico de longo prazo para o destino; sustentar os serviços turísticos.

A procura do turismo em espaço rural de base cultural deve-se também, em larga medida, à reorganização dos tempos sociais. Quando falamos em tempos sociais estamos a reportar-nos ao tempo de trabalho, tempo livre, tempo de lazer e tempos obrigatórios, relativos à satisfação das nossas necessidades fisiológicas (SANTOS, 2015).

Estas alterações conduzem à procura de novos espaços de novas rotinas e conseqüentemente a viagens. De acordo com SANTOS (2015), *viajar é visitar, observar e interagir com as pessoas*. Esta interação, para além de outros fatores, está na essência do turismo cultural, que tem conhecido no espaço rural, uma expressão inigualável, não só pelas suas características físicas, mas, acima de tudo, pelos patrimónios existentes capazes de se transformarem em produtos turísticos de qualidade.

Ao contactar com espaços e realidades distintas, conviver e conhecer diferentes modos de vida, respeitando a individualidade de cada lugar, assimilando a cultura e a identidade dos territórios, fazendo apropriação das suas vivências, são algumas das motivações dos turistas que procuram o turismo cultural em espaço rural. Assim, o turismo cultural em contexto rural ganha a sua máxima expressão e pode constituir-se como uma resposta válida para um destino que apresenta relevância patrimonial (CARVALHO 2010, citado por MARUJO, 2015).

Através da atividade turística, muitos elementos podem ser valorizados e resgatados numa sociedade. Para além de proporcionar à população local o reconhecimento dos seus valores e da sua identidade perpetuando-os através da sua transmissão.

O turismo cultural surge como um dos segmentos da atividade turística que mais tem crescido e aborda as vivências dos visitantes, relacionadas com o património material e imaterial pertencentes ao conjunto histórico, social, cultural, artístico e antropológico de um povo (SALVADOR & BAPTISTA, s/d).

É ainda possível acrescentar fatores como: o aumento da formação dos turistas, o rendimento disponível, o acesso às tecnologias da informação e comunicação, que funcionam como um motor preferencial de divulgação e uma maior consciência dos efeitos da globalização relacionados com a perda dos valores culturais, particularmente dos territórios rurais cuja escala, por vezes, compromete a sua continuidade (MARUJO, 2015).

O aparecimento do turismo rural remonta ao século XVII associado a um movimento de romantismo por contraponto ao processo de industrialização que estava a ferver na maior parte dos países da Europa. No entanto, o turismo rural moderno tem a sua baliza temporal no período pós 2ª Guerra Mundial (LANE, 2009, citado por AYAZLAR & AYAZLAR, 2015). A maior parte dos estudos realizados acerca do turismo rural, apontam para o facto dos turistas procurarem, através desta atividade, outras realidades completamente diferentes daquelas que são recorrentes no seu dia-a-dia (AYAZLAR & AYAZLAR, 2015). O facto de as pessoas estarem cada vez mais sensibilizadas para os comportamentos saudáveis, a necessidade de diminuir os níveis de stress comprometedores da saúde, associados ao bem-estar e à alteração das rotinas diárias; preferem experienciar momentos que vão ao encontro das suas especificidades enquanto

pessoas, personalizadas e, acima de tudo, autênticas. O desenvolvimento dos transportes, nas sociedades ocidentais e, simultaneamente, a banalização do acesso aos lugares pela diminuição das distâncias foi outro dos fatores que conduziu ao aumento dos espaços rurais. A gastronomia típica e a autenticidade, contrariamente à massificação são outros dos fatores de sucesso do turismo rural.

De acordo com LANE (2009), citado por AYAZLAR & AYAZLAR (2015), o verdadeiro turismo rural define-se como o tipo de turismo que é praticado ou se encontra localizado nas áreas rurais. O turismo rural apresenta como fatores diferenciadores a escala, a função e o carácter (SHARPLEY & ROBERTS, 2004, citado por AYAZLAR & AYAZLAR, 2015).

Assim o turismo rural: está localizado nas áreas rurais; deve ser baseado nos recursos existentes no espaço rural; ter edifícios típicos da cultura vernacular inseridos no contexto paisagístico e cultural; as atividades desenvolvidas têm de estar conectadas com as comunidades locais, baseadas nas vilas ou aldeias; representar padrões complexos da economia, do ambiente e da história dos lugares (LANE, 2009, citado por (AYAZLAR & AYAZLAR, 2015).

No Quadro9, apresentamos, de acordo com a literatura, diferentes definições de turismo rural.

Quadro 9 - Diferentes definições de Turismo Rural

Autor	Definição
Bramwell & Lane, 1994 citado em Su, 2011, 1438.	A educação, as artes e o património que ocorrem no espaço rural não apenas suportadas pelas atividades agrícolas, mas também outras atividades multifacetadas.
Pedford, 1996 citado em Su, 2011, 1438.	O conceito inclui os modos de vida rurais, o folclore, as tradições, os valores as crenças e o património intrínseco à comunidade.
McKercher & Robbins, 1998, 173.	Este tipo de turismo sai dos esteriótipos do turismo tradicional massificado e é desenvolvido a uma escala local ou regional.
Reichel et al., 2000, 451.	O turismo rural baseia-se nos princípios rurais e da sustentabilidade, com empreendimentos de pequena escala em territórios rurais.
MacDonald & Jolliffe, 2003, 308.	Corresponde a uma prática desenvolvida numa comunidade rural, com tradições próprias e distintas, com modos de vida e valores patrimoniais passados de geração em geração.
Sharpley & Roberts, 2004, 122.	O turismo rural pode ser tanto um complemento ao turismo de massa na maioria dos países que têm climas quentes e também uma iniciativa pioneira num lugar onde o turismo é baixo.
Negrusa et al., 2007, 1.	É entendido como sendo uma forma de turismo proporcionada pela população local, em territórios de características rurais, com alojamento de pequena escala, modos de vida e atividades rurais.
Daugstad, 2007, 404.	O turismo rural é uma arena onde turistas e agricultores se reúnem. Isso fornece algumas mudanças físicas e/ou estéticas na área.
Aref & Gill, 2009, 68.	Uma experiência orientada, a área rural é escassamente povoada e baseada na preservação da cultura, património e tradições.
Kulcsar, 2009, 122.	Turismo que acontece no campo.
Aref and Gill, 2009, 68.	Um produto turístico que proporciona aos visitantes um contato personalizado, um gosto pelo ambiente físico e humano do campo e, tanto quanto possível, permitir-lhes participar nas atividades, tradições e estilos de vida das pessoas locais.
Irshad, 2010, 5.	O turismo rural está localizado em áreas rurais, contém sociedades e práticas tradicionais, em pequena escala.
Lo et al., 2012, 59.	Turismo rural oferece produtos diferenciados para a indústria.

Fonte - Adaptado de AYAZLAR & AYAZLAR (2015, p. 169)

De acordo com as definições apresentadas podemos dizer que os principais elementos que distinguem o turismo rural do turismo urbano são: a densidade da oferta de produtos, o tipo de experiência que proporciona, os recursos naturais, o contacto com as comunidades locais, a existência de equipamentos e infraestruturas comunitárias, o contacto com as paisagens no seu estado mais natural e a interação entre o ambiente natural e cultural.

Segundo a Comissão Europeia (CE), (1999), algumas definições de turismo rural representam a densidade populacional das áreas rurais, enquanto outras se interessam pelo tipo de experiência oferecida pela paisagem destes territórios, enquanto algumas definições se concentram nos desejos, motivações e experiências dos turistas.

A motivação turística é um fenómeno dinâmico e evolutivo que abarca uma pluralidade de fatores e de relações entre eles, sendo que, além disso, as motivações variam consoante as experiências positivas ou negativas do indivíduo, a informação disponível sobre o destino, a idade do indivíduo, etc. (BLANCO, SÁEZ, DAUDER, & DIAZ, 2003). As motivações turísticas não podem ser separadas dos processos fisiológicos, psicológicos, sociais e económicos (Figura 23).



Figura 23 - Ciclo Turístico e Motivação

Fonte - Adaptado de BLANCO, SÁEZ, DAUDER, & DIAZ (2003, p. 11)

Este mecanismo atua como um determinante da conduta humana e determina os fenómenos inerentes a qualquer atividade turística. Assim permite dar resposta a três questões essenciais do ciclo turístico: as razões para viajar (porquê), a escolha do destino (onde) e os resultados obtidos (satisfação do turista relativamente à sua experiência turística, de acordo com os dois pontos anteriores).

No Modelo de CROMPTON, autor que procurou sintetizar as motivações dos turistas, de modo a poder segmentar o mercado turístico e, desta forma, elencar os produtos turísticos de acordo com as suas pretensões (BLANCO, SÁEZ, DAUDER, & DIAZ, 2003).

Assim podemos dividir as motivações dos turistas em motivações sociopsicológicas e culturais: evasão do quotidiano; exploração e avaliação do eu; relaxamento; prestígio; regressão; melhora das relações familiares; melhorar a interação social; novidade e educação (Quadro 10).

Quadro 10 - Motivações Sociopsicológicas e Culturais segundo o Modelo de Crompton (1979)

1) Motivações Sociopsicológicas (CROMPTON, 1979)	
Evasão ao Quotidiano	É uma mudança temporária de ambiente, quer seja de trabalho ou familiar. O turista procura ambientes diferentes do ambiente habitual, quer física quer socialmente.
Exploração e Avaliação do Eu	O componente da novidade física e social presente nas férias faz delas um oportunidade para os turistas explorarem a sua própria identidade e autodescoberta.
Relaxamento	Refere-se principalmente ao relaxamento mental que deriva, por exemplo, da prática de hobbies e interesses que não podem ser desenvolvidos no dia-a-dia, em vez de relaxamento físico. Este último nem sempre ocorre em férias e, portanto, alguns dos sujeitos entrevistados por Crompton alegaram retornar exaustos ao seu local de residência após o período de férias.
Prestígio	Viajar é uma afirmação de <i>status</i> social, embora a democratização e o acesso aos meios de transporte conduziu à generalização/massificação do turismo, levando a que os turistas procurem destinos cada vez mais distantes e diferenciadores das massas.
Regressão	Ocorre de duas formas: por um lado, as férias envolvem uma quebra de papéis obrigações diárias e facilita um tipo de comportamento que poderia ser descrito como irracional, infantil ou adolescente. Por outro lado, o turista também poderia ser motivado pelo desejo de voltar a um período onde o estilo de vida era mais simples, longe da complexidade e incerteza da sociedade altamente tecnicista de hoje.
Melhoria das Relações Familiares	As férias são uma oportunidade para reunir familiares e enriquecer as relações entre eles. A viagem e a estadia significam um aumento de proximidade física e um aumento das possibilidades de interação.
Interação Social	Crompton afirma que existem mais viagens orientadas para as pessoas do que destinos. Com efeito, as férias são um bom momento para conhecer novas pessoas e trocar opiniões, ampliar o número de contatos sociais ou simplesmente desfrutar de pessoas fora do seio familiar. Também pode haver um desejo de interagir com a população local. O alojamento e participação em viagens organizadas são fatores que facilitam a interação social.
2) Motivações Culturais (CROMPTON, 1979)	
Novidade	Identifica-se com curiosidade, aventura, o novo e diferente. O conhecimento de novos lugares e a vivência de novas experiências.
Educação	A viagem turística é caracterizada como uma forma de atender às necessidades educacionais e adquirir um <i>background</i> cultural.

Fonte - Adaptado de BLANCO, SÁEZ, DAUDER, & DIAZ (2003, pp. 19/20)

Para além destas, existem outras classificações das motivações dos turistas. SANTOS N. N. (2014) afirma que as causas que levam as pessoas a viajar são múltiplas (Figura 24).

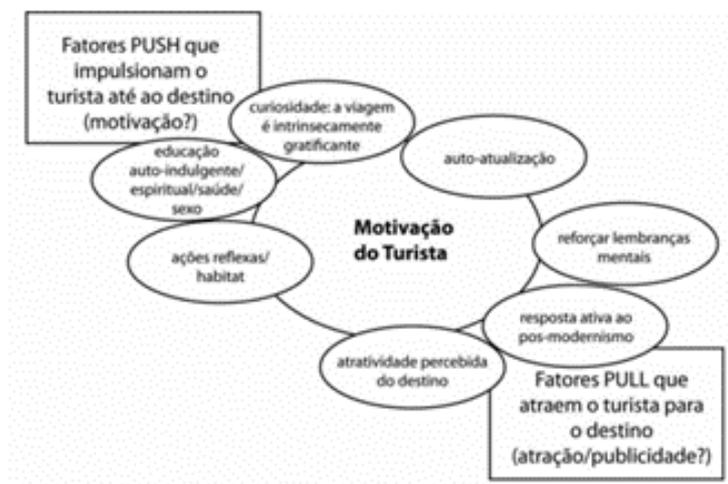


Figura 24 - As Motivações do Turista

Fonte - SANTOS (2014, p. 457), adaptado de BURNS (1999, p. 37)

Os fatores *push* estão relacionados com os níveis de propensão e motivação para a viagem, de acordo com as vontades das pessoas envolvidas. Os fatores *pull* identificam-se com as atrações e particularidades do destino (SANTOS, 2014).

No caso dos espaços rurais, os motivacionais estão frequentemente relacionados com a imagem destes espaços, ligada à natureza, à simbiose dos ecossistemas, à ruralidade, ao genuíno, entre outras características.

Deste modo as características das áreas rurais, nomeadamente a gastronomia, o folclore, os costumes, as festas e tradições populares, a música, a cultura, a experiência vivida, ganham destaque na definição de turismo rural (Figura 25).

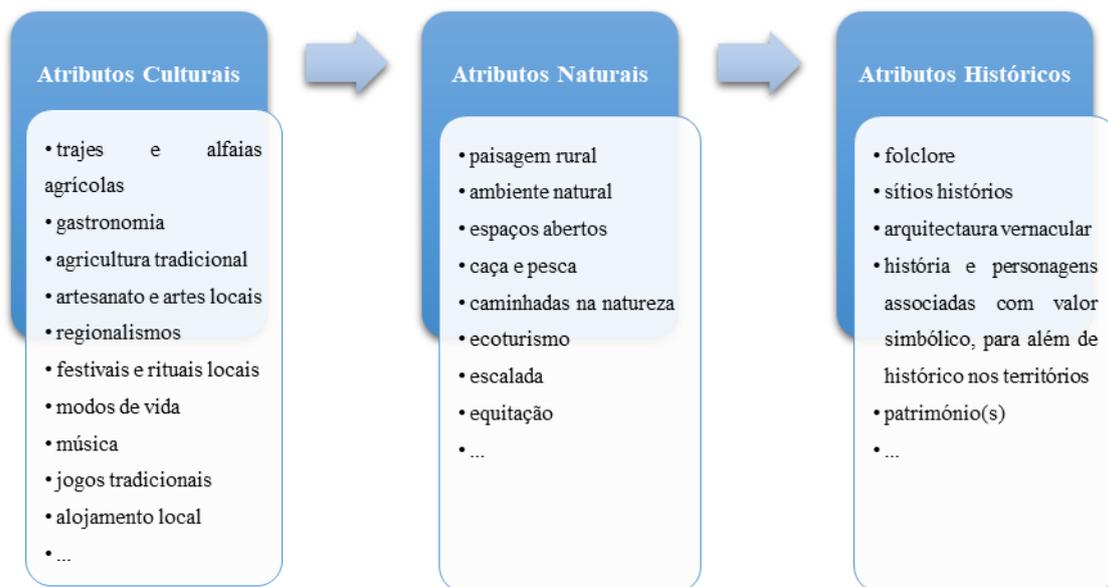


Figura 25 - Atributos do Turismo Rural

Fonte - AYZALAR & AYZALAR (2015, p. 173), adaptado de Nair *et al* (2015, p.330)

Os atributos elencados são apenas uma pequena amostra do potencial diferenciador entre o turismo praticado nos espaços rurais e o turismo em espaço urbano. São estes atributos que motivam ao longo do tempo o desenvolvimento e o crescimento desta prática turística.

O turismo rural para a sua implementação, de acordo com MACDONALD AND JOLLIFFE (2003, p.309), citado por (AYAZLAR & AYZALAR, 2015, p. 180) tem de passar por quatro estádios ou etapas. A primeira diz respeito ao reconhecimento e inventariação dos recursos existentes e a sua integração nos planos de desenvolvimento económico dos territórios; a segunda está diretamente relacionada com a implementação das estratégias delineadas no ponto anterior, implica ação; a terceira etapa requer o desenvolvimento e o crescimento do turismo rural através da identificação de atrações permanentes; promoção de programas educativos relacionadas com o espaço rural, nomeadamente no que se relaciona com o seu património natural, histórico e cultural. A última etapa prevê a centralização das estratégias de turismo rural e a sua implementação de acordo com as especificidades das regiões turísticas, pois só deste modo poderemos trabalhar com estratégias sustentáveis de curto, médio e longo prazo (AYAZLAR & AYZALAR, 2015, p. 180) (Quadro 11).

Quadro 11 - Etapas da Implementação do Turismo Rural

Etapa 1	Uma percentagem reduzida de habitantes reconhece que o turismo pode ser uma oportunidade e valorizam os recursos existentes no âmbito do planeamento da economia.
Etapa 2	Os grupos comunitários planeiam e implementam estratégias de turismo como fator de desenvolvimento territorial.
Etapa 3	Desenvolvimento de parcerias, promoção de estratégias concertadas e concertação de sinergias entre entidades públicas e privadas e a própria comunidade com objetivo de desenhar estratégias duradouras e de longo prazo.
Etapa 4	Planeamento e <i>marketing</i> estruturados e centralizados, de longo prazo e o turismo acontece.

Fonte - AYAZLAR & AYAZLAR (2015, p. 180), adaptado de MacDonald e Jolliffe (2003, p.309)

O turismo rural, como afirma SMITH (2009) refere-se a uma prática turística que se insere na oferta do turismo cultural. A autora indica a existência de uma prática turística cultural em áreas rurais. Noutra perspetiva temos REAL (2001) que expõe uma variedade de tipologias de turismo rural. Dentro desta oferta destaca-se um tipo de turismo baseado no património e nas visitas históricas, ou seja, o turismo rural pode incorporar o património cultural e natural no mesmo espaço. Assim, para além dos rios, das áreas florestais, das paisagens verdes e das montanhas, pode conter vestígios arqueológicos, monumentos históricos e tradições (REAL, 2001). A ligação entre temáticas é visível, várias atividades rurais podem ser combinadas com experiências culturais proporcionando um estilo de vida que atrai a atenção dos turistas (TURNOCK, 2002). No estudo de RICHARDS (1996) verifica-se um aumento pela procura de destinos com características rurais e culturais, as novas tendências estão a emergir e apontam para um crescimento no interesse do turismo “cultural-rural” em Portugal devido às várias regiões montanhosas que formam uma base natural para os diversos recursos culturais.

Segundo MOLETTA (1998), é considerado turismo cultural o acesso a um património cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Como tal, o turismo cultural não pretende apenas o lazer e o repouso, mas caracteriza-se pela motivação do turista em vivenciar modos de vida em desaparecimento, degustar refeições

típicas em restaurantes rústicos; apreciar atuações de grupo de folclore, como a expressão visível de um determinado território e conseqüentemente de uma comunidade; fazer visitas a aldeias e feiras locais, entre outros (SMITH, 2009).

Sob este contexto, é possível afirmar que o turismo cultural, através da salvaguarda da identidade e da cultura locais, pode constituir-se como o garante da recuperação, preservação e afirmação dos valores que distinguem e caracterizam as diferentes comunidades, afirmando-se como uma força inibidora dos efeitos da homogeneização cultural resultantes dos processos de globalização (TOSELLI, 2006, citado por MARUJO, 2015). *Logo, o turismo cultural, pode contribuir para gerar uma tomada de consciência em relação à preservação do património, tanto tangível, como intangível, compreendendo que este é a herança que o distingue e afirma individualmente* (MARUJO, pp. 6-7).

O turismo cultural suporta-se na valorização do património, da cultura, da identidade dos territórios e das comunidades que o habitam e que nele deixaram marcas que se materializam no carácter único das suas paisagens.

O turismo literário permite, através da valorização dos escritores e das suas obras, a valorização de paisagens turístico-literárias veiculadas pelos próprios autores e resultantes da interseção existente entre a literatura e o turismo (XICATTO, 2008).

A presente investigação centra-se na inventariação dos recursos patrimoniais existentes e, conseqüentemente, na apresentação de estratégias de promoção turística aplicadas às **Terras do Demo**, suportadas pelos pressupostos do turismo literário. Entendemos como turismo literário uma das tipologias da atividade turística que se encontra incluída no âmbito mais alargado do turismo cultural e que resulta da procura deliberada do turista pelas imagens interculturais veiculadas através da literatura.

A relação empática que se vai estabelecendo entre a natureza e a cultura é cada vez mais dinâmica e intuitiva. Os valores que hoje são expressos pelo mundo científico, pelo senso comum e pela economia, tradicionalmente em desacordo, parecem ter conseguido alguma sintonia, dando expressão a intervenções, comportamentos e investigações que a política quer, também, assumir como seus, neste último caso, porque estas questões passaram a estar integradas nas agendas como assuntos prioritários na tomada de decisão dos eleitores.

Apesar de tudo isto não podemos diminuir a importância que as populações locais têm, sendo elas a essência e a referência de base em todos estes processos (SANTOS M. , 2006, p. 124). É necessário, portanto, perceber que é premente a conjugação das várias dimensões do espaço nomeadamente, económica, social e ecológica, de modo a concretizarmos intervenções que não comprometam o equilíbrio existente, muitas vezes já de si, de extrema fragilidade.

RICHARDS (1996), em *Cultural Tourism in Europe* afirma que o turismo e a cultura são inseparáveis e que o património cultural Europeu é um dos mais antigos e maiores geradores da atividade turística na Europa e responsável pela deslocação de milhões de turistas de todo o mundo. De acordo com a União Europeia, o turismo e, em particular, o turismo cultural, merece prioridade em termos das políticas de desenvolvimento. Assim, o Conselho da Europa, em 1987, implementou o conceito de Rota Cultural, de modo a potenciar os valores patrimoniais culturais das diferentes regiões da União Europeia, promovendo o conhecimento deste imenso espólio de identidade para os diferentes turistas dos quatro cantos do mundo.

O turismo cultural, enquanto mercado turístico, tem crescido substancialmente nas últimas décadas, quer em número de turistas, quer no que diz respeito à criação de emprego e riqueza para as regiões em que se pratica. Este aumento justifica-se, em larga medida, pelo interesse, por parte dos turistas, em conhecer a cultura, o património e a história dos territórios que visitam. No entanto, também é verdade que este aumento da procura tem aportado preocupações relacionadas com a mercantilização, exagerada, da cultura, desvirtuando, quando em excesso, a essência da matriz originária deste nicho da procura.

Com as crescentes alterações e exigências da procura e da oferta surgiu, o turismo criativo. Este novo paradigma encerra um desafio materializado na criação de experiências significativas pelos vários atores da indústria turística. Podemos afirmar que o turismo criativo representa a comunicação entre o passado e o futuro, entre visitantes e visitados.

De acordo com (RICHARDS e RAYMOND 2000) o turismo criativo oferece aos visitantes a oportunidade para desenvolver o seu potencial criativo através da participação

ativa em cursos e experiências de aprendizagem, que são característicos dos territórios que visitam.

Em Portugal, a afirmação da atividade turística, foi um processo moroso, pelas mais variadas ordens de questões e, numa primeira fase, apesar do imenso património existente no nosso país, Portugal afirmou-se no contexto nacional e internacional pelo turismo balnear. Fruto da sua posição geográfica e dos constrangimentos físicos favoráveis a esta prática, a preços competitivos para a maioria dos turistas que nos procuravam e procuram. Recentemente, na lógica da valorização do património enquanto elemento de identidade e diferenciação territorial, este assumiu-se como um elemento unificador para a população portuguesa e como uma poderosa atração turística para os estrangeiros. A juntar a esta equação temos a hospitalidade do povo português importante fator de atratividade para os demais. Durante todo o período do Estado Novo uma das principais preocupações passou pela preservação do património local regional, como forma de garantir a manutenção da identidade dos lugares aos quais os elementos estavam afetos. Não nos podemos esquecer que todo o espólio patrimonial existente deriva dos modos de vida característicos de cada uma das regiões do território continental e insular. Daí apresentarmos num espaço geográfico delimitado e com reduzidas dimensões, um imenso mosaico cultural podendo inclusivamente falar em múltiplos países culturais dentro do próprio país dada a sua imensa diversidade cultural e patrimonial.

4- O Turismo Criativo

Ao contrário do que acontecia no início da massificação do turista, devido à dificuldade e à morosidade associada à deslocação de turistas, o período de férias, era mais ou menos longo de acordo com a disponibilidade económica das famílias. A procura de sol e praia é uma marca incontornável, e que estará para sempre associada às férias. Estas aconteciam em períodos muito específicos do calendário, normalmente correspondente às férias escolares.

Com a crescente transformação do mercado de trabalho e com o mercado de oferta, analisando as estatísticas do turismo percebemos que há uma tendência crescente para permanências mais curtas, distribuídas ao longo do ano. Esta constatação acaba por se transformar numa oportunidade, para os territórios, no sentido de não atingirem as suas

capacidades de carpa em determinados momentos específicos, e como forma de continuar a captar ou fidelizar clientes, encontrar novas estratégias e produtos que valorizem os seus recursos endógenos, transformando-os em experiências inesquecíveis para quem os procura. Na realidade, o menos número de turistas a afluir a um determinado destino, acaba por ser o garante de uma experiência mais personalizada e enriquecedora, para ambas as partes.

A necessidade dos territórios serem criativos, imaginativos e empreendedores conduziu à criação de novos produtos, onde a cultura, o património e o turismo, tiveram que se reinventar refletindo acerca das estruturas sociais e económicas, como instrumentos preponderantes da regeneração e revitalização dos territórios, através da criação de produtos significantes para o turista, sem nunca perder a sua autenticidade.

Na realidade uma das grandes diferenças que podemos apontar entre o turismo cultural e o turismo criativo é a capacidade que este último tem em oferecer ao turista o ver pelo envolver, ou seja a possibilidade que o turista tem fazer parte dos processos, das atividades sociais, religiosas, agrícolas, da própria comunidade, desenvolve3ndo, assim a sua criatividade e valorizando exponencial a sua experiência pelo contacto.

O advento do turismo criativo resulta de uma sociedade contemporânea mais instruída, mais exigente, mais experiente, mais independente e simultaneamente mais curiosa em desenvolver experiências diferentes das do seu quotidiano diário.

A imagem das regiões baseia-se em elementos físicos, mas também se desenvolve a partir de experiências construídas em torno desses elementos, que geralmente se estendem à “cultura viva” e à atmosfera dos locais.

Num mundo cada vez mais globalizado, onde as pessoas através de um ligação à internet conseguem ter acesso a locais distantes, a descobrir a sua história, a sua cultura, as suas paisagens, a sua realidade, tonar-se uma tarefa cada vez mais complexa encontrar novos modelos, novos produtos, novas reconfigurações do real, algumas das vezes em processo de regressão, como já tivemos oportunidade de referir, pugnando por diferenciação autêntica suportada numa estratégias que deverá ser suficientemente autentica para promover a competitividade e a sua diferenciação.

De acordo com RICHARDS, a criatividade é um instrumento preferencial para alcançar esta diferenciação através da participação dos turistas nas atividades criativas programadas, o desenvolvimento de competências ou habilidades, podem formar a base das experiências turísticas ativas, objetivo da dinâmica do turismo criativo.

Cada vez mais o turista opta por destinos que lhes possibilite um turismo de sensações experimentar cheiros, sabores, sons, o toque, o convívio com as populações locais, pois só assim consegue contactar com a autenticidade real e não com cenários que são recriados na expectativa de mostrar aquilo que o turista procura, como são o caso dos parques temáticos, que não são mais que a recreação num espaço delimitado de um cenário, mais ou menos ficcionado.

De acordo com RICHARDS, citado por (GONÇALVES, 2008) no turismo criativo o turista assume-se como ator da sua própria experiência e defende um conjunto de vantagens neste novo paradigma turístico e cultural: *a criatividade possui maior potencial para criar valor pela sua escassez; a criatividade permite aos destinos inovar e conceber novos produtos com maior rapidez, conseguindo estabelecer vantagens competitivas em relação a outros locais; a criatividade é um processo, pelo que, os recursos criativos são mais sustentáveis infinitamente renováveis; a criatividade é móvel, podendo inclusive nalguns casos de forma virtual em qualquer local, sem que tenha que coexistir um número concentrado de recursos patrimoniais.*

Numa sociedade de experiências o consumo passivo tenderá a dar lugar a estas novas dinâmicas de consumo do território e dos seus recursos, Figura 26. O aparecimento de um grupo cada vez mais informado, e seletivo de turistas que procura a sua valorização e autoconhecimento e desenvolvimento potenciar este novo eixo da atividade turística, que na realidade não é mais do que a consequência da evolução das anteriores tipologias de turismo e consequentemente da evolução do próprio turista.

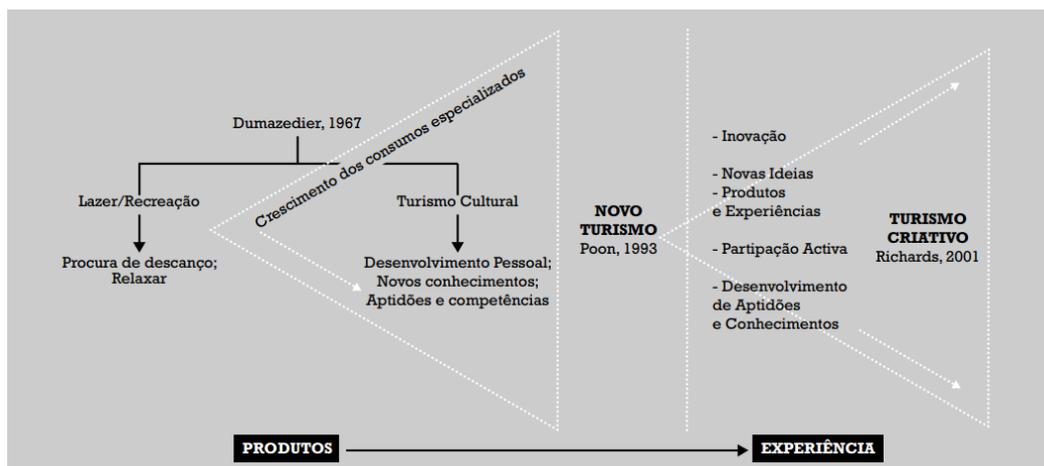


Figura 26- A Emergência do Turismo Criativo

Fonte - GONÇALVES, 2008, p.14

Os produtos originados pelo turismo criativo respondem assim ao desejo de inovar, através da criação de propostas diversas que vão ao encontro de necessidades específicas dos consumidores. (RICHARDS & WILSON, 2005) afirmam que é fundamental para o desenvolvimento do turismo criativo, conseguir-se proporcionar um contexto em que a experiência não só se torna um espaço de aprendizagem, mas também se traduz na transformação do eu. (GONÇALVES, 2008, p. 16).

O turismo criativo abrange, atualmente, um conjunto diversificado de atividades em que o nível de envolvimento do turista poderá ser de maior ou menor expressão (Richards & Marques, 2012). Esta nova abordagem do turismo permite que a troca de ideias e competências entre visitantes, fornecedores de serviços e comunidade local se traduza num enriquecimento para todas as partes e num aprimorar das relações, consideradas por Richard (2012) como verdadeiramente autênticas. O turismo criativo pode traduzir-se da seguinte forma: através do “envolvimento dos turistas no estilo de vida criativo do destino”; através do “usufruir dos recursos existentes”, do “fortalecimento da identidade local e do seu carácter distintivo”, da “auto-expressão”, assim como da “educação”, e como forma de “recriar e reviver os lugares”, nos quais se pode gerar um ambiente criativo contextualizado (Richards & Marques, 2012: 4).

Quando analisamos os territórios das **Terras do Demo** encontramos facilmente um conjunto de recursos que permitem o desenvolvimento de atividades conducentes a uma

experiência ativa e sensorial dos turistas tal como nos é apresentado no modelo apresentado por RICHARDS, Figura 27.

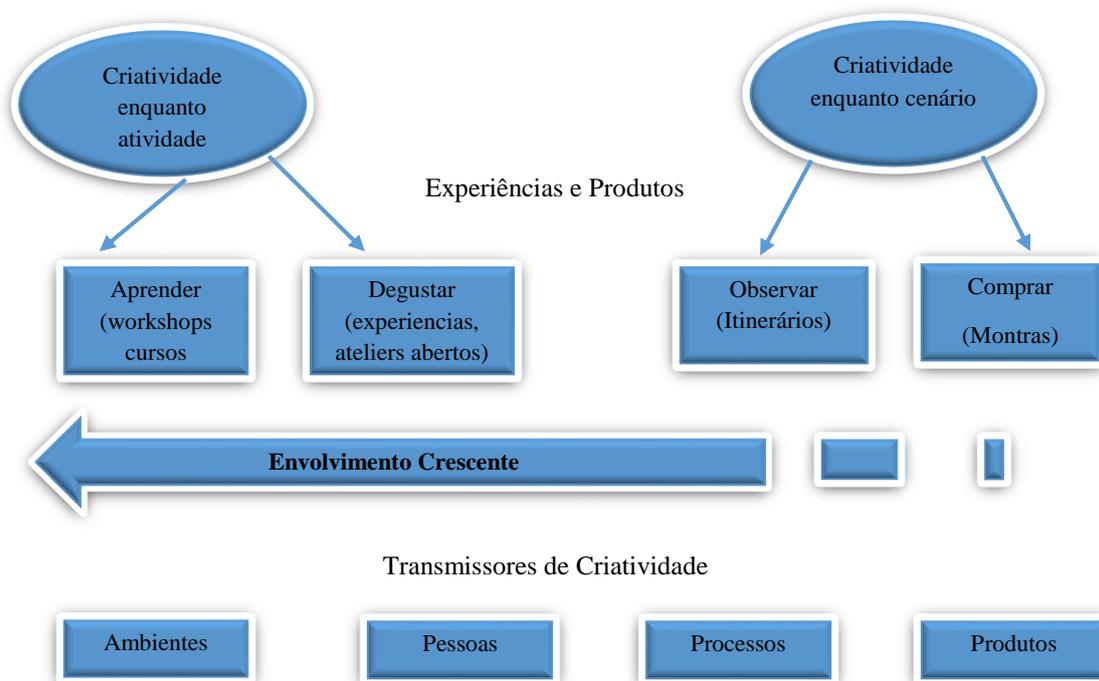


Figura 27-Processo do Turismo Criativo

Fonte- (RICHARDS G. 2011,p.1239)

Como síntese encontramos, quer o turismo criativo, quer outras tipologias turísticas, que têm o seu palco em territórios rurais, com pequenas comunidades, mas com um potencial imenso a ser revitalizado, características únicas: são formas de turismo cultural; pressupõe o relacionamento e a interação, quer com o espaço, quer com as comunidades locais; é uma forma de promoção de estratégia de auto-desenvolvimento e de desenvolvimento comunitário, numa perspetiva de sustentabilidade económica e social; é o suporte da criatividade; valoriza e apoia a identidade local; entre outras (RICHARDS, 2015).

4. Síntese

Embora o turismo rural seja visto como uma estratégia, relativamente simples de implementar nos territórios rurais, com vista à dinamização do seu potencial, não a podemos transformar numa estratégia vulgar e simplista, porque na realidade o seu sucesso a longo prazo dependerá de um conjunto de condicionantes que deverão estar presentes em todo o processo da sua implementação.

A implementação de uma política integrada do turismo rural assenta nos seguintes princípios: criação de uma abordagem integrada para o desenvolvimento destes territórios a fim de otimizar os benefícios do turismo rural, tanto para as populações locais como para os turistas rurais; definir o turismo rural incorporando as suas diversas componentes, nomeadamente naturais; serviços de apoio e infraestruturas; criar uma base de dados atualizada e exaustiva de modo a que se conheça o potencial da oferta, da procura, e as possibilidades de crescimento de mercado; desenvolver um plano estratégico de longo prazo com o estabelecimento de objetivos claros e exequíveis; apostar numa estratégia de *marketing* rural; estabelecer protocolos de parcerias, reais e efetivas, entre entidades públicas e privadas, por forma a identificar as responsabilidades de cada um, levando ao seu comprometimento; desenvolver e comercializar produtos de qualidade que mantenham as características culturais e naturais dos territórios; manter a competitividade, mas com qualidade, propondo experiências cada vez mais singulares e personalizadas aos turistas, dada a escala de ação em que este turismo se pratica; promover a qualificação da mão-de-obra e envolver as populações em todo o processo da criação das estratégias de turismo (adaptado de HENEGHAN, 2002, citado por HALL, KIRKPATRICK, & MITCHELL, 2005). Estes são alguns dos princípios que a autora aponta, mas que, de acordo com as diferentes realidades e circunstâncias, poderão existir outros. O mais premente é fazer um diagnóstico exaustivo da realidade, com a colaboração da população local e identificar potenciais nichos de mercado, valorizando os recursos existentes.

Só assim poderemos alcançar os tão desejados benefícios que, obviamente, não são lineares nem se concretizam numa escala temporal reduzida.

São muitos os elementos patrimoniais, naturais, culturais e económicos do mundo rural português que podem constituir fatores de desenvolvimento. São também

muitas as atividades de lazer e desportivas que, utilizando estes recursos patrimoniais, aos poucos começam a animar os espaços de baixa densidade económica, infraestrutural e demográfica. Por outro lado, um pouco por todo o mundo rural despontam ou ressurgem novos polos de lazer utilizando quer recursos naturais (praias fluviais, termas), quer atividades rurais mais ou menos tradicionais (enoturismo, atividades equestres, entre outras) (SANTOS & CUNHA, 2009, p. 17).

Na Figura 28, apresentamos um exemplo de refuncionalização e potencialização de alguns recursos, neste caso hídricos, capazes não só de valorizar as populações locais, como mobilizar os turistas para estes eventos que são cada vez menos pontuais, e mais dessiminados no tempo com o objetivo de dotar o território de sustentabilidade.

Numa sociedade cada vez mais global procura-se a singularidade cultural. (Re)encontra-se a viagem, (Re)inventam-se os itinerários, (Re)centram-se os lugares. Emergem novas identidades territoriais (CRAVIDÃO, 2011, p. 39).



Figura 28 - Praia Fluvial de Segões; Festival Gastronómico da Truta (Vila Nova de Paiva)

Fonte - Própria (2019)

CAPÍTULO IV – O TURISMO LITERÁRIO

Esta província, que conta nobres e antigas cidades, mar e montanha, grandes cultores do espírito e infatigáveis arroteadores do solo, já foi opulenta, soberba e farta. No século XVIII era o jardim de Portugal. Cidades, vilas e aldeias estão semeadas de venerandas ruínas que prolongam a sua história até nebulosos tempos: castros, calçadas imperiais, castelos, capelas românicas, pelourinhos, solares por uma pá velha.

(RIBEIRO, 1983, pp. 82 - 83)

1. A Geografia e a Literatura

Com o passar do tempo, e a evolução da ciência geográfica, esta diversificou as suas fontes no sentido de conseguir perceber de forma mais aprofundada, a realidade. No que diz respeito à abordagem cultural na Geografia, são cada vez mais os recursos utilizados para a apreensão e compreensão das realidades socio espaciais e, conseqüentemente, socioculturais. Esta perspectiva procura compreender a realidade a partir da cultura na produção do espaço, assim como da espacialidade vivida. Assim, a Literatura pode apresentar-se como uma ferramenta de compreensão do espaço, da relação entre o Ser Humano e o meio, que ele próprio produziu e valorizou (OLANDA & ALMEIDA, 2008).

Os textos literários são uma importante fonte de pesquisa para a Geografia:

O universo literário, na amplitude de correntes e temas muito variados, reflete dinâmicas sociais, culturais e territoriais, e promove a partilha de saber e experiências de vida. Ao mesmo tempo, a literatura, designadamente os géneros de maior vinculação aos contextos verídicos, transporta as pessoas através do espaço e ensina a ler a paisagem num determinado sentido (CARVALHO, 2008, p. 78).

A relação entre a Geografia e a Literatura corporiza-se na valorização e a inter-relação do espaço geográfico como experiência do Ser Humano no mundo vivido.

GIRÃO (1952), introduziu pela primeira vez a discussão da relação da Geografia com a Literatura, na Geografia portuguesa:

Acusam-se muitas vezes os geógrafos de literatos, querendo significar que eles desprezam todo o contacto com a realidade, vivendo no domínio da pura fantasia. Fala-se de “literatura geográfica” quase sempre com intuitos de maldizer; e, deturpando muito embora a expressão, também se terá falado em “geografia literária” mais ou menos no mesmo sentido (GIRÃO, 1952, citado por JACINTO, 2015, p. 11).

A abordagem cultural da Geografia tem procurado novos caminhos para apreensão do espaço geográfico, nomeadamente no que diz respeito aos estudos socio espaciais. Uma das perspetivas passa pela compreensão da realidade a partir da influência da cultura, quer seja na produção do espaço, quer no seu significado enquanto espaço vivido pelo Ser Humano.

Atualmente reconhece-se a literatura como documento social. A este respeito, CLAVAL (1999) afirma que a literatura se torna algumas vezes num documento de trabalho e pesquisa, uma vez que através da sua intuição, o autor ajuda-nos a compreender e a perceber a região pelos olhos e pelas emoções das suas personagens (CLAVAL P. , 1999, p. 55).

BONNEMAISON afirma que (...) *a aplicação do conceito de cultura às problemáticas geográficas significa examinar e procurar os conhecimentos geográficos, tais como lugar, paisagem, território, territorialidade e espaço, sob a influencia da dimensão cultural* (BONNEMAISON, 2002, p. 86).

Atualmente existem duas correntes que trabalham a relação que existe entre a Geografia e a Literatura. Por um lado, uma corrente que destaca a espacialização dos fenómenos históricos, o ambiente físico, as estruturas sociais, os modos de vida, os costumes e a sua materialização, nomeadamente na paisagem e no património visível.

Por outro, a corrente que tenta explicar a posição e interação do Ser Humano no seu contexto geográfico, procurando a justificação do simbolismo, do imaginário, dos sentidos, da identidade, da afetividade e do sentimento de pertença e apropriação ao lugar. A primeira vê a literatura como um documento que descreve um grupo num dado contexto histórico; a segunda interpreta a literatura, como uma forma de criar imaginários que, obrigatoriamente, terão de ser espacializados, podendo estes não serem conhecidos pelo leitor.

Convém salvaguardar, que a realidade é transcrita pelo autor através daquilo que é a sua visão e perceção, o momento histórico, económico e social em que se encontra. A escrita não é alheia aos fenómenos sociais, políticos, económicos, culturais e naturais, que ajudam o autor a criar o seu enredo.

A obra literária, parte de uma realidade pré-existente, e o seu objetivo é comunicar aos leitores essa mesma realidade, de modo mais ou menos ficcionado. Esta representa o mundo, mas é também uma visão do mundo e, finalmente, uma tomada de posição sobre o mundo. A linguagem literária comunica, pois, aspetos da realidade ou factos, e tempos da experiência humana. Ela revela a visão e o posicionamento do escritor perante o mundo (LEFEBVRE, 1991, pp. 17 -18).

Também os autores BOUERNEUF e OUELLET afirmam que, no romance, o romancista coloca-se entre o leitor e a realidade que lhe quer mostrar e interpreta-a de acordo com a sua visão da mesma (BOURNEUF & OUELLET, 1976).

Num artigo recentemente publicado na revista *Meio Ambiente e Planeamento: Sociedade e Espaço*, Alan Bradshaw e Stephen Brown consideram a Geografia Literária como um subcampo da geografia humana explicando que *geógrafos há muito tempo consideram romances e artefactos culturais como valiosas fontes de informação espacial* (BRADSHAW e BROWN, citado por HOLE 2018, p. 332).

A partir dos relatos literários que são feitos é possível concluir acerca dos modos de vida das populações locais e do modo como a sua evolução, decorrente da adaptação ao meio físico, se foi transformando ao longo da História. Obviamente que esta evolução deixou marcas, quer nas paisagens, quer nos patrimónios existentes, quer nos valores culturais, assim como nos modos de ser e de estar e no saber fazer, que conferem identidade às comunidades e, conseqüentemente, aos territórios.

Os estudos de obras literárias sob perspectivas geográficas não são recentes, como já tivemos oportunidade de referir. O encontro entre a Literatura e a Geografia está nas leituras de obras literárias feitas pelos geógrafos. TISSIER (1991, p. 236) afirma que a criação literária pode ser estritamente geográfica, quando nos referimos a obras que desenvolvem a sua história num lugar concreto, que tem como palco a paisagem, na sua perspectiva holística, permitindo aos leitores apurar o seu sentido geográfico. O mesmo autor reconhece como pano de fundo da literatura, o lugar, os seus conteúdos humano e quotidiano, bem como as suas representações.

As obras literárias são o garante da salvaguarda, através da escrita, das relações e dos vínculos estabelecidos entre o Ser Humano e a Terra. A obra faz do objeto uma leitura existencial que se liga aos enunciados que exprimem a qualidade, a variedade, a generalidade dos sentimentos, das representações, das imagens que se elaboram entre o Ser Humano e o Mundo (TISSIER, 1991, p. 237).

LIMA (2000), destaca que existem obras impregnadas de carácter geográfico, ao relatarem os modos de vida, as características socioculturais, as estruturas económicas, agrárias, como a diversificação do meio físico de um país ao longo dos diferentes momentos de sua história.

MONTEIRO (2002) esclarece que, tanto as paisagens para o geógrafo, como a escrita para o escritor, convergem para a “condição humana”. Se por um lado, a Literatura reflete a realidade social e contextual, por meio da dinâmica da História; por outro, a abordagem cultural na Geografia coloca a cultura e o Ser Humano como centro, para compreender a construção do meio, repleto de significados e de processos que criam identidades. Vemo-nos assim diante de outro dos elos entre a Geografia e a Literatura.

Os estudos desenvolvidos por BOUERNEUF e OUELLET (1976), LINS (1976), TISSIER (1991), WANDERLEY (1998) e MONTEIRO (2002); convergem para a tese de que a Literatura é uma representação da realidade, dado que o escritor retira subsídios das experiências dele e da sociedade para a criação literária. As obras literárias, especialmente o romance, possibilitam ao leitor conhecer e visitar lugares, porque é da realidade concreta que o escritor retira os elementos necessários à criação do seu guião. Podemos afirmar que a Geografia e a Literatura se relacionam na construção de um

universo ficcional num processo de recriação da vida real, no qual se evidencia a relação entre espaço e a obra literária (OLANDA & ALMEIDA, 2008).

Para uma incursão nas relações entre a Geografia e a Literatura temos de considerar como premissas que os aspetos geográficos se revelam na história, constituindo-se como uma representação da realidade transcrita pelo autor, através das personagens que criou. Pela leitura, interpretação e contextualização da obra literária, a partir das ideias e imagens contidas nos factos, cenários e nos personagens da narrativa, é possível associar e conjecturar todos os elementos revelados na obra literária e descortinar aspetos socio espaciais, históricos e culturais da sociedade nele representada. Na perspetiva da abordagem cultural, entende-se que o ponto convergente entre ambas é o lugar e o Ser Humano sendo possível aproximá-las e, por conseguinte, tornar a Literatura uma fonte enriquecedora da investigação geográfica.

TUAN (1983) no seu trabalho *Espaço e Lugar: a perspetiva da experiência*, faz alusão à utilização da Literatura pelos geógrafos dividindo o processo em três fases: **a)** a Literatura dá a possibilidade de fazer reflexões sobre a vida e experiência humanas, juntamente com as suas relações, oferecendo assim, sugestões para compreensão do espaço social; **b)** revela-nos a existência de uma suprarrealidade que mostra as diferentes perceções ambientais e os valores de uma cultura, oferecendo ao geógrafo, enquanto historiador, o conhecimento; **c)** uma audaciosa tentativa de obter um equilíbrio entre o subjetivo e o objetivo, como um modo de síntese geográfica (TUAN, 1983).

Um dos exemplos mais paradigmáticos, desta relação na literatura portuguesa, faz-se com os *Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, que promoveu a expansão da cartografia Literária, e o mapeamento etnográfico e político, do além-mar. A obra que narra a viagem de Vasco da Gama à Índia, constitui-se como um excelente documento de trabalho para a Geografia e a Cartografia Históricas (SACRAMENTO, 2004).

Uma das características que podemos destacar da literatura de viagens é a sua versatilidade refletida na existência de obras com procedências díspares. Estas diferenças podem ser relativas à ideologia do escritor, à linguagem, entre outros. Acima de tudo compartilha, com outras ciências sociais, nomeadamente a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, o foco da sua escrita e os relatos que são elaborados (GALEANO, 2017).

A partir desta breve análise, podemos afirmar que a Literatura é uma excelente fonte de informação para os geógrafos, no entanto, deve ser analisada em função daquilo que são também os objetivos dos mesmos. É inquestionável que, através de obras de época, nos é possível aferir acerca da conjuntura económica, social e política, e paralelamente as estratégias que os indivíduos encontravam para conseguir adaptar-se aos constrangimentos, não só destas naturezas, mas também de ordem natural.

Contudo tão importante como os romances, as crónicas, as autobiografias, impõe-se falarmos, no presente trabalho, da literatura de viagens, pela importância que tem no desenvolvimento da atividade turística, nomeadamente no turismo cultural e, dentro deste, no turismo literário.

2. A Literatura de Viagens

Atualmente, é com relativa facilidade, através dos meios de comunicação e das novas tecnologias, que conseguimos obter informações acerca do mundo que nos rodeia. Admiramos e ficamos estarecidos com paisagens maravilhosas, ou com imagens de degradação ambiental, social ou económica, com culturas distantes mais ou menos exóticas; temos imensas informações de acontecimentos culturais, naturais, políticos e sociais que nos deixam com vontade de partir, e sentir no local os aromas, os sons e sabores. Ir significa imergir num outro local, com todos os nossos sentidos e passar para uma outra dimensão, tal como fez Alice no País das Maravilhas.

Isto só é possível através da generalização da informação digital e dos livros, particularmente, os que se integram na literatura de viagens pois, de uma forma ou de outra, acabam sempre por nos dar um registo, mais ou menos ficcionado do espaço em que acontece a trama.

Este lugar é um espaço que resulta da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, do modo como se organizam, como trabalham, como o usufruem e o fruem simultaneamente. É um espaço vivido, de experiências quotidianamente renovadas, e que constituem o fio da memória do lugar e das pessoas. Esta consciência valoriza os sentimentos de identidade e de pertença àquele lugar e a mais nenhum outro (CALLAI, 2003).

CRISTOVÃO F. (2002) considera a Literatura de Viagens como um subgénero literário, no sentido de esta ser uma modalidade interdisciplinar, do género narrativo, apresentando a seguinte definição:

Por Literatura de Viagens entendemos o subgénero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de carácter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas. E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, também ao que, por ocasião da viagem pareceu digno de registo: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais, segundo uma mentalidade predominantemente renascentista, moderna e cristã (CRISTOVÃO, 2002, p. 35).

MATOS (2001), citado por (FRANCO, 2007, p. 5), define literatura de viagem *como a descrição de um percurso concreto, realizado por um/a viajante, normalmente solitário/a, que se baseia na observação empírica do real (...).*

Existem outros autores, nomeadamente QUEIROZ (2006), que defende que a literatura de viagens se constitui, dentro da literatura como um género próprio, com características específicas, formado pelas impressões deixadas pelos viajantes dos lugares que visitaram em forma de relato, diário, compêndio, memórias, cartas, entre outros, responsável pela criação de representações sociais, condicionadas pelo tipo de experiência específica que é a viagem (FRANCO, 2007).

A literatura de viagens afirmou-se na Europa durante os séculos XV e XVI em larga medida devido ao desenvolvimento da arte de marear e aos Descobrimentos, que tiveram como berço Península Ibérica.

As viagens marítimas e as descobertas de novos mundos impeliavam os descobridores a registar, fosse de que modo fosse, aquilo que viam e que até ao momento lhes era total ou

parcialmente desconhecido. As paisagens naturais eram muitas vezes transpostas para o papel, transformando-se em verdadeiras obras de arte de pintura. Os relatos de naufrágios, os encontros e as descrições que eram feitas minuciosamente das populações nativas, transformaram-se em verdadeiros tesouros da história da humanidade e a enciclopédia mais completa da descrição das diferentes culturas do novo mundo.

Mais recentemente, a literatura de viagens, que já tem muito do cunho do seu narrador, ou seja, é o escritor que nos conduz nas observações e no modo como descreve a realidade que ele seleciona ver. O acaso, como anteriormente acontecia, não tem aqui grande margem para se espriar no imaginário dos leitores que é induzido pelo percurso de quem escreve.

O que na realidade é oferecido ao leitor não é somente a originalidade do relato naquilo que poderia traduzir um olhar pessoal sobre uma dada cultura, e que conformaria a realidade apreendida por um indivíduo num dado período, mas também uma síntese de referências que se atualizam no relato do próprio e trazem ressonância de textos anteriores, explícita ou tacitamente.

Os livros podem transportar os seus leitores a lugares que vão além do que é concreto e a partir dessa vivência imaginária, estes tornam-se veículos de propagação de destinos turísticos já estabelecidos ou então de lugares menos conhecidos, como casas, paisagens ou elementos do património material e imaterial de um lugar, ou região). Este é um dos princípios do turismo literário, partir de uma obra ou de um autor ir procurar aquilo que é relatado (SANTOS, 2009).

Em *Introducción à la literatura comparada* (2002), Domenico Nucera reflete acerca da relação entre a viagem e a escrita no capítulo *los viajes y la literatura*. O próprio título traduz a flutuação intrínseca ao género, uma vez que deixa perceber a relação de contiguidade entre dois domínios: o da realidade, por um lado, e o da literatura, por outro.

É extremamente importante enquadrar as viagens no momento histórico em que se realizaram e nos objetivos que lhes estavam subjacentes. Sabemos que a partir do século XV, os Estados Nacionais investiram grandes quantidades de capital no financiamento e promoção de viagens, com o objetivo de alargar impérios e encontrar novos produtos geradores de riqueza, nomeadamente o ouro e outras pedras preciosas, para além das

especiarias que acabaram por se tornar uma fonte inesgotável de riqueza, durante o período áureo dos Descobrimentos portugueses.

RIBEIRO R. C. (2007), estabelece a distinção entre relato de viagem e a biografia ou autobiografia, pois nem sempre quem fazia a viagem era quem a relatava. (...) *os relatos de viagens são subgéneros da biografia ou autobiografia. Tanto uma como a outra contemplam a vida do autor com princípio, meio e fim. Em determinadas circunstâncias e história de vida específicas, a viagem poderia ser apenas um dos momentos da autobiografia* (RIBEIRO, 2007).

O relato tem de ter um escritor “relator”, um leitor, que lê e interpreta, de acordo com as suas características, aquilo que está a ler; um tempo histórico e um tempo contabilizado a partir do momento em que a viagem foi feita e o relato foi escrito, que pode condicionar completamente a escrita.

A viagem ao ser encarada como um percurso realizado entre um lugar conhecido para outro (que não o é necessariamente) e, o conseqüente regresso, passando por um território inexplorado pelo viajante, consideramo-la um processo de conhecimento, de novos lugares, saberes e culturas (RITA, 2013).

Contudo, é o seu relato que deixa perceber qual ou quais os sentimentos provocados pelos lugares no viajante, a forma como este se deixa ou não influenciar por culturas que diferem da sua e o maior ou menor grau de intimismo que deixa antever na sua escrita.

A viagem é o tema aglutinador, na realidade acaba por ser o mote que origina ambas as modalidades, anteriormente referidas. Não podemos, contudo, assumir a viagem apenas como a deslocação no espaço e a alteração do campo de ação das personagens que o escritor cria. Ao termos apenas esta conceção iríamos, com certeza empobrecer o carácter da história, o real e o imaginário criado pelo ato de viajar pela mão do autor. A viagem *per si* depende de um comportamento humano intencional e temporário, pois implica uma partida e um regresso ao mesmo espaço geográfico, numa perspetiva física e material. Um dos fatores que mais impele este movimento é a ânsia de conhecimento, a necessidade de experienciar novas culturas, novos espaços, novos lugares, quer seja através da efetivação da mesma, quer seja a viagem que muitas vezes a literatura nos convida a fazer pela mão do seu autor, através dos seus olhos e das suas emoções, criando o leitor a sua

própria visão e opinião dos cenários reais ou fictícios, demovendo-o assim para a descoberta através de outros.

Já na Idade Média, existem inúmeros relatos de textos que, pela sua escrita realista, possibilitavam contactar com outras culturas e com outros povos sem sairmos do local onde nos encontrávamos.

Nascida sob os auspícios da Expansão, a literatura de viagens encontra-se na transição de uma época obscurantista para uma era de desocultação do mundo e das mentalidades, com o espírito humano a ser desafiado pelas novas descobertas. A partir do momento em que aumenta a mobilidade das pessoas e estas veem a sua capacidade de se movimentar de um lugar para o outro aumentada, expandem os seus horizontes, não só em termos geográficos, mas, acima de tudo, de conhecimento, culturais, históricos, patrimoniais, antropológicos, sociológicos, entre outros.

Perante novas terras e povos até então desconhecidos, o espírito da cruzada dos viajantes fê-los reconhecer novos territórios e novas coordenadas bíblicas. Estabelecia-se desta forma uma nova configuração do universo e, com ela, a necessidade de redescobrir novos instrumentos capazes de comprovar e validar as descobertas.

As narrativas das viagens e os diários de bordo constituíam os documentos que permitiam o conhecimento destes lugares longínquos tendo como autores, os navegantes e os exploradores. Em determinadas circunstâncias os padres cristãos que acompanhavam as missões também exerciam o papel de relatores pois detinham o conhecimento da escrita.

No século XIX, a expansão dos impérios francês e britânico aproximou o ocidente do oriente e as influências orientais foram-se disseminando um pouco por todas as áreas, desde a literatura, à pintura, à música, aos modos de vestir e até na própria alimentação, com a introdução de novos produtos originários destes países longínquos. A cultura oriental, tão diferente da europeia, desde logo provocou curiosidade e vontade do aprofundamento do seu conhecimento.

Esta alteração provocou também novas características nos turistas que viajavam com vontade de conhecer novas realidades, mas acima de tudo que procuravam a recriação e o lazer.

Num mundo globalizado, com cada vez menos espaço para a viagem de exploração e com diferenças culturais mais diluídas, é legítimo perguntar qual o sentido da viagem. A relação entre exploração e viagem já não é óbvia, se comparada com outras épocas, e a figura do viajante surge investida das funções de observador, mais do que das de explorador. Primeiro o turismo, depois os meios de divulgação de massa, modificaram substancialmente, a relação do Ser Humano com o mundo. A própria relação dos indivíduos, com o tempo implicou novas práticas. Na sua vocação de representar espaços, a literatura de viagens configura o mapa das deslocações geográficas. Neste sentido, viajar também é mapear um território. No entanto, uma vez mais, a literatura de viagens tem de conviver com a contradição, uma vez que textualizar é tornar fixo o que, na origem, é movimento.

Com efeito, a literatura de viagens tem uma natureza compósita e comunica com outros géneros, o que faz dela um género híbrido (NUCERA, 2002, p. 242).

Esta característica decorre da circunstância de ter resgatado textos que, originalmente, tinham outras finalidades, como é o caso de textos oficiais, os quais eram uma espécie de impressões de contacto, de carácter informativo e impressionista, com os povos, culturas e paisagens encontradas nas expedições marítimas da expansão ultramarina. A releitura destes textos a uma nova luz, a da viagem como forma específica de organização e composição textual, confere-lhes um estatuto diferente. Estes textos possuem um importante valor documental, histórico, etnográfico e antropológico, pois possibilitam não só a apreensão da sensibilidade, do imaginário e da mundividência dos povos europeus da época, como também constituem fonte importante de informação histórica.

Não é, pois, de estranhar que, num período da história da humanidade em que os conhecimentos empíricos proporcionados pelas viagens permitiram enormes avanços técnicos e científicos, novas ciências, como a Etnografia e a Antropologia, se tenham estabelecido, tendo sido os relatos dessas viagens transmissores e difusores de informação relevante para a constituição de novos domínios de saber. A natureza permeável e fronteiriça do género viático aproxima-o de uma literatura pessoal, intimista, de natureza essencialmente autobiográfica. É evidente que os fatos em estado bruto não são transpostos para o relato, mas é legítimo que a lógica de composição destes textos procure traduzir certa espontaneidade, mesmo tratando-se de exercícios fortemente marcados pela subjetividade do narrador-viajante.

Porém, em última análise, um dos atrativos de textos desta natureza (pelo menos, dos mais atuais) é, justamente, a relativização dos pontos de vista em relação à realidade por parte dos narradores-viajantes. Os textos dão-se à leitura como resultado de uma viagem específica, como contingenciais, com anotações diarísticas que servem para ancorá-los num *hic et nunc* (aqui e agora). Se os ensinamentos que veiculam permitem ultrapassar os elementos contingenciais, é porque o espírito humano transcende as balizas espaciais e temporais e concebe a própria vida como viagem, como percurso de vida de que o homem é agente, mas que também age nele e o transforma (BOUVIER, 1992, p. 12).

Face ao exposto, três observações gerais sobre a literatura de viagens podem ser sintetizadas: **a)** a existência de um leitor imaginado que acompanha sempre os viajantes (escritores) e para o qual ele pensa a sua escrita; **b)** todos os escritores de viagens têm um discurso próprio, que transporta sistemas de conhecimento internacionalmente compartilhados ligados a sinais em todas as partes do mundo conhecido e desconhecido, bem como a visão, os sons e os cheiros; **c)** uma frequência característica subestimada é a existência de uma rede internacional de escritores e editores desde o início dos tempos modernos que foi interligada a nível europeu bem como para além da Europa, especialmente para a América. A literatura de viagens é um género internacional (SCHULZ - FORBERG, 2005, p. 30).

Como afirma Gonçalo Cadilhe, um dos escritores de viagens, da literatura de viagens contemporânea em Portugal, na Nota Introdutória à sua primeira obra *Planisfério Pessoal*, tenta desfazer a “ambiguidade” das suas crónicas, dando conta de todos os passos de um trabalho prévio de seleção e apreciação pessoal daquelas que viriam a integrar as páginas do seu livro e escreve:

O que me preocupava era escrever bem, semana, após semana. Captar o leitor, dar uma dimensão literária à minha volta ao mundo. O objetivo final, para mim, não era terminar a viagem – era editá-la em livro. (...) Não estão aqui todas as crónicas que saíram no Expresso. Algumas eram medíocres, outras desnecessárias. Deitei-as fora. (...). No livro figura ainda uma terceira situação, para lá da crónica integral e da crónica retalhada. Por vezes, numa crónica «a descartar», lia alguns parágrafos que me enterneciam, e não conseguí desfazer-

me deles. Deitei fora a crónica, mas salvei os excertos (...). Agora que tinha tempo e me sentia mais repousado, permiti-me corrigir, clarificar, reescrever (CADILHE, 2005, pp. 9-10).

Na realidade, este autor-viajante, de espírito inquieto, decide viver, completamente só, a utopia da viagem sem fronteiras, provocando na sociedade portuguesa um revivalismo de uma experiência multissecular, mas forjada numa consciência planetária, com todos os seus aspetos negativos e positivos. Neste sentido, as suas obras, são um exemplo da premência do ato de viajar num escritor-viajante ciente das oscilações identitárias que emergem, a cada passo, num mundo complexo, violento e multicultural (SOARES, 2009).

De acordo com ALMEIDA H. (1993), Aquilino descreveu a Beira como ninguém e o regionalismo beirão entrou na literatura portuguesa porque ele nos remete para conceções mais profundas do que uma simples descrição do contexto físico e ambiental.

Através da sua extensa obra, o autor dá-nos a conhecer a realidade da sociedade rural portuguesa, através das suas personagens que nos transmitem os problemas económicos, sociais e culturais vividos e, simultaneamente, dão-nos a capacidade de, mentalmente, reconstruir de forma realista o ambiente rural da Beira serrana do início do século XX (ALMEIDA,1993).

Do ponto de vista cultural *a leitura da obra Aquiliniana projeta as dimensões histórica, etnográfica, sociológica, geográfica, arqueológica, tomando-se o texto, como um documento ou fonte de informação, por excelência*, dado o realismo com que são feitas as descrições (ALMEIDA,1993, p. 175).

3. O Turismo Literário

A diferenciação cultural oferece de forma incessante novos produtos turísticos, de acordo com o surgimento dos novos segmentos de mercado. Podemos afirmar que, a cultura exerce cada vez mais um papel diferenciador na procura dos destinos turísticos.

O turismo de nicho, é uma das tipologias de turismo que, ao contrário daquilo que se passa com o turismo massificado, se apresenta como um tipo de turismo alternativo, dirigido para públicos distintos, segmentados, com um elevado nível de personalização. Este tipo de oferta permite sucessivos ajustamentos de modo a dar resposta a interesses especiais e enfatizar a autenticidade ou aos cenários autênticos. De acordo com NOVELLI (2005), citada por COSTA & SANTOS (2016, p. 19),

O turismo de nicho encontra-se mais “associado a uma lógica de sustentabilidade territorial, de motivação e de escolhas turísticas alternativas, mais intimistas e genuínas, e também a novas modas, agregando uma miríade de produtos onde a escala limitada da procura tende a ser um dos critérios, ainda que subjetivos, de identificação” (MARQUES, 2013, p.28, citado por COSTA & SANTOS, 2016, p. 21).

O Turismo Cultural, sendo atualmente um segmento do turismo, ou uma tipologia turística, não é mais do que a materialização de um mercado que corporiza os objetivos do *Grand Tour*, no século XIX, cujo objetivo era complementar a formação da aristocracia através do conhecimento de novos países, novas culturas e novas realidades. Os aspetos culturais podem assumir um carácter pedagógico, literário, religioso, histórico, entre outros, relacionados com o *modus vivendi* das comunidades e os interesses dos turistas. Os turistas procuram encontrar a transversalidade do tempo e da história através da convivência com as comunidades e a partilha da sua herança cultural. Simultaneamente existem diversos autores que defendem que a prática deste tipo de turismo, converge para o conhecimento e para o resto multi e intercultural, suprimindo assim algumas lacunas, no que diz respeito a interpretações erróneas de determinados hábitos e comportamentos por desconhecimento das culturas existentes para além da sua. Esta comunicação intercultural e a sua difusão, é feita através do património quer seja ele material ou imaterial, mas reflexo da ação humana.

A literatura pode assumir assim um papel de destaque enquanto veículo transmissor desta cultura e, simultaneamente, perpetuá-la ao longo do tempo, nos registos de um escritor, tal como aconteceu durante séculos com a literatura de viagens.

QUINTEIRO & BALEIRO (2017, p. 33), afirmam:

(...) existir uma relação entre a literatura e o turismo que passa não só pela capacidade que o texto literário tem de fixar memórias e experiências de viagens, mas também pela potencialidade de recuperar e (re)construir lembranças de espaços e transformar, por essa via, o espaço em território turístico (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017).

A Literatura pode abrir mundos de compreensão estética na medida em que promova um movimento de criação de uma sensibilidade unificadora entre o turista e o “anfitrião”. A obra literária (como obra de arte) exerce grande influência no desenvolvimento da humanidade, já que tratando da universalidade dos conflitos e sentimentos inerentes ao crescimento pessoal e compreensão do mundo, desempenha um papel libertador e transformador (MENDES, 2007).

O Turismo Literário é uma modalidade recente que tem como pressuposto a atração de turistas que buscam vivenciar sentimentos e emoções gerados por textos literários, extrapolar as limitações da imaginação e visitar fisicamente lugares e paisagens que inspiraram, atuaram como cenário, ou fizeram parte da vida de seus autores preferidos, entre outros. Essa modalidade de turismo atribui tanto para a identidade cultural local quanto para despertar (ou fortalecer) o sentimento de pertencimento a um povo. Isso ocorre porque a literatura enquanto obra de arte atua como símbolo e imagem duradouros, não apenas evidenciando lugares e paisagens, mas também registrando o histórico emocional, humano e pessoal da população local.

Ao ser objeto desta análise, o Turismo Literário, surge como uma modalidade que se enquadra no segmento de Turismo Cultural. Segundo ROBINSON & ANDERSEN (2002), o Turismo Literário é cultural por ser baseado em arte criativa ou porque, na verdade, dificilmente o turismo não é cultural.

A arte que inspira e atua como fonte de motivação para o Turismo Literário é a Literatura que, como visto anteriormente, se constitui como parte do património cultural de determinado destino. Portanto, é necessário considerar a Literatura, em termos turísticos,

como sendo vista, na sua amplitude, por ser um instrumento de expressão artística e cultural com capacidade de informar, visionar, estimular, motivar e inspirar.

O Turismo Literário é a modalidade que destaca lugares, eventos e vida de autores relacionados com textos literários, dispendo-se como cenário no qual ocorre a promoção de locais que fazem uma ponte entre a produção literária e artística, e os turistas visitantes (MENDES, 2007).

HOPPEN, BROWN , & FYALL (2014) contextualiza o Turismo Literário no âmbito do Turismo Cultural e do património. ROBINSON & ANDERSEN (2002) definem o Turismo Literário como um nicho do Turismo Cultural, quer na sua dimensão estética, quer na sua dimensão antropológica. A dimensão estética encontra-se diretamente relacionada com a literatura enquanto arte; já a dimensão antropológica relaciona-se com o facto de os turistas entrarem em contacto com os lugares com as suas populações, conhecerem, sentirem e experienciarem os territórios descritos por um determinado autor, e fazer inclusivamente o confronto entre aquilo que é a ficção e a realidade. Dada esta dimensão existem ainda outros autores que enquadram o turismo literário no âmbito do turismo patrimonial. *Ao viajar de facto, e não apenas nas páginas dos livros, o leitor faz-se turista, viajante ou peregrino, torna concretos os lugares que até então eram apenas uma imagem gerada pela literatura na sua imaginação* (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017, p. 36).

Ele não se restringe apenas a “literatura de viagens”, ou seja, relatos de viajantes que possam inspirar turistas. O texto literário vai além de relatos, ele é capaz de “ressignificar” lugares, sejam esses ficcionais ou não, e assim impulsiona leitores a visitar, conviver com a população local, perceber a cultura, possibilitando ao turista sentir e vivenciar, através de sua perspectiva de leitor, determinado destino.

MENDES (2007) defende ainda que, para que seja considerado como Turismo Literário a literatura (textos literários) deve cumprir o papel de motivar a viagem, possuindo cunho decisivo no momento da escolha do destino a ser visitado. Relacionado, quer com o turismo cultural, quer com o turismo literário que, a partir deste momento vamos integrar no anterior, temos a questão das experiências ou experiência que o turista/leitor quer vivenciar. Este conceito está diretamente relacionado com o de autenticidade, cultura, identidade, território e população.

De acordo com CARVALHO, BAPTISTA, & COSTA (2010), para oferecer uma experiência de Turismo Literário agregadora de valor, sentimento e conhecimento e assim agradar ao turista que está em busca desses fatores, é necessário realizar a conscientização dos agentes de turismo para que eles saibam lidar com a singularidade do objeto cultural. A partir desse argumento nota-se que a questão da “autenticidade” no Turismo também possui uma vertente menos subjetiva que se relaciona à qualidade do produto turístico, principalmente no que afeta a economia dos destinos. Ainda de acordo com essa autora, essa visão deve ser considerada *não só por razões éticas, mas também por razões económicas, uma vez que, tal como uma paisagem natural poluída deixa de cativar o turista, um objeto cultural plastificado e adulterado deixa de merecer o interesse do turista cultural e perde o seu valor económico* (CARVALHO, BAPTISTA, & COSTA, 2010, p. 38).

Os graus de autenticidade citados por QUINTEIRO & BALEIRO (2017) situam-se justamente na experiência, na individualidade do próprio turista e na conexão entre a obra e/ou o artista e seu telespectador, variando para cada indivíduo já que cada um possui um olhar diferente, ou seja: assim, na viagem, tal como no ato de leitura literária, o sujeito constrói o sentido do que vai visitando e conhecendo, a partir da bagagem de conhecimentos e experiências prévios e na qual se incluem os conhecimentos e as experiências linguísticas, textuais, enciclopédicas e de vida.

O turismo depende diretamente da criação de imagens, imaginários e expectativas por parte do turista. No âmbito do Turismo Literário, deve-se levar em conta o papel da literatura na criação dessas imagens, imaginários e expectativas, como um meio eficaz para a promoção do património cultural e divulgação de lugares. Porém, é preciso saber quando o imaginário idealizado se torna fantasioso, e até que ponto as imagens transmitidas aos turistas são honestas. Para esta análise é utilizada a definição de “imaginário” proposta por VEGA (2011):

(...) entende-se por imaginário o conjunto de crenças, imagens e valores que se definem em torno de uma atividade, um espaço, um período, uma pessoa (sociedade) num determinado momento. A construção do imaginário acontece em forma de um processo contínuo, sendo gerado a partir de imagens reais ou fantasiosas (fictícias). Além disso, ele é mutável e descontraído, sendo uma

construção social, individual e coletiva que está em constante transformação
(VEGA, 2011, p. 116).

VEGA (2011) identifica três principais aspectos dos elementos que compõe a imaginação e criação de imaginários, sendo eles: **a)** expressões visuais, “a imagem”, como fotografias, pinturas, mapas, reais ou imaginários; **b)** dimensões linguísticas (história, mito, novelas, resumindo: transmissão oral e escrita), que acompanham as imagens, mesmo que nem todos imaginários sejam acompanhados de imagens; **c)** os processos de pensamento - na formação de ideias, fantasias, ideologias, - que estas imagens e discursos evocam. Esses aspectos devem ser considerados já que se relacionam diretamente ao imaginário turístico e com a modalidade de Turismo Literário.

Percebe-se também um conflito existente entre imagens, imaginários e Turismo Literário. De um lado o destino, a comunidade e sua cultura representam e oferecem aos turistas imagens autênticas, que fortalecem sua própria identidade. Porém, do outro lado há os construtores, idealizadores e manipuladores que possuem como maior interesse o lucro diante da atividade turística. Nesse conflito, depara-se com interesses ainda maiores, quando a imagem do lugar e de sua cultura é propagandeada na intenção de conquistar ou manter certa hegemonia cultural perante outros lugares, culturas, povos ou nações.

A essência da experiência, em Turismo Literário, consiste então na subjetividade das atividades, dos serviços e dos produtos escolhidos pelos turistas. É com essa subjetividade e diversidade de olhares advindos do visitante que faz do tempo passado em determinado local tornar-se uma experiência única, pessoal e inesquecível. Nesse aspecto, é preciso considerar a procura pelo “real” e por evidências do passado como grande motivação para os turistas literários, pois ainda há o senso de que a experiência autêntica se relaciona a uma imersão no passado, como se o passado agregasse toda a autenticidade que supostamente o presente não possui. Pessoas que viajam nos passos dos seus autores querem descobrir o que está relacionado com a deles, a sua rotina, as suas inspirações (Quadro 12).

Quadro 12 - Produtos e Experiências Literárias

Tipos de produtos e experiências literárias	Descrição
As viagens com a finalidade de visitar os lugares dos autores	Viagens às casas onde os autores nasceram, viveram ou morreram, aos espaços onde escreveram, às escolas onde estudaram, aos cafés, restaurantes e hotéis que frequentavam, às igrejas onde foram batizados, casaram ou decorreram as suas cerimónias fúnebres, às suas sepulturas e estátuas erigidas em sua homenagem.
As visitas com a finalidade de conhecer os lugares das obras	Visitas aos cenários onde se desenrola a ação, às estátuas das personagens, aos lugares onde as obras foram escritas ou lugares onde foram encenadas.
A realização de passeios literários	Passeios desenhados com base na vida e obra de um ou vários autores, que podem ser realizados com a orientação de um guia ou autonomamente, a partir de documentação disponibilizada em papel ou online e, eventualmente, complementado por sinalética nos pontos de paragem.
As viagens para participar em festivais literários	Viagens que têm como intuito participar nas ou assistir às atividades do festival. A estas podem estar associadas um conjunto de outras atividades literárias (jantares, passeios, tertúlias, entre outros).
As visitas a bibliotecas	Visitas cuja motivação é a beleza da biblioteca ou o desejo de ver de perto um manuscrito, um texto histórico ou, mesmo, uma primeira edição.
As visitas a livrarias	Visitas motivadas quer pelo edifício propriamente dito quer pela originalidade do conceito quer ainda pela sua associação a um texto ou a um autor.
As visitas a parques literários	Visitas a parques criados com base em textos literários e/ou nos seus autores. A maioria destas viagens realiza-se em direção a parques ligados à literatura infantil, ainda que sejam cada vez mais comuns os parques destinados a adultos.
As estadas em hotéis literários	Estadas em hotéis que de alguma forma estão relacionados com a literatura, com um autor, uma obra ou uma personagem.
As estadas em hotéis-biblioteca	Estadas em hotéis associados à literatura por via dos numerosos livros que colocam à disposição dos seus hóspedes. Estes espaços pretendem ser lugares privilegiados de leitura e são lugares propícios a um retiro literário.
As visitas a cidades literárias	Visitas às cidades literárias da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e outras que, por terem uma forte associação à literatura, podem ser objeto desta classificação.
A participação em concursos	Participação em concursos que têm como objeto a literatura, como é o caso dos <i>peddypapers</i> literários, dos <i>literary quizzes</i> e de jogos de detetives inspirados em narrativas policiais.
A participação em jantares literários	Participação em jantares evocativos de um autor, obra ou personagem. Estes jantares podem incluir os pratos referidos numa obra, a utilização de vestuário da época, encenações, leituras de excertos, tertúlias.
A participação em tertúlias e sessões de leitura	Participação em atividades de leitura e debate em torno de um autor ou obra que se podem realizar com ou sem participação ativa do turista.
As encenações dramáticas de textos literários	Encenações de excertos de obras que podem decorrer em espaços descritos nos textos das obras ou noutros nos quais se constroem cenários alusivos aos descritos nas obras. As encenações podem realizar-se com ou sem a participação do turista.

Fonte - QUINTEIRO & BALEIRO (2017, pp. 41 - 42)

Para além dos produtos e experiências literárias, o Turismo Literário pode ainda basear-se em experiências que contemplam quer itinerários literários, quer sítios literários. HERBERT (1996) apresenta distintas aceções de sítios literários: sítios que se relacionam diretamente com a vida do autor; sítios que são apresentados na obra (ficcional) do autor; sítios relacionados com a autobiografia do autor, mas que de alguma forma recordam ou promovem algum sentimento nostálgico ao turista. Ainda segundo o autor,

(...) um sítio literário pode ser uma atração turística por si só, ou uma parte da oferta turística mais abrangente, podendo ainda ter: características específicas, que são as que fazem determinado sítio um sítio literário (Ex: relação do local com o autor e a sua obra), ou características gerais, tais como uma paisagem atrativa, ou seja a existência de serviços e atividades para o turista (HERBERT, 1996, citado por CARVALHO & FERNANDES, 2017, p. 59).

Um itinerário literário pode ter várias escalas: local, regional, suprarregional e internacionais, de acordo com o espaço geográfico em que decorre a obra do autor, em questão.

Estes podem ser percorridos de forma independente pelos turistas ou podem estar integrados num pacote turístico (...). Os itinerários podem ainda funcionar com base numa rede que une um conjunto de entidades que, embora de natureza diversa, se articulam entre si para oferecer um determinado produto ao turista (HERBERT, 1996, citado por CARVALHO, 2015, p.59).

4. Síntese

Nos últimos anos as obras literárias, têm sido um importante instrumento de trabalho para a geografia humana e cultural, pois através delas é possível obter informação acerca dos

modos de vida, das características socioculturais, económicas, históricas dos diferentes grupos humanos e também dos contextos físicos em que habitam.

Pela leitura, interpretação e contextualização da obra literária, a partir das ideias e imagens contidas nos fatos, cenários e nos personagens da narrativa, é possível associar e conjecturar todos os elementos revelados na obra literária e descortinar aspetos sócio espaciais, históricos e culturais da sociedade nele representada. Na perspetiva da abordagem cultural, entende-se que o ponto convergente entre ambas é o lugar e o homem e, é possível aproximá-las e, por conseguinte, tornar a Literatura uma fonte enriquecedora da investigação geográfica (OLANDA & ALMEIDA, 2008, p. 29).

A leitura pode ser uma motivação para viajar, conhecer novos lugares e entrar em contacto com novas realidades. Esta viagem inicia-se com um processo de viagem “virtual” em que nos transpomos para a ficção do que estamos a ler e frequentemente somos convidados a ser um dos personagens da estória.

O Turismo Literário surge, então, como a corporização das palavras do autor, existindo a primazia do lugar sobre a escrita. O leitor passa a ser um viajante e desloca-se ao espaço geográfico em que as suas personagens estiveram e viveram. Transforma-se ele próprio no ator e autor da sua história.

A simbiose com os lugares e com as suas populações locais transforma-se numa mais valia que pode enriquecer o viajante e fazê-lo perceber, ou não, o espaço de uma maneira diferente daquela que a leitura lhe deu. Simultaneamente os territórios ganham uma nova vida, de modo particular quando nos reportamos a territórios rurais de baixa densidade, vendo os seus patrimónios valorizados (Figura 29).



Figura 29 - Casa Museu Gente da Nave (Alvite - Moimenta da Beira)

Fonte – Própria (2018)

CAPÍTULO V – AS TERRAS DO DEMO

Aqueles lugares, incrustados na Serra da Nave, passaram a ser as Terras do Demo (...). São-no de facto? Suponho que sim, tanto pelo agreste do meio como pela vitalidade furiosa dos seus habitantes.

(RIBEIRO A. , 1955, p. 5)

1. Aspetos Naturais

O Norte da Beira situa-se no Maciço Hespérico e é constituído por três domínios geomorfológicos principais: a Superfície da Meseta, os Planaltos Centrais, área que corresponde grosso modo às **Terras do Demo**, território alvo do presente estudo, e as Montanhas Ocidentais. A primeira é uma superfície de aplanamento bem conservada, que atinge uma planície notável para oriente do Rio Côa. Nos Planaltos Centrais, o traço fundamental do relevo é a presença de interflúvios aplanados, mas, se excetuarmos o setor Sudoeste da Plataforma do Mondego e o Alto Paiva, a topografia é, no seu conjunto, bastante movimentada, com níveis de aplanamento por vezes exíguos e com altitudes diversas. As Montanhas Ocidentais são separadas dos Planaltos por degraus tectónicos de direcção NNE-SSW. São constituídas pelas serras de Montemuro, o Maciço da Gralheira e a Serra do Caramulo onde os níveis de aplanamento ocupam na maior parte dos casos espaços muito restritos, ou desapareceram quase por completo devido a uma vigorosa dissecção (FERREIRA A. B., 1978).

A expressão **Terras do Demo**, tal como Aquilino Ribeiro emprega no romance com o mesmo nome, diz respeito à área planáltica da Beira que fica ligeiramente a norte da Cordilheira Central e que tem a sudoeste a Serra do Caramulo. Para norte deste situam-se outros relevos normalmente designados, pelos geógrafos por Maciço da Gralheira, que a separam do litoral. No limite norte do Douro,

(...) a superfície da Beira estende-se a oriente até às imediações do Távora, sem atingir o rebordo montanhoso, sublinhado por um conjunto de fortificações estratégicas medievais (Longroiva, Marialva, Moreira de Rei, Trancoso) e a leste

do qual os planaltos ficam mais baixos indo até à fronteira e prolongam-se pelo território espanhol, na área correspondente à Superfície da Meseta (MEDEIROS, 1985, p. 371).

No que diz respeito à evolução geomorfológica, que conduziu à atual disposição das massas de relevo, esta parece ter tido origem numa superfície de aplanamento elaborada sobretudo ao longo do Paleogénico, ou seja, da primeira parte da era Terciária (Cenozoico). Esta superfície foi depois deformada pelos movimentos tectónicos alpinos e com o soergimento dos terrenos, outras aplanções se desenvolveram, mais recentes e mais incompletas, encontrando-se hoje a altitudes menores.

Salienta-se a superfície de aplanamento fundamental, assim designada por FERREIRA A. B. (1978), basicamente Terciária, encontra-se entre os 750 e os 900 metros, aproximadamente. É esta superfície fundamental, ou Superfície da Meseta, a responsável pela monotonia das formas de relevo regionais, em regra planaltos consideravelmente extensos. Subsistem ainda, a maiores altitudes, retalhos de uma superfície mais antiga correspondente a níveis culminantes, que se encontram a sensivelmente 1000 metros, como é o caso do Planalto da Nave com 1011 metros de altitude (Figura 30).



Figura 30 - Planalto da Nave, Pendilhe

Fonte - Própria (2018)

Os níveis inferiores, mais recentes, desenvolveram-se ao longo dos cursos de água (MEDEIROS, 1985). Desta forma, o aglomerado destas terras corresponde num quadro mais abrangente, à região do Alto Vouga e do Alto Paiva (ALMEIDA H. , 1997).

Os Planaltos Centrais são constituídos pelo Planalto da Nave, pelo contacto entre o Planalto da Nave com a Plataforma do Mondego, que se dá a oeste da Ribeira de Sátão; entre a Ribeira de Sátão e o Mondego; e pela fragmentação dos planaltos a este e a norte da Nave, onde se encontram retalhos da superfície de aplanamento, ainda terciária, que existe no Alto Paiva, balizando-se entre os 7520 e os 900 metros de altitude (FERREIRA A. B., 1978).

O Planalto da Nave, para FERREIRA A. B. (1978), corresponde *grosso modo* à região natural do Alto Paiva. A agreste Serra da Nave é um monótono planalto que roça os 1000 metros (RIBEIRO O. , 1987), é um plano inclinado para sudoeste, por parte das Serras de Santa Helena (1102m) e da Serra da Lapa (955m), prolongando-se até às imediações do vale do Vouga. A oeste é delimitado pela Serra de Montemuro e pelo Maciço da Gralheira, enquanto que a este os limites são menos nítidos, no entanto podem fazer-se coincidir com o vale do Rio Távora (FERREIRA A. B., 1978), (Figura 31).

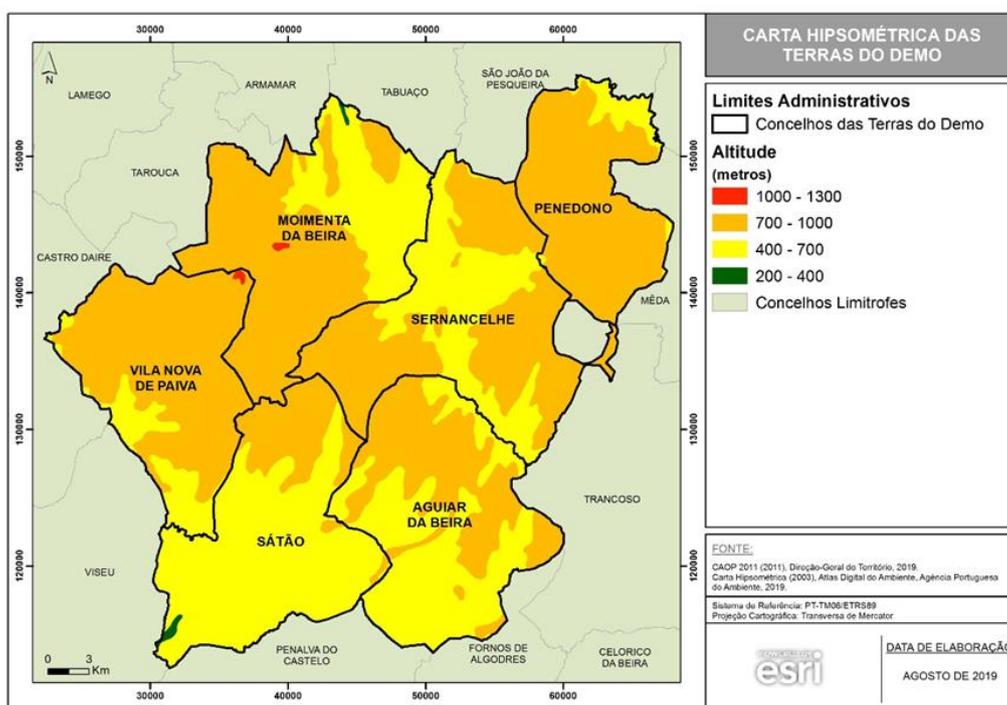


Figura 31 - Mapa Hipsométrico

Fonte - Atlas do Ambiente

1.1. Geologia

As rochas mais antigas da área em questão, que ocupam uma porção do território consideravelmente extensa, pertencem ao complexo xisto-grauváquico. São constituídas por xistos e grauvaques finos, com intercalações de grauvaques grosseiros, conglomerados quartzosos e xistos anfibólicos. A xistosidade nestas rochas é geralmente paralela à estratificação e a inclinação é muito forte. Estes terrenos estão afetados por um metamorfismo regional, que vai da zona da clorite até à zona da silimanite, e por um metamorfismo de contacto, sobreposto ao metamorfismo regional, definido pelo aparecimento de cordierite. Envolvendo os largos afloramentos de granitos porfiróides grosseiros, a auréola de metamorfismo atinge uma largura de 900 metros quando o contacto é aproximadamente vertical. Esta auréola encontra-se melhor desenvolvida nos xistos das zonas da clorite e da biotite: depois de uma fraca espessura de xistos mosqueados, estes tornam-se nodulosos, transformando-se, por sua vez, em corneanas, a distâncias compreendidas entre os 90 e 150 metros.

O complexo xisto grauváquico é atravessado, na diagonal, na direção Noroeste-Sudeste, pelo estreito sulco hulhífero, que partindo de São Félix de Laúndos se prolonga até às proximidades de Sátão.

Este complexo é interrompido na área, pelo grande batólito de granitos porfiróides grosseiros que se desenvolve a sul de Castro Daire (FERREIRA A. B., 1978). As rochas com maior representação nesta área são sem dúvida os granitos.

Assim podemos destacar na área de estudo duas unidades litológicas principais pela extensão que ocupam. Por um lado, os Metassedimentos Paleozoicos da idade Câmbrica do supergrupo. Dúrico-Beirão (SCHERMERHORN, 1980, citado por VIEIRA, 2004), e outro de rochas Granitoides hercínicas. Dentro destas salientamos, segundo Brum Ferreira (1978), duas séries de rochas graníticas: a série dos granitos hercínicos mais antigos e a série de granitos hercínicos mais jovens. Os primeiros são sintectónicos tardios, dispendo-se em faixas paralelas às dobras hercínicas, sendo os segundos discordantes em relação às estruturas hercínicas. É comum encontrarmos microformas graníticas, da ordem dos centímetros, as designadas pias (Figura 25), que proliferam um pouco por toda a área de estudo considerada, e blocos graníticos de grandes dimensões arredondados, alguns dos quais fraturados, como o que originou a crença religiosa do Santuário da Lapa (Figuras 32 e 33).



Figura 32 - Pias

Fonte - Própria (2018)



Figura 33 - Penedo da Fonte Santa Pêra Velha

Fonte - Própria (2018)



Figura 34 - Senhora da Lapa, Sernancelhe

Fonte - Própria (2018)

Entre Castro Daire e Fráguas localizam-se também sedimentos calcários impuros, metamorfizados em xistos anfibiólíticos (SCHERMERHORN, 1980, citado por VIEIRA, 2004), prolongando-se até noroeste de Queiriga. Rochas com características semelhantes, ou ainda argilosas, são encontradas a Nordeste da povoação de São Martinho, entre esta e a povoação de Póvoa de Penela, e a oeste da Serra da Nave. Sensivelmente na área de Almofala encontram-se rochas metamórficas andaluzíticas, sendo estas na maioria corneanas, existentes nas zonas de contacto que são, a Ocidente, de granito porfiroide grosseiro e, a Este, de granito fino e médio, não porfiroide. Entre a Quinta da Nave e os Currais existe um pequeno retalho de xistos metamorfizados indiferenciados, na rocha granítica constituindo algo como um *roof pendant* intercalado de granito (FERREIRA e SOUSA, 1994, citado por VIEIRA, 2004).

Os granitos hercínicos são as rochas mais representadas em toda esta área, conforme já referimos anteriormente, sendo divididas em dois grupos: os ante vestefalianos que são granitos principalmente alcalinos de duas micas, raramente porfíróides, e os pós-estefanianos que são predominantemente calco-alcalinos, biotíticos e, em geral, porfíróides (FERREIRA A. B., 1978). Uma outra classificação dos granitos hercínicos subdivide-os em dois grupos, consoante as suas relações com as rochas encaixantes: por um lado, os granitos jovens, discordantes e pós tectónicos, por outro, os granitos antigos, concordantes e sintectónicos tardios (Figura 35). Apesar da distinção entre as duas nomenclaturas para o mesmo tipo de rocha, há uma aproximação do ponto de vista

químico, uma vez que os granitos mais antigos são alcalinos, enquanto que os mais recentes são calco-alcalinos a alcalinos (FERREIRA e SOUSA, 1994, citado por VIEIRA, 2004).

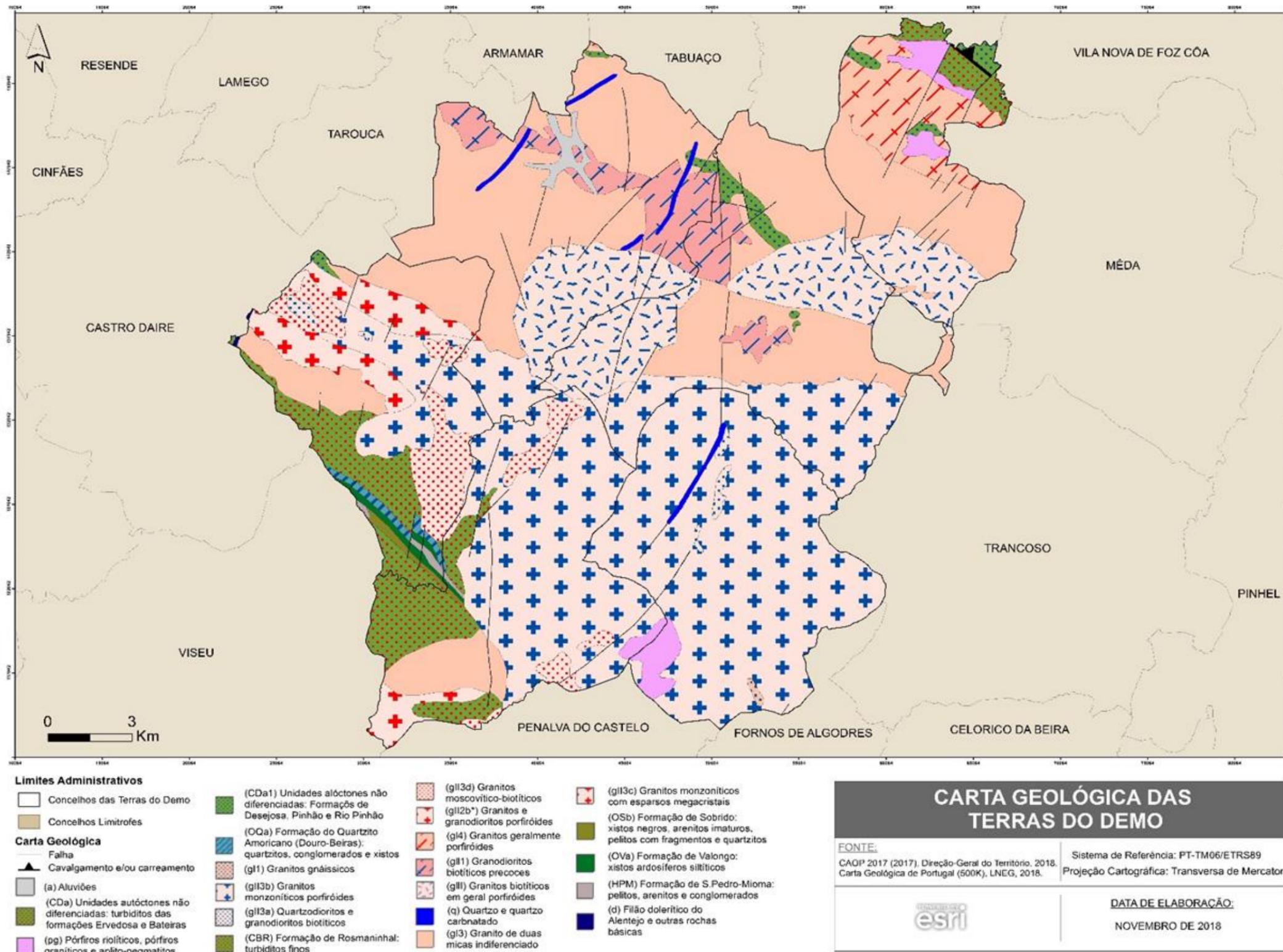


Figura 35 - Carta Geológica das Terras do Demo

Fonte - Atlas do Ambiente

Como conclusão salientamos que as rochas predominantes de toda a área são os granitos, a que se juntam sobretudo os xistos intercalados com arenitos, do chamado complexo xisto grauváquico. Esta predominância granítica vai ser uma constante na paisagem através da sua utilização para a construção dos muros dos terrenos de cultivo, base da estrutura económica das freguesias rurais das **Terras do Demo** e, na sua utilização como material de construção preferencial de um grande número de casas de habitação (Figura 36). Também se destaca o seu aproveitamento económico através da existência de inúmeras pedreiras nesta região (Figura 37).



Figura 36 - Muros de terrenos de cultivo e Casas de habitação abandonadas, Pendilhe

Fonte - Própria (2018)



Figura 37 - Pedreira de Ariz (Moimenta da Beira - Pêra Velha) e Pedreira da Lapa (Aguiar da Beira - Gradiz)

Fonte – granitosbhm.pt (2019)

1.2. Geomorfologia

Para oeste do rebordo da Meseta, o relevo torna-se mais acidentado e é possível distinguir três superfícies de aplanamento, sendo que as mais visíveis são as superfícies poligénicas e as superfícies escalonadas. Relativamente às primeiras, podemos afirmar que se formaram em áreas relativamente estáveis do ponto de vista tectónico, em que deformações de fraca amplitude seriam sucessivamente anuladas pela erosão, mantendo-se o perfil geral da superfície de aplanamento. Nas áreas onde a deformação tectónica foi acentuada, as várias fases de aplanamento não conseguiram eliminar todo o relevo entretanto formado, originando-se sucessivos níveis de aplanamento, que se conservaram a altitudes cada vez mais baixas. Estes dois tipos de superfícies de aplanamento estão representados no relevo do Norte da Beira: as superfícies poligénicas são exemplificadas pela Superfície da Meseta e pela Plataforma do Mondego, enquanto que as superfícies escalonadas podem observar-se nos Planaltos Centrais e nas Montanhas Ocidentais (FERREIRA A. B., 1978).

Os níveis de aplanamento dos Planaltos Centrais podem ser sistematizados da seguinte forma: uma superfície culminante, conservada na Serra da Nave, uma superfície fundamental, mais extensa, e ainda dois ou três níveis inferiores. É a Norte do Rio Paiva, no sector do Planalto da Nave, que o escalonamento em altitude desses diferentes níveis de aplanamento se observa com maior nitidez. Para Sul, os níveis de aplanamento conservam-se mal em interflúvios estreitos separados por vales instalados em fraturas de direção preferencial NNE-SSW.

O Alto Paiva resulta de importantes enrugamentos orogénicos e falhamentos cenozoicos, que foram sendo erodidos, ao longo do tempo. No Alto Paiva existem três zonas de aplanamento: a superfície fundamental, a Serra da Nave e o vale do Paiva. A primeira estende-se até à vertente oriental da Serra de Montemuro, mas centra-se essencialmente de Vila Nova de Paiva até Caria, onde a platitude só é interrompida por corgos, aproveitando os lameiros ou o campo prado (FERREIRA A. B., 1978, p. 89). Nos interflúvios do Paiva e do Touro e, entre o Paiva e o vale de fratura do rio Vouga, é onde a platitude é mais perfeita. Na Serra da Nave, coincidente com as **Terras do Demo** definidas por Aquilino, existe uma superfície de aplanamento (1000 metros) com retalhos cuja conservação se destaca: Leomil (1008 metros), Laje Branca (1012 metros), Nave (1016 metros). A terceira zona localiza-se numa zona que não ostenta um aplanamento

tão nítido, mas antes se apresenta movimentada e complexa: é o vale do Paiva, de Castro Daire até Vila Nova de Paiva, mantendo-se para Sul até ao Vale do Vouga (FERREIRA, 1978, p. 92).

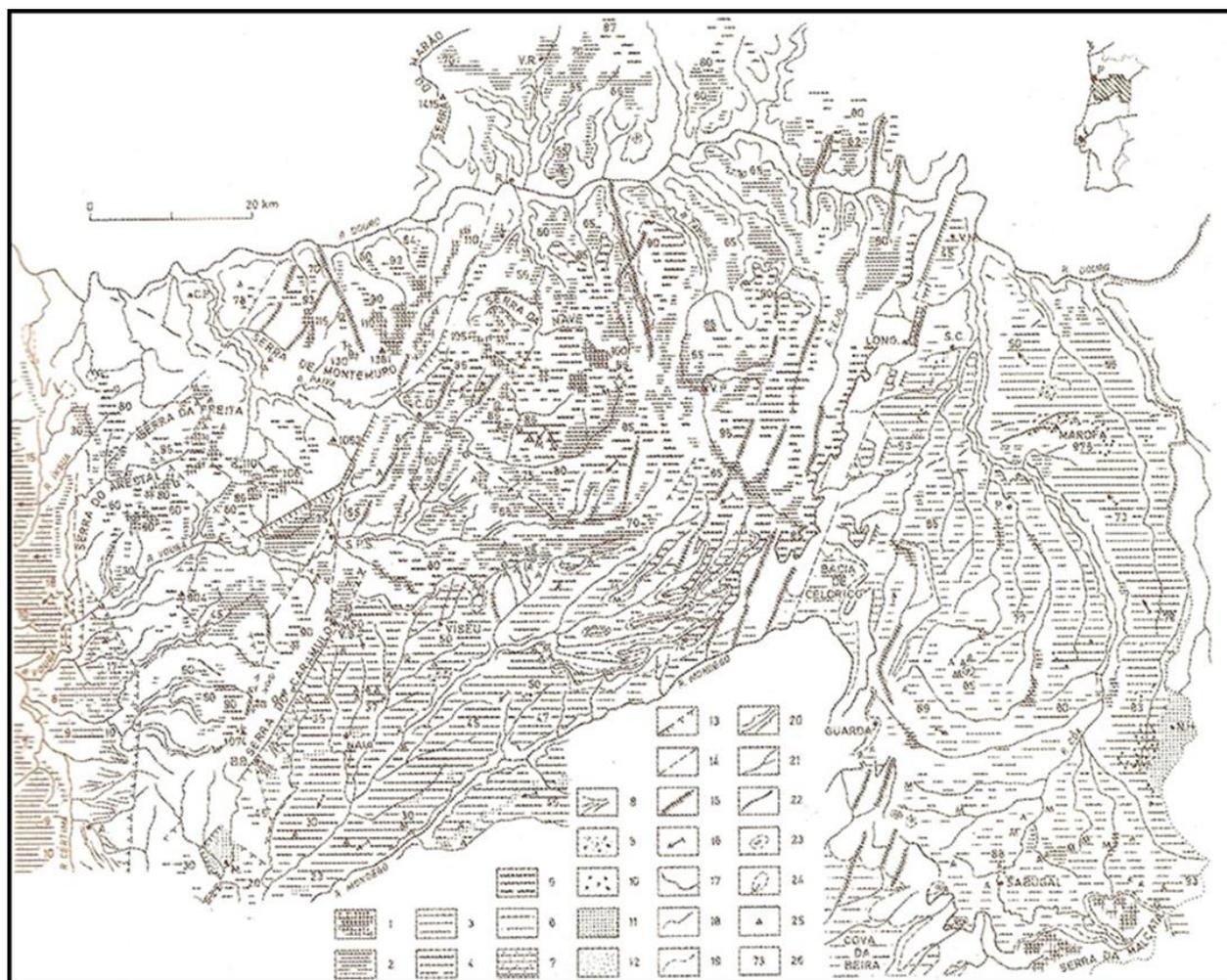
O Planalto da Nave corresponde a um plano inclinado para sudoeste, que, partindo das serras de Santa Helena (1102 metros) e da Lapa (955 metros), se prolonga até às imediações do vale do Vouga. Neste sector podemos destacar uma superfície de aplanamento bem conservada que se estende desde Vila Nova de Paiva até Caria. A platitude geral só é cortada pelos córregos de água que correm em valeiros de fundo plano aproveitando o lameiro ou campo prado e com vertentes baixas (5-20 metros) mas geralmente abruptas e rochosas, frequentemente cobertas por pinhal. Contudo, a maior perfeição é atingida nos interflúvios entre o Paiva e o seu afluente Rio Touro e, entre este rio e o vale de fratura do Rio Vouga. Ao longo do Rio Paiva reconhece-se um nível ligeiramente embutido na superfície geral, prolongando-se para jusante até Vila Nova de Paiva. A passagem daquele para esta é por vezes bastante nítida, como sucede no sector Noroeste entre Alhais e Ariz, criando um desnível da ordem dos 50 metros e um declive que atinge 8%-10%. A evolução da Serra da Nave crê-se em tudo semelhante à evolução da Serra da Malcata: deslocamento tectónico de uma superfície de aplanamento única, novo retoque da atual superfície fundamental, que não consegue arrasar a Serra da Nave, mas apenas desenvolver nela corredores mais ou menos largos (FERREIRA, 1978, p. 92).

Ao atingir o vale do Paiva, entre Vila Nova de Paiva e Castro Daire, a topografia torna-se movimentada e complexa, mantendo-se assim para sul até ao vale do Vouga. Nesta área é geralmente difícil identificar a que fases de aplanamento pertencem os diferentes níveis, por vezes bastante exíguos.

Apesar de tudo, é possível identificar várias fases de aplanamento. A norte, nordeste e leste, em terreno exclusivamente granítico, encontram-se retalhos aplanados a altitudes de 850-900 metros, que se prolongam até à superfície fundamental. Em Pendilhe-São Joaquinho, penetrando nesta superfície, há um regolfo que se situa entre os 700-750 metros de altitude. O contexto entre a superfície fundamental e este nível mais baixo é observado ainda entre Fráguas e Queiriga, onde se apresentam um conjunto de relevos sinuosos. Este nível inferior provavelmente corresponderá a uma nova fase de aplanamento, designada por Superfície Inferior ou Superfície de Pendilhe. Os níveis embutidos do Alto Paiva e do Rio Touro poderão, igualmente, corresponder a esta fase de aplanamento. O

antigo vale do Paiva, 600-650 metros de altitude, está por sua vez embutido na superfície de Pendilhe, correspondendo a uma fase mais curta de aplanamento, a que a superfície de Pendilhe não se conseguiu sobrepor. Destaca-se ainda a crista quartzítica de São Lourenço (930 metros) que constitui um relevo residual da superfície fundamental.

Para leste e norte do Planalto da Nave, a superfície fundamental está representada por retalhos bastante descontínuos, salientando-se, no entanto, pela extensão e pelo estado de conservação, os níveis de Guilherme e de Chavães (Figura 38).



1 - Níveis culminantes; **2** - Níveis inferiores; **3** - Superfície da Meseta; **4** - Plataforma do Mondego; **5** - Superfície fundamental dos planaltos Centrais e níveis intermédios das montanhas ocidentais; **6** - Cova da Beira e Bacia de Celorico; **7** - Plataforma litoral; **8** - Derrames em leque do sopé do Caramulo; **9** - Depósitos grosseiros do tipo *raña*; **10** - Materiais grosseiros em revestimento pelicular e esparso; **11** - Arcoses e outros arenitos de origem granítica; **12** - Formação argilosa da bacia de Mortágua; **13** - Escarpa de falha; **14** - Alinhamento tectónico; **15** - Vale de fratura; **16** - Inclinação das superfícies de aplanamento; **17** - Rebordo montanhoso; **18** - Alto de vertente; **19** - Base de vertente; **20** - Encaixe fluvial superior a 150 m; **21** - Rios; **22** - Crista rochosa (geralmente quartzítica); **23** - relevo residual circunscrito; **24** - Alvéolo; **25** - Vértice geodésico (cota em metros); **26** - Altitude (em dezenas de metros).

Figura 38 - Esboço Geomorfológico do Norte da Beira

Fonte - FERREIRA, (2005, p.8)

O nível de Guilherme, situado entre o Rio Távora e a Ribeira de Teja, atinge mais de 10 km de comprimento desde Terrenho até Sernancelhe, apenas afetado por entalhes favorecidos por um notável sistema de fraturas de direção NNE-SSW. As altitudes mantêm-se a 900-950 metros. Do lado ocidental, o nível de Guilherme surge no prolongamento do Planalto da Nave, no sector do Alto Paiva, estando separados apenas pelo entalhe do Távora.

O aspeto confuso da topografia a sudoeste do Távora resulta também da interferência de duas fases de aplanamento. Uma representada pelo nível dos cimos, devendo ser equivalente à superfície fundamental; outra testemunhada por níveis ligeiramente embutidos na anterior, deverá ser equivalente à Superfície de Viseu.

Para norte do nível de Guilherme o Planalto apresenta-se muito fragmentado, mas os vários retalhos aplanados situam-se entre os 900 e os 950 metros, nomeadamente em Penedono e na Serra de Sampaio.

A topografia movimentada, onde coexistem retalhos da superfície fundamental com níveis bastante mais baixos, explica o carácter descontínuo da vertente nordeste da Serra da Nave. A norte de Alvite passa-se quase insensivelmente desta serra para a Serra do Ladário (905 metros), em contrapartida a vertente de Leomil (1009 metros) atinge um comando de 250-300 metros. No conjunto houve um levantamento tectónico da Serra da Nave em relação à superfície fundamental que lhe fica para Norte, ele terá sido na ordem dos 100 metros, ou seja, da mesma ordem de grandeza daquele que se poderá ter verificado na vertente sudoeste. Todavia, é provável que tenham ocorrido abatimentos locais, que ajudariam a explicar, ao mesmo tempo, a altura e o vigor de certas vertentes, nomeadamente de Santa Helena, e o grande desenvolvimento de níveis baixos (FERREIRA, 1978).

Na obra *O Homem da Nave*, Aquilino Ribeiro elabora uma síntese do relevo, para explicar e justificar os modos de vida, reportando-se especificamente à Serra da Nave:

Relevo oblongo e alto de mil e tal metros, encontra-se nas cartas tirando uma linha dos Hermínios para o Marão. Os geógrafos antigos apresentam-no mesmo como um dos contrafortes da cordilheira. (...). Esta serra é uma união de montes altos que se vão abraçando uns aos outros. Consente que o Rio Douro a atravesse e, posta já na Província da Beira, se chama serra de Almofala, Monte de muros,

serra de Touro, serra de Pera, serra de Fráguas e Manhouce, de Besteiros, do Cântaro, de Miranda, do Espinhal e Montes de Penela, onde se une com a serra da Estrela. (...) A dita Serra da Nave que formada pelas subserras de Almofala, de Touro, de Pera, de Cota, de Fráguas, mencionadas por Carvalho da Costa ou Cardoso, foi investida nos mapas elaborados depois de 1860 com o nome de Serra de Leomil, uma das suas componentes (RIBEIRO, 1981, pp. 8-9).

Em suma, podemos concluir que do ponto de vista geomorfológico, a feição planáltica é aquela que domina a área de estudo, tendo sido o ponto de partida desta disposição de relevo uma superfície de aplanamento elaborada ao longo do Paleogénico, ou seja, da primeira parte do Cenozoico. Esta superfície foi depois deformada por movimentos tectónicos. Com o levantamento dos terrenos, outros aplanamentos se desenvolveram mais recentemente encontrando-se atualmente a menores altitudes devido, entre outros, à ação dos processos erosivos, salientando-se neste caso a superfície de aplanamento fundamental, designada por Brum Ferreira, que se encontra entre os 700 e os 900 metros sensivelmente (MEDEIROS, 1985).

Embora não haja uma perfeita coincidência, existe também uma influência nítida da litologia na conservação ou mesmo no desenvolvimento dos diferentes níveis de aplanamento e nas suas características: a superfície fundamental encontra-se bem conservada nos granitos de tendência alcalina, de duas micas, enquanto tende a degradar-se ou a ser substituída por um aplanamento mais recente, nos granitos monzoníticos e granodioritos biotíticos e de grão grosseiro. Por sua vez, os níveis inferiores são, em regra, talhados em metassedimentos. A área a Oeste de Queiriga entre o Paiva e o Vouga, onde existe um relevo bastante acidentado, é aquela em que se verifica a influência da litologia na evolução geomorfológica dos Planaltos do Norte da Beira e conseqüentemente da área à qual se refere o objeto de estudo do presente trabalho (FERREIRA, 2006). A feição planáltica do relevo domina toda a área, cuja constituição geológica compreende, na sua maioria, granitos, a que se juntam xistos intercalados com arenitos (formação conhecida, entre outros, pelo nome de complexo xisto-grauváquico).

Relativamente aos recursos minerais do Alto Paiva predominam, quanto às mineralizações metálicas, o estanho e o volfrâmio. Todas as explorações destes minerais

estão hoje abandonadas. Localizam-se duas a sul de S. Joaninho, entre as povoações de Farejinhãs e Granja, existem ainda três a sul desta última povoação, todas perto do limite oeste do Alto Paiva, encontra-se uma dezena de minas de estanho e volfrâmio sensivelmente a sul de Queiriga e sete a SO da mesma povoação (TEIXEIRA, 1972, p. 35; SCHERMERHORN, 1980, p. 34; citados por VIEIRA, 2004).

As zonas ricas em estanho e volfrâmio situam-se em terrenos xistosos ou em zonas de contacto entre xistos e granitos, que se localizam já nas franjas do Alto Paiva.

No tocante a recursos não minerais metálicos, a existência de algumas pedreiras, de exploração do granito com intenções principalmente ornamentais, mas também para brita, merece especial referência pelo carácter destrutivo que vêm deixando as suas cicatrizes na paisagem, e porque se aproxima assustadoramente de sítios arqueológicos.

Ainda próximo dos limites do Alto Paiva, mas na parte norte, a sul de Várzea da Serra, na zona de Covas de Estanho, tal como o próprio topónimo indica, assinalam-se seis minas de estanho (MEDEIROS, 1985).

Destaca-se também o Couto Mineiro de Vila Nova de Paiva, neste momento considerado como espaço mineiro devoluto, que pode ser definido como uma porção de território (substrato e superfície), com maior ou menor exuberância natural e industrial, onde existiu o aproveitamento dos seus recursos minerais, constituindo-se como importantes vestígios documentais, sociais, topográficos, tectónicos, geoestruturais e paragenéticos relacionados com esta atividade. O espaço mineiro devoluto situa-se no termo SE da zona de cisalhamento do Sulco Carbonífero Dúrico-Beirão (IGLÉSIAS e RIBEIRO, 1981, citado por VIEIRA, 2004). No que diz respeito à tectónica, a estruturação varisca no sector é polifásica, sendo possível distinguir dois episódios de deformação dúctil e a atuação da deformação frágil e tardia (RODRIGUES, 1997). *A grande diversidade de elementos geoestruturais peculiares e bem expressos, concentrados num estreito corredor entre stocks de granitoides, determinam interesse geológico relevante para a totalidade da área do couto mineiro e dos domínios adjacentes* (ALVES, GOMES, & VALENTE, 2012, p. 195).

As minas da Queiriga, ou minas de Lagares, foram uma exploração mineira na década de 40 que chegou a empregar mais de 500 operários, entre os quais várias dezenas de técnicos estrangeiros, principalmente britânicos que, na época, eram essenciais já que em Portugal escasseava a mão de obra qualificada nesta área.

Os principais minérios extraídos eram: a Cassiterite (óxido de estanho) e a Wolframite (volfrâmio). Estas minas são particularmente interessantes pela forma pouco habitual de desmonte da rocha: não sendo a céu aberto, é feita em galerias. O desmonte foi feito criando grandes espaços sustentados por colunas naturais.

(...) baixando a serra, entrou no braço de estrada que conduzia à exploração. (...) De caminhos afluentes desembocavam mulheres com cestos à cabeça o seu molho de tangos, uma almotolia, encomendas das lojas, e entrevia-se nelas estas criaturas plurais que forjicavam o bazulaque às maltas, as lavam e remendam, e ainda a tasqueira que abriu à margem da mina a baiuca de vinho, cigarros, petisco e o resto. (...) chegou a um dédalo de caminhos, por um dos quais rolavam vagonetas, por outros ia e vinha o pessoal particular dos engenheiros e agentes técnicos, com vivendas muito senhoris. (...) Até bem longe se viam mulheres que lavavam a terra mineralizada ao ar livre e debaixo de telheiros, braços arremangados, pés descalços, saia colhida entre os joelhos (...) rapazotes, com boinas de homem, sem cor à força de usadas, a carne tenra a espreitar das camisas cheias de surro e em frangalhos, vinham baldear no monte o carrinho atestado de calhaus em que coruscavam com o sol as pirites e palhetas de volframina. (...). Era subterrânea, por vezes a dezenas de metros de profundidade, que se exercia a atividade capital da mina, com revólveres de ar comprimido a demolir quartzos, piquetes de entaviadores especializados a escorar as galerias, bombas elétricas e manuais a sorver a água dos regueirões, escombros, mineiros de guilho e marreta, homens e mais homens à carga e à descarga. (...) à superfície era um arraial. Por cima dos gritos, comandos, falas desencontradas, do retinir das ferramentas e estrelar das vagonas e raposas, o dínamo pulsava e a sua pancada mate e ensurdecadora criava este tónus

especial, semibárbaro e feroz, da indústria moderna, homem e máquina conjugados (RIBEIRO,1974, pp. 70-71).

Durante um período de tempo significativo, estas minas empregaram um número considerável de mão de obra e permitiram que a pobreza extrema se dissipasse daqueles territórios, no entanto, finda a exploração tudo voltou ao que era, deixando marcas na paisagem que, no caso das minas de Queiriga, já sofreram um processo de aproveitamento turístico que, entretanto, foi abandonado e, neste momento, encontram-se abertas, sem qualquer tipo de sinalização. Qualquer pessoa pode entrar não havendo sequer indicação de perigosidade face ao complexo que não tem há anos qualquer tipo de manutenção e se encontra à mercê de curiosos uma vez que a entrada não é vedada (Figura 39).



Figura 39 - Minas de Lagares, Queiriga

Fonte - Própria (2018)

1.3. Hidrografia

A hidrografia das Terras do Demo estrutura-se em duas bacias principais. A bacia hidrográfica do Douro cujos afluentes são os rios Távora e o rio Paiva, na presente área de estudo; e a bacia hidrográfica do Vouga que nasce na Serra da Lapa e atravessa toda a área de estudo. Destacamos ainda o rio Dão que tem a sua nascente na freguesia de Eirado, em Aguiar da Beira, cujos principais afluentes na área são os rios Carapito, a Ribeira de Coja e o Rio Sátão.

Em termos hidrográficos destacamos nesta área os rios Paiva, Vouga, Torto e o Rio Távora. O aspeto mais relevante no que se refere à rede de drenagem é a adaptação dos cursos de água à rede de fraturas existente (FERREIRA A. B., 1978).

A adaptação dos cursos de água a fraturas, sobretudo dos afluentes e subafluentes dos rios principais da área, é um fenómeno quase geral. O mais importante sistema de fraturas sublinhadas pela rede hidrográfica apresenta uma direção NNE-SSW e ocorre com maior nitidez e densidade junto dos dois grandes desligamentos tardi-hercínicos, sobretudo nas proximidades do mais oriental. A instalação dos cursos de água nas fraturas principais impede, de certo modo, o desenvolvimento harmonioso da rede hidrográfica (FERREIRA A. B., 1978).

O Rio Paiva é um curso de água afluente do rio Douro, que nasce na Serra da Nave, no lugar do Carapito, no concelho de Vila Nova de Paiva, a uma altitude de 928 metros. Tem uma extensão de noventa e sete quilómetros e desagua no Rio Douro, já no concelho de Castelo de Paiva. Aquilino caracterizava o vigor deste rio, não raras vezes ao longo da obra analisada:

(...) leva que leva, chegou teso donde a vista alcançava a folha toda, passante o Paiva. Grosso de enchentes, o rio descia surdo das alturas de Peravelha para estoirar de rópia nos três arcos da ponte nova, assim chamada desde á trezentos anos quando a construíram para vau dos romeiros que se dirigiam da Terra Fria à Senhora da Lapa; (...) Pelo corgo do Aris, atufado no solo amarujento, a água mal vinha chocalhando (...) (RIBEIRO, 1983, p. 82).

Ao penetrarem terrenos xistentos, os cursos de água parecem libertar-se dos constrangimentos que as fraturas lhes impõem nas áreas graníticas. O traçado do rio Torto torna-se extremamente sinuoso ao penetrar nos xistos. O desvio que este rio sofre para WNW, logo à saída da área granítica, parece condicionado pela estrutura: não somente o traçado é paralelo às bancadas xistentas, como parece existir um *graben* que o Torto terá aproveitado, e no fundo do qual meandriza (FERREIRA A. B., 1978).

A Norte e a Nordeste da Serra da Nave, embora as fraturas NNE-SSW estejam bem representadas, as mais importantes apresentam uma direção compreendida entre norte e sul e NNW-SSE, estando neste caso presentes alguns troços do Távora e do Tedo, entre outros. A esta orientação dominante da rede hidrográfica influenciada por fraturas NNE-SSW, no sector Este do planalto da Nave, constitui uma exceção importante o Rio Távora, que corta obliquamente as fraturas existentes.

O rio Távora tem a sua nascente na Serra de Prisco no Concelho de Trancoso. Atravessa os concelhos de Sernancelhe, São João da Pesqueira, Aguiar da Beira, Moimenta da Beira e Tabuaço. No concelho de Moimenta da Beira encontramos a Barragem de Vilar, que resulta do aproveitamento do caudal das águas do rio Távora e, cujo objetivo, segundo o Instituto Nacional da Água, é o abastecimento de água às populações locais.

Durante décadas estes cursos de água tiveram um papel crucial nos modos de vida das populações locais. Esta realidade é comprovada através da existência de dezenas de moinhos, de água, a maior parte deles abandonados, nas margens do Rio Paiva e do Rio Távora. Era aqui que se moía o cereal, que depois de transformado em farinha servia não só para alimentar o gado, mas essencialmente para o fabrico do pão, sustento de muitas famílias (Figura 41).



Figura 41 - Moinho de água, Rio Távora

Fonte - Própria (2018)

1.4. Clima

Ao interferir de forma tão marcante nos diversos aspetos da vida humana, o clima e o seu estudo, revelam-se de uma importância extrema. No caso do planeamento este estudo justifica-se, por si só, pela grande influência que exerce sobre o tipo de solo e, conseqüentemente, a sua utilização (SEAMANN, 1979).

Aquilino, na sua obra faz referência frequentemente às condições extremas do clima e do tempo:

(...) O Inverno zurrava nos pinhais que parecia uma estropeada² de mil demónios a caminho do Inferno. A sineta, com sacolões do vento, toava dlam... e mais dlam a um enterro que não tem fim. Sobre as telhas ia grande estreloçada³, chuva, vento, como se andassem por riba delas rebanhos de cabras, ou feiticeiras jogassem para lá com areais às mãos fartas, para tormentina das almas.... Ia um Dezembro muito rijo e custava já a passar nas pontes (...) (RIBEIRO, 1983, p. 36).

Podemos considerar que as **Terras do Demo** apresentam um clima mediterrânico de características continentais marcado pela interioridade e pela altitude que influenciam fortemente os estados do tempo. Por outro lado, os relevos que encontramos a Oeste desta área, a Serra do Caramulo, o Maciço da Gralheira e a Serra de Montemuro, que constituem uma barreira montanhosa, com incidências no clima da região, uma vez que as massas de ar húmido, provenientes do oceano atlântico são obrigadas a ascender, fenómeno que provoca a sua condensação. Ao transporem esta barreira morfológica os movimentos subsidentes do ar apresentam características secas e aquecem a uma razão maior do que arrefeceram na subida (1° C por cada 100 metros) fenómeno designado por Efeito de *Fohen*.

Tal como acontece no resto do país, área de estudo está sujeita a um clima que, no geral, se explica pelas suas características mediterrâneas manifestada pelos meses secos no

² Estropeada – Fazer barulho.

³ Estreloçada – Barulho semelhante ao da loiça a partir.

Verão e por um Inverno pluvioso e de relativa suavidade térmica, embora com importantes contrastes, fruto da sua posição latitudinal e longitudinal. Praticamente a totalidade das estações meteorológicas do país registam pelo menos dois meses secos (precipitação em mm, inferior a duas vezes o valor da temperatura média mensal em graus centígrados), condição para, segundo *Gaussen*, se lhes atribuir esta, característica fundamental deste tipo de clima (ALMEIDA H. , 1993).

A caracterização climática da área de estudo foi realizada com base nos valores das Normais Climatológicas do Instituto de Meteorologia referentes à estação de Moimenta da Beira (período de 1961/1985) e à estação meteorológica de Viseu (1961/1990), devido à inexistência de outras estações dentro da área de estudo. De entre o complexo conjunto de fenómenos, processos e características que definem o clima, foram caracterizados os seguintes: temperatura e precipitação, para além de alguns dados relativos ao número de dias com a ocorrência de nevoeiro, geada ou precipitação nivosa.

Atendendo aos valores médios mensais de temperatura e precipitação nas duas estações meteorológicas da área, podemos perceber, de modo mais pormenorizado, as grandes tendências que estas variáveis climáticas apresentam (Figura 42).

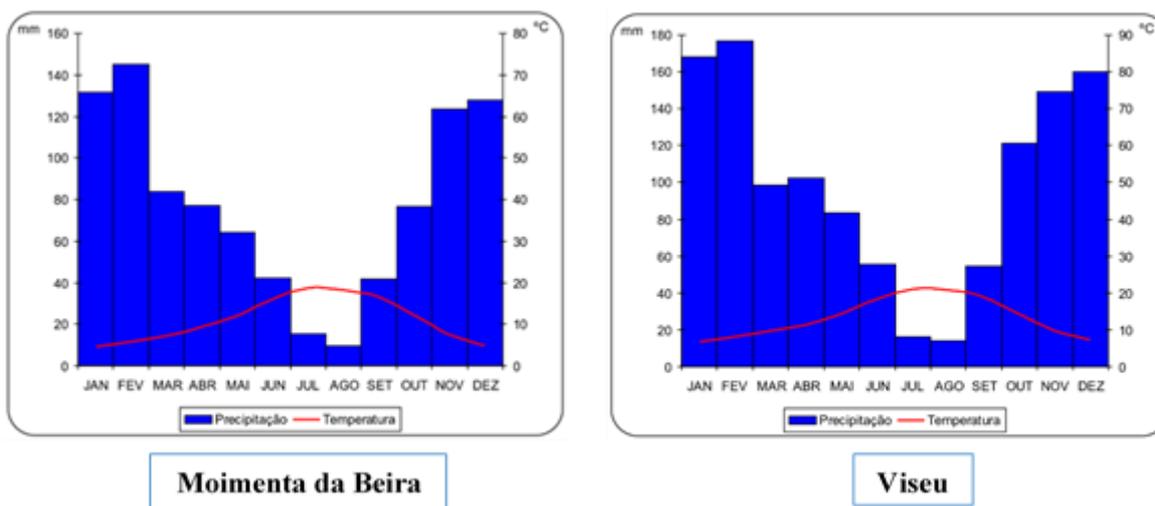


Figura 42 - Gráficos Termopluviométricos

Fonte - Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas (1961-1990)

Desta forma, podemos observar a existência de dois meses secos bem definidos, em ambas as estações, julho e agosto, apresentando precipitações inferiores a 20 mm e uma temperatura média superior a 20°C. Nas duas estações consideradas, os meses mais

pluviosos são os de janeiro e fevereiro com valores que rondam os 140 mm em Moimenta da Beira e os 160 mm em Viseu. No conjunto dos doze meses, a estação meteorológica de Viseu apresenta sempre valores de precipitação superiores, facto que se justifica pela sua posição geográfica. Localizada entre a Cordilheira Central (com uma orientação S/SSW-N/NNE) e as Montanhas Ocidentais com uma orientação, *grosso modo*, N-S, a penetração das massas de ar atlânticas é mais frequente que em Moimenta da Beira. Esta situação justifica também as maiores amplitudes térmicas verificadas nas *Terras do Demo* de Aquilino Ribeiro (Moimenta da Beira),

(...) arrefecera a noite e, no céu escampo⁴, estrelado de cabeças de prego, corria uma aragem murmurinha que penetrava como alfinetes. Na Lapa, erguida em tão altos pináculos, as noites de agosto requeriam capote. Exagerando o seu frio, a Zabana batia o pé, apitava, punha os queixos a bater como castanhetas. No seu corpo bem feito, mal coberto do xaile franzino, Glorinhas começara também a tiritar, (...) (RIBEIRO A. , 1983, p. 253).

As práticas e culturas agrícolas, o desenvolvimento da vegetação e os reflexos na paisagem estão fortemente condicionados por outras variáveis climáticas, que não apenas as duas expostas. O número de dias mensais com ocorrência de precipitação nivosa, bem como a formação de nevoeiros e geadas são fatores determinantes na mutação e contrastes naturais e humanos, verificados no conjunto da Beira Interior (Figura 43).

Ao longo de toda a obra, Aquilino Ribeiro, retrata literariamente os aspetos anteriormente focados:

(...) Seria obra de dez horas e caía uma geada muito forte que sobradava⁵ os agros e metia pela terra dento suas agulhas de gelo. No céu, adiante de cirros, ia de jornada uma lua bochechuda, (...) para mais veio logo o Inverno, cedo saindo das profundas, onde o Diabo o gerou para tormento da Serra, com borrifos,

⁴ Escampo – livre de nuvens.

⁵ Sobradar – assoalhar.

ventania e carujo⁶ lá em cima, (...) às vezes vinha um nevão e ali que davam os almocreves, bem agasalhados, comendo e bebendo á tripa forra com torgo⁷ rijo na lareira e moças que era um regalo de ver e palpar (...) (RIBEIRO, 1983, pp. 18, 47 e 49).

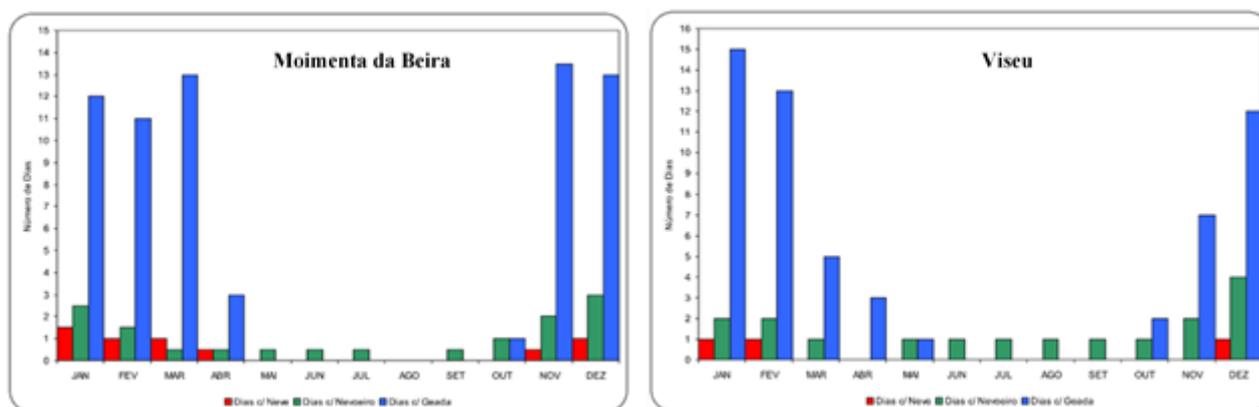


Figura 43 - Número de dias com neve/nevoeiro/geada

Fonte - Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas (1961-1990)

Assim, para as mesmas estações, podemos encontrar uma diferenciação climática semelhante à já evidenciada. Não admira, por isso, que o número de dias com ocorrência de geada e de precipitação nivosa seja maior na estação de Moimenta da Beira do que na de Viseu. Relativamente ao número de dias com nevoeiro a situação inverte-se, facto explicado pela maior humidade do ar verificada na cidade de Viriato.

Aquilino Ribeiro, conhecedor das terras que o viram nascer, descreveu em várias obras, nomeadamente: *O Homem da Nave, Aldeia, Terra, Gente e Bichos, Arcas Encoiradas, Terras do Demo*, os impactos das características físicas do meio, nos modos de vida das populações.

(...) *A serra da Nave, espaço planáltico sito na Beira Alta, na parte norte do distrito de Viseu, é uma terra de clima continental, prolongamento da meseta*

⁶ Carujo – nevoeiro.

⁷ Torgo – pau.

ibérica, de acesso muito tempo difícil. Terras altas, de pão de centeio, de castanheiros, com algum milho e batata, pouco vinho e azeite, produtos que necessitam de clima mais ameno. A serra foi terra de matos e pasto de gados-ovelhas, cabras, mesmo porco – antes de aos povos ter sido tirado o controlo do uso comum dos baldios do planalto, florestados com pinheiro na década de cinquenta do século XX. Território pobre, pelo seu carácter “bárbaro e agreste”, crismou-o como Terras do Demo (SOBRAL , 2002, p. 10).

Na obra Aquiliniana a natureza é exaltada, em todas as suas componentes, não de uma forma romaneada, mas como uma das barreiras que as comunidades serranas tiveram de transpor. Ela é responsável pela rudeza das populações, uma vez que tinham de tirar o seu sustento da *fraga*, trabalhando de sol a sol e nem sempre este trabalho se convertia nos frutos desejados e necessários à sua digna sobrevivência (ALMEIDA, 2003).

Trata-se de uma submissão e de uma entrega. Isto porque, numa dimensão contrastiva, a mesma serra pode ser encarada na perspetiva acolhedora de grande madre que a todos amamenta na sua fome. (...) A maternal e boa serra é de todos, dos roçadores que chegam primeiro, dos gados que todas as manhãs mais madrugam a sair do estábulo, de quem dispõe de um enxadão, corta as urzes aqui, o sargaço além, a carqueja mais nos altos. Através dos seus desdobres há chãs cultiváveis, e ultimamente há chãs cultiváveis, e ultimamente o aldeão, saltando por cima das leis e posturas, rompeu a desbravá-las, fazendo queimadas, amanhando-as ao regime de pousio (ALMEIDA, 2003, pp. 139-140), (Figura 44).



Figura 44 - Agricultura Serra da Nave

Fonte - Própria 2007

As características físicas dos territórios podem constituir-se como um constrangimento à fixação da população, no entanto, desde sempre os grupos humanos tiveram uma capacidade de adaptação extrema às contingências naturais e humanas e, é desta capacidade de adaptação, que surgem os modos de vida, que nasce a cultura(s) e o(s) património(s) local(ais). Estes diferem de território para território e são tão mais peculiares e distintos quanto maior for a capacidade de resiliência das populações.

Assim, é a evolução demográfica de uma determinada população é um dos fatores que pode contribuir para a compreensão das dinâmicas existentes nesse território.

2. Terras do Demo – Aspetos Demográficos

A especificidade da área de estudo não depende apenas dos aspetos do meio, isto é, dos elementos físicos da paisagem natural e dos seus condicionalismos, mas também da ação do Ser Humano, que tem um papel decisivo nas características deste território, tornando-

se imprescindível uma abordagem demográfica e socioeconómica, conducente à compreensão dos aspetos mais relevantes em termos das suas dinâmicas e das suas relações com o meio que ocupa, salientando, deste modo, a importância da população no estudo deste território, e das suas dinâmicas.

Assim, foi nosso propósito analisar a evolução da população para os concelhos em estudos, de modo a entendermos o seu quadro evolutivo.

A trajetória demográfica prende-se com a necessidade de entender quais os traços atuais de transformação demográfica e socioeconómica no contexto regional e local, sobretudo na interpretação das assimetrias espaciais que caracterizam o modelo atual de ocupação destes territórios.

Desta forma, é nosso propósito fazer um retrato da realidade concelhia inserindo-a na sub-região respetiva, tendo em conta a dinâmica nacional. Assim, tentaremos fazer uma abordagem comparativa dos diferentes concelhos que integram as **Terras do Demo**: Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva, de forma a ter uma leitura dinâmica global das tendências evolutivas da população, em cada um dos concelhos, comparativamente com os restantes, num primeiro momento. Numa segunda fase, abordaremos os diferentes indicadores analisados ao concelho, à escala da freguesia, para que desta forma seja possível aferir acerca das suas dinâmicas internas.

A distribuição geográfica da população apresenta uma realidade dicotómica que se manifesta como um lugar comum em qualquer análise demográfica. O acentuar da desigualdade entre o povoamento denso da faixa litoral portuguesa e o vazio relativo da maior parte das regiões do interior é cada vez mais notório. É nesta realidade que se enquadram os concelhos agora analisados.

Um dos principais indicadores que nos permitem ter uma visão demográfica global de um território é a evolução da respetiva população, ao longo de um determinado período de tempo. Com vista a alcançar este objetivo, optámos por analisar a evolução da população residente desde o início do século XX (1911) até à segunda década do século XXI (2011), através dos dados recolhidos nos Recenseamentos Gerais da População de 1911 e 2011, do Instituto Nacional de Estatística.

De uma forma global podemos apontar a existência de seis períodos, no que diz respeito à evolução da população em Portugal, durante o século XX até ao início da segunda década do século XXI.

Assim podemos sintetizar a dinâmica da população portuguesa, *grosso modo*, de acordo com os acontecimentos sociais, políticos, bélicos e económicos genericamente da seguinte forma: **a) entre 1900 e 1911** - o País regista elevadas taxas de natalidade semelhantes às de mortalidade, o que contribui para um crescimento muito lento da população; a idade média da população situa-se nos 27 anos; acontece o primeiro surto migratório que tem como destino principal o Brasil; **b) 1911-1920** - é um período que se caracteriza pelo aumento da emigração para o Brasil até 1913; crise económica resultante da 1ª Grande Guerra; redução da natalidade; aumento da mortalidade justificada não só pelo surto de gripe pneumónica, mas também pelo número de homens que morreram durante a 1ª Guerra Mundial; **c) 1920-1950** - diminuição da mortalidade, no entanto a natalidade mantinha-se em valores muito elevados; aumento dos postos de trabalho principalmente no setor mineiro no interior do país; continuamos a assistir a movimentos emigratórios transoceânicos e ao êxodo rural, para as grandes cidades do litoral do nosso país; **d) 1950-1970** - com o fim da 2ª Guerra Mundial foram muitos os portugueses que encontraram na Europa, particularmente em França e na Alemanha, o destino da sua emigração; a este facto juntou-se também a eclosão da Guerra Colonial em 1961, o que contribuiu para o forte aumento da emigração clandestina; continuam e acentuam-se os fluxos de êxodo rural, principalmente da população jovem/adulta; diminuição acentuada da taxa de mortalidade, declínio acentuado da taxa de natalidade; **e) 1970-1981** - crise petrolífera de 1973, com redução da emigração para os países europeus; redução da natalidade e de mortalidade; alteração da estrutura demográfica da população portuguesa, pela vinda de portugueses que se encontravam nas colónias (descolonização); chegada de imigrantes provenientes do PALOP e Brasil; melhoria das condições de higiene e saúde que se corporizam num aumento da esperança de vida; alteração dos hábitos culturais e comportamentais da população portuguesa; **f) 1981-2011** - entrada de Portugal, para a então Comunidade Económica Europeia; diminuição do número de casamentos e cada vez mais tardios; quebra da natalidade em relação à mortalidade; aumento do envelhecimento da população e do índice de longevidade, reflexo das melhorias substanciais ocorridas nos cuidados a esta população; aumento da imigração; crise financeira de 2008 com as consequentes restrições económicas e aumento da emigração

não só para países europeus, mas também para os continentes da América do Sul, África e Austrália, que depauperou o país principalmente em população jovem e qualificada.

Para além destes fatores de carácter mais geral, há que levar em consideração os designados constrangimentos regionais ou locais que podem influenciar a forma como a população de uma determinada região evolui, o que leva a que, no mesmo período de tempo, encontremos resultados diferenciados, seja de freguesia para freguesia, de concelho para concelho ou de distrito para distrito.

Ao analisarmos os dados relativos à população residente (Quadro 13), podemos tirar algumas conclusões, no que diz respeito aos concelhos em análise: Moimenta da Beira Sátão e Sernancelhe são os concelhos que apresentam valores mais elevados de população residente, situação que se mantém com oscilações durante o período de tempo analisado. Este comportamento pode ser justificado pela proximidade de dois centros urbanos de média dimensão, como são Guarda e Viseu, o que permite que a população possa trabalhar nos centros urbanos e permanecer com as suas habitações nos concelhos de onde são originários.

Quadro 13 - População Residente 1911/2011

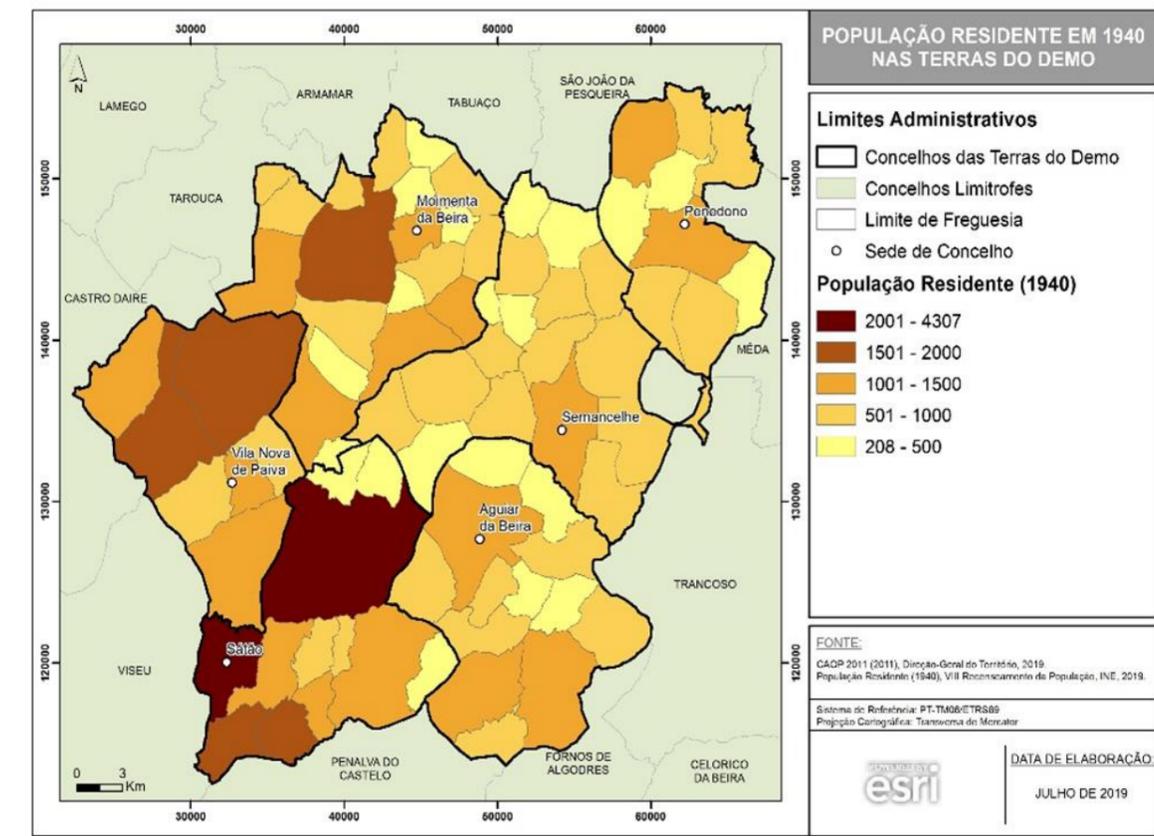
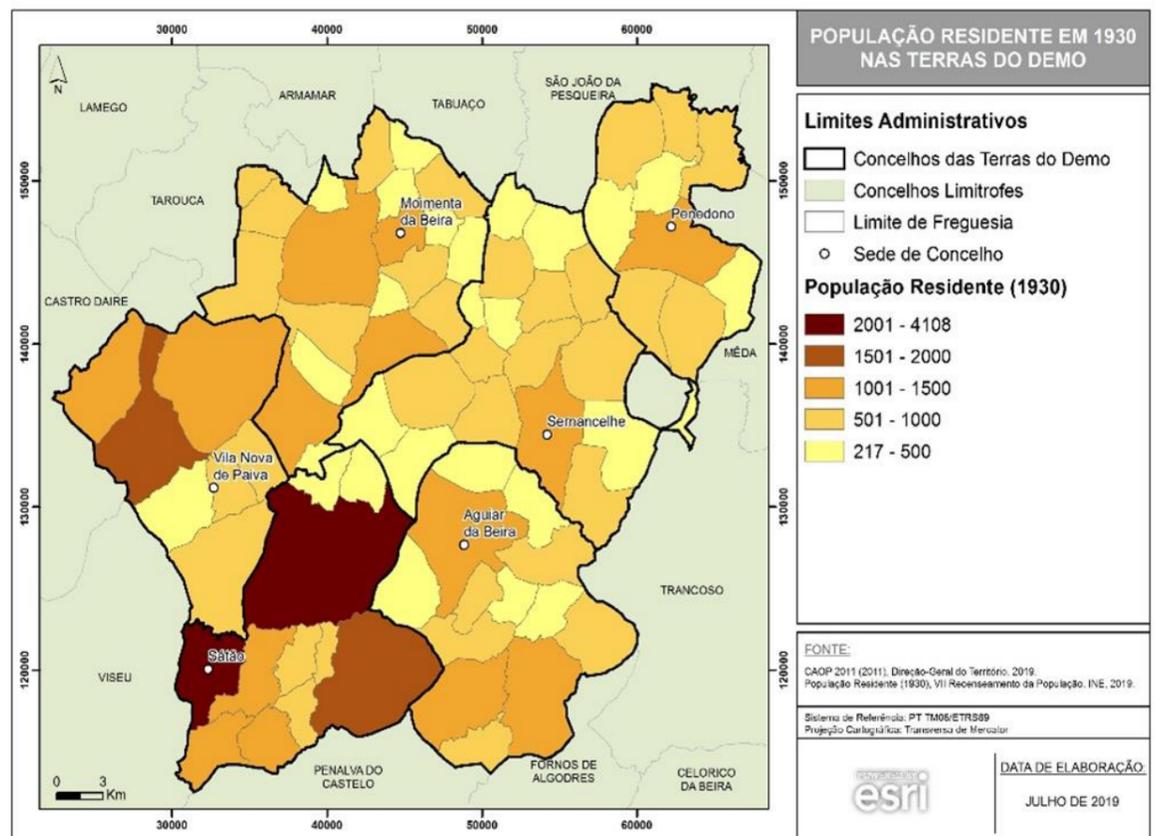
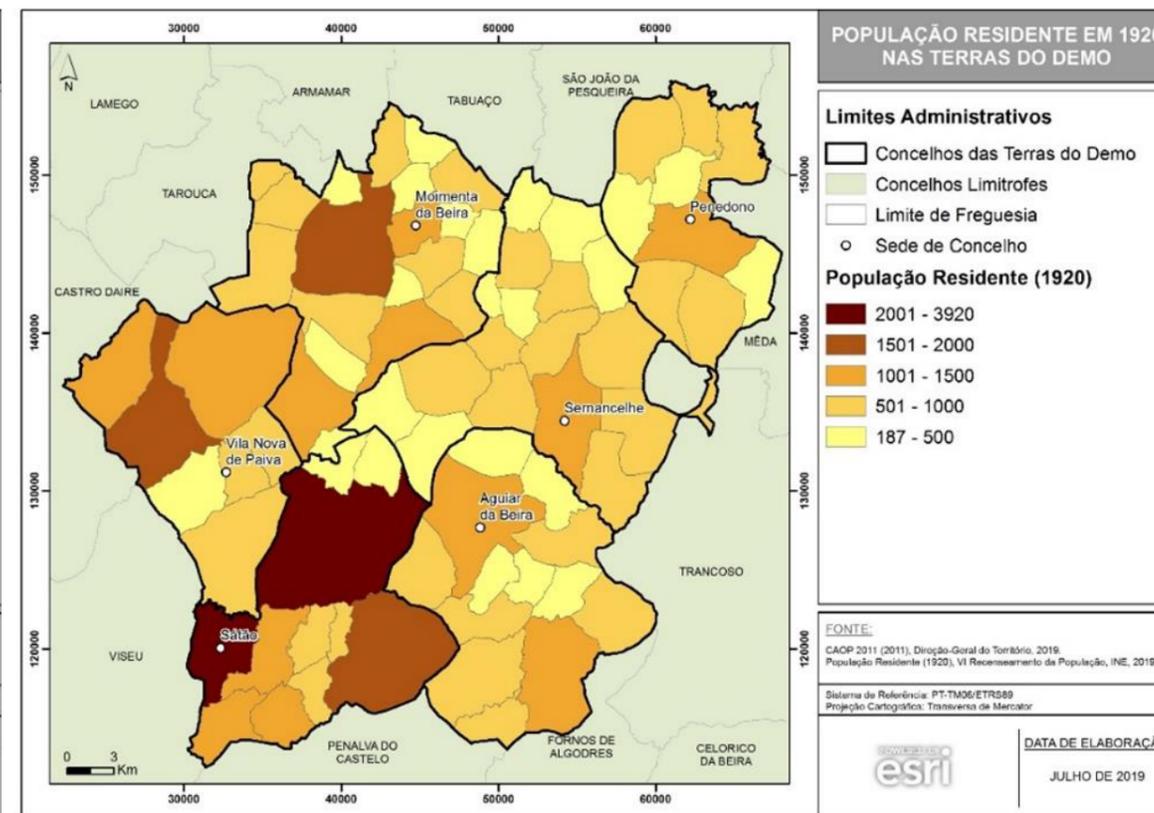
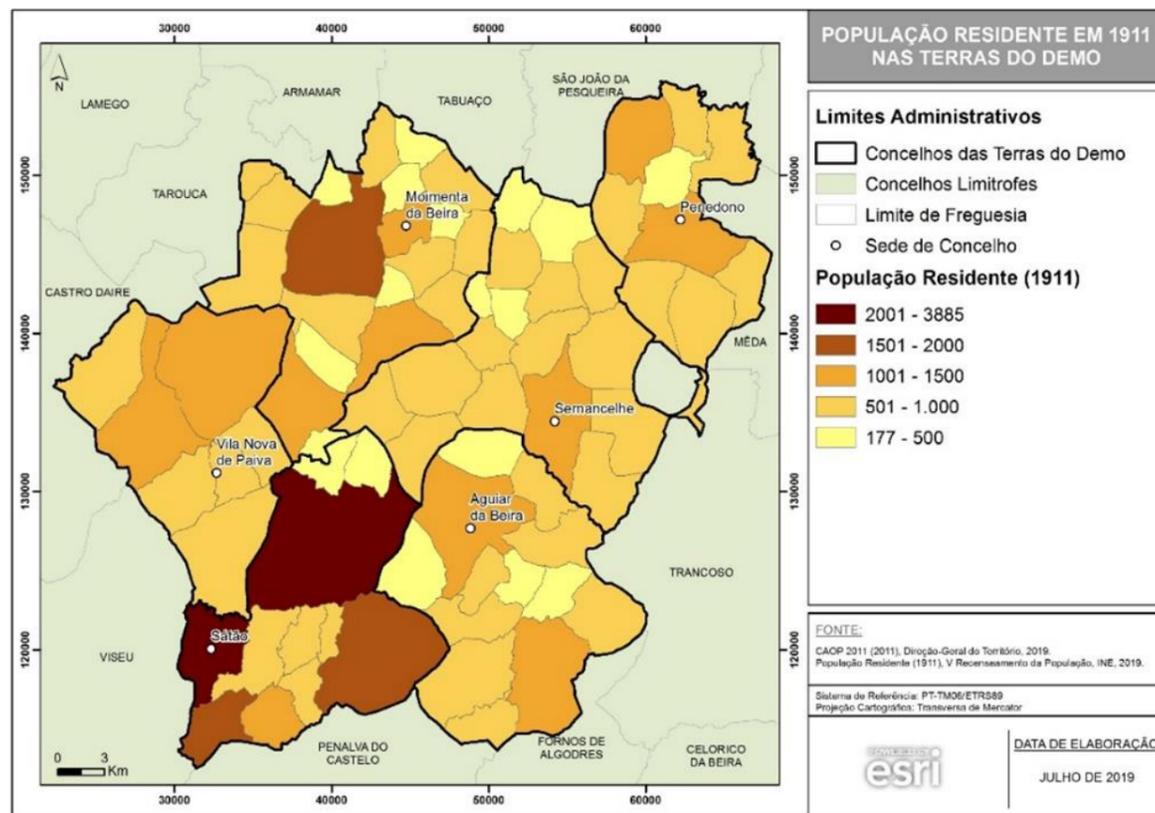
	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Aguiar da Beira	8 866	8 623	8907	9625	10177	10215	8464	7285	6725	6247	5 473
Moimenta da Beira	14 335	13 579	13489	14687	15858	15272	12634	12809	12317	11 074	10 212
Penedono	6 695	6 138	5873	6755	7124	6792	4817	4189	3731	3 445	2 952
Sernancelhe	10 643	9 670	9521	10520	10793	10200	8251	7499	7020	6 227	5 671
Sátão	13 748	13 695	14523	15239	16872	16824	14400	13587	13342	13 144	12 444
Vila Nova de Paiva	6 677	6 899	7042	8048	9053	8931	7041	6420	6088	6 141	5 176

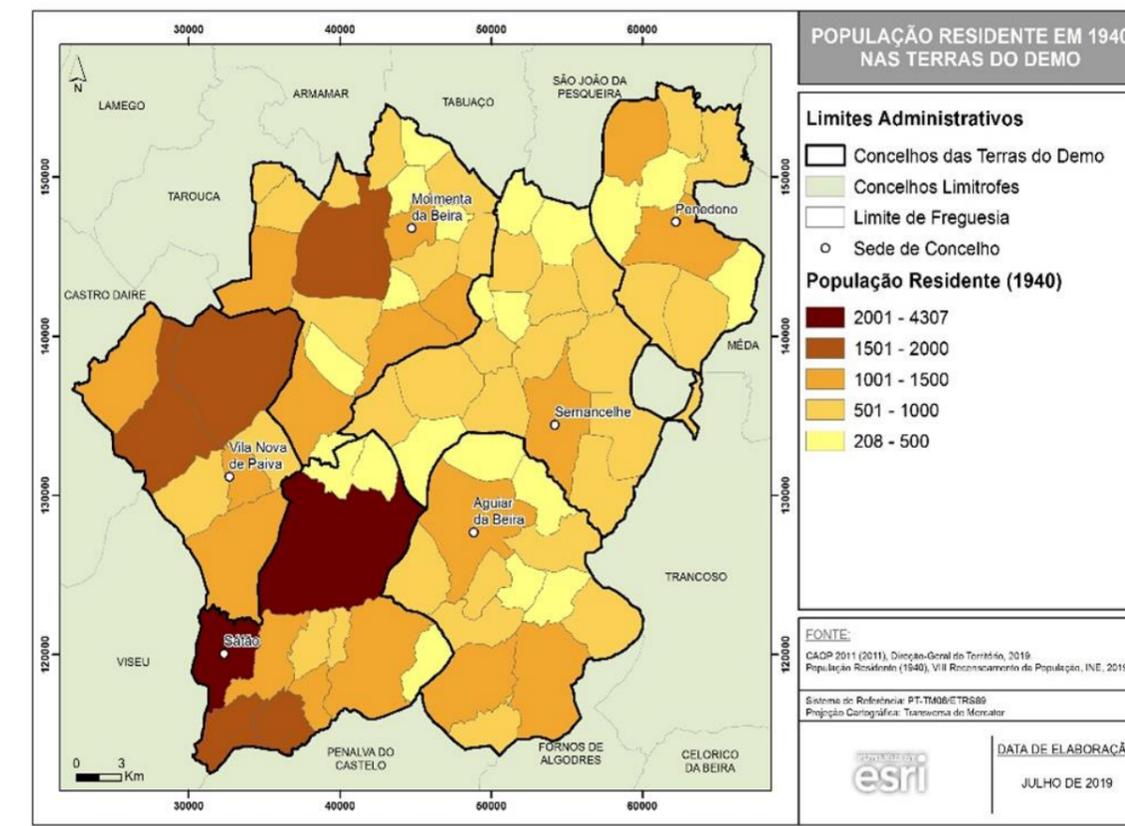
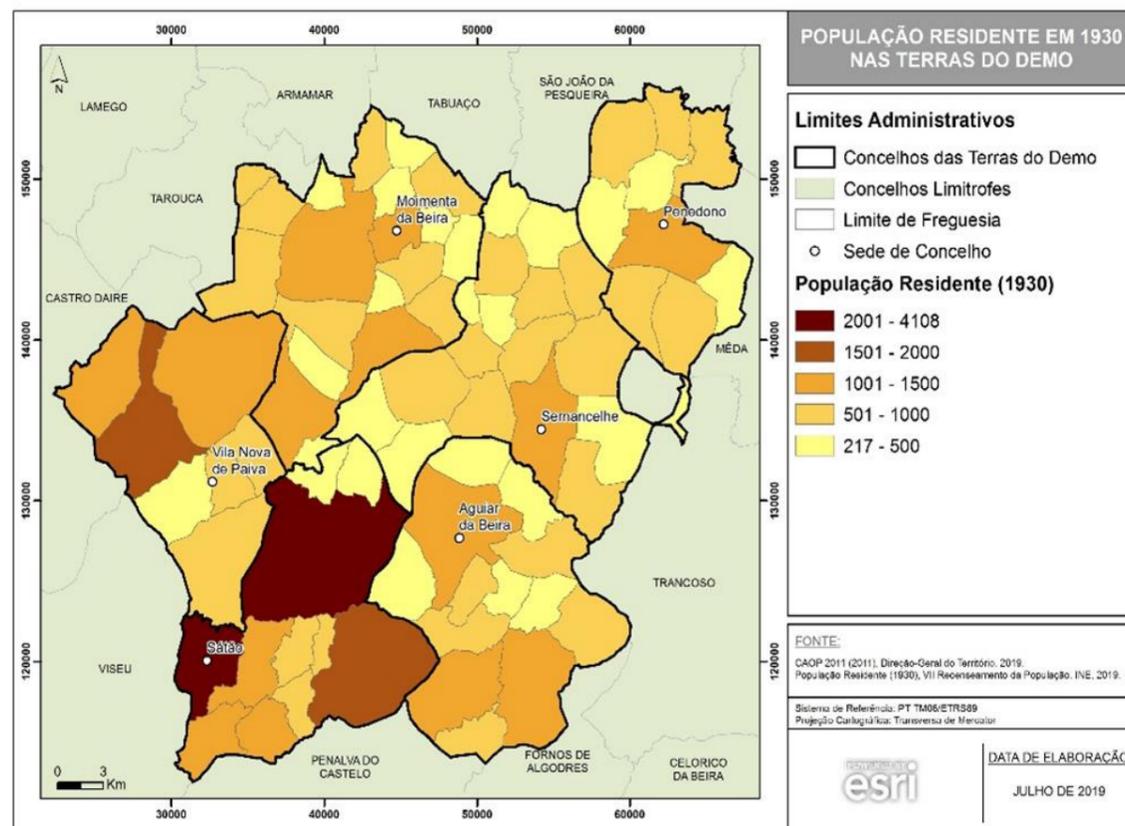
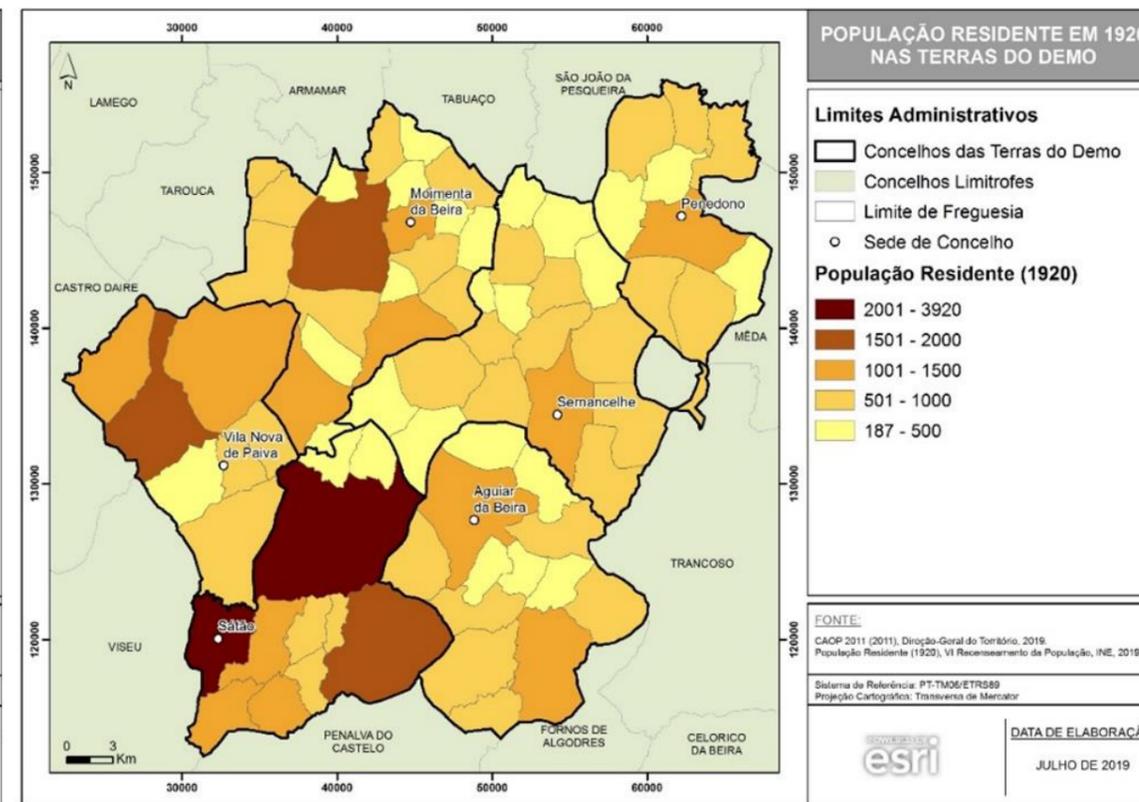
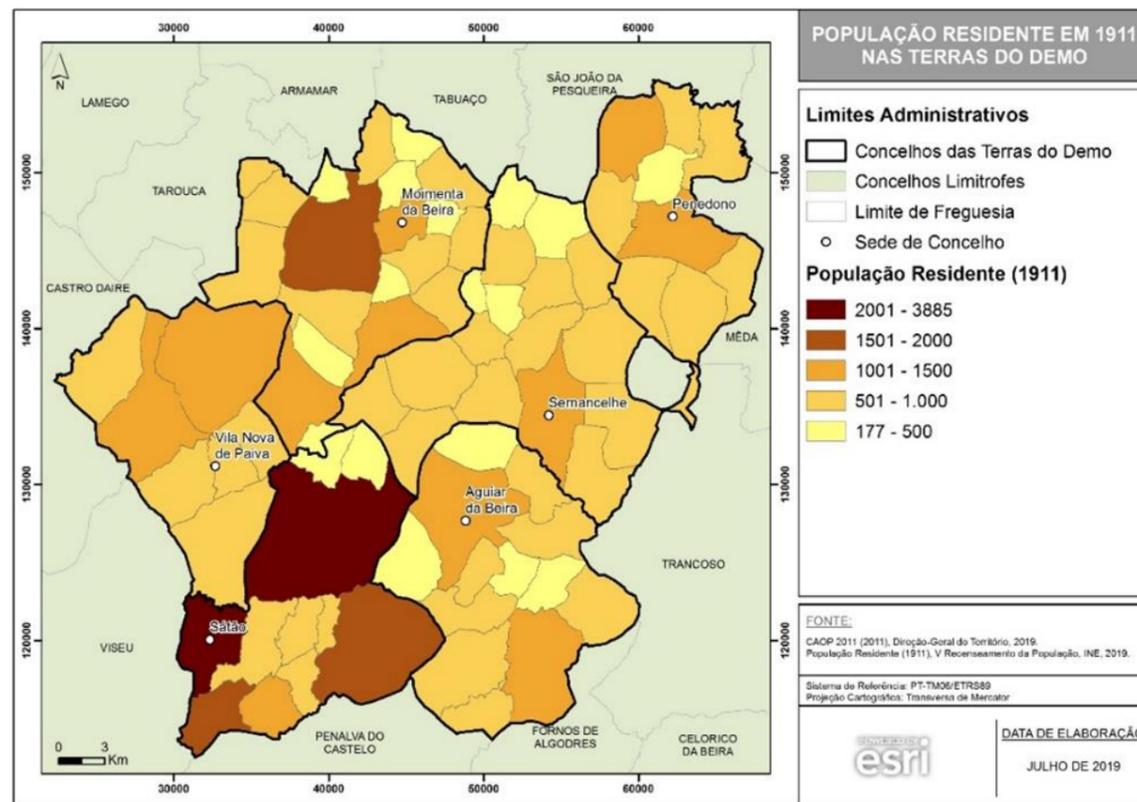
Fonte - Recenseamento Geral da População 1911-2011, INE

Uma outra conclusão que também temos de destacar é o acréscimo populacional, em todos os concelhos, na década de 40 e 50, resultado da época mais áurea da exploração de estanho e volfrâmio, que captou muita mão de obra, não só da região como do país. Trabalhar nas minas, apesar dos riscos associados, era visto como uma forma de enriquecer e melhorar substancialmente a qualidade de vida das populações.

Contrariamente, a partir da década de 60, conforme já tivemos oportunidade de referir, devido aos fortes movimentos migratórios transoceânicos e europeus, todos os concelhos têm perdido população até ao último recenseamento.

O comportamento deste indicador não é homogéneo em todas as freguesias (Figura 45).





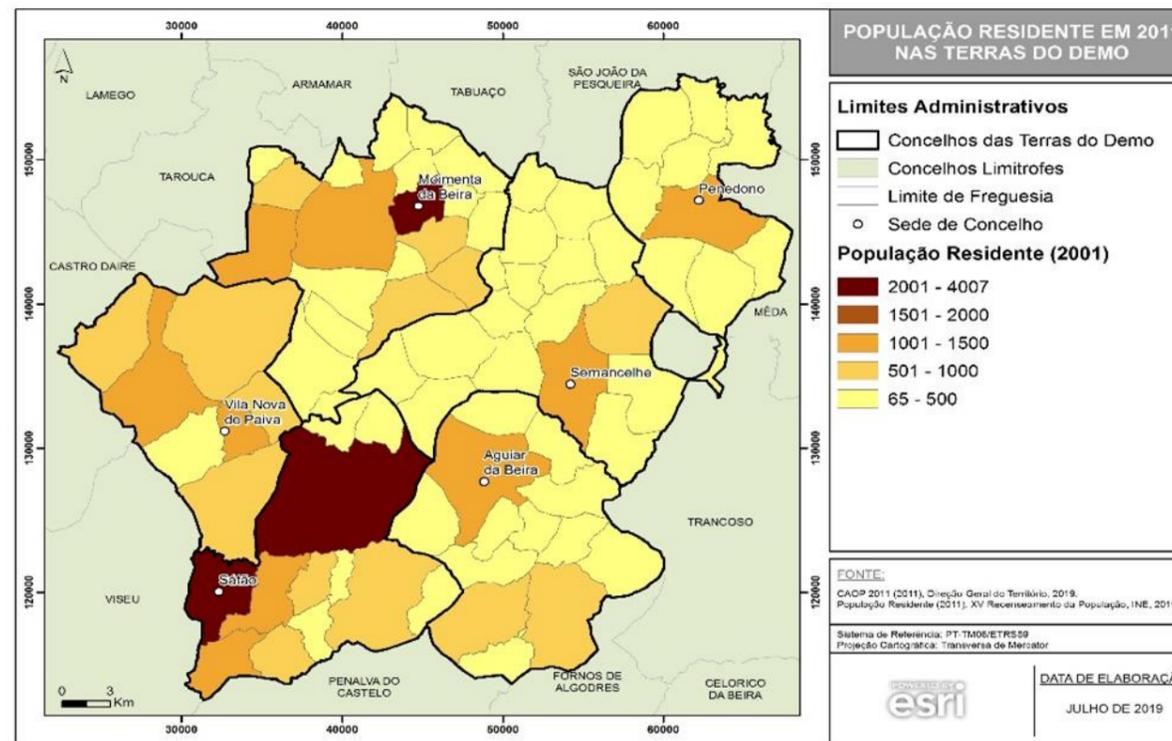
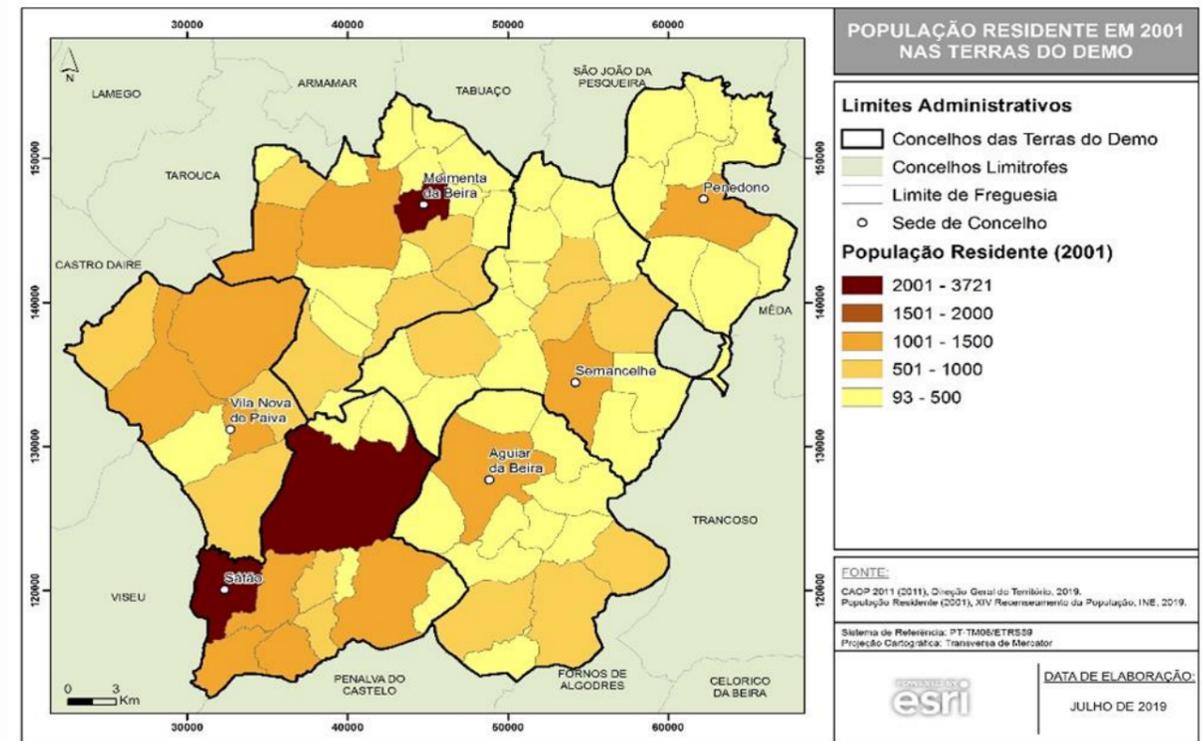
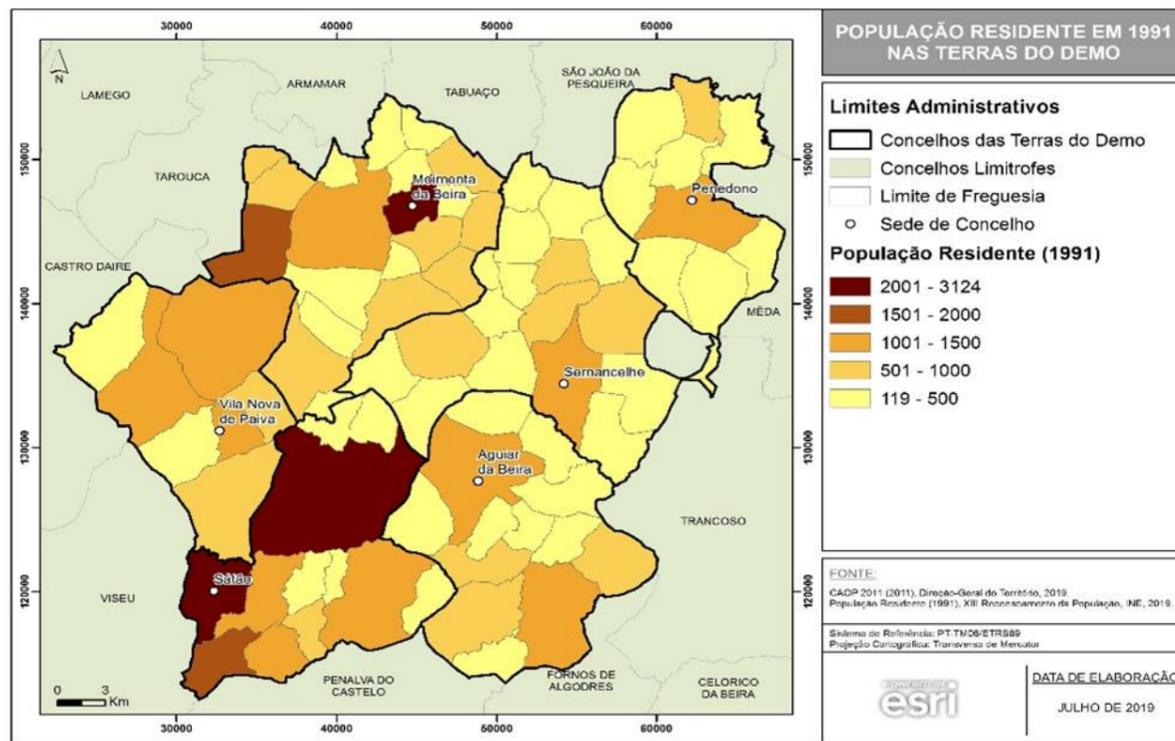


Figura 45 - População residente 1911-2011

Fonte - Recenseamento Geral da População 1911-2011, INE

Na maior parte dos concelhos, as freguesias que se localizam junto da sede são aquelas que apresentam maiores quantitativos de população residente.

Da análise dos cartogramas destaca-se a dinâmica mineira, que na década de 30 e 40, contribuiu para o crescimento da população das freguesias de Queiriga, Vila Nova de Paiva, Vila Cova a Coelheira, Touro e Fráguas.

A partir da década de 50 e mais notoriamente da década de 60, todas as freguesias foram perdendo população resultado dos grandes fluxos migratórios, quer internos, quer externos. A partir deste fenómeno o envelhecimento da população, resultado por um lado da quebra da natalidade, por outro da quebra da mortalidade, e a ausência de estratégias de fixação da população, mostram-nos um cenário de despovoamento progressivo em que Penedono e Sernancelhe, num século, perdem mais de 50% da sua população total. Mantendo-se ainda com alguma dinâmica positiva (mas comparativamente ao período em análise de perda populacional), pela sua proximidade a Viseu, Moimenta da Beira, Lamego e Guarda.

Ao analisarmos os valores relativos aos totais de população para 2001, verificamos que os concelhos com maiores quantitativos populacionais absolutos são os concelhos de Sátão (13 144 habitantes) e Moimenta da Beira (11 074 habitantes), sendo que Penedono é o concelho com os valores de população mais reduzidos (3445 habitantes), e cujas perdas populacionais são mais acentuadas para o período temporal considerado.

No entanto, a partir dos resultados relativos aos totais de população residente para os concelhos em análise constatamos que estes apresentam valores muito reduzidos de população residente, comparando com os restantes concelhos das respetivas sub-regiões: Moimenta da Beira, Penedono e Sernancelhe, quando comparado com os valores relativos à sub-região do Douro, na qual se enquadram para fins estatísticos, contribuem apenas com o total de 9%, para o valor total de população da sub-região em questão. Vila Nova de Paiva, Sátão e Aguiar da Beira representam, em conjunto, sensivelmente 8% do total de população residente em 2001 da sub-região da qual fazem parte, ou seja, Dão-Lafões.

Concluimos então tratar-se de concelhos com baixos quantitativos populacionais e em franco processo de regressão, se atendermos à variação da população entre os diferentes períodos censitários (Figura 46).

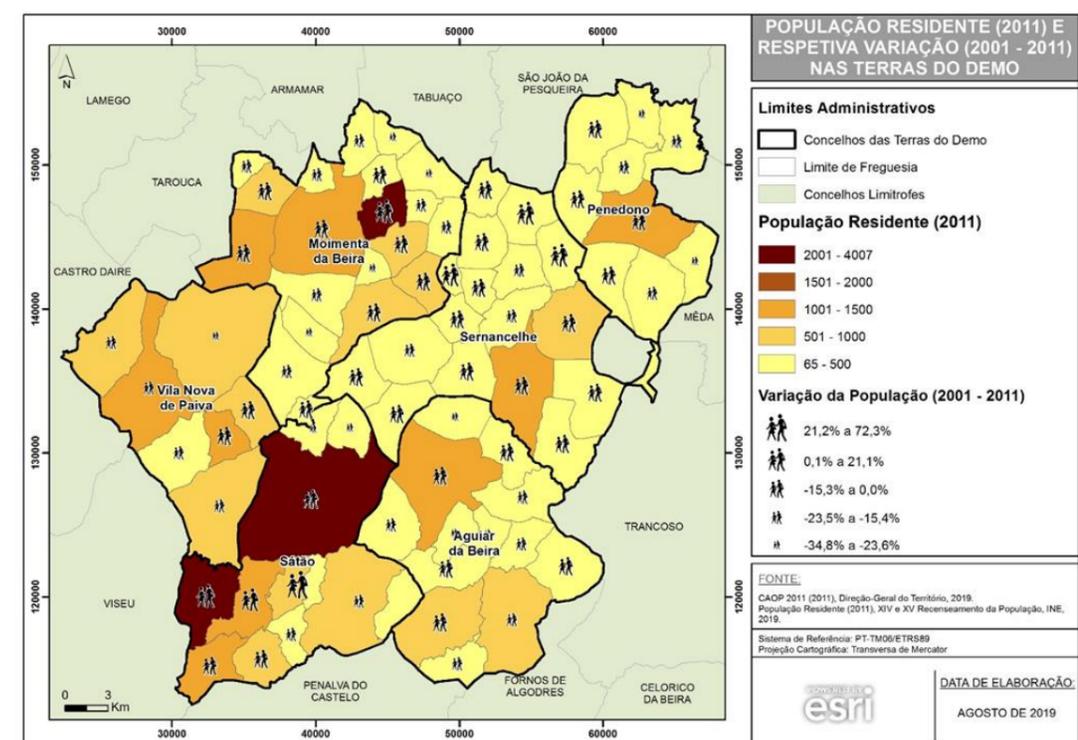
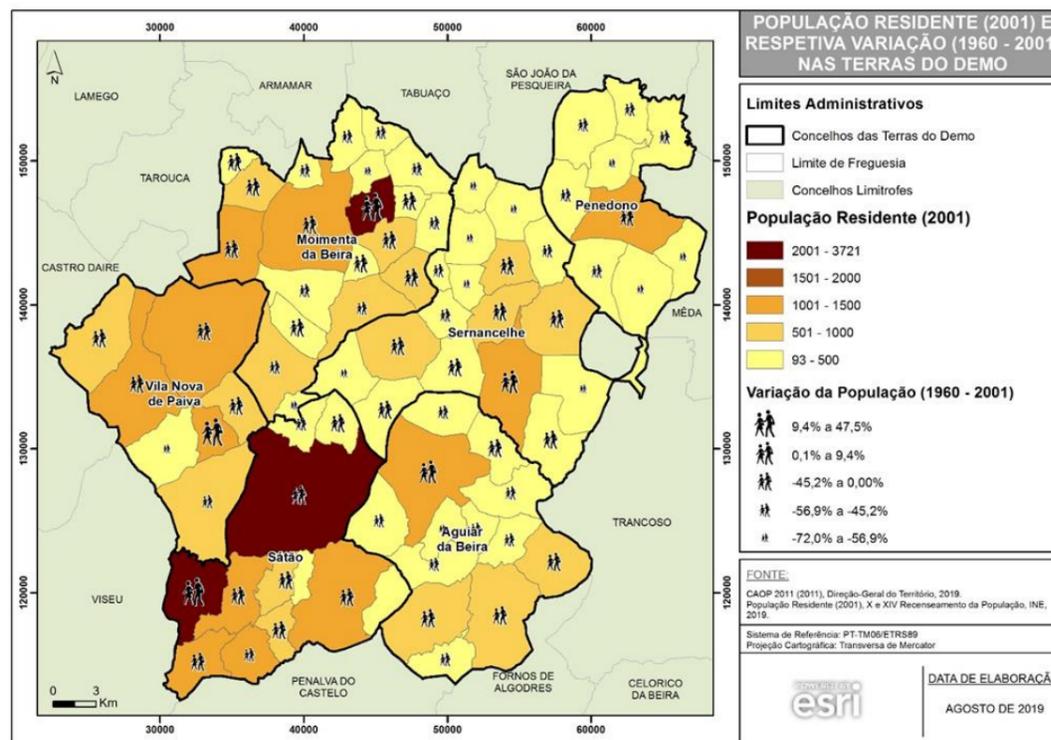
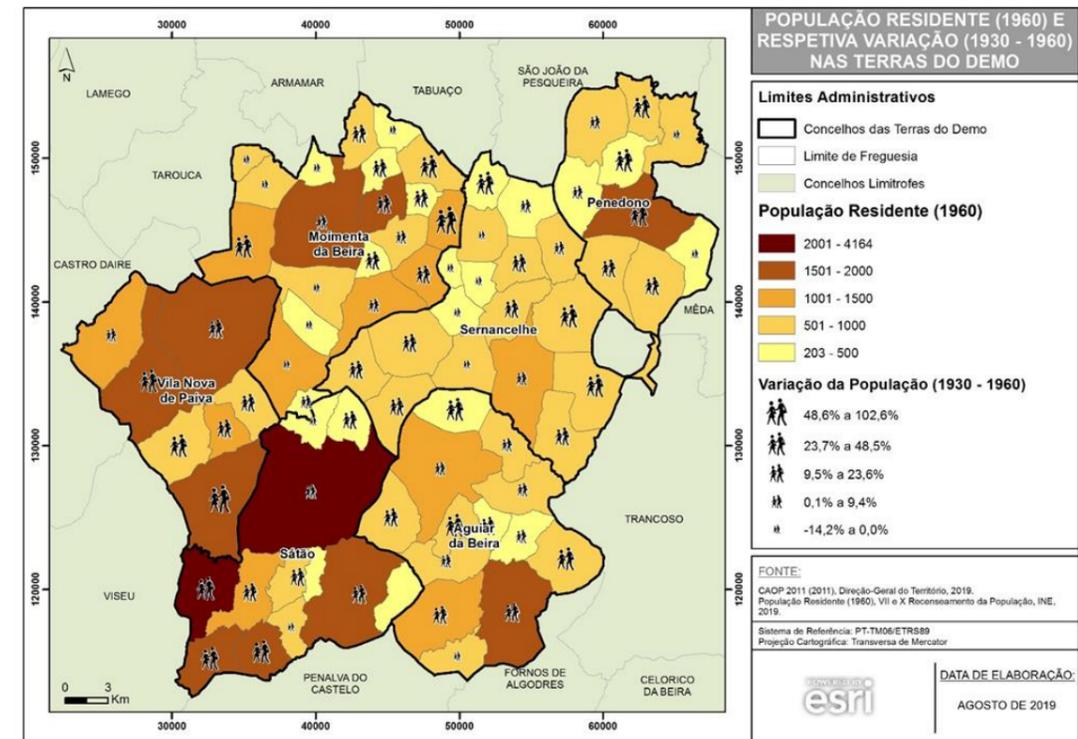
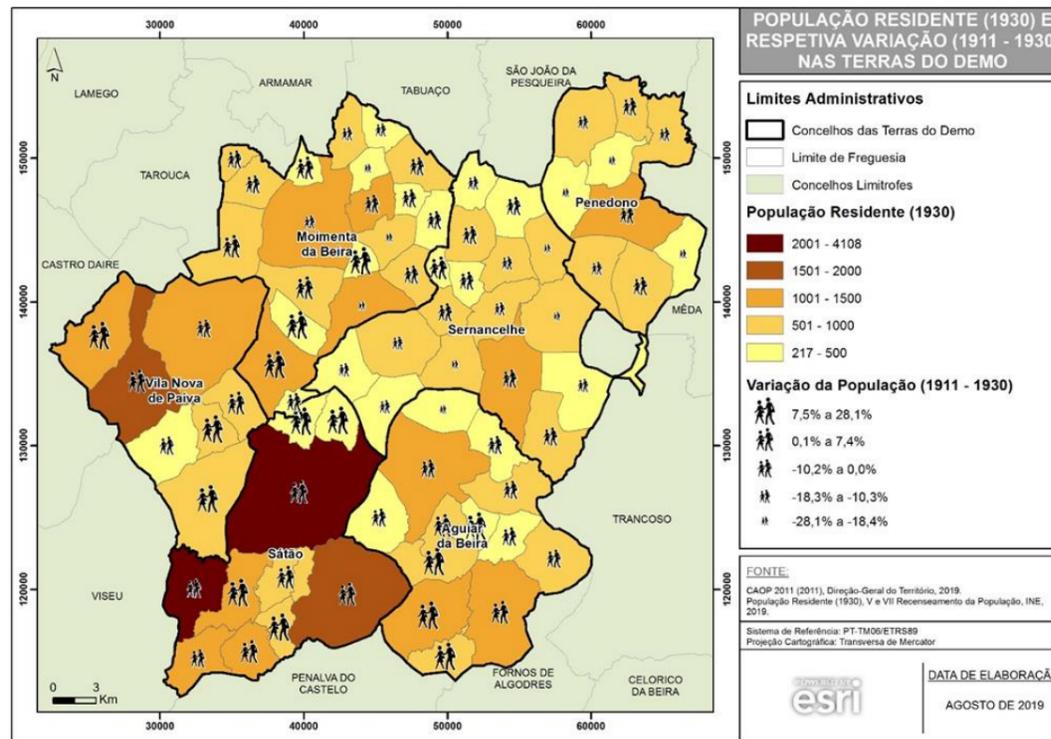


Figura 46 - Variação da População 1911-2011

Fonte - Recenseamento Geral da População 1911-2011, INE

Assim, ao analisarmos a variação da população residente nos períodos intercensitários, mais recentes (2001 e 2011), confirmamos esta realidade, uma vez que todos os concelhos perderam população: Aguiar da Beira (-12,39%), Moimenta da Beira (-7,9%), Penedono (-14,1%), Sátão (-5,33%), Sernancelhe (-8,93%) e Vila Nova de Paiva (-15,71%).

Em Aguiar da Beira, todas as freguesias perderam população destacando-se Gradiz com -25% e Valverde com -24%. No concelho de Moimenta da Beira, à exceção da freguesia de Moimenta da Beira com uma variação de 20,23%, todas as freguesias diminuíram os seus quantitativos populacionais. Um dos concelhos, cuja realidade demográfica é mais preocupante é Penedono, que tem cerca de 50% das suas freguesias com valores superiores a -15% de variação de população. No concelho de Sátão, apenas a sede concelhia tem variação de população positiva (7,69%). Em contrapartida as freguesias de Forles e Águas Boas apresentam valores de -31,11% e -23,5%, respetivamente. No concelho de Sernancelhe apenas a freguesia de Ferreirim tem valor positivo (21,05%) e, em Vila Nova de Paiva, todas as freguesias perdem população, apresentando Touro um valor de -26,3%.

Esta diminuição dos quantitativos populacionais não é mais do que a confirmação da escassez de dinamismo económico e social destes espaços que conduz, por vezes, à saída da população. No entanto, este decréscimo pode ser encarado sob duas perspetivas distintas: a saída de população através de movimentos migratórios, internos e externos; e por outro lado, a diminuição da população justificada pela elevada taxa de mortalidade, fruto do envelhecimento populacional acelerado, assim como a diminuição da taxa de natalidade diretamente relacionada com a diminuição da população.

Esta realidade que à escala do concelho parece uniforme, no que diz respeito à evolução da população residente, quando analisada a nível da freguesia, assume comportamentos díspares, destacando-se uma maior concentração populacional nas sedes de concelho e uma perda exponencial de população nas freguesias rurais.

Os movimentos migratórios internos e externos não são alheios a esta situação e desde sempre foram um dos principais fatores de perdas populacionais, das regiões do interior no geral e, das **Terras do Demo**, em particular.

Na região da Beira existiu durante muito tempo um recrutamento de trabalhadores, sazonais, que se deslocavam para o Sul do país, nomeadamente para o Alentejo, onde faltava mão-de-obra local, para trabalhar na agricultura.

O angariador local estabelecia contactos pessoais de modo a poder fornecer um grupo de trabalhadores aos engajadores que vinham de fora e que, de aldeia em aldeia, juntavam os homens e mulheres necessários ao cultivo das regiões dos latifúndios do sul.

Num trabalho realizado por Trindade, a autora refere que se ia *por dez meses – um período designado por invernada – e com quem pagava melhor. O restante do ano era passado na terra, junto das famílias; no mês de Setembro, o ciclo recomeçava num verdadeiro movimento pendular* (TRINDADE, 1976, p. 991).

Paralelamente a estes fluxos externos, o êxodo rural marca fortemente os movimentos migratórios destes territórios. Podemos ver a materialização destes comportamentos migratórios na paisagem não só no que ao despovoamento diz respeito, mas também no que se refere às próprias construções de habitação, que mais não são do que o reflexo da arquitetura dos países de acolhimento, provocando uma descaracterização das paisagens aquilínias (Figura 47).



Figura 47 - Casa Típica Beirã e Casas de Emigrantes, Rio de Moinhos

Fonte - Própria (2019)

Seguindo a tendência do interior do país, as **Terras do Demo** têm sofrido um decréscimo populacional gradativo ao longo das últimas décadas. Esta perda populacional resulta fortemente de surtos migratórios.

Na obra *Quando os Lobos Uivam*, Aquilino Ribeiro apresenta as causas e as consequências deste fenómeno:

(...) àquela altura já se havia de andar a semear o milho nas terras de sequeiro, mas o codo não permitia. O calendário há muito que não regulava. Noutros tempos, chegado o mês da Páscoa, cantava o cuco e recantava. Quem o ouvira? O solo não produzia, cansadinho, cansadinho a mais não poder! Chamavam a Portugal a nação das sete sementes como ao mundo do Cristo o mundo dos sete pecados. Qual, quando se semeava um alqueire e se colhiam quatro, era um

louveiro. Também ninguém mais queria amanhã a Terra. O solo era negro e sujava as mãos. A gente boa sumia-se na emigração (RIBEIRO A. , 1958, p. 29).

Numa primeira fase até à década de 50 do século XX, fluxos intercontinentais para países como o Brasil e os Estados Unidos, numa segunda fase a partir da década de 60 para a Europa em que países como Suíça, a França e o Luxemburgo se destacam.

A emigração foi um movimento que desde cedo caracterizou os movimentos destas populações. Aliás a aldeia mais francesa de Portugal localiza-se nas **Terras do Demo** em Vila Nova de Paiva, Queiriga.

Queiriga, no concelho de Vila Nova de Paiva, foi um case study, porque nas décadas de 60 e 70 se tornou a localidade de Portugal de onde saíram mais emigrantes para França.

Terra pobre, com casebres rasteiros em granito, material de construção mais abundante, como anteriormente referimos, e telhados de colmo, viviam as suas populações do amanho da terra e da terra safara e das minas da Lousadela, em Queiriga atualmente abandonadas, a três km, exploradas pelos ingleses, onde trabalhavam de sol a sol, duramente e de forma mal paga com terríveis condições de trabalho.

Avara, a terra, madrasta, a Pátria, os seus filhos partiram, um a um, a salto para a longínqua França.

O governo, envergonhado com o êxodo migratório que se fazia sentir um pouco por toda a parte, proibiu a emissão de passaportes pelos governos civis, levando este povo humilde e em massa a entregar-se nas mãos dos “passadores”, que os levavam clandestinamente, pela calada da noite, amontoados na carga fechada das Peugeot 203 até às faldas dos Pirenéus onde eram despejados, a tiritar de

frio, com a sacola ao ombro e as chancas nos pés de meias de Alvite calçados e, perante o dedo apontado que dizia “É ali, a França!” lá desciam, aos tropeções, por aquela agreste montanha, até Pau onde, em geral, iam trabalhar para os mais difíceis mesteres, mas e nomeadamente, para a cultura e apanha da beterraba.

Sem “permis de séjour”, com um posto consular de 2 funcionários entretanto encerrado pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, viviam em “bidonvilles” e, assim que podiam, subiam ao Consulat Général de Portugal à Paris (Rue Edouard Fournier, Paris XVI^e) para, em filas intermináveis, na longa e fria noite invernosa da capital, chegarem ao guichet salvador que lhes conferiria a autorização de permanência.

Estes emigrantes da 1^a geração, os dos anos 60, passaram de Pau, departamento 64 ao “banlieue” de Paris, o 91, e em poucos anos, mais de um milhão, tornaram-se a maior fonte de divisas do Estado português, ascendendo em França social e profissionalmente pela sua tenacidade e suas indómitas qualidades de trabalho.

Vieram os emigrantes da 2^a, da 3^a geração... Mas essa História está por contar. Verdadeiros “laparotozinhos do planalto” lançados no bréu dos Pirenéus em busca da vida que Portugal lhes negou... viveram uma imensa e heroica saga (NETO, ruadireita, 2015).

Estes movimentos resultam da ausência ou da desadaptação das infraestruturas produtivas, caracterizadas por uma agricultura tradicional muito obsoleta, com utilização de técnicas extremamente arcaicas, cujos terrenos de cultivo também não apresentam dimensões que se coadunem com explorações de tamanho suficientemente capaz de ser o garante da sustentabilidade económica das famílias. O tecido industrial, é também ele pouco inovador, com expressas dificuldades em colocar os produtos nos circuitos económicos a preços competitivos. O desmantelamento do complexo mineiro de

Queiriga, foi também, associado a todos os outros que referimos, um fator que motivou a emigração da população.

Como afirma SANTOS (1991):

A evolução do fluxo migratório do distrito de Viseu algo diferente daquela que se encontra, salvaguardando a sua identidade de características, nos restantes distritos da Região Centro. Esta singularidade de evolução assenta na comparação entre o período predominantemente transoceânico e o período de maior importância do destino Europa. Note-se que, enquanto de 1960 a 1969 todos os distritos da Região Centro registam um aumento espetacular no número de emigrantes, o mesmo não veio a acontecer em Viseu. Este distrito apresenta uma certa regularidade, permitindo uma equiparação de quantitativos entre o movimento transoceânico e o intraeuropeu. O distrito de Viseu revela uma maior predisposição emigratória, anterior a do restante território da Região Centro, não sendo tão radicais, as modificações da década de sessenta, em termos de emigrado (SANTOS, 1991, p. 323).

No território em análise destacamos o comportamento de Vila Cova a Coelheira e Queiriga. No primeiro caso o grande surto de emigrantes deu-se para o Brasil, de modo particular para se fixarem no Rio de Janeiro e regiões circundantes. Foram nascendo, progressivamente colónias, bem estruturadas, das quais ainda hoje subsiste a de Duque de Caxias, que é chamada segunda Vila Cova. A atividade profissional desta população é exercida maioritariamente em padarias e outro tipo de comércio que para além do pão, vendem produtos de mercearia. Estes emigrantes tiveram um papel de extrema importância no desenvolvimento do território de partida. A título de exemplo *Quando Vila Cova precisou de eletricidade, abriu-se uma subscrição no Brasil para consegui-la. A construção do santuário da Nossa Senhora da Paz também se deve a estes portugueses, brasileiros (...)* (TRINDADE, 1976, p. 992).

No caso de Queiriga, a época áurea do minério, que permitiu riqueza e ascensão social, mas que, no entanto, não foi aproveitada convenientemente a nível local, foi tão efémera a sua chegada como a sua partida. Assim, a partir da década de 60:

(...) cerca de 1000 pessoas deixam Queiriga, sobretudo com destino a Pau e Orsay, em França. Pelo seu número, equilíbrio e repartição por sexos, escalonamento de idades, coesão interna e padrões de vida, poderia considerar-se este grupo como uma subcomunidade em território francês (TRINDADE, 1976).

Primeiro iam os chefes de família, trabalhar nas obras ou na agricultura, seguiam-se familiares, amigos, que pediam ajuda para partir e, paulatinamente, toda a família se juntava em França. Eram em tal número que formaram uma comunidade com características tipicamente portuguesas e transportaram para Orsay a cultura portuguesa, formando uma comunidade autárquica.

Em Queiriga a casa dos “franceses” (Figura 48) permitiu que o território perdesse parcialmente o seu cariz rural, como forma de ostentação e poder económico, no entanto, apenas em agosto a aldeia ganha vida e as casas abrem portas e janelas para que todos possam entrar.



Figura 48 - Casa de Emigrante Queiriga

Fonte - Própria (2019)

Nas freguesias caracterizadas pelo elemento geográfico da Serra, como Leomil, Alvite e Pêra Velha, as densidades populacionais são menores (Figura 49), fruto não só da especificidade física do espaço, mas também de uma ruralidade cada vez mais retalhada e envelhecida. Este envelhecimento reflete, também, o baixo poder de atratividade deste espaço, caracterizado por um forte êxodo rural. Podemos apontar ainda a sua interioridade e as suas características de montanha como fatores que contribuem significativamente para a diminuição da sua população.

À semelhança do que acontece no território nacional, a população destes concelhos encontra-se na encruzilhada entre um envelhecimento e despovoamento no interior, e a concentração crescente nas sedes concelhias, e nas grandes cidades o que se traduz, como poderemos verificar, num aumento da densidade populacional, nestes territórios.

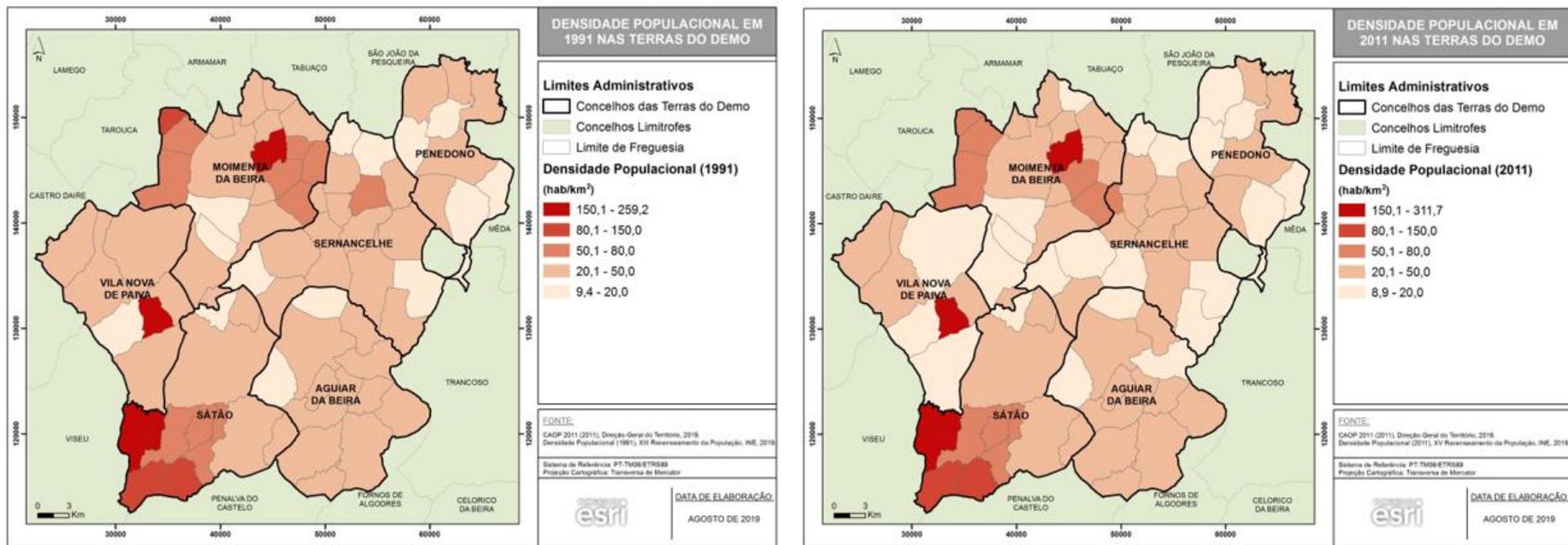


Figura 49 - Densidade Popucional 1991 – 2011

Fonte - Recenseamento Geral da População 1991-2011, INE

O contexto demográfico atual permite-nos conjecturar sobre uma dinâmica de declínio populacional evidente, relativamente ao crescimento natural (diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos ocorridos numa determinada população num período de tempo determinado).

Conforme já tivemos oportunidade de referir, estes territórios debatem-se com um franco declínio populacional. O concelho de Vila Nova de Paiva apresenta perdas de população na ordem dos - 6%. Apenas Aguiar da Beira e Moimenta da Beira se aproximam de um valor positivo, -1,6% e -0,9%, respetivamente.

A perda populacional da maior parte destes concelhos pode também ser justificada por dinâmicas relacionadas com movimentos migratórios. O fenómeno migratório fustiga estes territórios desde a década de 60 - 70, numa primeira fase, num fluxo transoceânico; numa segunda em movimentos que se espacializam em êxodos rurais, quer para as cidades do litoral, quer para os núcleos urbanos contíguos, muitas vezes apenas para trabalhar, originando movimentos pendulares diários.

Já na década de 60, Aquilino, na sua obra *Terras do Demo*, colocava em evidência esta situação de abandono e de fuga destes territórios em busca de melhores condições de vida, quer para o estrangeiro quer para outros locais dentro do território nacional: (...) *andou com a arte debaixo do braço por França e Aragança, Lamego, Pinhel, Guarda (...), (...)* *ali na bruta serra, sem andar de taleiga às costas Brasil vai, Brasil vem, se fez riqueza (...)*, (RIBEIRO A. , 1983, p. 16).

Associado a esta inércia em termos de crescimento populacional, encontramos em todos estes concelhos uma população extremamente envelhecida. O índice de envelhecimento (relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas compreendidas entre os 0 e os 14 anos), nestes territórios assumem valores superiores a 200% que ultrapassam em muito a realidade média nacional (153,2%), para 2017.

Quando nos debruçamos sobre o nosso território, verificamos que o índice de envelhecimento tem vindo a crescer de modo exponencial, havendo alguns concelhos que numa década viram duplicar o seu valor. Esta realidade será também agravada e diretamente influenciada pelo aumento da longevidade das populações fruto das alterações ocorridas nos cuidados básicos de saúde e da melhoria substancial da qualidade

de vida das populações, dificultando assim a tarefa de redução do índice de envelhecimento das populações (Quadro 14).

Quadro 14 - Índice de Envelhecimento e Saldo Natural

	2001		2011		2017	
	Índice de Envelhecimento	Saldo Natural	Índice de Envelhecimento	Saldo Natural	Índice de Envelhecimento	Saldo Natural
Portugal	101,6%	7682	125,6%	-5992	153,2%	-23604
Aguiar da Beira	162,9 %	-35	241,8%	-76	304,2%	-106
Moimenta da Beira	116,2%	-39	159,2%	-31	207,3%	-56
Penedono	177%	-13	209,6%	-23	260,3%	-38
Sátão	121,1%	-20	166,6%	-96	223,1%	-62
Sernancelhe	136,6%	-31	202,7%	-34	261,3%	-55
Vila Nova de Paiva	130,5%	-5	196,2%	-38	239,6%	-25

Fonte - Recenseamento Geral da População, 2001, 2011 e 2017, INE

Como podemos verificar, pela análise dos dados presentes no Quadro 12, o envelhecimento demográfico é uma realidade nas **Terras do Demo**. Não é um fenómeno recente, mas que se tem vindo a agravar a cada período censitário que passa. Aguiar da Beira apresenta 304% de Índice de Envelhecimento e todos os outros concelhos, valores superiores a 200%, acompanhados de um saldo natural negativo, é uma situação que a curto e médio prazo, se não forem tomadas medidas de promoção de fixação de população, nomeadamente através da criação de emprego, as marcas do despovoamento pintalgadas em algumas das freguesias serão o quadro que teremos em todo o território analisado.

Estes valores de índice de envelhecimento vão ao encontro da distribuição da população por grandes grupos etários: jovens, adultos e idosos (Figura 50).

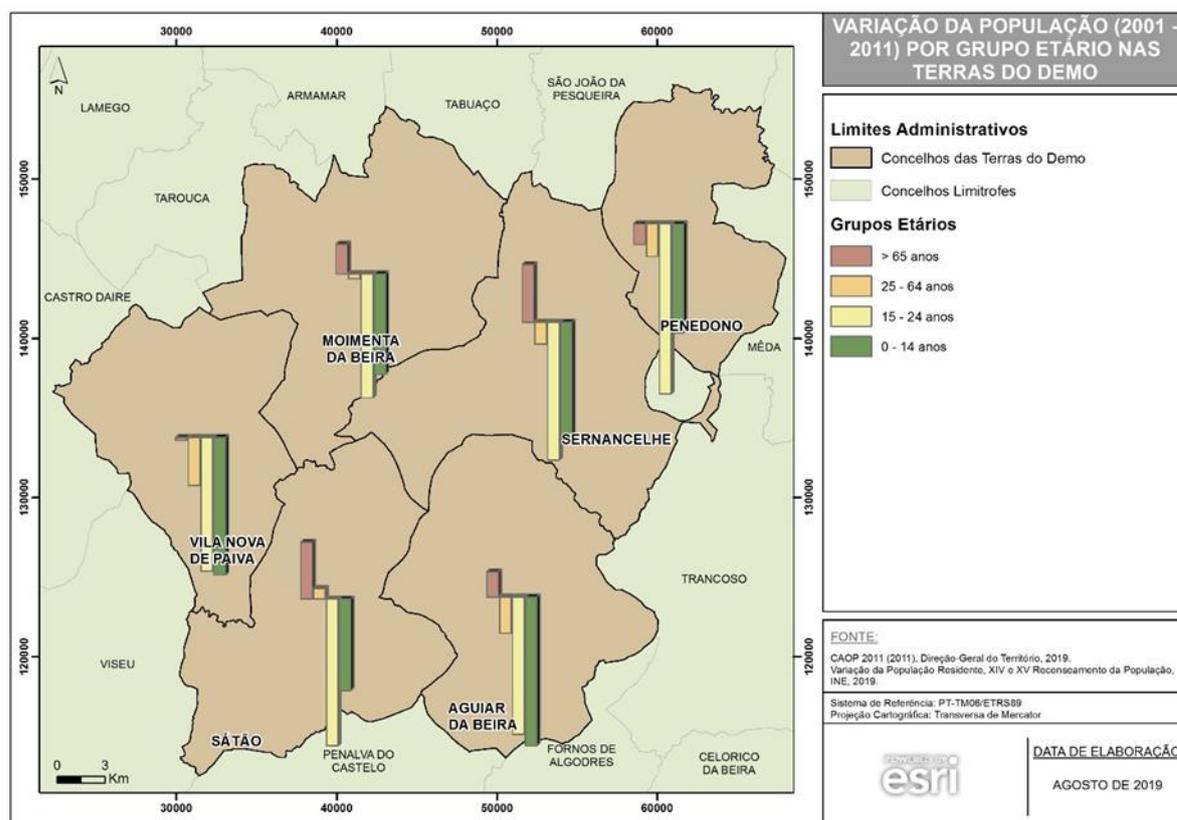


Figura 50 - Variação da população por grupos etários 2001-2011, nas Terras do Demo

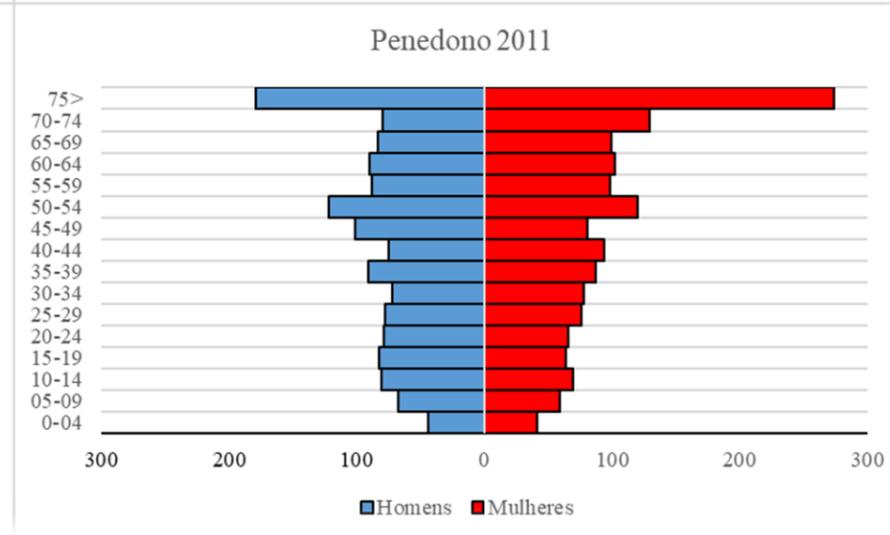
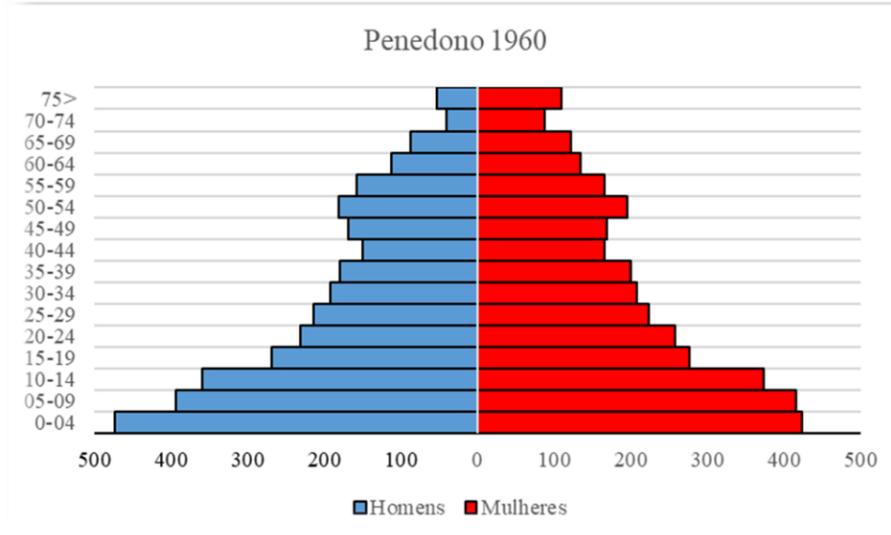
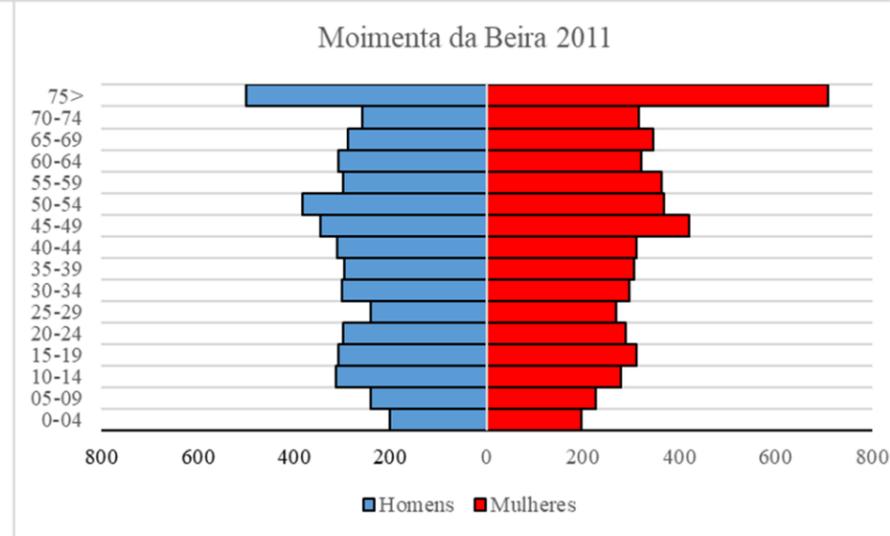
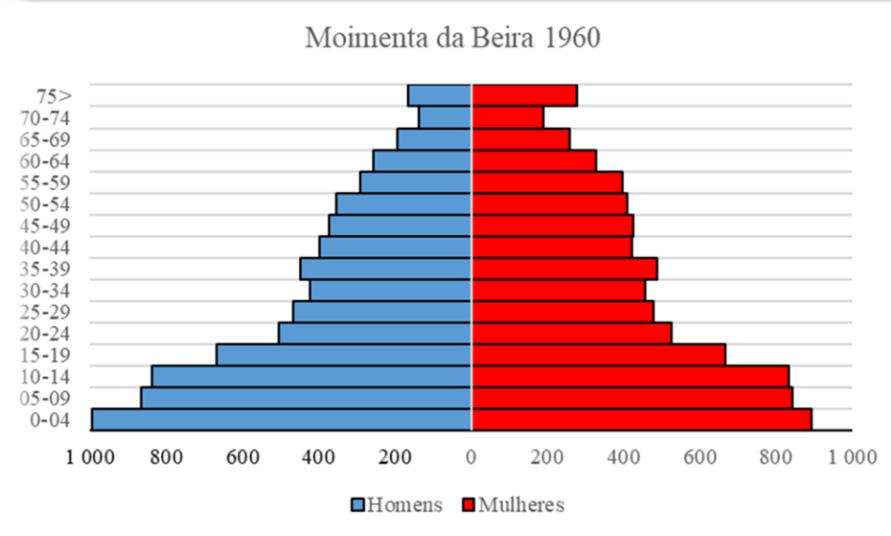
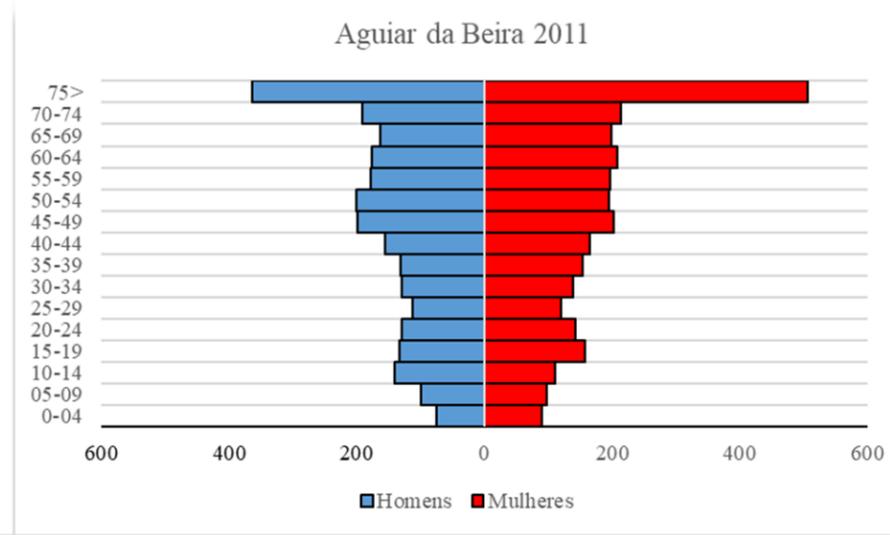
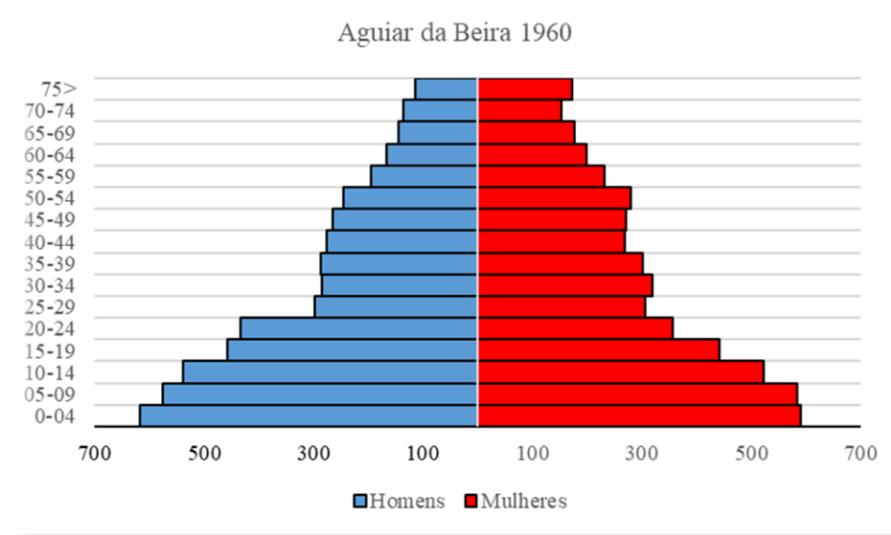
Fonte - Recenseamento da População 2001-2011, INE

Pela análise da Figura 43 verificamos que os grupos etários, dos 0 aos 14 anos, dos 15 aos 24 anos, dos 25 aos 64 anos, tiveram variações negativas, no período intercensitário, em todos os concelhos. Os idosos aumentaram em todos os concelhos à exceção de Penedono e Vila Nova de Paiva.

As idades registadas por uma determinada população são indicadores que nos podem auxiliar na compreensão das dinâmicas sociais e económicas existentes e, paralelamente, das suas necessidades mais prementes ao nível da resolução de alguns problemas. Assim as pirâmides etárias constituem um importante instrumento de análise da população quando nos estamos a referir à distribuição da população por classes etárias.

Ao compararmos a realidade apresentada nos Recenseamento da População de 1960 com o Recenseamento de 2011, a primeira realidade que se destaca é a inversão da pirâmide,

ou seja o duplo envelhecimento das populações dos seis concelhos em análise, pela base e pelo topo (Figura 51).



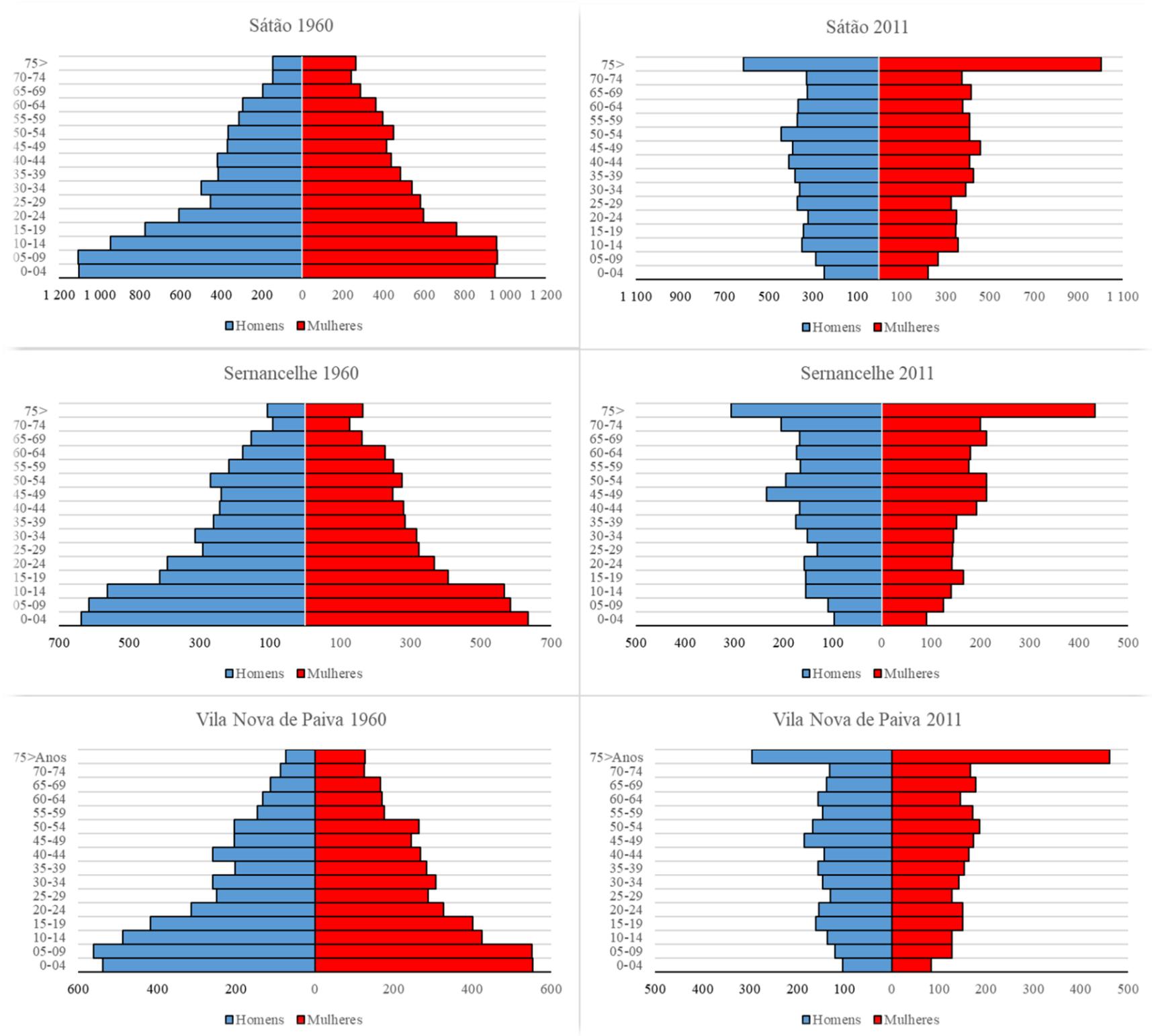


Figura 51 - Pirâmides Etárias, Terras do Demo, 1960 - 2011

Fonte - Própria (2019)

Demograficamente, este fenómeno justifica-se não só pela diminuição da natalidade, fenómeno que se inicia na segunda metade do século XX, mas também pelo aumento da esperança média de vida e do índice de longevidade.

Não podemos deixar de referir o regresso definitivo de um quantitativo significativo de emigrantes de primeira geração, que vieram aumentar os valores de população pertencente ao grupo dos idosos.

O processo de envelhecimento a que assistimos a elevadas taxas de analfabetismo, uma vez que a população mais idosa, na sua maioria, não possui sequer o ensino básico (Figura 52).

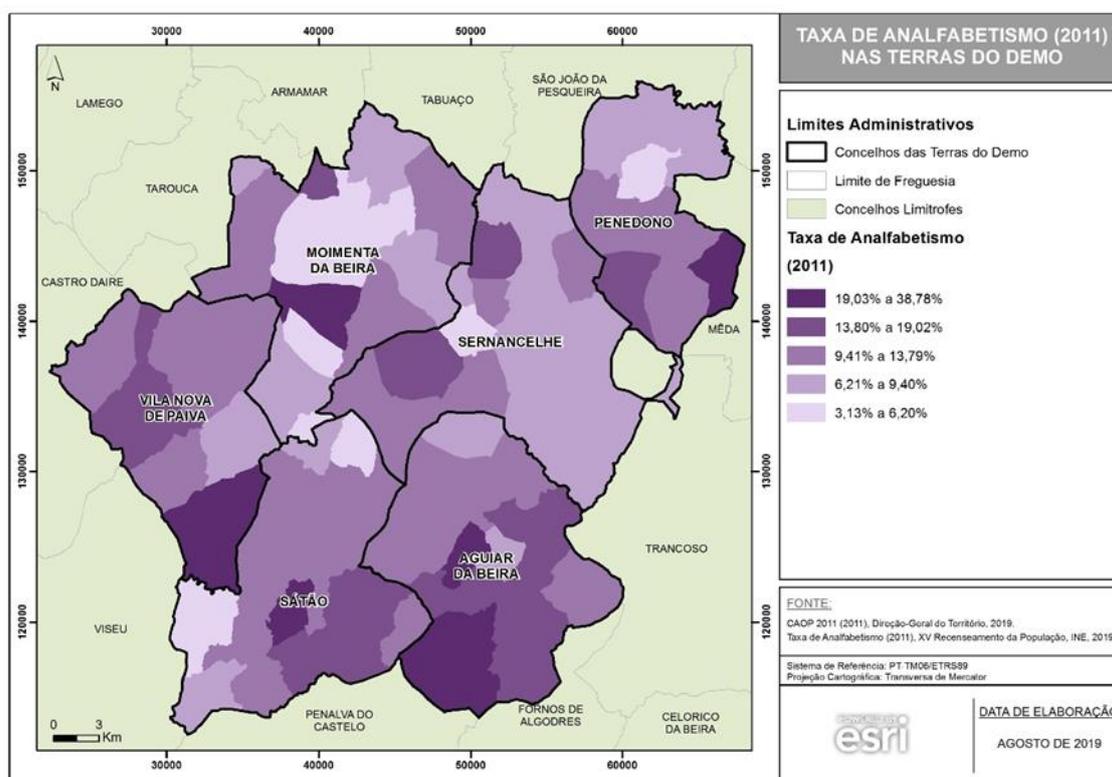


Figura 52 - Taxa de Analfabetismo (2011), nas Terras do Demo

Fonte - Recenseamento Geral da População, 2011, INE

As taxas de analfabetismo elevadas acabam por ser determinantes na ausência de setores de atividade económica que requeiram mão-de-obra mais qualificada.

A estrutura etária da população é um dos fatores que contribui para o quadro económico de uma região. Nas **Terras do Demo** a situação não é diferente.

2.1. Estrutura Económica da População

Após termos feito uma breve caracterização demográfica dos concelhos do presente trabalho, que nos permitiu chegar a algumas conclusões importantes, torna-se agora necessário complementar esta informação com uma análise essencialmente económica. Desta forma, procederemos à observação da distribuição da população por sector de atividade económica.

Nestes territórios, o sector primário desde sempre assumiu um peso preponderante, impondo-se como a base estruturante da economia regional e local,

(...) ano abundante de chuva, nabais, não podendo digerir a água muita, estavam derrancados com a potra. Os codos⁸ tinham também crestado as hortas, mas, vá que escape, os centeios lá iam pulando menos maus. Nos leiteiros fartos de beber, a erva torcia de sôfrega, podia cantar a seitoira. Bons princípios para os fenos, se o Abril viesse molhado como prometia o Borda d'Água. Era preciso ir acondicionando a moreia, que a terra ensopada tem duas vezes fome e não há esterco que a farte
(RIBEIRO A. , 1983, p. 91).

Estas populações eram autossuficientes pois o progresso estava longe e os rendimentos eram escassos.

A agricultura sempre teve uma importância muito grande, porque para além da ausência de outras atividades económicas, as populações também não tinham conhecimentos suficientes para exercer outro tipo de atividade mais complexa, do ponto de vista tecnológico,

(...) tenha ou não tenha vida deficitária, está preso em seu cepo de escravo ao primeiro elemento da alimentação, que lhe custa 100 escudos e orça no mercado a 30 escudos, pela mão de ferro de uma realidade irrefragável: é que não sabe fazer outra coisa. (...)
A fazendinha de regadio produzia-lhe o linho de que fazia os lençóis, a camisa, os sacos, as calças de verão e até a mortalha. As ovelhas davam-lhe a lã de que urdia o

⁸ Codos – geada.

burel em que talhava a andaina, a capucha, barrete e meiotos (...) confeccionavam ainda os botões, recortando-os dos chifres do gado (RIBEIRO, 1985, p. 89 e 123).

A agricultura era muito pobre e arcaica não só no que se refere à produção, mas também aos equipamentos utilizados. A escassez e a fome faziam parte do quotidiano destas populações:

(...) o Gil traz à tona da pele, nas centelhas que dadejam seus olhos zarcos, na polpa dos lábios trementes, apetite de lobo, filho da sua fome ancestral. (...) esfomeado o aldeão faz promessas a Santo António para ter caça, a rola, o gaio, o pombo bravo, o melro, o pato, todos em suma que ofereçam pábulo à dentuça. Se são pais ou a ninhada, adubam a panela; ovos, frigideira com eles (RIBEIRO, 1981, p. 192), (Figura 53).



Figura 53- Andor de Santo António (Moimenta da Beira)

Fonte – Própria, 2019

Não causa estranheza o facto de as populações procurarem melhores condições de vida e “fugirem” da atividade primária.

Após o grande surto migratório dos anos 60 e a crescente terciarização da economia, o sector terciário assume-se como sector económico preferencial em quase todos os concelhos, tendo a agricultura sido relegada para um segundo plano assumindo-se, em muitos casos, como atividade secundária de subsistência ou fator de rendimento complementar das famílias. A diminuição do peso da agricultura é visível na paisagem, através do abandono dos campos outrora cultivados e dos quais apenas restam muros construídos em granito pelos próprios agricultores. Esta tendência segue o padrão da dinâmica nacional em que, com base no último Recenseamento Geral da População, encontramos uma supremacia evidente do sector terciário, com cerca de 81,2 % da população, o secundário 26,5% e o primário apenas 3,1% (Quadro 15).

Quadro 15 - Distribuição da População por Setor de Atividade

	2001			2011		
	Sector 1º	Sector 2º	Sector 3º	Sector 1º	Sector 2º	Sector 3º
Portugal	5 %	35,1%	59,9%	3,1%	26,5%	81,2%
Aguiar da Beira	23,8%	26,5%	49,8%	12,7%	24,6%	62,7%
Moimenta da Beira	20,9%	21,9%	57,2%	11,4%	22,8%	65,8%
Penedono	26%	26%	47,9%	17,1%	21,6%	61,3%
Sátão	11%	38,6%	50,3%	5,3%	32,6%	62,1%
Sernancelhe	24,5%	30,7%	50,3%	5,3%	32,6%	62,1%
Vila Nova de Paiva	20,9%	27,1%	52%	9,8%	22,6%	68,3%

Fonte - Recenseamento Geral da População 2001 e 2011, INE

O sector primário tem vindo a decrescer progressivamente desde a década de 80, com uma descida mais acentuada na década de 90, em todos os concelhos considerados. Paralelamente à agricultura, a silvicultura e a pecuária eram os sectores que detinham uma maior percentagem

de mão-de-obra ativa. O território abundante em água de regadio, explica a capacidade de produção agrícola, nomeadamente no que diz respeito ao milho, batata, horticultura e centeio. No entanto, atualmente são poucos os agricultores cuja exploração agrícola se destina na sua totalidade para o comércio.

Dos concelhos considerados, Moimenta da Beira é o que apresenta uma maior percentagem de população no sector terciário e, em contrapartida, o concelho de Penedono é aquele cuja percentagem de população ao serviço do sector primário é mais relevante dentro do contexto em análise. Contudo, é necessário tecer algumas considerações no que concerne a esta realidade que, quando analisada à escala do concelho, pode mascarar as dissimetrias existentes, uma vez que, em todos os concelhos, apenas as freguesias correspondentes à sua sede assumam estes valores percentuais de população afeta ao sector terciário e secundário (Figura 54).

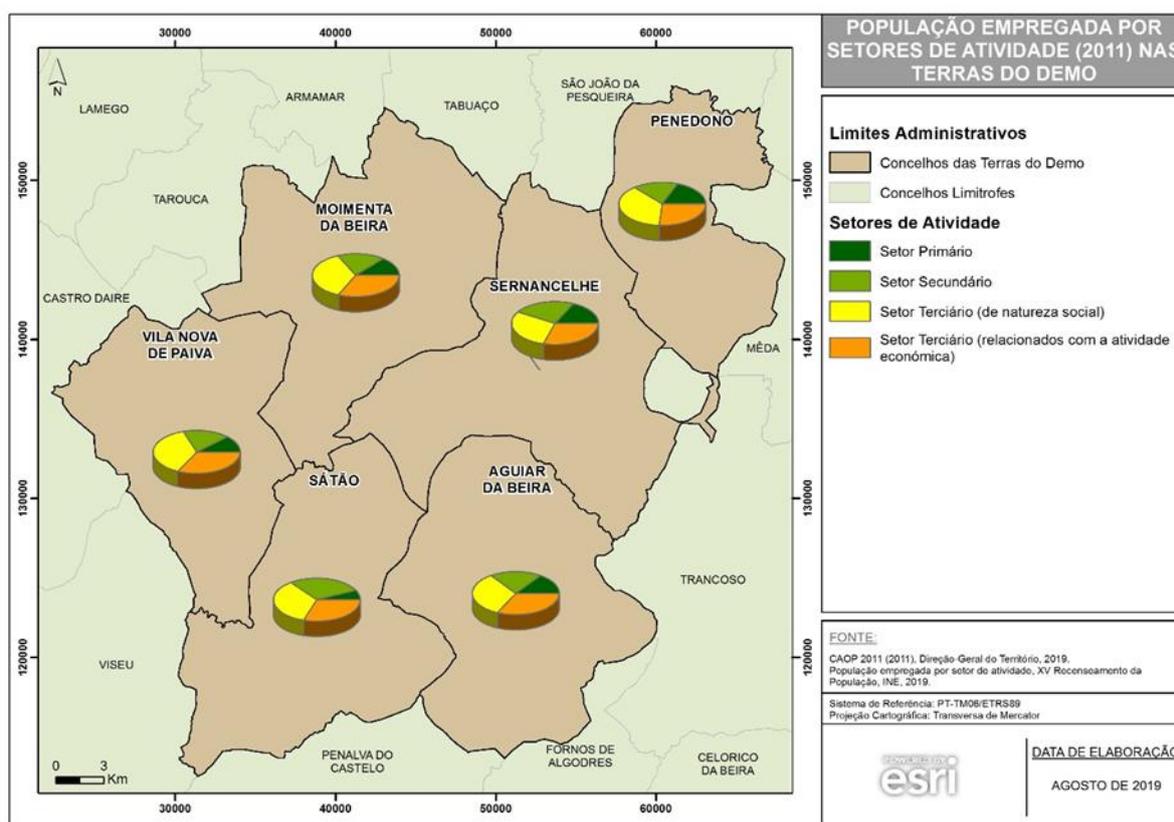


Figura 54 - População Empregada por Sectores de Atividade (2011), nas Terras do Demo

Fonte - Própria (2019)

Todas as freguesias rurais se destacam pelo peso preponderante da agricultura na sua economia local, (...) *como há um ano, há 20, há séculos, a aldeia bárbara saía a campo; morriam uns, nasciam outros, o fado de viver passava nela insensivelmente; o homem cumpria a sua missão de filho da terra* (...) (RIBEIRO, 1983, p. 43).

Falamos, contudo, de pequenos agricultores com elevados índices de envelhecimento ou de uma agricultura familiar, mas não podemos de forma alguma uniformizar estes valores, uma vez que estaríamos a deturpar completamente esta realidade.

No que se refere ao sector secundário, predominam essencialmente unidades industriais do ramo agroalimentar ou da extração e transformação de pedra (granito, um dos principais recursos naturais desta região), paralelamente à construção civil.

A análise social de um território tem de entrar obrigatoriamente em linha de conta com as fontes de rendimento das populações, já que é através do seu rendimento que podem ou não auferir de bens e serviços que lhes permite aumentar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

3. Síntese

A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam uns aos outros e evoluem, em conjunto, ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (D'ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004, p. 4). A compreensão da paisagem implica, o conhecimento de inúmeros fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua articulação, o que resulta numa realidade multifacetada.

No contexto do território europeu, a paisagem caracteriza-se pelo seu aspeto cultural, expressão dos diversos recursos naturais existentes, mas também da ação humana sobre esses mesmos recursos (D'ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004). A paisagem portuguesa apresenta uma forte diversidade, marcada por um conjunto de fatores, naturais e culturais que, em conjunto, incutem no território um mosaico paisagístico relevante (D'ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004), do qual se salientam e particularizam determinados aspetos únicos apenas identificáveis a uma escala local ou regional.

Na presente área de estudo podemos destacar duas unidades de paisagem distintas, uma associada ao Alto Paiva e Alto Vouga, outra às Serras da Lapa e Leomil (D'ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004).

A primeira delas associada ao Alto Paiva e ao Alto Vouga, caracteriza-se predominantemente por uma sucessão de longas encostas, de declive moderado a acentuado em vales fundos e por vezes encaixados. As encostas mais ou menos inclinadas encontram-se maioritariamente ocupadas por matas viçosas, predominando o pinheiro bravo e o eucalipto. Mais perto das povoações, ou onde os vales são mais largos e /ou o declive é menor, a agricultura sobre as vertentes, por vezes através da construção de socalcos, é uma marca característica.

Estes socalcos ainda hoje se encontram cultivados e mantêm-se com usos agrícolas intensivos e variados: cereais, pastagens, milho alguma vinha e árvores de fruto, por exemplo pomares de maçã de Bravo Esmolfe e os Castanheiros da Lapa, classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura (D'ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004, p. 51). Por vezes ao longo dos vales ou nas encostas, destacam-se inesperados afloramentos rochosos, normalmente grandes blocos graníticos.

As aldeias mantêm o traçado tradicional, são densas e concentradas, ainda com muitas casas e dependências de granito, bem conservadas com ruas empedradas também em granito, concebendo-lhes um aspeto bucólico ao mesmo tempo parado no tempo, alheio à modernização.

A segunda correspondente às serras da Lapa (955 metros) e Leomil (1009 metros), os traços predominantes em termos da paisagem prendem-se com características serranas relativamente atenuadas. As serras da Lapa e Leomil constituem maciços com altitudes significativas, contudo com formas pouco vigorosas, geralmente arredondados típicos dos relevos graníticos antigos.

A paisagem encontra-se salpicada por pequenas povoações de aspeto humilde ou mesmo pobre, a partir das quais ainda se verifica um tradicional pastoreio de cabras e ovelhas.

Trata-se essencialmente de paisagens que evidenciam uma forte ruralidade determinada pela sua situação periférica e de interioridade, condicionada fortemente pelas dificuldades de acesso, com particular relevância nas aldeias. Associado a este fator encontramos situações generalizadas de fraco dinamismo económico, relacionado com as baixas densidades populacionais verificadas.

Segundo BAPTISTA (2001), podemos classificar os espaços rurais tendo em conta dois indicadores distintos, a densidade rural e a percentagem de população ativa que trabalha na agricultura. Da aplicação destes dois critérios o autor apresentou quatro classificações possíveis de tipologias para estes territórios: **1) o rural de baixa densidade** (densidade rural média de 13 habitantes/km²); **2) o rural urbano** (densidade rural média de 165 habitantes/km²); **3) o rural agrícola** e o **rural da indústria e dos serviços**, ambos com uma densidade média de cerca de 60 habitantes/km². Segundo esta classificação os concelhos analisados encontram-se classificados como rural agrícola ou rural da indústria e serviços, onde a agricultura assume um peso preponderante nas freguesias rurais, e os serviços nas sedes concelhias.

A população não deve ser encarada apenas como um fator de formação, transformação e conservação da paisagem, mas também como um dos elementos essenciais das paisagens culturais (agrícolas, industriais, rurais, urbanas e mistas). Assim, se por um lado, a paisagem urbana é marcada fortemente pela presença de população (no trabalho ou lazer) e não só pelos elementos materiais que foram criados por ela. Por outro lado, a paisagem dos espaços rurais profundos caracteriza-se pela importância decrescente ou mesmo pela ausência da população, o que pode dar origem à paisagem de despovoamento, onde sobressaem as terras incultas, as alfaias e os prédios agrícolas abandonados (ROCA, 2005).

Nas últimas décadas, a sustentabilidade das paisagens agrícolas portuguesas, está em risco: por um lado, nas áreas rurais mais próximas às cidades de grandes e médias dimensões, devido à expansão urbana difusa, o uso agrícola tem de competir cada vez mais com outros usos do solo; a própria atividade, para se tornar mais rentável, torna-se mais especializada; a população natural dessas áreas passa a dedicar a maior parte do seu tempo a atividades fora da agricultura ou mesmo abandona essa atividade. Estes factos combinados podem conduzir à descaracterização da paisagem rural. Por outro lado, nos vastos espaços rurais profundos (CAVACO, 2004), o despovoamento e/ou envelhecimento da população agrícola ou mesmo no abandono dos campos. Fica assim evidente que as dinâmicas populacionais têm um papel primordial na transformação das paisagens agrícolas. Nestes territórios a atividade agrícola é abandonada, há poucas ou nenhuma alternativas à agricultura e assim a população mais jovem opta por partir para os centros urbanos nessas áreas ou litoral conforme já anteriormente referido.

Algumas medidas a tomar nestes territórios poderiam ter como objetivo estimular o desenvolvimento dos saberes tradicionais, incluindo o artesanato e a culinária, cuja sua fonte principal de transmissão são os agricultores mais idosos. Pode ser, assim, incentivada a produção de culturas tradicionais mediterrâneas de elevado valor comercial como a vinha, a oliveira e as plantas aromáticas/medicinais.

O que acontece frequentemente, e neste caso em concreto, é que dos campos agrícolas apenas subsistem os muros e as ruínas das casas que serviam de albergue às alaias agrícolas ou à criação de gado. (Figuras 55 e 56).



Figura 55- Terreno Agrícola Abandonado e Espigueiro Alhais

Fonte – Própria (2018)



Figura 56- Casas Agrícolas Abandonada Aguiar da Beira

Fonte – Própria (2018)

CAPÍTULO VI - TERRAS DO DEMO: O TERRITÓRIO LITERÁRIO DE AQLINO RIBEIRO

Circunscrito, adivinha-se, a indivíduos rudes, teve em mira este trabalho pintar dessas aldeias montesinhas que moravam nos picotos da Beira, olham a Estrela, o Caramulo, a cernelha do Douro e, a norte, lhes parece gamela emborcada o Monte Marão. O vale, que as explora, trata-as despiciamente por Terras do Demo. Sem dúvida, nunca Cristo ali rompeu as sandálias, passou el-rei a caçar, ou os apóstolos da Igualdade em propaganda. Bárbaras e agrestes, mercê apenas do seu individualismo se têm mantido, sem perdas, nem lucros, à margem da civilização”.

(RIBEIRO A. , 1992)

1. Os Territórios Literários e o Turismo

Desde o aparecimento da Carta de Atenas, em 1932, que assistimos, em grande parte graças ao papel interventivo da Unesco, à classificação de monumentos, de sítios, e de paisagens, como património da Humanidade.

Mais tarde, em 2003, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial no decurso da 32ª Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. De acordo com a presente convenção consideramos património cultural imaterial, (...) *as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é*

constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (UNESCO, 2003).

Em Portugal, já são vários os exemplos de elementos inscritos nesta lista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), nomeadamente: a Dieta Mediterrânica, o Cante Alentejano, a Falcoaria e a Produção de Figurado em Barro de Estremoz.

Esta classificação, atribuída por uma Instituição como a UNESCO, fez com que houvesse um crescimento da valorização do património cultural, quer seja popular quer seja erudito. Assim as paisagens rurais e urbanas, pelas suas especificidades, começaram a ser entendidas como um produto turístico, sendo promovidas através da sua visita com Rotas e Circuitos, adaptados à procura e às necessidades do mercado.

O espaço turístico é, assim, em simultâneo, ator e palco de relações sociais, suscetível às mutações da experiência histórica e da própria dinâmica da paisagem. Estes impõem-se como continuidades que fluem e invadem a perceção da existência de valores culturais, a inferir nos comportamentos e nas ações dos sujeitos, construindo a procura incessante de novas experiências. Os sistemas sociais demarcam, assim, formas, funções e significados sociais no espaço e o turismo é uma dessas atividades que integra esses sistemas. A paisagem corresponde a um reflexo da sociedade que a (re)produz sob a relação sociedade, espaço e natureza, sendo a presença humana e a incorporação de subjetividades, condições essenciais da sua existência (ALVES, 2011, p. 70).

Conforme já tivemos oportunidade de referir em capítulos anteriores, a Literatura constitui-se como um importante elemento de investigação Geográfica possibilitando o estudo do território. Compreende-se que a pura investigação geográfica se revele em muitos casos incapaz de fazer a cabal interpretação da fisionomia terrestre, assim a ciência e a arte podem aliar-se para nos darem o quadro mais completo das nossas paisagens (GIRÃO, 1952).

O turismo ao ser capaz de promover desenvolvimento e equidade a nível interno e a ajudar a afirmar o país no quadro internacional, ele será também o motor para políticas e práticas de conservação e gestão a nível ambiental, ou seja permitirá efetivamente contribuir para desenvolvimento sustentável: conciliação entre as práticas de um turismo com futuro ou de um turismo economicamente sustentável com um ambiente limpo e saudável e uma sociedade equilibrada, rica, diversa e culturalmente genuína (CRAVIDÃO e SANTOS; 2013, p.19).

Não é recente a preocupação com a utilização dos territórios literários como estratégia de desenvolvimento e promoção local.

A delimitação de territórios literários constitui-se como uma mais valia na promoção de novas atrações turísticas. A confirmar esta realidade, o Conselho da Europa em 2005 reforça a sua relevância ao integrar estes territórios em projetos de desenvolvimento sustentado, dedicando um número da revista NATUROPA apenas a esta temática, *A Paisagem através da Literatura, nº 103*.

Ao longo dos tempos e em todo o vasto continente europeu, os Seres Humanos perceberam o território em que viveram ou por onde passaram e, assim, gravaram as emoções que sentiram através da escrita. Esses poemas e textos mostram-nos que compartilhamos sentimentos que transcendem fronteiras. Projetada como um ambiente de vida diário para as pessoas e, se necessário, para a realização dos seres humanos, a paisagem é reconhecida como uma componente chave do desenvolvimento sustentável.

Os territórios literários podem ser entendidos como aqueles que:

correspondem à narrativa de alguns autores, que se reportam, por vezes, a determinados territórios sentimentais que servem de base à criação simbólica de cenários literários. Essa identificação está subjacente em muitas das suas obras literárias, sobretudo nas de natureza ficcional, despertando sentimentos de identidade

e de pertença junto de quem compare os cenários descritos com os territórios reais
(MACHADO, 2013, p. 104).

Para QUEIROZ A. I. (2009),

os territórios literários, distinguem-se no contexto geográfico pela sua condição de cenários e identificam-se a partir de um escritor ou de uma obra. A sua fixação é um processo geralmente progressivo, dependente da adesão dos leitores e do seu reconhecimento dos lugares narrados como parte da realidade conhecida (QUEIROZ, 2007, p. 17 e 18).

É então possível afirmar que existe uma relação de reciprocidade entre a Geografia e a Literatura de modo particular quando nos estamos a referir a textos literários que nos falam de lugares, viagens, paisagens e que, conseqüentemente, nos permitem a (re)construção de espaços ou imaginários.

2. Aquilino Ribeiro e a Literatura Regionalista

Aquilino Ribeiro nasceu a 13 de setembro de 1885, no concelho de Sernancelhe, freguesia de Carregal da Tabosa, filho de Mariana do Rosário Gomes e do Padre Joaquim Francisco Ribeiro. Aos dez anos vai viver para Soutosa, Moimenta da Beira (Figura 57).



Figura 57 - Casa onde nasceu Aquilino Ribeiro, freguesia de Carregal de Tabosa

Fonte - Própria (2019)

A casa onde cresceu, permanece na humildade do lugar, é uma habitação de granito, perdida no meio de tantas casas, com as mesmas características, típicas das aldeias beirãs. O que a distingue, no silêncio e na ausência de alguém a quem perguntar, é a placa, cujas letras se vão apagando com o tempo, que nos dá indicação que foi aquela a sua casa, onde Aquilino viveu durante dez anos até ir estudar para o Colégio da Lapa.

Ao que se sabe, teve uma infância de miúdo um pouco mais que travesso, a tal ponto que ainda hoje é possível encontrar na zona quem tenha ouvido contar histórias pitorescas de um menino destinado pela família à vida do sacerdócio.

Viveu em Soutosa, onde se encontra a Fundação Aquilino Ribeiro, e onde escreveu algumas das suas obras (Figura 58).

A indicação vê-se da estrada, e raramente o portão está aberto, mas quando está podemos entrar, a mesa está posta. Os convidados são muitos, mas são poucos os que aceitam o convite. Subimos as escadas e entramos na esfera privada do autor.

A secretária guarda todas as memórias e os pensamentos, assim como alguns rascunhos de obras que nunca passaram disso mesmo.



Figura 58 - Casa de Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro

Fonte - Própria (2018)

Quando nos dirigimos para a biblioteca, encontramos o mestre Aquilino a receber-nos com o traço facial que lhe era típico, pois poucos foram os registos em que aparece a sorrir, no entanto entristece-nos a plenitude do conhecimento e o vazio de quem queira aprender, folheando as obras do autor, perdidas nas prateleiras inertes.

Foi o escritor que melhor desenhou com palavras a Beira, as suas paisagens, os seus bichedos, as suas gentes, esses seres rudes que se arrastam na sombra pesada das pedras, e os seus modos de falar, lendas e costumes. Publicou em vida mais de sete dezenas de livros distribuídos por áreas tão diversas como a ficção, jornalismo, crónica, memórias, ensaio, estudos de etnologia e história, biografias, crítica literária, teatro, literatura infantil, polémicas, a que nunca se furtava,

e traduções (às vezes muito livremente recriadas) do latim, grego, espanhol (o D. Quixote, por exemplo), francês e italiano (CRUZ, 2013).

No quadro da literatura, importa neste trabalho destacar o papel que Aquilino Ribeiro, teve é terá para sempre, nos registos que deixou, através da sua escrita, da Beira- Alta, das suas gentes e dos seus costumes. De acordo com ALMEIDA H. (2003), Aquilino na sua obra, apresenta-nos duas conceções principais:

- a) A aldeia, enquanto unidade básica e nuclear das relações sociais, motor das relações familiares do desenvolvimento e transmissão do espírito comunitário, que se manifesta pela defesa o grupo e da terra, seja contra quem for utilizando todo o tipo de argumentos, quando necessário fosse;
- b) A aldeia como *laboratório privilegiado das experiências humanas*, é ela a raiz das origens do Ser Humano, do mundo rural (1993).

O autor corporizou estes modos de vida que conhecia como ninguém, e de que ele próprio fazia questão ter honra e orgulho de pertencer e de fazer parte:

(...) ia às festas, às feiras e às romarias com eles, bailava nos terreiros, frequentando serões estabulares, tomava parte das zaragatas, bodeganas, bandeado em suas maltas. Levei tão longe o meu aldeanismo que nos despiques de povo para povo, últimos vestígios ou últimos reflexos das antigas guerras tribais, vislumbráveis nestas rixas, eu alinhava na falange do lugar, armado em varapau e revólver (RIBEIRO, 1962, p. 133).

Ao lermos Aquilino Ribeiro e o retrato que faz das **Terras do Demo**, nem sempre nos é apresentada uma visão romântica do espaço, e os adjetivos utilizados são caracterizados por uma certa frieza e um carácter rudimentar, que na realidade é uma escrita muito pouco romanceada e floreada apenas para agradar ao leitor. Conseguimo-nos facilmente transpor para os lugares e encarnar os personagens, dado o realismo, por vez cruel até, com que escreve.

Os textos regionalistas, por vezes limitam-se a localizar a ação de uma determinada história no seu território geográfico, sem apresentar características que vão além do enredo. Por outro lado, temos textos regionalistas em que os autores se fundem com a terra, com as ligações sociais e

culturais, entrosando-as com a geografia típica da província onde a ação se desenrola e com os modos de vida das populações que retrata.

Parte da herança e capitalização de um manancial de situações únicas, em que a terra ou o mar e as suas gentes, com a sua religiosidade, superstições, alimentação, profissões ou ocupações, modos de vida, sentimentos, vestuário, folclore e as suas características linguísticas são a matéria original que o escritor utiliza (LOPES,, p. 161).

À semelhança de outros países da Europa e do Mundo, também em Portugal se tem vindo a aprofundar um discurso que reflete a importância da identificação e marcação dos territórios literários, enquanto mais-valia disponível para o desenvolvimento de projetos integrados de valorização dos territórios ancorados nos autores literários do panorama nacional, como se pode confirmar nos pontos que se seguem.

3. Terras do Demo - Espacialização do Território Literário de Aquilino Ribeiro

Corroborando esta importância, o Instituto de Estudos da Literatura Tradicional, desde finais do ano 2009, está a elaborar um Atlas das Paisagens Literárias em Portugal Continental. Este Atlas é baseado em escritores dos séculos XIX e XX e pretende compilar excertos descritivos, dos diversos autores, que possam ser geograficamente referenciados, utilizando as NUT'III, como unidade espacial de referência. Sempre que seja possível, e existam informações neste sentido procede-se à georreferenciação do concelho, freguesia ou local. Um dos objetivos passou pela produção de mapas a partir de obras, de escritores, ou diretamente associados às paisagens literárias descritas nos excertos selecionados.

Os objetivos deste Atlas são: (1) ligar a literatura ao território, potenciando a recíproca valorização das obras literárias e das paisagens nelas representadas; (2) contribuir para o conhecimento do património natural e cultural, elementos-chave das identidades locais e regionais; (3) concorrer para a literacia ambiental, sobretudo no âmbito dos padrões e processos ecológicos associados às paisagens atuais; (4) ajudar a implementar a Convenção Europeia da

Paisagem, nomeadamente na definição dos objetivos de qualidade paisagística a preservar e a valorizar.

Para este Atlas, do autor Aquilino Ribeiro foram analisadas dezoito obras: *A Via Sinuosa* (1918), *Terras do Demo* (1919), *Andam Faunos pelos Bosques* (1926), *O Homem que Matou o Diabo* (1930), *A Batalha sem fim* (1931), *Quando ao Gavião Cai a Pena* (1935), *Oeiras* (1940), *Volfrâmio* (1943), *Lápides Partidas* (1945), *Aldeia Terra, Gente e Bichos* (1946), *O Arcanjo Negro* (1947), *Cinco Reis de Gente* (1948), *Uma Luz ao Longe* (1948), *O Malhadinhas* (1949), *Geografia Sentimental* (1951), *O Homem da Nave* (1954), *A Casa Grande de Romarigães* (1957) e *Quando os Lobos Uivam* (1958).

De acordo com os excertos analisados das obras indicadas surge a seguinte espacialização por NUT III (Figura 59).

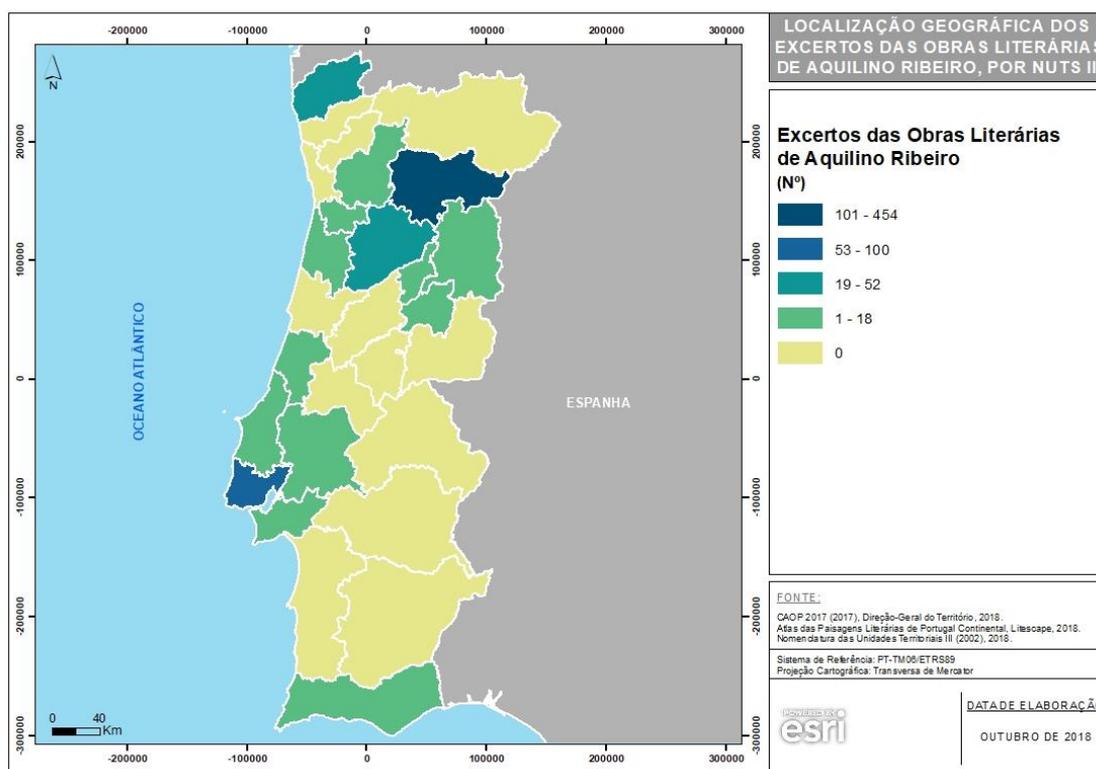


Figura 59 - Espacialização dos excertos das obras identificadas

Fonte - <http://paisagensliterarias.ielt.org/atlas>, dezembro 2017

Especificamente do livro **Terras do Demo** existem 31 referências espaciais que se dividem entre a NUT III Douro, com cerca de 28 excertos identificados e a NUT III Dão Lafões com 3 excertos (Figura 60).

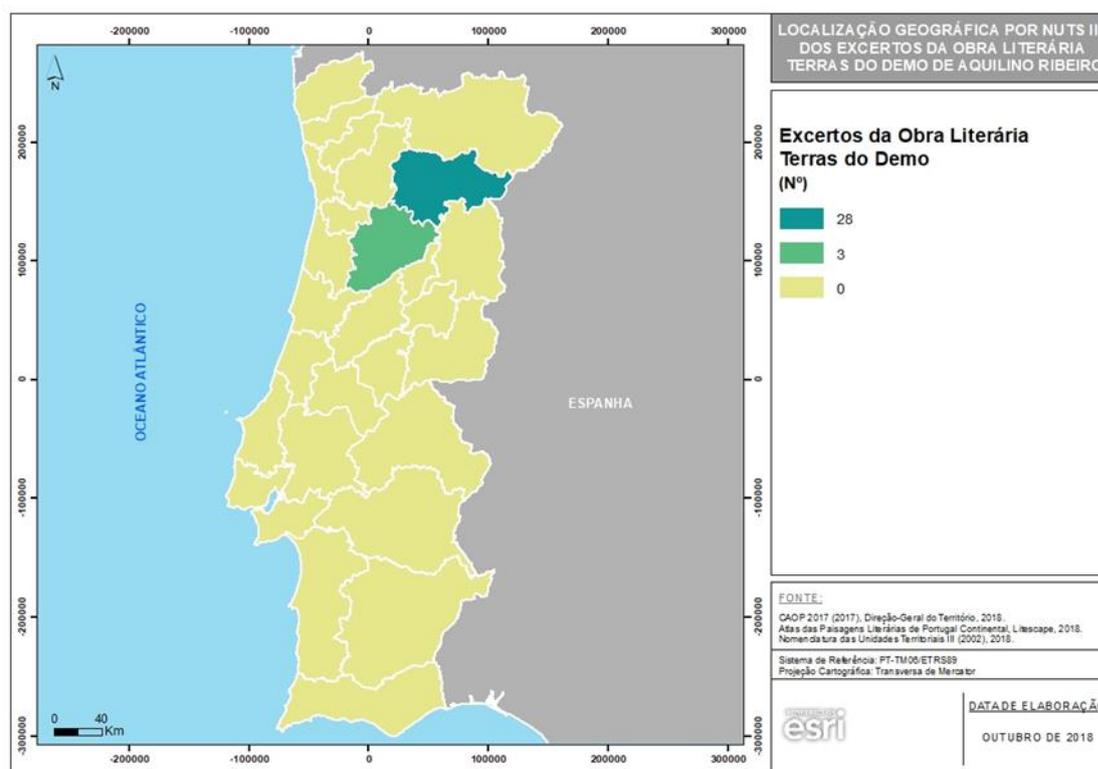


Figura 60 - Espacialização dos excertos da obra Terras do Demo

Fonte: <http://paisagensliterarias.ielt.org/atlas>, dezembro 2017

Para além do livro **Terras do Demo**, e uma vez que a obra do autor é muito extensa e nem toda ela remete para esta região, partimos para a delimitação literária feita por MACHADO (2013), que considera o território conhecido como **Terras do Demo** assente nos seguintes livros de Aquilino Ribeiro: *A Via Sinuosa* – Romance (1918); *Terras do Demo* – Romance (1919); *Andam Faunos pelos Bosques* – Romance (1926); *Volfrâmio* – Romance (1944); *Aldeia Terra Gente e Bichos* – Crónicas (1946); *Cinco Reis de Gente* – Novela (1948); *O Malhadinhas* – Novela (1949); *Geografia Sentimental* – Crónicas (1951); *Arcas Encoiradas* (1953); *O Homem da Nave*, Crónicas (1954); *Quando os Lobos Uivam* – Romance (1958) e *Minas de Diamantes* – Novela (1958).

Para o autor, este é um dos exemplos mais bem definidos como território literário em Portugal (MACHADO A. , 2013). O denominador comum destas obras, para além do seu autor, são os espaços geográficos da ação de cada um deles.

No livro **Terras do Demo (1919)** que, para além da designação do livro, é responsável pela denominação destes territórios.

Aquilino faz o estudo de um mundo pitoresco e primário, com as suas figuras típicas, quotidianos ricos de histórias que se entrecruzam com modos de ser e pensar do povo. Ainda nesta obra o autor descreve:

(...) A aldeia serrana, como aquela em que fui nado e batizado e me criei são e escorreito, é assim mesmo: barulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituíam o empedrado da comuna antiga. Ainda ali Abraão e os santos vêm à fala com os zagais nos silenciosos montes. É pagã e crê em sua religiosidade toda exterior a adorar a Deus de S. Tomás. Conta pelo calendário gregoriano estes terríveis dias de peste, fome e guerra, e está imersa nos nebulosos tempos do rei Vamba. Em tais condições de primitividade, a pena descreve, mas tornar-se-ia ridícula analisando. Para dar a verdade local tem de se abstrair da linguagem erudita; todas as aquisições da ciência no tocante às enfermidades da alma e do corpo, e são de socorro tão prestimoso ao escritor, ficam fora se a técnica é severa (...)
(RIBEIRO A. , 1992).

Para muitos autores foi a obra **Terras do Demo** que confirmou Aquilino Ribeiro como escritor regionalista.

Em 1918, Aquilino Ribeiro na dedicatória do **Terras do Demo** a Carlos Malheiro Dias, refere:

Meu querido amigo e príncipe das letras: dê-me licença que lhe ofereça este livro. (...)
A ação decorre naqueles lugares onde a lenda se exprime ainda deste jeito:. Uma vez

*um homem travou do bordão e partiu a correr as sete partidas do Mundo. Andou, andou até que foi dar a uma terra de que ninguém faz ideia: a gente comia calhaus e ladrava como os cães. Circunscrito, adivinha-se, a indivíduos rudes, teve em mira este trabalho pintar essas aldeias montesinhas que moram nos picotos da Beira, olham a Estrela, o Caramulo, a cernelha do Douro e, a norte, lhes parece gamela emborcada o Monte Marão. O vale, que as explora, trata-as despiciamente por **Terras do Demo**, (Figura 61). Sem dúvida, nunca Cristo ali rompeu as sandálias, passou el-rei a caçar, ou os apóstolos da Igualdade em propaganda. Bárbaras e agrestes, mercê apenas do seu individualismo se têm mantido, sem perdas nem lucros, à margem da civilização (RIBEIRO A. , 1992).*

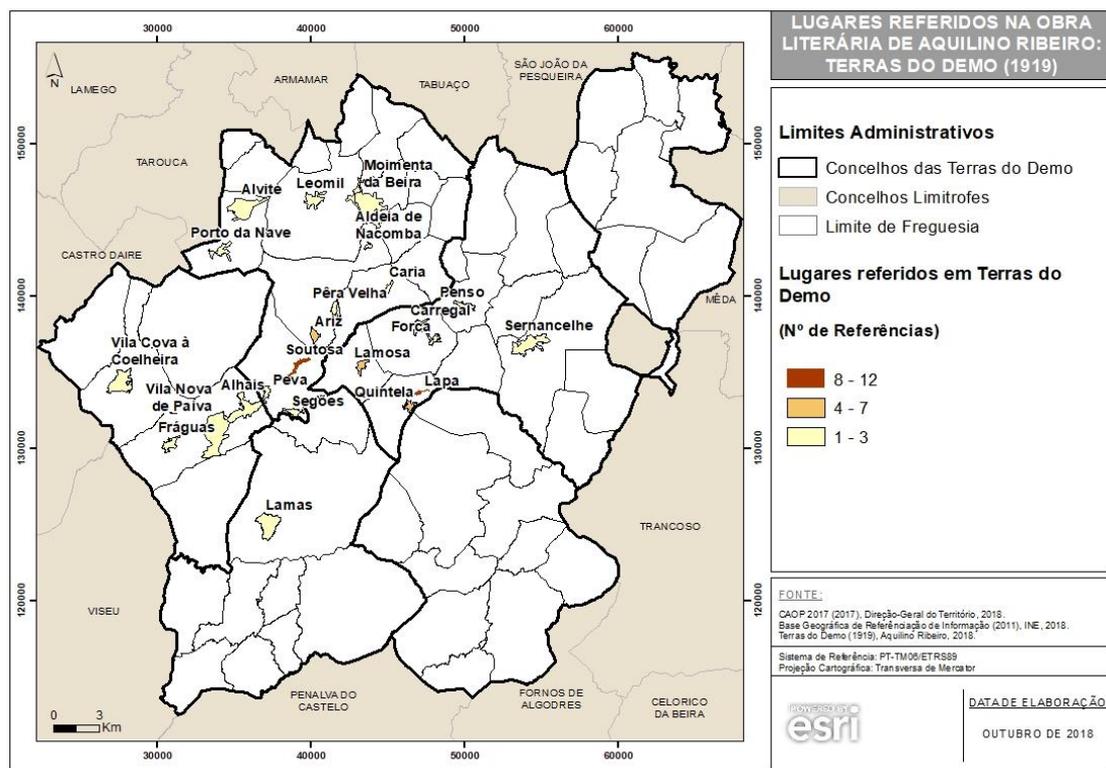


Figura 61 - Mapa Literário de Aquilino Ribeiro: Terras do Demo (1919)

Fonte - Própria (2018)

Os lugares mais referidos, ao longo da obra são lugares que pertencem ao concelho de Vila Nova de Paiva, seguindo-se os de Moimenta da Beira, Sernancelhe e Sátão. Surgem outras referências espaciais, mas que não se enquadram na delimitação geográfica apresentada pelo autor na dedicatória, e também não são palco do desenvolvimento da ação, funcionando apenas como referência ou pontos de passagem das personagens.

Por exemplo: (...) *o ferreiro de Segões, o Gonçalo, lhe ferrara tanto para aturar no monte como para levar os carretos à Régua* (RIBEIRO A. , 1992, p. 104); *Olha Cigarros de lorda! São do Rio? Ná, estes comprei-os em Viseu* (RIBEIRO A. , 1992, p. 151).

Em 1955, na obra **Abóboras no Telhado**, considerada uma autocrítica às obras do autor, Aquilino afirma que:

Terras do Demo são como um auto de vita et moribus duma fração da humanidade portuguesa, ignota, terrível, heroica e mesquinha, pungida pelo drama da existência. (...) As Terras do Demo fizeram escola. (...) Desde esse dia, os bons campónios, vítimas do anátema divino ou da injustiça social, cândidos ou apenas dionísicos nas horas vagas, a estalar de felícia e lirismo, entraram na história consagrados como quem são: escravos da terra ou dos terra-tenentes, minados de preconceitos, taras como todos os mortais que se prezam, e, aqui para nós, mais propensos ao mal que ao bem. (...) O melhor galardão que o meu livro teve foi que desse o nome à corda dos Distritos, mas para as de longe, aqueles lugares, incrustados na serra da Nave, passaram a ser as Terras do Demo (RIBEIRO, 1955, p. 73 e 74).

No romance **Via Sinuosa** (1918), Aquilino Ribeiro conta-nos a história de Libório que decorre entre Caria e Barrelas (Vila Nova de Paiva).

Aparecem, ao longo do enredo, inúmeras descrições da paisagem e indicações toponímicas entre as quais transcrevemos:

Fora de muros, os espaços abriam-se num imenso galão, com vales cheios de sombras dormentes e desdobres de suaves colinas. Descendo para o Távora num cachão verde, a terra crescia depois em escalada cinzenta até ao rebordo violáceo das montanhas do Douro. (...); (...) À direita, ao invés das serranias, coavam-se as ocas baças dos côncavos de Freixinho, e eram como um mar sem transparência lambendo, a arquipélago, os alcantis de sinopla. S. João da Rua a fraldejar entre soutos; (...) Escurquela trepando a escarpa; Fonte-Arcada avançando a torre romana por sobre a dobra funda do rio; Antas de Penedono (Figura 62), em chão batido dos ventos, de torvo castelo de cinco quinias a assombrar o horizonte pontuavam o panorama que os dias soalheiros enchiam o deslumbrante infinito. O sol tinha rebentado duma hóstia vermelha em terras de Penedono, mesmo à riba do castelo, e as cotovias banhavam-se na sua labareda cantando (RIBEIRO, 1985, pp. 13, 13 e 71).



Figura 62 - Capela de Antas

Fonte - Própria (2008)

Chegámos a uma aldeia, Ariz de seu nome, de casas empoleiradas sobre penhas como cabras. (...) a água de presa, corre pela valeta abaixo muito atarefada e taramela, direita às hortas a matar a sede aos batatais. O ar começa a aquecer. No céu não há tição de uma nuvem e os nimbos que, ao longe, bailam sobre a serra, são como velo de ovelha branca, fugindo com o vento. Um maranteio canta para os souts e a sua voz tão modulada, tão cheia de cor, faz lembrar um arauto, vestido de amarelo, pregoando em gama amarela: Arraial! Arraial pela rainha primavera avivou! Na terra palpita o último tremor da hora voluptuosa. As giestas brancas e as giestas loiras tapetam de flores as orlas dos caminhos; no monte os rosmanos erguem ainda, com firmeza, as suas pequeninas massas de Hércules apendoadas, as estevas têm ainda bem abertas ao alto a sua sombrinha indiana, duma brancura imaculada de neve - enquanto se vão extinguindo as lantejolas dos sargaços, as lágrimas do tojo, a farfalha iriada das urzes, essa cópia de flores que dão ideia, ao lance dos olhos, que na serra choveu oiro, estrelas de oiro, um grande dilúvio de oiro – à medida que, tomando a sua vez, vai alastrando a invasão de verde em cujos laivos negros estremece a luxúria secreta da vida vegetal (RIBEIRO A. , 1985, p. 77 e 78), (Figura 63).

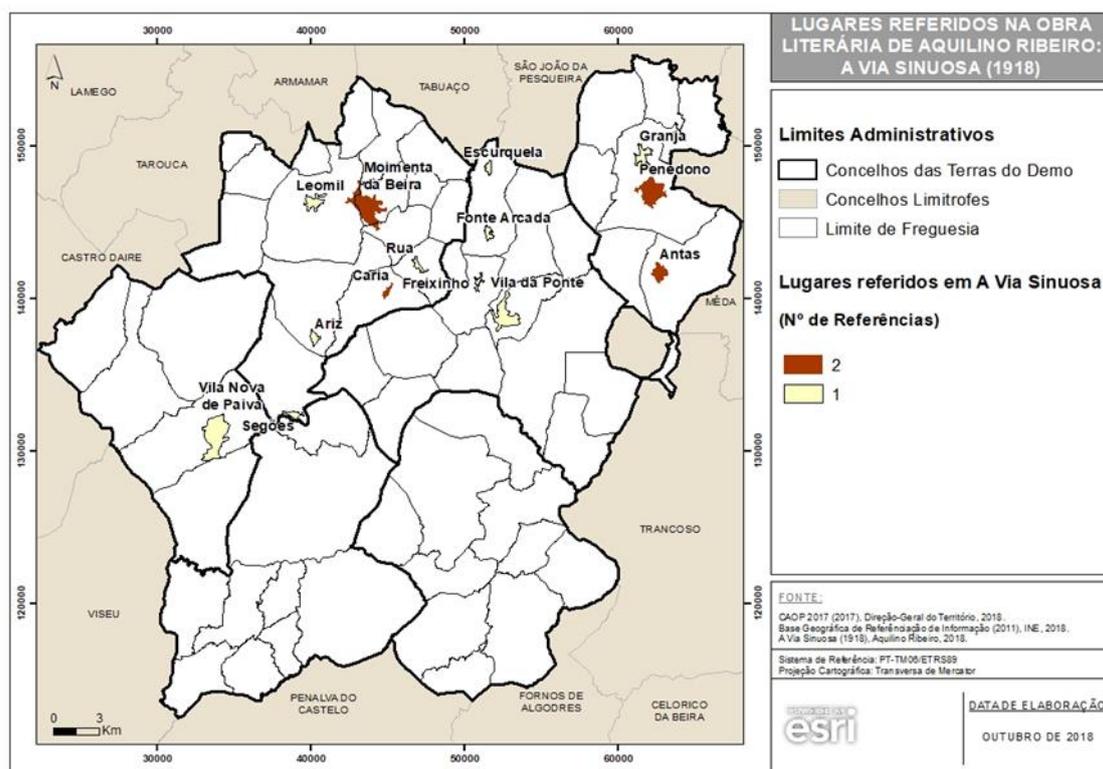


Figura 63 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, Via Sinuosa

Fonte - Própria (2018)

No romance **Andam Faunos pelos Bosques** (1926) a ação decorre no seu espaço de eleição, a Serra da Nave, e as personagens são os habitantes das aldeias montesinhas, (Figura 64), que se reúnem para apanhar o *Papa Moças*. No desenrolar da história, o autor proporciona-nos a observação das suas vivências e tradições, hábitos e crenças de várias aldeias. (...) *À sua ilharga alinhavam Pendilhe, S. Joaninho, Vila Cova-à-Coelheira, Touro (...), (...)* *À mão esquerda, das plagas em que Pedro Jirigodes erguia pendão e caldeira, Queiriga, Fráguas, Barrelas, Alhais, Peva (...)*, (RIBEIRO, 1962, p. 53 e 54).

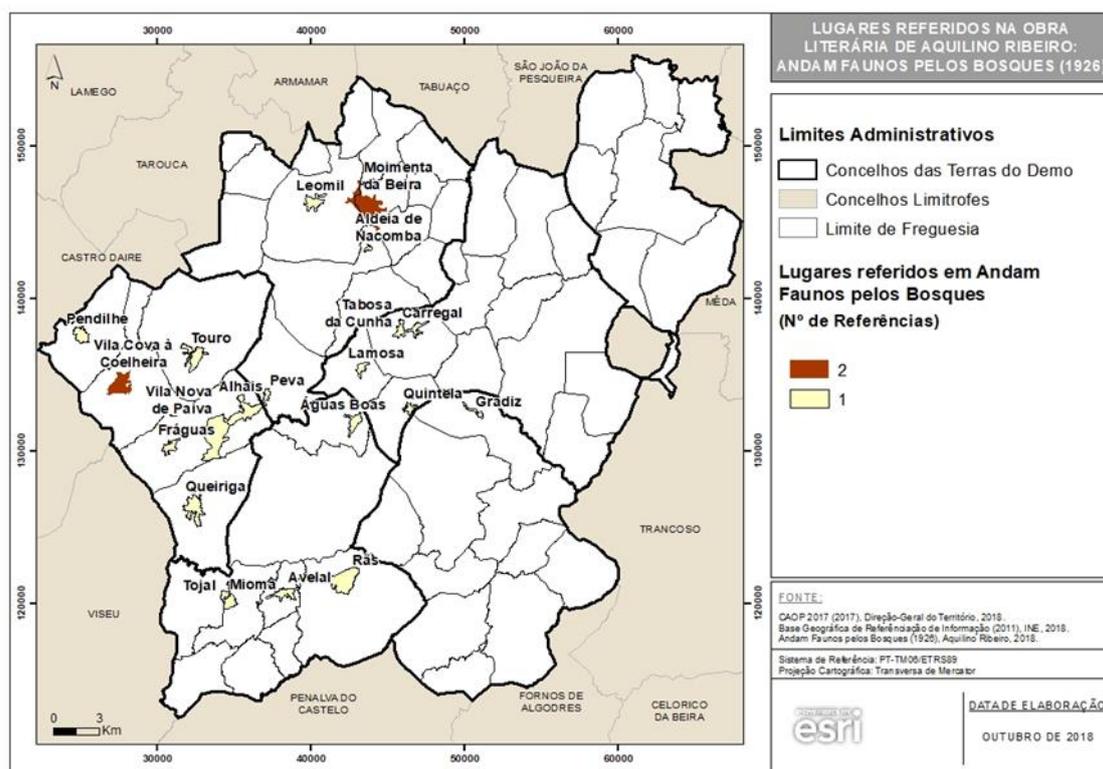


Figura 64 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *Andam Faunos Pelos Bosques*

Fonte - Própria (2018)

As cem e uma aldeias, que formavam cordão em torno da Serra da Nave eram terras tristes, alheias ao mundo, à beira de velhos caminhos romanos adormecidos (RIBEIRO A. , 1962, p. 189). (...) a serra num redondo de muitas léguas, começou a secar, a secar como se fosse alma cristã a que tivesse pegado a morrinha. Secaram sargaços, secou rosmaninho, secaram ervas e as fontes e até os passarinhos e os bichos bravos se foram embora. Sabe vomecê?! Veio a Primavera e não desabrochou ali flor, nem vingou verde. Era como se tivessem salgado o chão. Sete anos levou a serra neste castigo, sete anos, e as aldeias quase morreram de fome (RIBEIRO A. , 1962, p. 175 e 176). Estas terras no calcanhar do mundo, que viviam ainda na era do rei que rabiou (RIBEIRO, 1962, p. 213).

Em 1943 publicou o romance **Volfrâmio**, onde apresenta a imagem do Portugal rural, iletrado e atrasado, que de um momento para o outro, com a 2ª Guerra Mundial, vê o volfrâmio das terras de paupérrimos recursos, valorizado, permitindo que o dinheiro começasse a jorrar a ritmos nunca previstos nas aldeias do interior do território:

O volfrâmio foi para as populações do Norte, deserdadas de Deus, o que o maná foi para os israelitas através do deserto faraónico (RIBEIRO, 1974, p. 8) (...) uns rediciosos de Vila da Ponte deitaram o fogo aos poços do concelho de Sernancelhe (...), (...) o homem lá se foi de mão sempre na carapuça de Alvite (...), ((RIBEIRO A. , 1974, p. 37 e 40), (Figura 65).

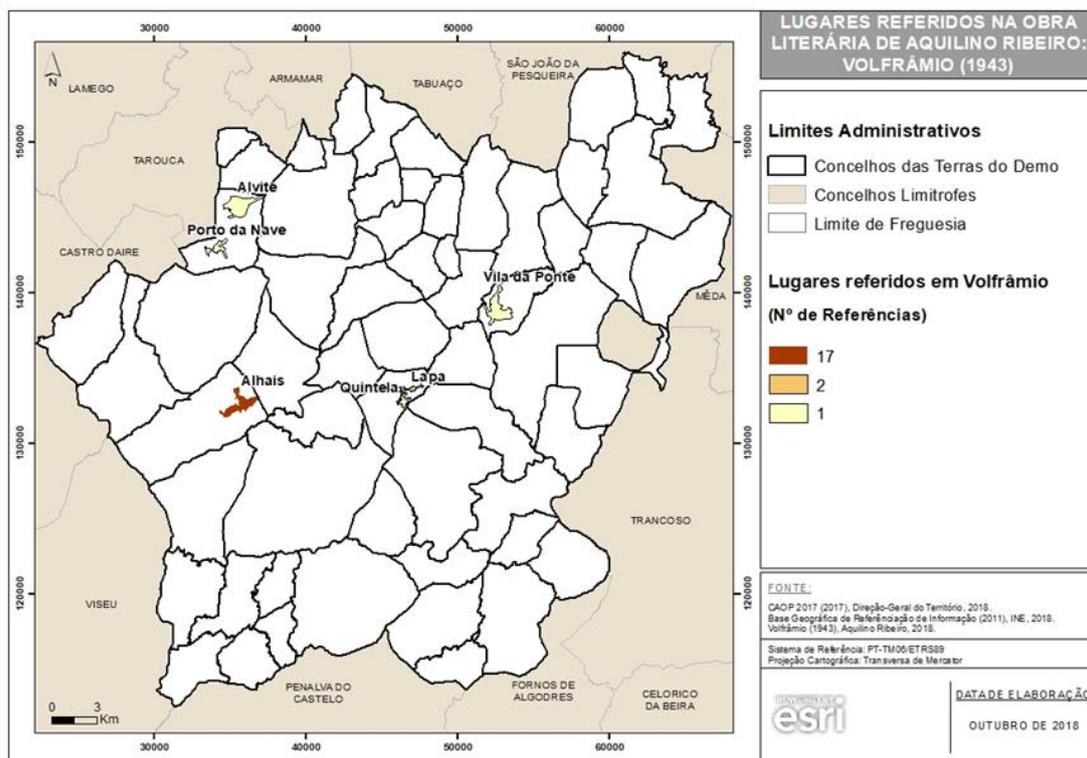


Figura 65 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, Volfrâmio

Fonte - Própria (2018)

Aquilino Ribeiro refere-se ao período que antecedeu a exploração do volfrâmio, (Figura 66) como um período de extrema pobreza:

(...) a serra está no osso, esburgadinha até mais não poder. O que se encontra à farta por essas famílias é fome e lêndeadas. Assim mesmo, e não é fácil que possa ser de outra maneira, quer ouvir porquê? Porque há gente a mais. O povinho cresce à desmedida, de tal jeito que quando se quer fazer uma novena aparece miudagem para uma procissão. Gostava que visse o inçadoiro que vai por essas aldeias!

- Então e não largam pelo mundo?

- Qual, largam pelo mundo! O Brasil fechou-se; Lisboa e Porto estão à cunha. Quem tem calças mexe-se como Deus é servido. Não é assim as saias. Lá vão cirandando por aqui, por ali, pelas casas fidalgas, pelo Alentejo, e umas lá se arrumam, lá se ganham par de sapatos e a meia sainha com que uns anos por outros vêm embasbacar os palonsos; outras voltam, como as filhas da Olinda, cada uma com seu nino. Maior dor de alma ainda são aquelas que vão acabar no hospital, baldeadas pelo negro fado. A Serra, se Deus não acode, está a dar cadilho. Foi praga que nos rogaram (RIBEIRO A. , 1974, pp. 20-21).

Como afirma QUINTINHA (1974), este romance de Aquilino mostra a passagem da pobreza extrema de milhares de pobretões que, por esses campos das Beiras, do Douro, Minho e Trás-os-Montes, não passavam da “cepa-torta”, levantaram a cabeça com o volfrâmio, e passaram a andar calçados e de correntes de ouro, alguns com meia dúzia de canetas de tinta permanente saindo dos bolsos (...) embora continuassem analfabetos chapados. Por causa do volfrâmio roubou-se, matou-se, fizeram-se as piores traquibérmias e malandrices e até pessoas das melhores maneiras e das mais variadas categorias sociais perderam o juízo, alucinadas com a possível posse de hipotéticas minas de volfrâmio. Aquilino Ribeiro, quase sem despegar os

olhos das aldeias onde lavra a aventura, viu tudo admiravelmente e soube extrair-lhe o trágico e o burlesco.

No romance **Aldeia, Terra, Gente e Bichos** (1946) (Figura 66) é apresentado um retrato fiel do fenómeno rural e a denúncia às condições de vida, entre outros, dos (...) *povos feudatários de Granjal, Vila da Ponte, Sernancelhe, Freixinho e Faia*, (RIBEIRO A. , *Aldeia: Terra, gente e bichos*, 1995, p. 61), (...) *que viviam em casas parentas das orcas, sem frestas, sem chaminés, com portal baixo, piso térreo, colmadas umas, cobertas outras com telha mourisca* (...) (RIBEIRO A. , 1995, p. 9)

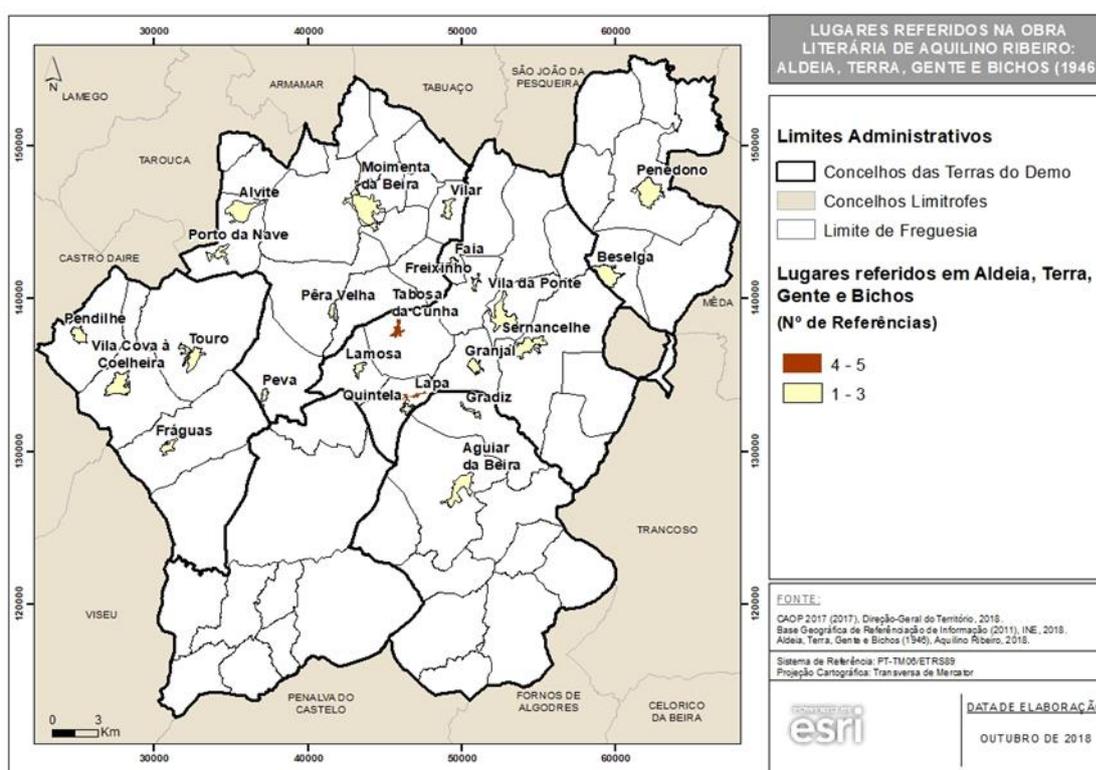


Figura 66 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *Aldeia: Terra, Gente e Bichos*

Fonte - Própria (2018)

A agricultura e a pecuária, principais modos de subsistência das populações continuam presentes: em pecuária se cifrava a primeira riqueza da aldeia. Numa parte da serra, comunal desde a pedra de arranque ao mato galego, pastava o gado lanígero (Figura 67), na outra dos suínos. *Chamava-se dar porcos ao fintão, confiá-los a tanto por cabeça a um guardião que*

todas as minhas vinhas, tangia a sua corna de chifre, e abalava com as varas para o monte,
(RIBEIRO A. , 1995, p. 13).



Figura 67 - Gado Ovino, Vale do Távora

Fonte - Própria (2008)

No livro **Cinco Reis de Gente (1948)**, Aquilino Ribeiro, conta as aventuras e desventuras de Amadeu Magalhães, personagem autobiográfica, que ficciona a infância, desvendando o lugar, a igreja, o pátio, os ciprestes, as gentes, os ritos e os rituais dos primeiros dez anos de vida do autor, onde nos apresenta a sua Beira natal e as **Terras do Demo** que poderia ter no escritor um *ponto de união capaz de dar riqueza a um chão pobre* (ARAÚJO, 2016). Começa por descrever a casa em que viveu,

Vejo no grande e desmantelado pátio fidalgo a nossa casa, de lojas para animais e habitação, com sua obsequiosa escada de pedra e um esgrouviado sabugueiro a bater atónito nas vidraças, que deitavam a par o povo, sempre que o Suão, soprasse mais forte (RIBEIRO, 1963, p. 9).

De entre os territórios analisados surgem em maior número referências a Sernancelhe e a algumas das suas freguesias (Figura 68).

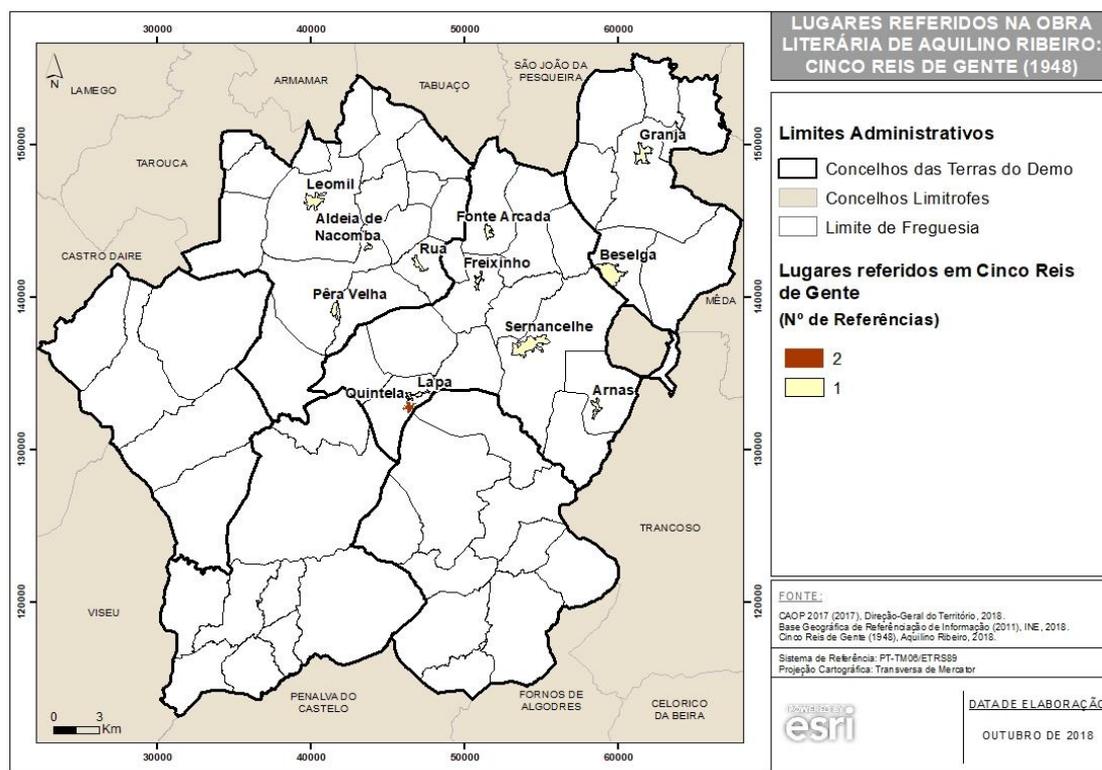


Figura 68 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *Cinco Reis de Gente*

Fonte - Própria (2018)

Na aldeia, para acariciar, não passeiam as mãos pela cara das pessoas queridas. Semelhante ordem de meiguices são prerrogativas para gente urbanizada. Para o camponês o rosto é sagrado, tabu; não se lhe toca. Sempre assim foi, de resto através das idades (RIBEIRO, 1963, p. 24).

Faz o relato das festas na aldeia:

No Senhor da Neves (...) o banquete deitou para tarde, mas uma vez à mesa os pratos sucederem-se em saborosa e interminável série, do mesmo modo que os vinhos, esses a rodos, tudo a meu ver tão requintado e puxado à substância que as grandes cisternas

abaciais – os Reverendos da Rua, Peravelha e de Leomil ficaram repletas a desbordar. À noite aramaram a banca do jogo, como era estilo da província sempre que se encontravam numa sala mais de duas pessoas de distinção; ao outro lado dançou-se (RIBEIRO, 1963, p. 79).

Descreve também o modo como a sua casa era sustentada, através da agricultura:

O Codessal, fazenda agachada na falda da serra, feracíssima de húmus e com água a pé quedo, abastecia a casa e sobejava. Meu pai ali se entretinha de sol a sol com ou sem trabalhadores. Domingos e Dias Santos, quando não era preciso madrugar, fazia-lhe eu companhia. Soutos duma banda, soutos doutra, entrávamos para o Codessal por uma cancela de dois batentes, pintada a zarcão, num ressalto do caminho velho (...) (RIBEIRO, 1963, p. 82).

Além de vinha nas vertentes expostas ao meio dia, cultivávamos milho pelos calços contíguos ao corgo, com seu feijoeiro e até abóboras à mistura. O milho atingia uma fortaleza descomunal; assim, porém que a espiga começava a apoiar, dava nele a raposa e fazia grande desbarato. Debalde meu pai içava pelo meio espantalhos faceciosamente ameaçadores, em que ele próprio não acreditava. (RIBEIRO, 1963, p. 85) (Figura 69).



Figura 69 - Vinhas Moimenta da Beira e Convento de São Francisco (abandonado)

Fonte - Própria (2019)

Desde cedo foi dada importância à castanha. Aquilino faz uma descrição, quase poética deste fruto nas páginas da obra:

À primeira vista há uma desproporção flagrante entre o porte dum castanheiro e o tamanho dos frutos que produz. Mas as castanhas são tão bonitas com sua oval fantasiosa, seu sépia de veludo, tão ternas quando espreitam juntinhas às duas, às três e até às quatro, inclusa a boneca, do ouriço arreganhado, tão bonitas até mesmo no chão, uma das faces plana, outra convexa à semelhança da broa no açafate, que o equilíbrio se perfaz na pulcritude e quantidade. Além de planta eminentemente social — pão partido em pequeninos — a pompa que põe em seu amanhã constitui um ciclo de sumptuosidade botânica que se reflectiu — ousou imaginá-lo — na minha formação. Eu admirava os castanheiros, é certo que de admiração subconsciente, como aos paquidermes nos panoramas zoológicos (RIBEIRO A. , 1963, p. 82) (Figura 70).



Figura 70 - Souto em Sernancelhe

Fonte - Própria (2008)

(...) No Codessal havia desses colossos, patriarcas seguramente do reino vegetal nas redondezas. Um, reboliço e velhinho, tinha no toro uma toca tão vasta que meu pai mandou armar ao centro uma mó de moinho em que nos serviam as refeições. Quando os seus ouriços começavam a dourar, era esplêndido como uma catedral ao sol. Eu, sempre que ia à fazenda, o meu primeiro acto era dar-lhe: os bons dias. Mentalmente, já se deixa ver, quando não meu pai, que não tinha nada de poético nem de metafísico, faria troça de mim (RIBEIRO, 1963, p. 81 e 84).

O Malhadinhas (1949) *(...) entreluz a vida duma grossa e laboriosa aldeia, por avatares políticos, tornada vila, mas ora e sempre gótica, fera, e eucrasiamente intacta. Através das andanças e aventuras do almocreve, perpassa ela, a velha Barrela, em seus costumes e lida quotidiana (RIBEIRO A. , 1958, p. 8) (Figura 71).*



Figura 72 - Capucha de Alvite

Fonte - Correia (2014), Revista Rua Direita

A lã era caseira, das ovelhas tosquiadas quando vinha o S. João. Churra, era lavada. Depois vinham as cardas num demorado pentear e, armada em velos, demorava um inverno inteiro a fiar. Urdida a teia, bate-que-bate, luz de candeia, o sono esquecido ao cantar, iam crescendo as varas de pano no tear. Só depois vinha a pisão. No rio Vouga, em Ribafeita, no rio Dão, em Povolide e em Fail, no rio Pavia, em Torredeita, na ribeira de Água d'Alte, a força dos seus maços a bater, uma dona a sair com a trouxa de pano à cabeça, caminhos velhos até ao adro da igreja e o manso bater à porta de uma costureira. E a capucha nova para estrear (CORREIA, 2014).

No Outono, assim que as sombrias começavam a cair nas esparrelas, o cristão recolhia-se à toca. Lar bem sortido de lenha, porco na salgadeira, pipinha com espicho a compasso, o boizana do temporal podia bufar. Seroava-se nas lojas das vacas e aos

sábados batia-se a ribaldeira até as Três Marias empalidecerem no céu. Invernos inteiriços como os dos lagartos. Mas, ah, logo que se ouvia a corcolher: tem-te lá. Tem-te lá, Barrelas vazava-se por esses caminhos de Cristo em votos e romarias. Ia-se à Senhora da Lapa, à Senhora da Penha do Vouga, de cruz, estandarte e borracha a tiracolo, no bernal o pão amarelo de azeite e ovos, no merendeiro as trutas do Paiva, (RIBEIRO, 1983, p. 14 e 15).

O relato da vida dura do campo, a necessidade de ir para outras paragens também aqui é descrita:

Pois é verdade, ainda não me picava a barba e já eu, desta Barrelas de cara direita, perdida no calcanhar do mundo atrás dos caminhos excomungados, batia até á Costa Nova, à cata do sal, de sardinha e doutros géneros daquelas paragens, que ao tempo se vendiam mais caros que as “poses” da botica. E ia trocá-los pelo azeite, a azeitona, o linho e em adeitos, a termos de Penedono, e destas recovagens umas por outras, quatro libras, andavam em voga as de cavalinho dançavam no saco. Nada se me punha pela frente, nem a noite nem as invernias, nem os ladrões das estradas (RIBEIRO, 1958, p. 17).

Ainda nesta obra, vemos,

(...) a aldeia com os tugúrios miseráveis, sem claridade, amparados uns aos outros (...). Sim, o aldeão enterrou-se naqueles imundos casebres, que ainda hoje abundam no interior, pela mesma razão por que a raposa se mete nos covis (...). E destaca a resistência do aldeão a todas as injustiças: (...) Mas há nada mais tenaz que a erva espezinhada dos caminhos? Assim o é o aldeão (RIBEIRO A. , 1958, p. 64 e 65), (Figura 73).



Figura 73 - Arquitetura Vernacular civil e agrícola, Vila Nova de Paiva, 2018

Fonte - Própria (2017)

Neste livro surge-nos ainda a *Novela Mina de Diamantes* onde o autor relata a vinda de um ex-emigrante brasileiro, Diamantino Dores, de alcunha Dêdê, para Barreiras. A personagem faz uma descrição das condições de vida na aldeia, diferentes daquelas a que se habituara no Rio de Janeiro, onde esteve emigrado.

As cardenhas térreas, de colmo e pedra solta, ou, quando o telhado, mais cacos que telhas inteiras, sucediam-se por ali abaixo cavernosas e negras, a jogarem fora de qualquer linha a cabra-cega umas com as outras. Moradia ou loja de animais, nenhuma delas sabia o que era reboco, não falando nos laivos de cal acima da torça duma pocilga, é provável que por se haver assoado ali um pincel de trolha tão casual como desenfastiado. Numas e noutras as paredes estavam lanceadas de talisgas, o assentamento da alvenaria executado pelo processo que se usava no tempo das citânias (...) (RIBEIRO, 1958, p. 226 e 227), (Figura 74).



Figura 74 - Casa de Carregal e Casa Pendilhe – Imagens de Ontem e de Hoje

Fonte - Nascimento (2009)

A calçada, posto não houvesse a certeza que a houvera, acusava mais poças, saltos, pedras vadias, pedras tropeçantes que uma paisagem lunar. Passara pela valeta recentemente um rego de água. Secara aqui, empoçara além, e aí, havendo-se-lhe ajuntado a escorrência das lojas, tornada calda gordurosa, esgavaratavam galinhas e um menino e uma menina descalços e em camisa. (...). Uma junta de vacas veio quebrar o embevecimento do repatriado, ao passar, tilintante em sua mansidão, na pequena travessa do caminho do pasto. Um porco, em seguida, saiu do cortelho, perfilou-se uns segundos pasmado na soleira, e rompeu upas rua abaixo (RIBEIRO, 1958, p. 228 e 229), (Figura 75).



Figura 75 - Imagens de Hoje

Fonte - Própria (2008)

Na obra **Geografia Sentimental (1951)** refere que,

(...) A vida familiar do serrano definha, pode dizer-se, à lareira; a social, se é legítimo crismar com este palavrão as relações do Homem com o Homem na sua base elementar de convívio, nos serões, no adro, no terreiro da fonte e à porta do forno (...) (RIBEIRO, 1983, p. 15).

Descreve também o espírito comunitário que caracteriza os modos de vida quotidianos das populações serranas:

(...) O forno é outra das regalias comunais. Rodoiro é a vara com que introduzem a lenha e espevitam o lume, atiçam e varrem o chão da fornalha. O moinho à beira do rio, com o seu rodízio de penas, o seu telhado a alvejar, dois côvados de relva à frente para pastar o burro. A chave anda de mão-em-mão e como a roda do ano é larga e alcança todos (RIBEIRO, 1983), (Figuras 76 e 77).



Figura 76 - Moinho de Água, Távora

Fonte - Própria (2008)



Figura 77 - Forno Comunitário, Pendilhe

Fonte - Própria (2018)

À volta da serra, por suas faldas e côncavos, negrejam aldeias de capucha, burel e tamancos de amieiro, S.Martinho, Soutosa, Ariz, Peravelha, Carapito, Semitela, Sever, Vila Chã, Alvite e a fechar o aro, Pinheiro, Touro, Cerdeira, Póvoa, Alhais (...), (RIBEIRO, 1983, p. 333). Para

além destas existem muitas outras referências espaciais destacam-se, contudo, em maior número os lugares do concelho de Moimenta da Beira e Aguiar da Beira (Figura 78).

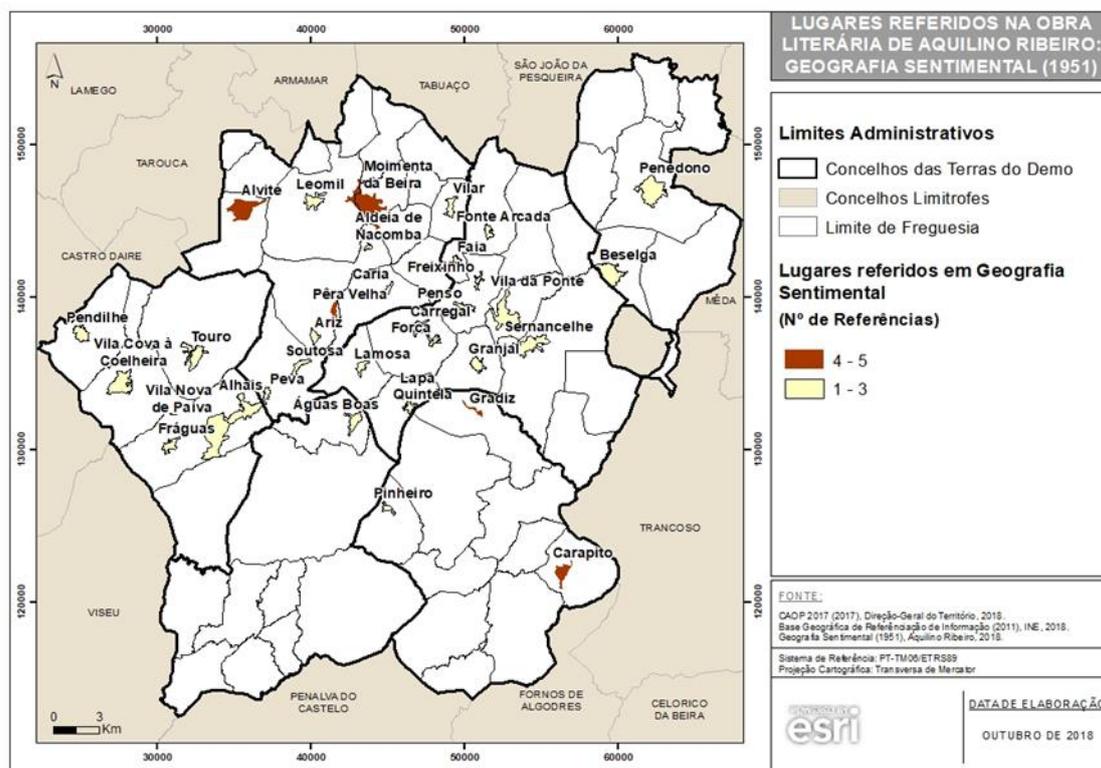


Figura 78 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *Geografia Sentimental*

Fonte - Própria (2018)

Ainda na obra **Geografia Sentimental** (1951), Aquilino Ribeiro refere-se às **Terras do Demo** como o território que corresponde grosseiramente à Beira:

A Norte da serra da Lapa fica Mondim da Beira, terra de meiotos, e mais adiante Ucanha com a sua Torre Medieval debruçada para o Varosa, cujas trutas Leite de Vasconcelos celebrava a papa fina. A Sul da Serra da Lapa, a descer para o Távora, encontram-se em desdobres suaves de terreno, Granjal e Gradiz, terrinhas fecundas. Mas por um hectare de planície há dez de monte e pedragulhal. É assim a Beira, (RIBEIRO, 1983, p. 219).

O autor também caracteriza estes territórios como, (...) *monticulações dos formigueiros, cheias de povos, de passaredo, de bichesa humana e montesinha, toma-nos, da projeção da nossa pequenez sobre a imensidade e o mistério da distância, um sentimento que tanto pode ser de exaltar como de deprimir* (RIBEIRO, 1983, p. 221).

Em **Arcas Encoiradas** (1953), o autor critica a apatia e o amorfismo perante o desenvolvimento. Nas notas preliminares afirma que:

Em Portugal, mais que uma santa mania, chega a ser uma ocupação rendosa ajoelhar perante o passado. Poderia mesmo julgar-se que o sol nos nasce sempre às espaldas. Ter-se-á também de convir que é ao inverso do que sucede pelos infinitos mundos de Cristo que os nossos hierofantes fazem as suas rogações nacionais, (RIBEIRO, 1974, p. 7).

Aquilino reforça novamente, o papel que os constrangimentos geográficos assumem nos modos de vida rurais:

(...) o serrano, confinado em suas barrocas e corujeiras entregue aos individualismos que derivam inevitavelmente da sua inexpandão, é mais bárbaro, bronco e indócil, do que o irmão da planície (RIBEIRO; 1974, p. 115); (...) *aqui e além, nos largos e desabridos planaltos a Serra da Nave, ergue-se uma orca solitária. (...) Quando se ia das aldeias do sul para Alvite ou Almofala, ali pereceram na era do volfrâmio, uns pobres de cristo, enterrados na neve. (...) o gentio das aldeias serranas, Alvite e Carapito (...) ali perto Ariz (...)* (RIBEIRO, 1974, p. 62), (Figura 79).

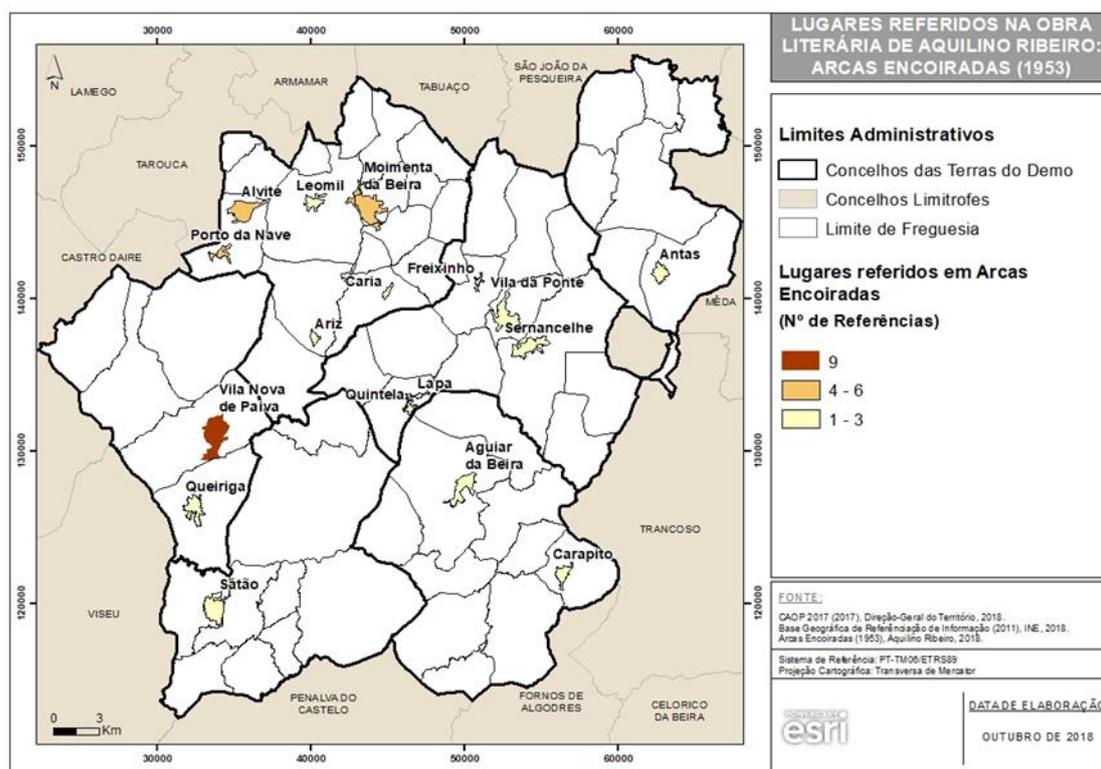


Figura 79 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *Arcas Encoiradas*

Fonte - Própria (2018)

Relata também as relações sociais e identitárias:

Ainda hoje nas aldeias beiroas o Manel que é de fora e empalma a moçoila não desperta menos furor e hostilidade que o lobo que assaltou o redil e abarbatou a borrega. Em Alvite, o povo mais cimeiro da serra da Nave, casar for da terra é um delito imperdoável (RIBEIRO, 1974, p. 162).

No **Homem da Nave** (1954), Aquilino descreve a Serra da Nave e as suas populações numa linguagem real e não ficcional envolta em personagens, (Figura 80).

(...). Esta serra é uma união de montes altos que se vão abraçando uns aos outros. Consente que o rio Douro a atravesse e, posta já na província da Beira, se chama serra de Almofala, Monte Muros, serra de Touro, serra de Pera, serra de Fráguas e

Manhouce, de Besteiros, de Cântaro, de Miranda, do Espinhal e Montes de Penela, onde se une com a Serra da Estrela (RIBEIRO, 1981, p. 9).

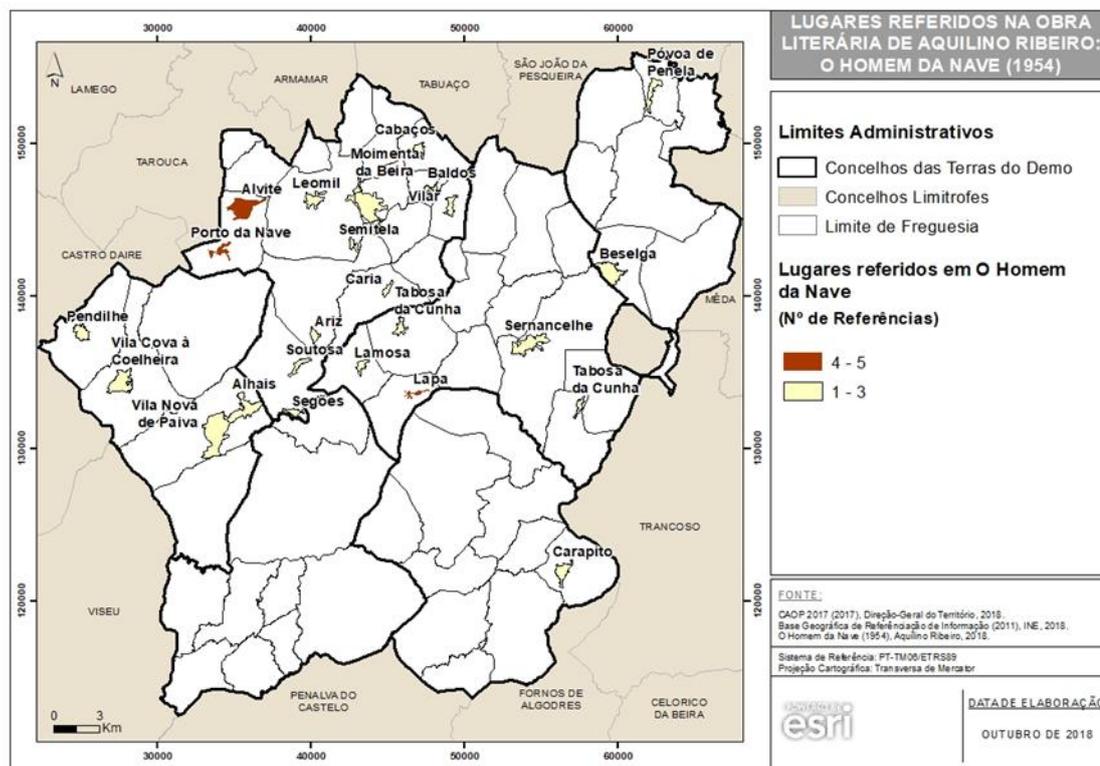


Figura 80- Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *o Homem da Nave*

Fonte - Própria (2018)

Destaca a existência de uma aldeia em específico, Alvite (Figura 81),

Apenas uma aldeia, das aldeias mais estranhas do distrito, negra como um kral e povoada como um formigueiro, consegue manter-se no belo âmago deste descampado, com as suas hortas cercadas de paredes que são renda, e as suas courelas de pão e nabal, adormecidas sob a neve: Alvite, (RIBEIRO, 1981, p. 13).



Figura 81 - Alvite

Fonte - Própria (2017)

O serrano é novamente descrito como alguém que vive,

(...) na serra, em aldeias bárbaras e truculentas - palhoça de juncos e tamancos com testeiras de ferro - vivem nas suas faldas e contrafortes cultivando centeio, esborrachando o coelho à mocada. (...). As mulheres são pequeninas, morenas, de feições delicadas, e casam a partir dos doze anos. A montanha criou, pois, o rebelde crónico e o lobo sem coleira. Nada de tutelas. Vassalos os da planície, que se civilizaram mais depressa e se deixaram penetrar por influências sopradas de todos os quadrantes, senão repare-se: enquanto o camponês do vale põe a sua gabardine ou trincheira, o serrano guarda a capucha. Aquela calça botifarras à prateleira, o serrano tamancos de encouras, ferrados de grossas brochas poliédricas. Um traz relógio no pulso, outro cebolão com pinto à dependura. Ainda se encontra também falperras alpestres o velhote bem-falante e salomónico, ajoujado às vezes de suíças, umas suíças antediluvianas, grisalhas e nédias, sombreando o rosto com duas labças tropicais (RIBEIRO, 1981, p. 34).

Também nesta obra o autor dedica um capítulo inteiro à descrição dos soutos, das castanhas e da sua importância para os serranos:

O castanheiro, além de celeiro dos nossos avós púnicos e celtibéricos, era por vezes a sua casamata e almenara e, quando enfolhado, a abóbada verde sob que armavam festas e arraiais. A neve só lhe faz bem, e as raízes vão incoercivelmente através dos lesins nunca violados do granito à busca da veia, que passa recôndita, pedir-lhe uma sede de água. Os nossos antepassados conheciam as infinitas virtudes do castanheiro e veneravam-no como a uma divindade exclusivamente benigna não era nos seus galhos que enforcavam os justicados! (RIBEIRO, 1981, p. 161)

Em 1960, na obra **Um Escritor Confessa-se**, já noutra fase da sua vida, Aquilino Ribeiro a partir da cidade faz uma reflexão acerca das *gentes da Serra da sua Serra*, descrevendo a sua forma peculiar de fazer justiça.

(...) Em Segões, também, uma facada ou uma sacholada à cabeça eram formas correntes de desforço, por dá cá aquela palha. E Alvite, que se encontra nos coutos da Serra da Nave, sobre o caminho velho para Lamego, coroava todas estas façanhas homicidas. O serrano é mais cruel, também mais dado à vingança que valoroso. (...). Nas aldeias é hábito andarem pelas ruas com a capucha traçada e o sacholo ao ombro, a cara tão adentro do sioco, que não se distinguem uns dos outros (...), (RIBEIRO, 1972, pp. 85-89) (Figura 82).

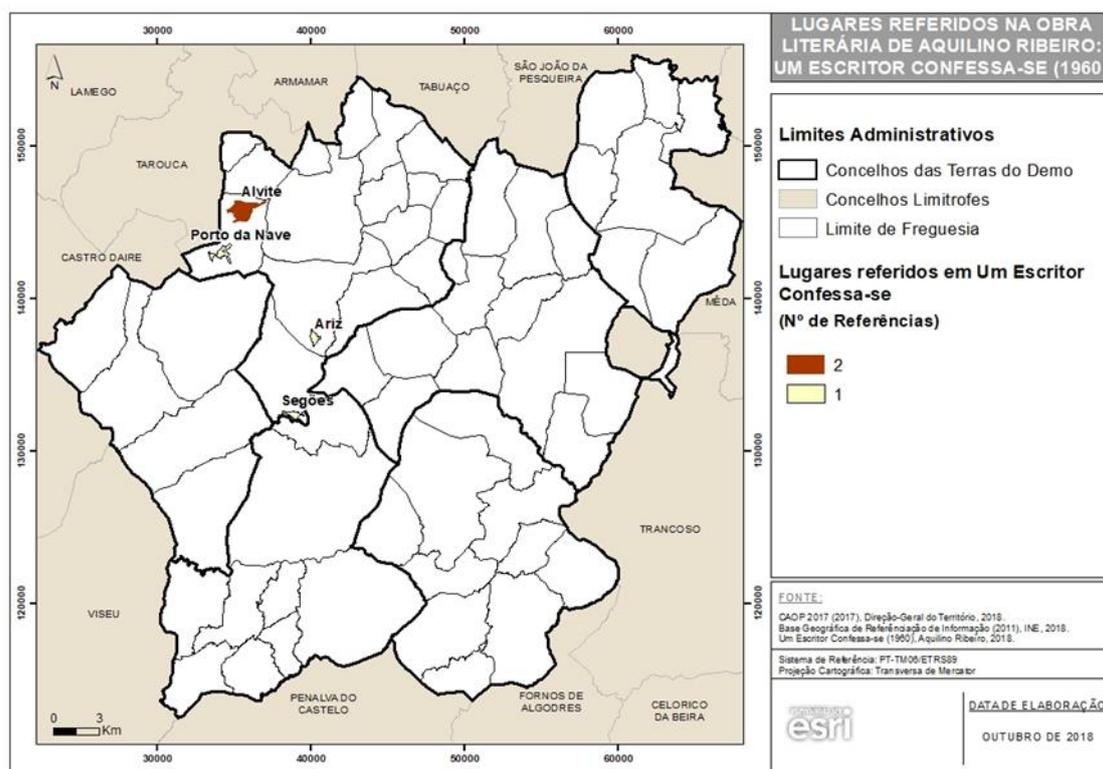


Figura 82 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se*

Fonte - Própria (2018)

Em função dos livros analisados, concluímos que o autor apresenta um vasto território de difícil delimitação exata. Esta cinge-se a um conjunto de lugares que não podem, de modo algum, ser analisados fora do seu contexto geográfico mais alargado. Da sobreposição de todas as obras chegámos à seguinte delimitação espacial (Figura 83).

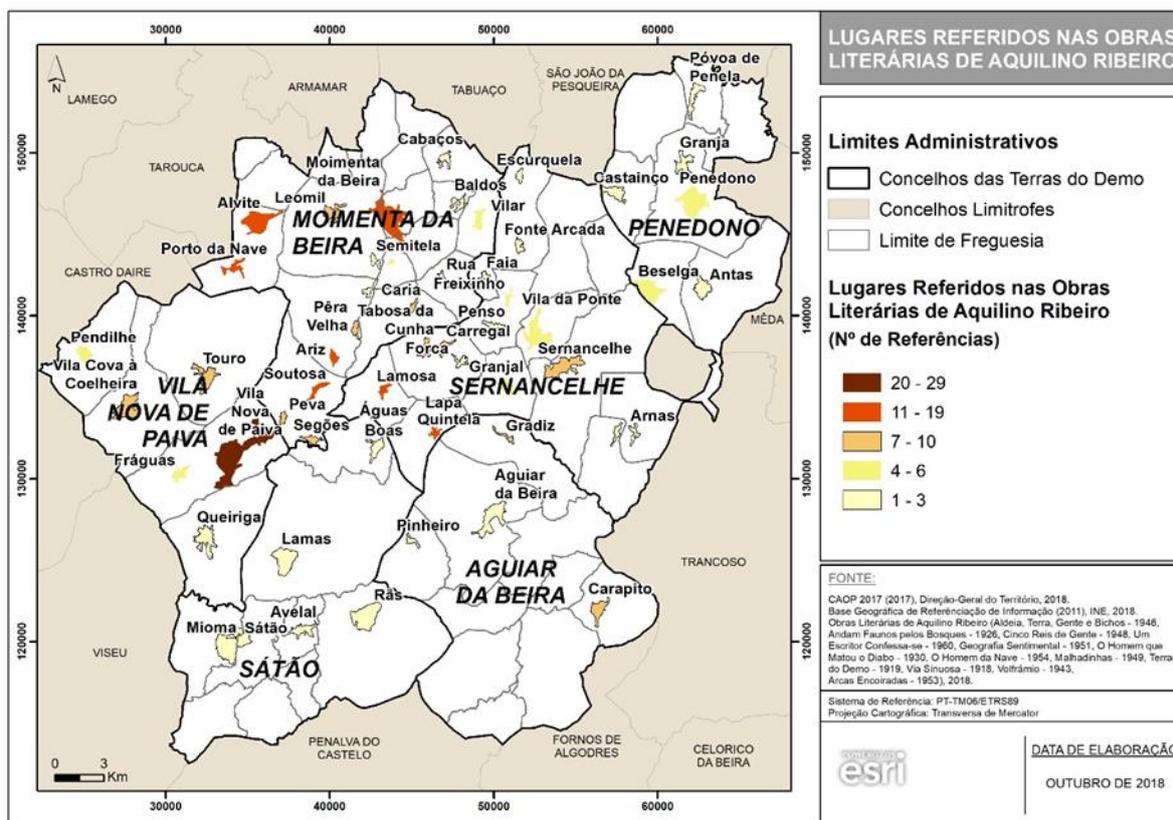


Figura 83 - Mapa Literário Aquilino Ribeiro

Fonte - Própria (2018)

Da análise da figura anterior, podemos afirmar que surgem referências espaciais nos concelhos de Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva, ou seja, nos concelhos mais setentrionais, correspondendo estes ao território literário por excelência de Aquilino Ribeiro. É este que o autor descreve com maior precisão e exaustivamente ao longo dos diferentes contos. De salientar, novamente, que nas obras analisadas, surgem-nos outras referências espaciais, mas apenas como ponto de passagem ou então como alusão a algum acontecimento importante para a história das personagens que o autor está a narrar.

4. As Terras do Demo - Outras Delimitações

Segundo LOPES A. I. (2008), Aquilino Ribeiro caracterizou a Beira como ninguém, enfatizando na sua obra literária a forte dependência e o impacto que o meio geográfico “agreste e avaro” têm na formação dos serranos. As vidas que retrata são agrestes e duras como as rochas que povoam os planaltos. A força dos sentimentos e a recusa de toda a ingerência exterior conduzem a situações trágicas.

Estes são apenas alguns exemplos dos relatos encontrados na obra Aquiliniana que refletem as características vincadamente rurais destes territórios. No trabalho que estamos a desenvolver, impõe-se uma análise criteriosa às descrições feitas e à sua relação com as dinâmicas atuais. De acordo com Carlos Alberto Medeiros (1985),

*a expressão **Terras do Demo**, como Aquilino a emprega no romance com o mesmo nome, refere-se à área planáltica da Beira que fica um pouco a Norte da Cordilheira Central e tem a Sudoeste a Serra do Caramulo. (...). Os sectores do Alto Vouga e do Alto Paiva correspondem a este quadro que, no entanto, se pode considerar ligeiramente mais alargado. Para concretizar com os elementos estatísticos indispensáveis um breve esboço geográfico da área, haverá que tomar como base administrativa, antes de quaisquer outros, os concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira (este na sua parte mais elevada e mais a norte); um tanto marginais, em maior ou menor grau, juntar-se-ão Moimenta da Beira; Penedono, Sernancelhe, Meda e Trancoso (MEDEIROS, 1985, pp. 371-372) (Figura 84).*

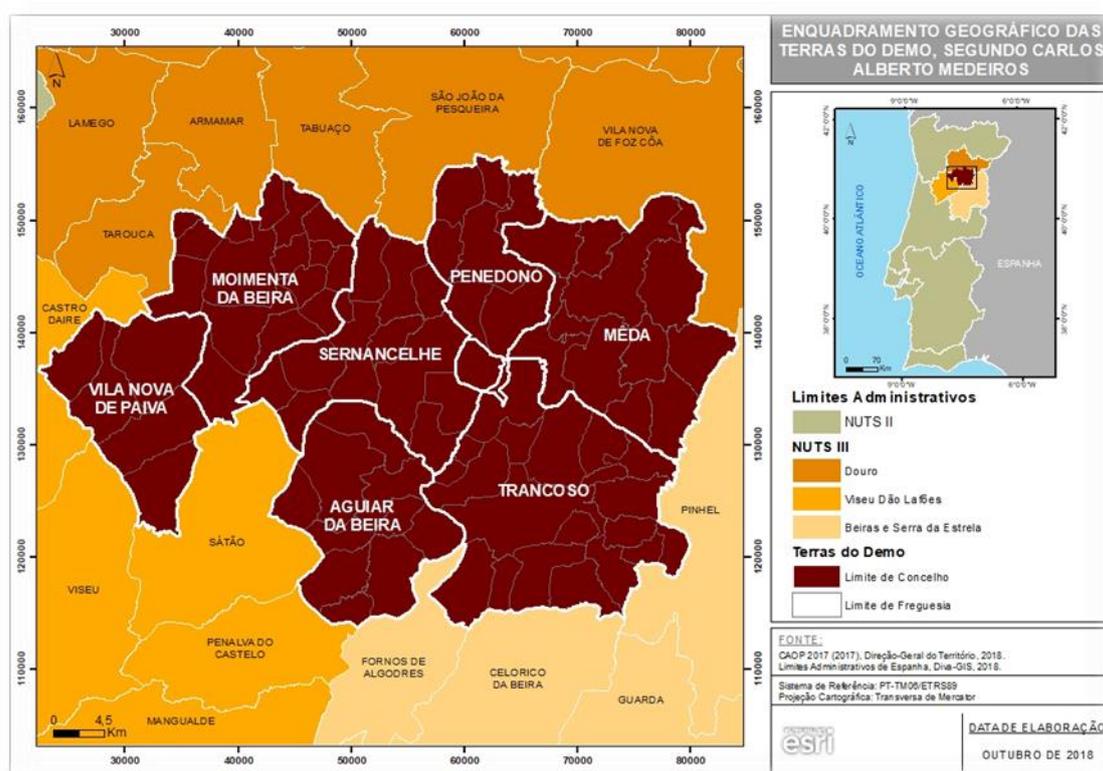


Figura 84 - Delimitação das Terras do Demo, *Carlos Alberto Medeiros*

Fonte - Própria (2018)

No entanto, mencionado na obra **Terras do Demo** surgem apenas lugares ou freguesias dos concelhos de Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Vila Nova de Paiva, conforme já tivemos oportunidade de referir.

Ao longo do tempo houve uma apropriação desta designação, e encontramos-la em inúmeras publicações de diferentes âmbitos, nomeadamente cultural, turístico e até comercial, mas nem sempre com uma delimitação territorial consensual. Da pesquisa realizada, é nosso objetivo, por ordem cronológica apresentar as diferentes delimitações geográficas dadas às **Terras do Demo**.

Assim, na reedição do Boletim Cultural, nº 5, VI Série, da Fundação Calouste Gulbenkian, de 1993, Vitorino Nemésio diz o seguinte:

Aquilino Ribeiro é um beirão da Beira Alta, das comarcas do Paiva - Terras do Demo (como diz num dos títulos dos seus livros), tributárias de uma região mais vasta e historicamente mais profunda – a terra lamecense, fronteira de Trás-os-Montes e da Beira, do Portugal ameno e fácil dos vales Atlânticos e do Portugal montesino e dos contrafortes continentais (NEMÉSIO, 1993, p. 61).

Em 1994, no *Guia de Portugal publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian*, 2ª edição, surge a referência “confins das **Terras do Demo**” como os concelhos de: Vila Nova de Paiva, que se encontra destacada por ser uma modesta vila de 901 habitantes elevada a sede de concelho em 1883, que até então era uma pequena vila com o topónimo de Barreiras. Em termos administrativos faz parte do distrito de Viseu, em termos eclesiásticos faz parte do bispado de Lamego, daí as inúmeras referências produzidas por Aquilino Ribeiro em quase todas as suas obras à sede do bispado. Diz-se ainda que se trata de uma região relativamente abundante em vestígios da ocupação humana pré-histórica. São de menção alguns dólmens vulgarmente apelidados de orcas, nas freguesias de Touro, Pendilhe e Queiriga. No concelho subsistem também algumas ruínas castrenses, que assumem, num cerro vizinho de Vila Cova, a envergadura e configuração de verdadeira citânia. Da época da romanização, presume-se que seja um ou outro troço de caminho velho de Fráguas. O Paiva ainda é ali transposto por uma ponte medieval de pedra. As povoações de Vila Cova, Alhais (freguesia de batismo de Aquilino Ribeiro) e Pendilhe, hoje aldeias, possuíam também antigos túmulos de vila, mas perderam-nos quando Barreiras foi elevada a essa categoria. Outro lugar com destaque é Touro. Nesta região destaca-se:

(...) A serra da Lapa, com o seu afamado santuário no alto, desanda e muda de feição. Mais para os lados do poente, desenham-se os flancos das serras de Montemuro e da Nave (esta também conhecida como serra de Leomil). Como pano de fundo, a nascente, a Serra da Estrela. Depois da ponte da Granja (29 m), entra-se abertamente no pendor pedregoso da serra. Região por excelência propícia a excursões venatórias, na qual prolifera a galinhola, a perdiz, o coelho, a raposa, o gato bravo e o lobo. Paisagem,

Vila Nova de Paiva, grande parte dos concelhos de Moimenta da Beira e Aguiar das Beira, e parte dos de Sernancelhe e Sátão (este sobretudo na sua fatia norte) (ALMEIDA H. , 1997, pp. 7-8) (Figura 86).

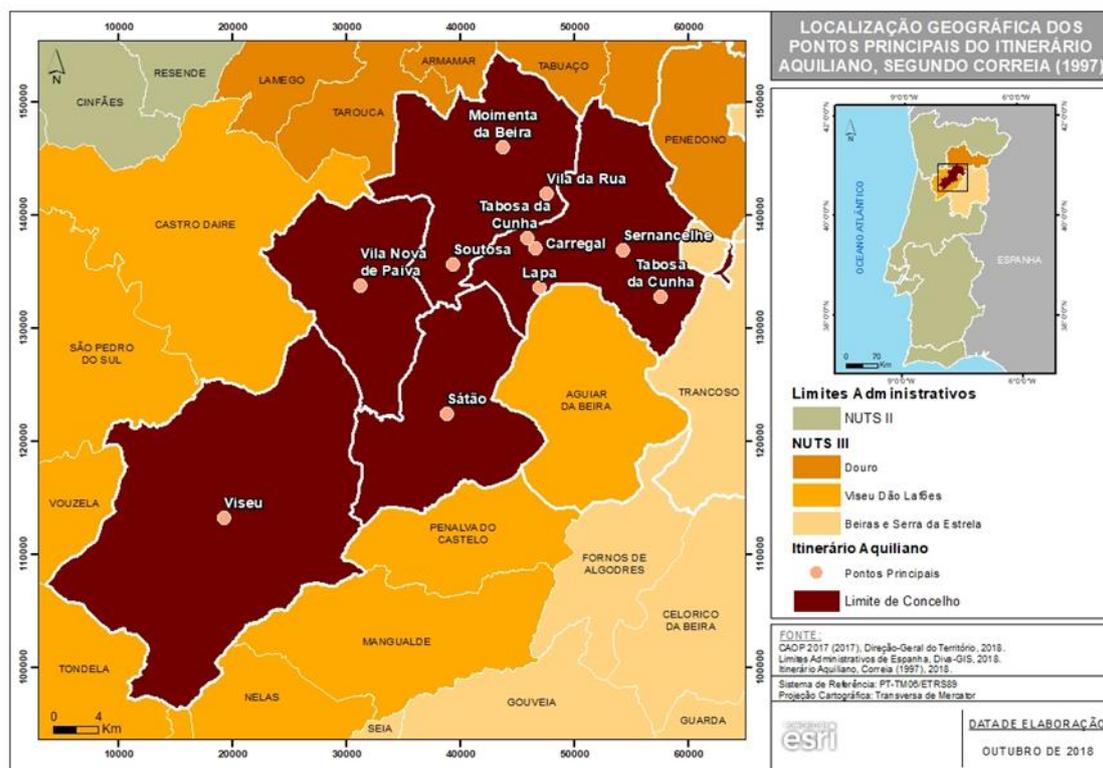


Figura 86 - Terras do Demo: Itinerário Aquilino, Henrique Almeida

Fonte - Própria (2018)

Na mesma obra, Henrique Almeida, refere-se às **Terras do Demo**, como as Terras dos Homens, um pecado original que as tocou entre o rio Vouga e o rio Távora, penedias adustas, a serra-madre, plainos expostos aos ventos, enormes rochedos, redondos, ciclopes despejados de fabulosas naves, as orcas, repouso de mortos que arqueologia faz reviver, cruzeiros pontuando a serra, testemunhos da espantosa fé de um povo (ALMEIDA H. , 1997). A descrição continua e acompanhá-la surge uma imagem, cujo objetivo é delimitar o território das **Terras do Demo**, mas não há qualquer delimitação exata.

O itinerário tem como pontos principais Viseu, Sátão, Moimenta da Beira, Lapa, Tabosa, Carregal, Vila da Rua, Convento de S. Francisco, cruzamento do senhor dos Aflitos, Soutosa,

Vila Nova de Paiva e termina em Viseu. É subdividido em três etapas que transpõem os lugares literários para os espaços geográficos, que correspondem à bibliografia e à biografia do autor.

Aquilino Ribeiro Machado, filho de Aquilino Ribeiro, relata que alguns dos habitantes de Vila Nova de Paiva e das relações de Aquilino Ribeiro o questionavam pelo facto de ter apelidado aquelas terras de **Terras do Demo**:

Era eu ainda miúdo, já lá vão bem mais de quarenta anos, quando ouvi a Senhora Arminda Natário, mulher do Mestre Zé Veleira, de Soutosa, censurar meu pai num tom meio sério meio risonho “Que ideia foi a sua Senhor Doutor, de andar para aí a espalhar que eram do Demo, as nossas santas terrinhas??(...)

A propósito da delimitação, Aquilino Machado diz

*Estava eu no passado verão em Vila Nova de Paiva, ao balcão de um café, quando dois forasteiros abancam ao meu lado e um deles pergunta a uma rapariga de mini-saia que se adiantou para os atender - “Ouça lá menina, onde é que começam as Terras do Demo?” - “As **Terras do Demo**, respondeu ela com um largo sorriso, mas as Terras do Demo são **já aqui**”.*

Mais tarde, em 2003, no livro da coleção Rota dos Escritores: **Aquilino Ribeiro - o Fascínio e a Escrita da Terra**, Henrique Almeida refere que o autor apresenta na obra **Terras do Demo**, como sendo:

*(...) um auto de vita e moribus duma fração da humanidade portuguesa, ignota, terrível, heroica e mesquinha, pungida pelo drama da existência. Como era explorar um filão estupendo, breve se esgotou a primeira tiragem (...). O melhor galardão que o meu livro teve foi que desse o nome à corda dos povos romanceados. Não só para as demais terras do distrito, mas para aqueles lugares incrustados na Serra da Nave, passaram a ser as **Terras do Demo**.” “Pela primeira vez, a vitalidade dos habitantes serranos – de*

lugares tão ignotos como Seitosa, Ariz e Carregal – era levada à boca do placó da literatura portuguesa. A Beira abarcava todo o espaço da intriga romanesca, com o linguajar próprio, a paisagem, os costumes, as crenças, a religiosidade, a mundivivência rural, tipicamente serrana e aldeã (ALMEIDA, 2003, p. 89).

O site de viagens *Lifecooller*, em 2005 propõe num artigo de Élia Rodrigues, um Roteiro nas **Terras do Demo**. Esta passa pelos seguintes lugares: Barreiras (Vila Nova de Paiva); Queiriga (Vila Nova de Paiva), Soutosa (Sernancelhe), Serra da Lapa (Sernancelhe), Carregal (Sernancelhe); Aguiar da Beira; Vila da Ponte (Sernancelhe); Barragem de Vilar (Moimenta da Beira); Freixinho (Sernancelhe), Vila da Rua (Moimenta da Beira); Moimenta da Beira. Os lugares apresentados são justificados a partir da sua referência em algumas das obras de Aquilino Ribeiro (ÉLIA, 2005) (Figura 87).

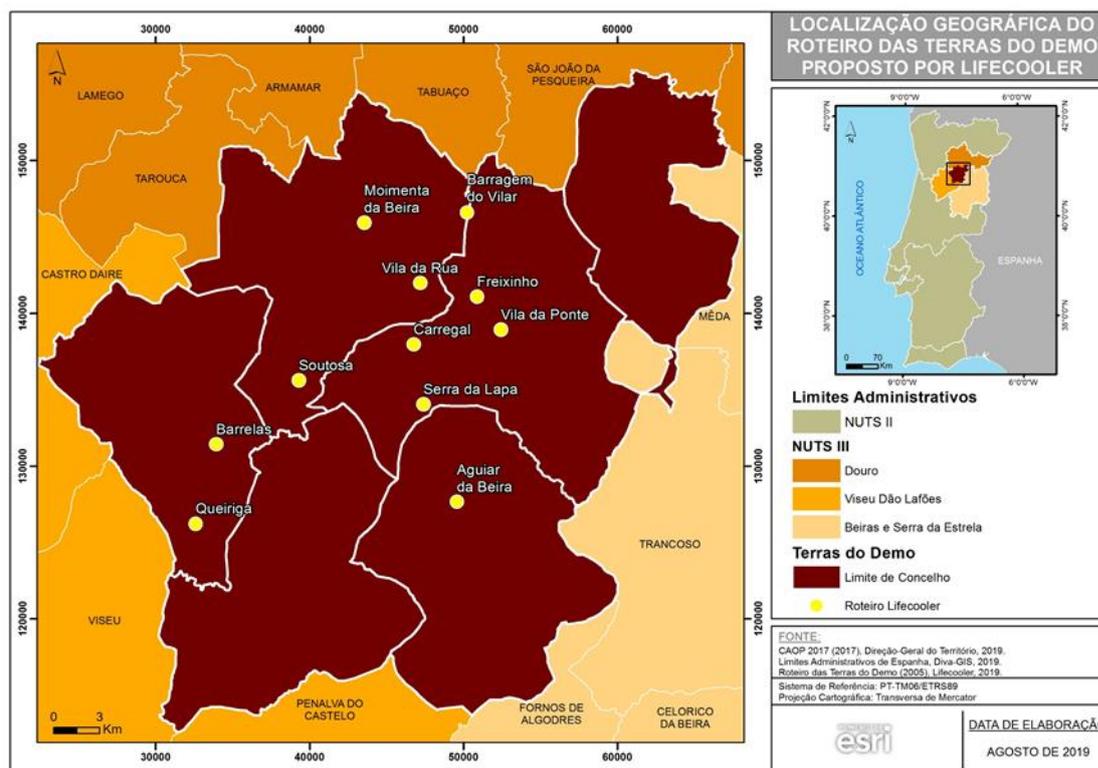


Figura 87 - Roteiro das Terras do Demo, *Lifecooller* (2005)

Fonte - Própria (2018)

Aquilino Machado Ribeiro, em 2006, na **Revista Aquilino nº1**, apresenta os seguintes elementos como pertencentes às **Terras do Demo**:

*Cheguei mesmo a escalar a zona chã da Serra da Nave, chamada lameira branca. Alcançava-se dali o grande círculo de relevos que demarcam o planalto beirão, uns atrás dos outros, a girar como um carrossel à desfilada, desde a Estrela até ao Açor, Bussaco, Caramulo, Gralheira, Montemuro, de envolta como Marão revestidos de branco caramelizado nas cumeadas e a transbordarem para as ravinas a sua cauda rebrilhante. (...). Na génese do escritor a vivência do território físico e humano a que chamaria **Terras do Demo** seria determinante. Nele a Serra da Nave figura como primeira referência, embora a Lapa constitua o verdadeiro centro geográfico e espiritual da região. O Santuário, com toda a sua legenda sacra e profana impregnou o imaginário dos povos serranos que integram a geografia sentimental de Aquilino (RIBEIRO, 2006, pp. 11-12).*

Mais recentemente Ana Isabel Queiroz (2007) refere-se às **Terras do Demo** como a materialização de uma paisagem literária. Segunda a autora:

(...) a generalidade dos textos literários descreve paisagens e desenvolvem-se em torno do espaço da narrativa. Muitas vezes esses cenários da imaginação do escritor remanescem das suas vivências e têm com a realidade uma ligação de verosimilhança capaz de criar nos leitores uma ilusão de conhecimento e uma identificação territorial, (QUEIROZ, 2007, p. 17).

Num artigo publicado, em 2006, a autora delimita geograficamente as **Terras do Demo** como o território que tem como limites externos: Peva, Ariz, Pera Velha, Caria, pertencentes ao concelho de Moimenta da Beira e Carregal, Lamosa e Quintela, freguesias do concelho de Sernancelhe (Figura 88).

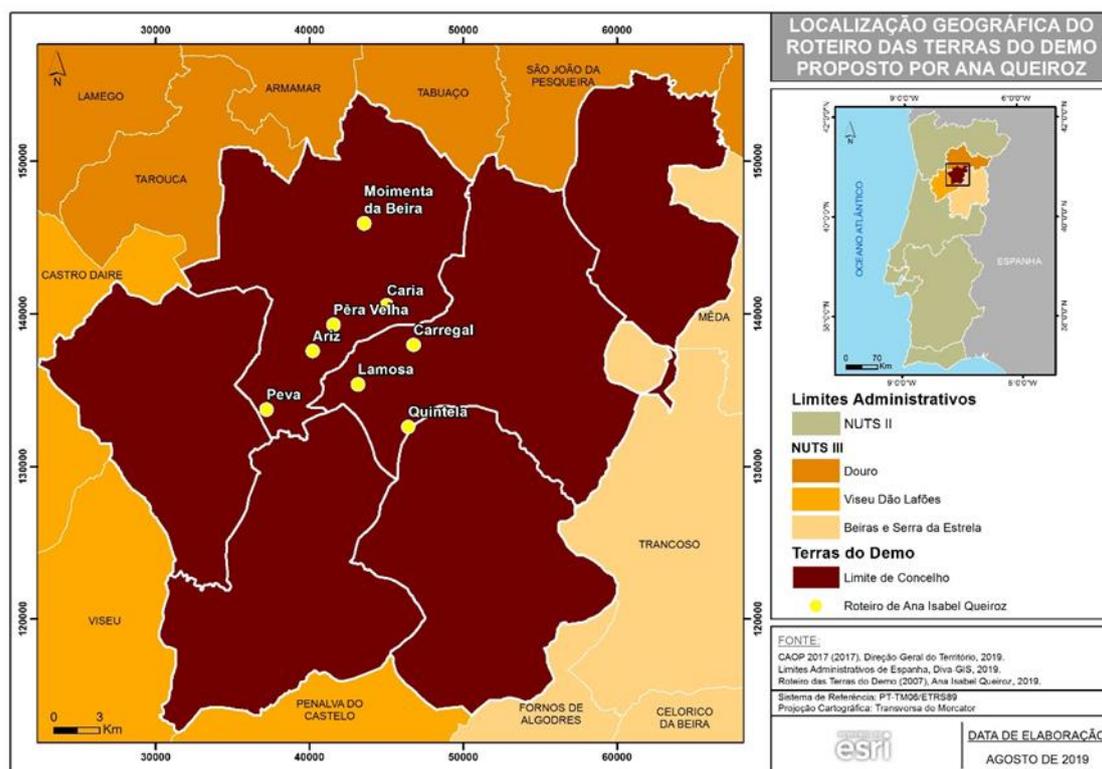


Figura 88 - Terras do Demo, Ana Isabel Queiroz

Fonte - Própria (2019)

Em 2008 no trabalho *Portugal Percurso de Interculturalidade, Matrizes e Configurações, Vol. III*, Ana Costa Lopes considera as **Terras do Demo**,

(...) como uma zona da Beira Alta, compreendida entre os concelhos de Vila Nova de Paiva e Moimenta da Beira, região onde Aquilino nasceu e de cujos traços caracterológicos retira inspiração, e que por ele é bem caracterizada, designadamente na zona da Serra da Nave. A vida dos serranos está com efeito fortemente dependente do meio geográfico agreste e avaro (LOPES, 2008, pp. 177-178) (Figura 89).

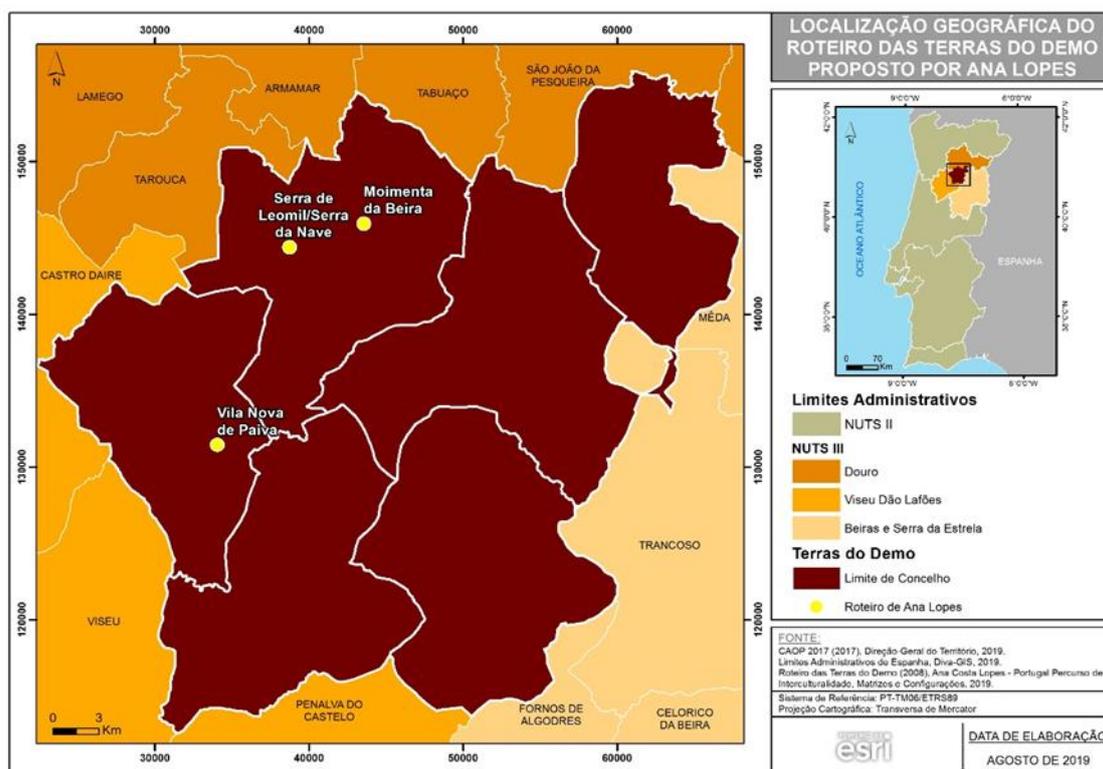


Figura 89 - Terras do Demo, Ana Isabel Costa Lopes

Fonte - Própria (2019)

No *Guia Turístico da Natureza, Paisagem – Geologia – Fauna – Flora - Turismo do Douro*, 2012, as **Terras do Demo** surgem delimitadas territorialmente pelas Serras da Nave e Leomil:

Os municípios de Moimenta da Beira, de Sernancelhe e de Penedono integram-se num ambiente de transição, mais continental, por se encontrarem inseridos nos planaltos mais interiores, onde já se evidenciam características do maciço Central. O seu enquadramento geográfico tem como pontos de referência encostas, verdes colinas, veigas e vales dos rios Varosa, Paiva, Távora e Torto bem como as Serras de Leomil e da Nave. (...) É um território ecológico e límpido, um hino à natureza afagado pelo murmúrio dos ventos varredores que se afeiçoam silenciosas ermidas, morros graníticos, soutos e os gestos dos homens. Assenta em pilares ancestrais de um

território austero, a que Aquilino chamou “Terras do Demo”, não por serem malditas, mas por serem duras e indomáveis, que transmitiram às suas gentes, aos seus mundos interiores, às suas vivências e às suas tradições e tragédias (TAPADA, 2012, p. 91)

(Figura 90).

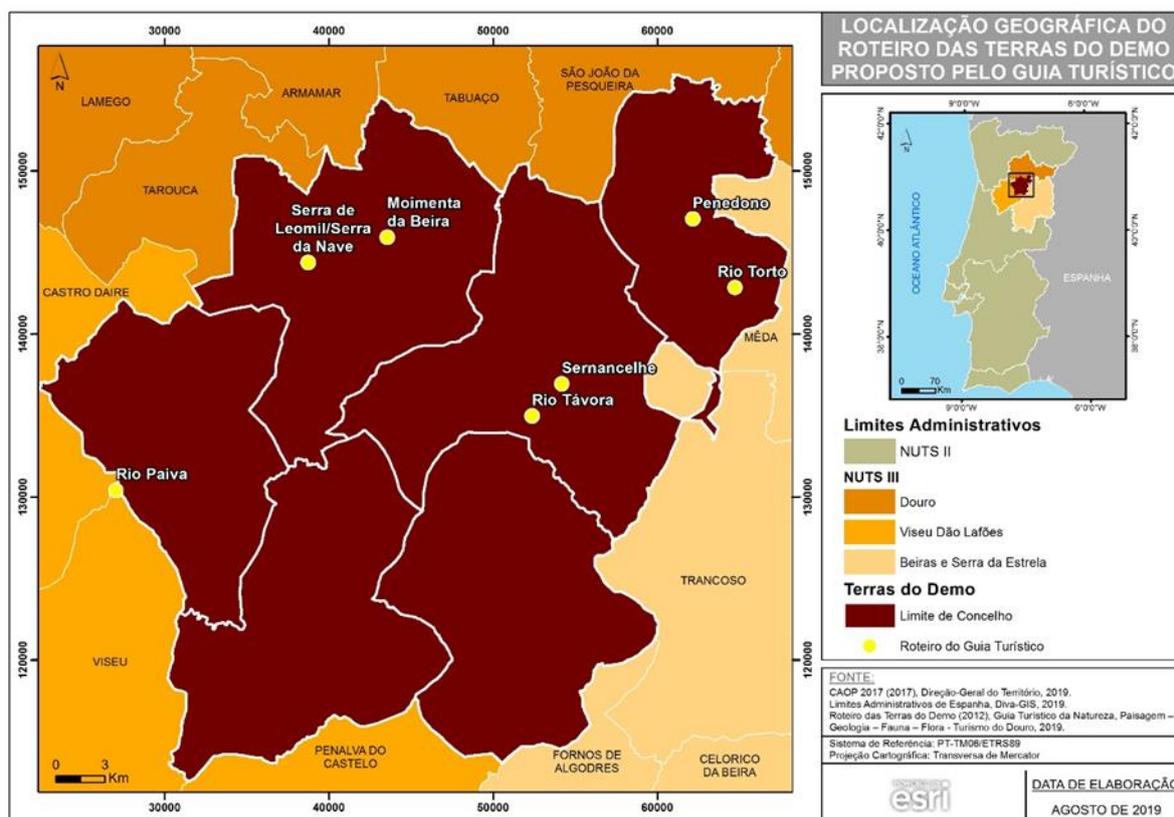


Figura 90 - Guia Turístico da Natureza - Turismo do Douro

Fonte - Própria (2019)

No Guia Turístico *Aldeias do Norte de Portugal - Porto e Norte* (2014), publicado pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal, identifica como **Terras do Demo** as paisagens da Serra da Lapa, de modo particular o Lugar da Lapa em Sernancelhe,

(...) importante lugar de peregrinação onde as grandes pedras graníticas são marcas da rudeza e da aridez local. A Lapa é, aliás, uma pedra de granito, formando uma

gruta, que por estar protegida, terá servido de refúgio à Nossa Senhora que dá o nome ao Santuário, sendo hoje um local de peregrinação nacional (FERREIRA, 2014, p. 122) (Figura 91).

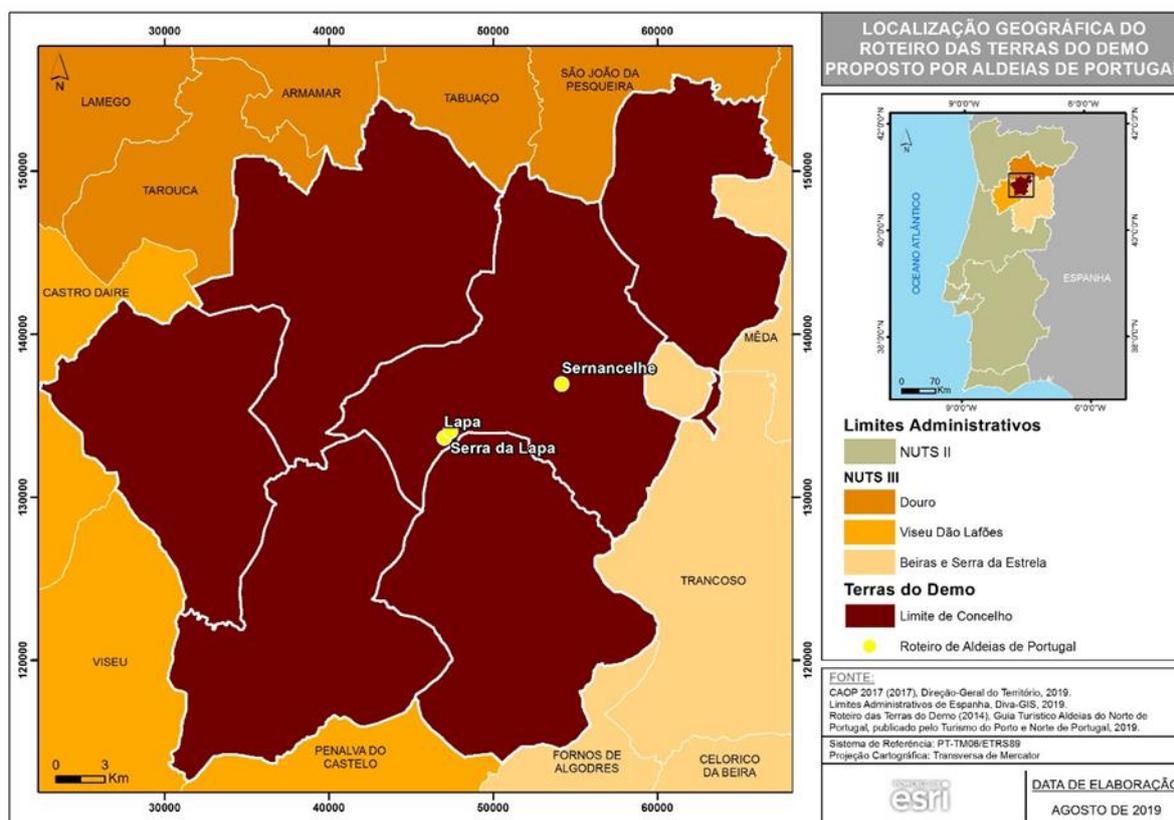


Figura 91 - Guia Turístico, *Aldeias do Norte de Portugal - Porto e Norte*

Fonte - Própria (2019)

Consciente do cada vez maior interesse que o turismo literário desperta na população nacional e estrangeira, a Direção Regional de Cultura do Norte, reuniu uma série de espaços dedicados aos autores nacionais e desenvolveu o projeto *Escritores a Norte*, apresentado em 21 de julho 2015. Trata-se de um projeto que encerra um conjunto de destinos, rotas e materiais com o objetivo de dinamizar os territórios e ao mesmo tempo educar os visitantes. Um dos autores que integram este projeto é Aquilino Ribeiro (NORTE, 2015).

No referido trabalho surgem como pontos do roteiro Aquilino – Soutosa, Sernancelhe, Lamego, Santuário da Lapa (Quintela- Vila Nova de Paiva), Quintela (Sernancelhe), Carregal,

Alhais, Barrelas (Vila Nova de Paiva), Leomil (Moimenta da Beira), Aldeia da Lapa, como podemos verificar na Figura 92.

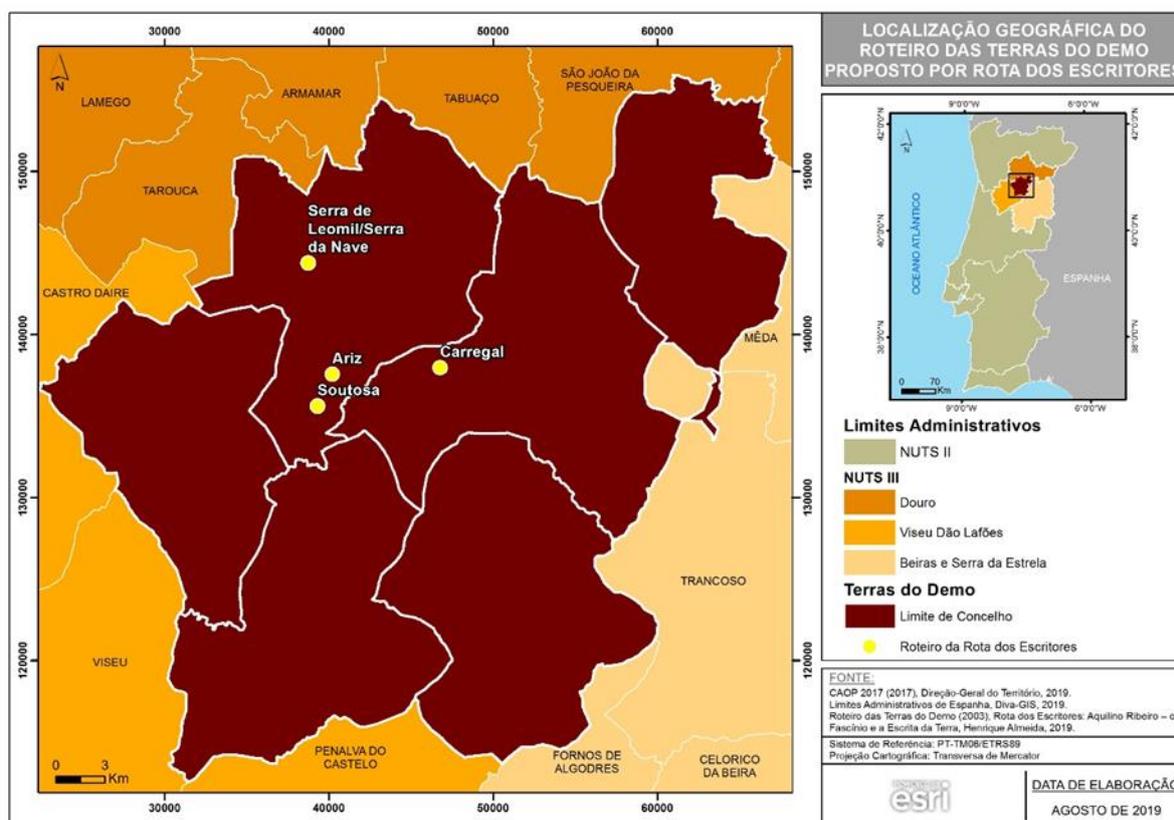


Figura 92 - Pontos do *Roteiro Escritores a Norte*

Fonte - Própria (2019)

Ainda em 2015, Lino Ramos, da *Revista Descla*, apresenta um roteiro designado por *Amor nas Terras do Demo*, delimitando este território como: *As Terras do Demo são um vasto território que sai de Viseu, capital de distrito, seguindo em direção a Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e aldeia de Soutosa, passando por Sernancelhe* (RAMOS L. , 2015) Em novembro do mesmo ano, o mesmo autor apresenta *Na Rota de Aquilino, um beirão de honra*. Começa a rota em Carregal, Sernancelhe, passa pela Lapa, Lamego, Paris, Lisboa, Soutosa (Moimenta da Beira). De forma sumária passa pelos lugares mais marcantes da vida de Aquilino Ribeiro (Figura 93).

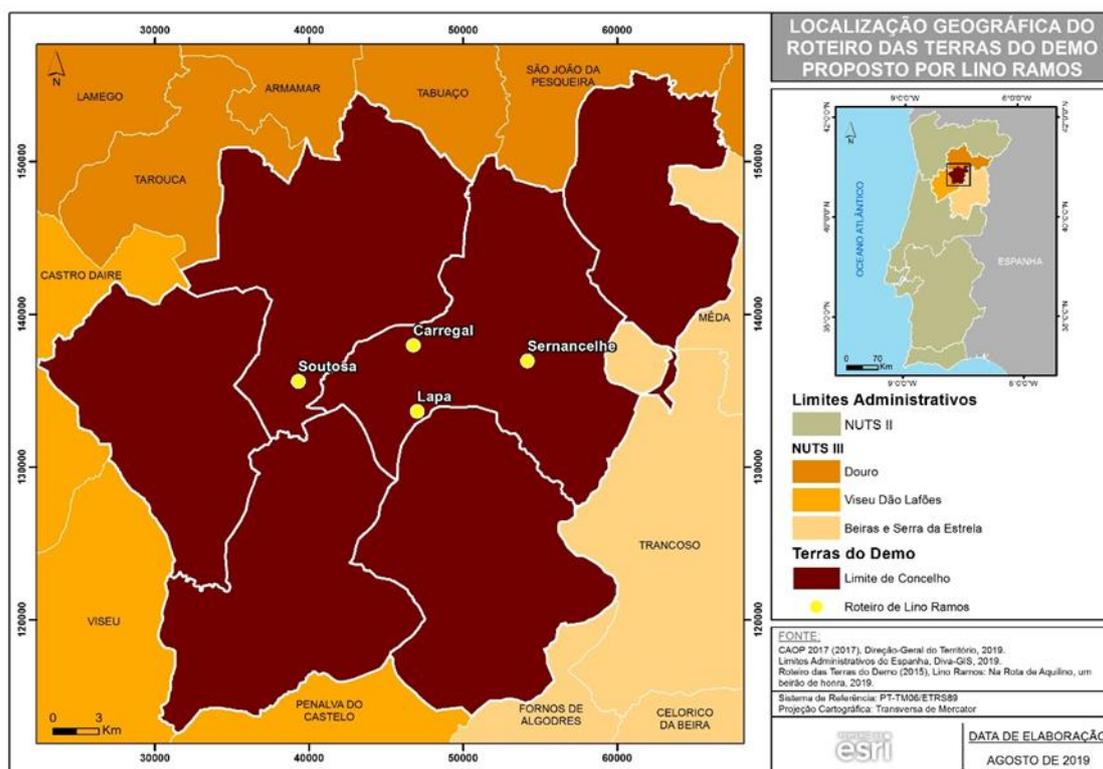


Figura 93 - Pontos do roteiro de Aquilino Ribeiro, Lino Ramos

Fonte - Própria (2019)

Em fevereiro de 2015, no Jornal Digital Mapa, o autor NUNES F. (2015), apresenta num artigo intitulado:

*Terras do Demo, três percursos pedestres definidos em função da obra do autor e elenca os seguintes lugares: Soutos, Segões, vale do rio Paiva, Serra da Lapa, Serra de Leomil; Barragem de Vilar, Vale do Távora, Vilar, Vide e Rua, e Prados. Apresenta ainda uma justificação para a designação destas serranias **Terras do Demo**, que não a partir do latim demoníaco de daemon. Talvez derivem antes do grego primitivo de daímon, génio natural bom ou mau, tal qual as gentes e os lugares; ou talvez mais acertadamente, Terras do grego dêmos, que exprime a noção do povo. O povo que encontramos na vindima comunitária e não o povo suspenso nos credos da demo*

cracia, pelo qual o elemento grego de composição krátos exprime a noção de governo e poder (NUNES, 2015) (Figura 94).

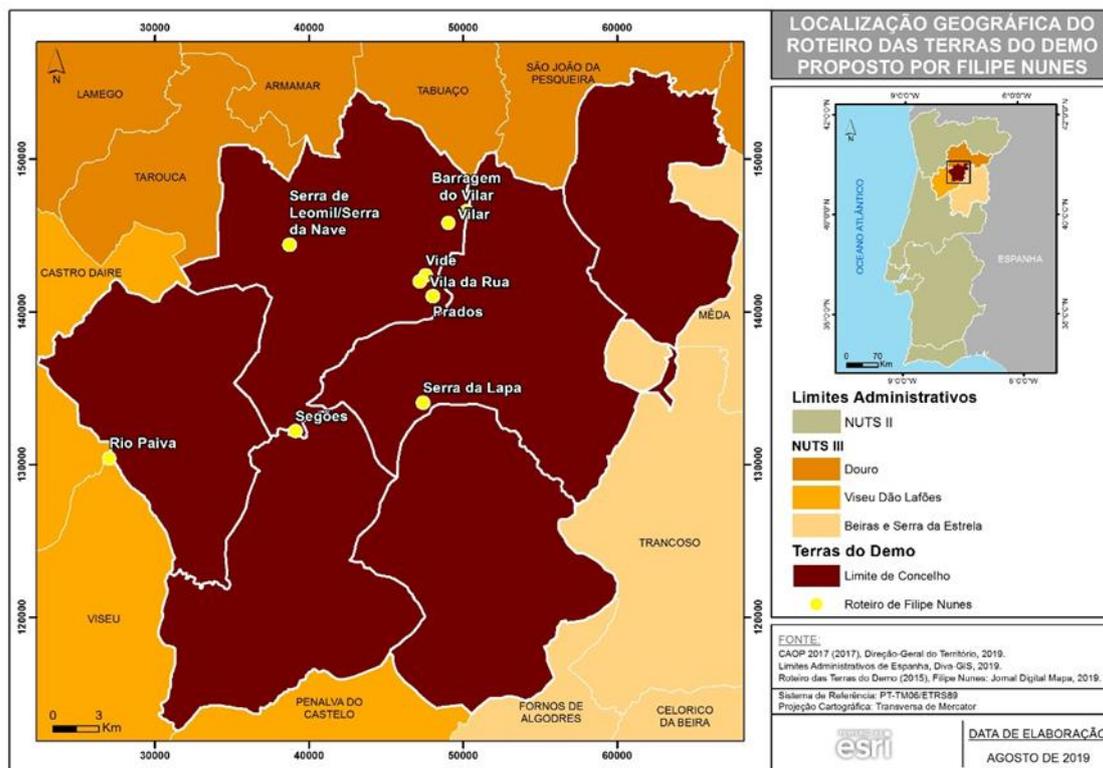


Figura 94 - Roteiro Terras do Demo, Filipe Nunes

Fonte - Própria (2019)

Na Revista Aquilino, CORREIA (2016), afirma que,

Aquilino está ali, na obra, de corpo inteiro, sempre, Aquilino, nado e criado nas Terras do Demo, pátria de fronteira incerta, arredios caminhos que El Rei nunca trilhou mas onde os seus ministros quebravam foros, chão onde o seu numinoso céu se revelava em penedais que era abrigo de pastoras ou em capelinhas erguidas no visio dos montes ou escondidas em úberes valejos, lá onde os homens se multiplicaram, eles e os gados, desde as antas, as orcas, das suas legendas, terras que regaram de sangue e suor para delas arrancar fruto cainho, pouso sagrado das cinzas que sempre ali quiseram deixar

na campa rasa onde demoravam as cinzas de seus pais. Terras do Demo, que ficaram sempre como cenário de retrato, não fantasioso cenário armado no vão de uma porta por esses fotógrafos, andarilhos com alma de poeta, vagabundeando no verão por adros de romaria, não idílica da construção de cena de fotógrafo de vila ou de cidade onde pousavam meninos da comunhão, jovens acabados de casar, onde pousavam, vestindo de azul ou com traje de caqui marinheiros e soldados, lavando num traje emprestado a riqueza que não tinham os emigrantes que nem sempre voltavam do Brasil, (CORREIA, 2016, p. 18)

NETO (2017), Diretor da Revista Literária Aquilino, numa entrevista realizada em novembro de 2017, diz que:

Terras do Demo é o título do romance publicado em 1919 e que se situa espacialmente entre a "velha Barreiras de um sino" e a Lapa, num cenário telúrico e com alguma bestialidade primária de seus protagonistas, muito decorrente dos impulsos mais básicos do Ser Humano. As Terras do Demo, comumente, são Sernancelhe, Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva. De certa forma, os topos atravessados pelos planaltos da Nave e Lapa. Sernancelhe onde nasce (Carregal), Alhais (Vila Nova de Paiva) onde é batizado e Soutosa, Moimenta, onde herda casa. No prefácio da obra referida, Aquilino explica com clareza o porquê da designação, do "Demo", não porque o "mafarrico" por ali andasse, mas por Cristo não ter por lá gastado sandália... Tornando-as imensamente sáfaras (NETO, 2017), (Figura 95).

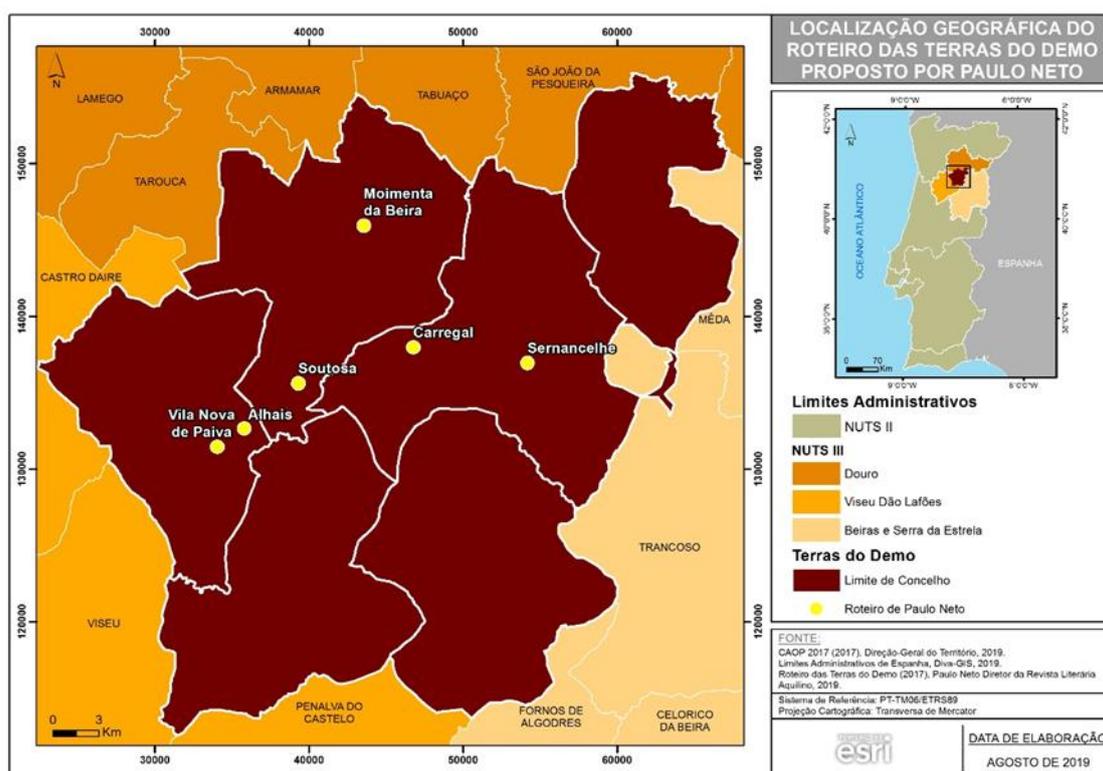


Figura 95 - Terras do Demo, Paulo Neto (2017)

Fonte - Própria (2019)

Como podemos verificar torna-se complexa a delimitação territorial das **Terras do Demo**, não só a partir dos trabalhos já realizados, que não são consensuais em termos dos limites como a partir da obra literária de Aquilino Ribeiro, que também não é claro em relação à sua efetiva delimitação. Se acrescentarmos a esta discussão a opinião da população local, mais complexa se torna esta delimitação. No entanto, considerámos de extrema importância perceber que territórios pertencem às **Terras do Demo** de acordo com a perceção popular.

5. Terras do Demo - Perceção Popular

A partir da delimitação apresentada por Carlos Alberto Medeiros, no seu trabalho *Terras do Demo – Aspectos Geográficos* – 1985, optámos por considerar os concelhos de Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva. Acresce ainda o facto

de estes serem os concelhos que após revisão da literatura, surgem mais vezes associados às **Terras do Demo** (Figura 96).

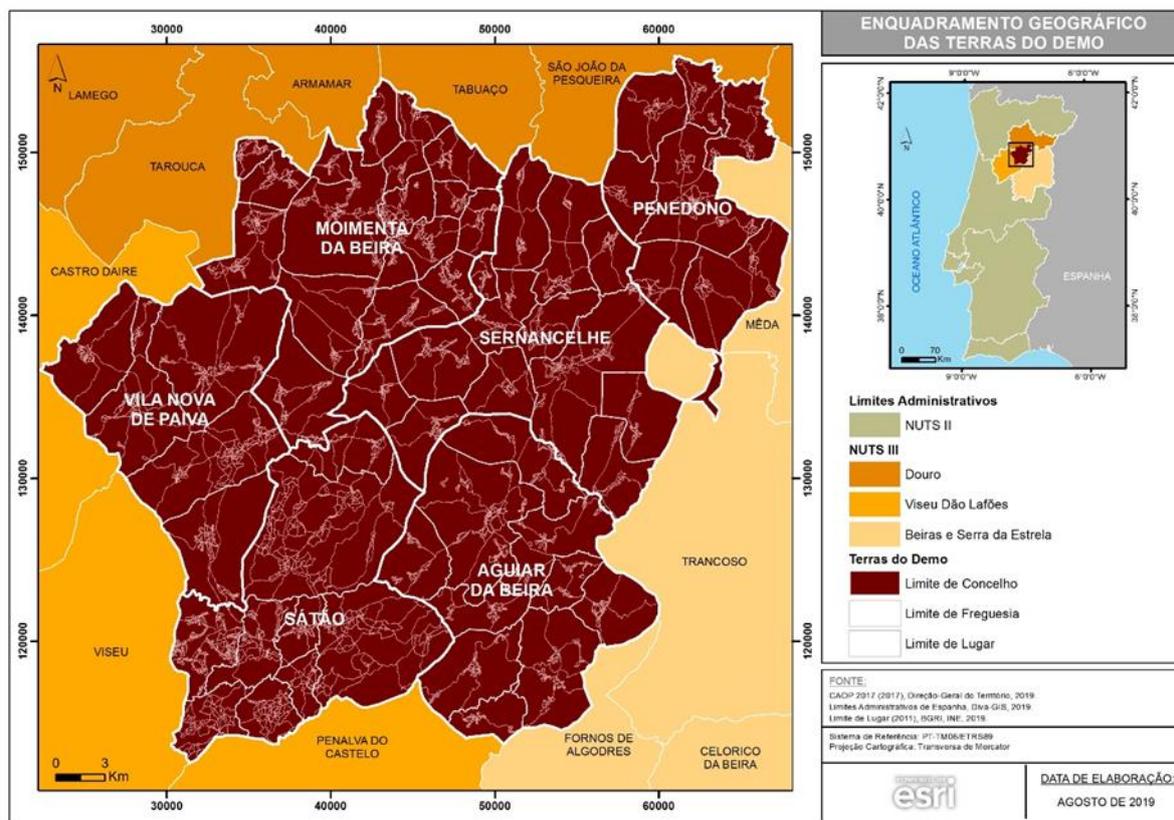


Figura 96 - Enquadramento Geográfico das Terras do Demo

Fonte - Própria (2019)

A delimitação de um território literário não pode ser feita sem entrarmos em consideração com a opinião das populações locais.

Para recolhermos a informação tivemos como base o trabalho elaborado por CRAVIDÃO (1988), aplicado às Terras da Gândara. O inquérito foi adaptado, com vista à recolha da perceção da população das **Terras do Demo** relativamente ao conhecimento que estas têm da designação e do autor Aquilino Ribeiro (Figura 97).

Terras do Demo

Nº de inquérito _____

Local de inquirição _____

Localidade de inquirição _____

Com base na noção popular de Terras do Demo, utilizada por Aquilino Ribeiro num dos seus livros, por favor responda ao seguinte inquérito.

Data ___/___/___ Sexo: Masc. Fem.

Localidade de Residência: _____ Freguesia: _____

Ano de nascimento: _____

Habilitações literárias: _____ Profissão: _____

Conhece a obra *Terras do Demo* de Aquilino Ribeiro? Sim Não

Reside nas *Terras do Demo*? Sim Não

Para si quais são os concelhos que integram as *Terras do Demo*?

Aguiar da Beira

Castro Daire

Lamego

Moimenta da Beira

Penedono

Sátão

Sernancelhe

Tabuaço

Tarouca

Vila Nova de Paiva

Outro, qual? _____

Obrigada pela colaboração!

Figura 97 - Inquérito Terras Do Demo

Fonte - Adaptado de CRAVIDÃO (1988)

Assim, do universo de 41 928 habitantes, de acordo com o Recenseamento Geral da População de 2011, distribuídos pelos seis concelhos suprarreferidos, definimos uma amostra aleatória de 100 inquéritos em cada um dos concelhos, conforme podemos observar no Quadro 16. De modo a garantir a representatividade da amostra, os inquéritos foram lançados nas diferentes freguesias dos concelhos da área de estudo definida, no entanto, pela ausência de inquiridos, a maior parte das respostas foram dadas nas sedes de concelho, onde mais facilmente conseguimos encontrar população.

Quadro 16 - Distribuição da População Residente por Concelho

Concelho	População Residente 2011	Inquéritos
Aguiar da Beira	5 473	100
Moimenta da Beira	10 212	100
Penedono	2 952	100
Sátão	12 444	100
Sernancelhe	5 671	100
Vila Nova de Paiva	5 176	100

Fonte - Recenseamento Geral da População, INE, 2011

Os dados recolhidos foram analisados com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 25, com um nível de significância definido para $p < 0.05$. A normalidade das distribuições foi analisada através do teste *Shapiro-Wilk*.

A análise descritiva das variáveis quantitativas incluiu a determinação do valor mínimo, máximo, média e desvio-padrão. O *Teste t* para amostras independentes permitiu determinar diferenças entre grupos relativamente às variáveis contínuas medidas. A associação entre variáveis nominais foi determinada através do teste Qui-quadrado.

Da análise dos resultados chegámos às seguintes conclusões apresentadas no Quadro 17.

Quadro 17 - Caracterização sociodemográfica da amostra

Características	
Sexo, %	
Feminino	62,2
Masculino	37,8
Idade (anos)*	43,1±19,7 [12,0-87,0]
Habilitações literárias, %	
Ensino Básico	54,1
Ensino Secundário	8,1
Licenciatura	27,0
Mestrado	5,4
Estudante	5,4
Profissão, %	
Estudante	13,5
Reformado/a	10,8
Comerciante	10,8
Agricultor	8,1
Professor	5,4
Motorista	5,4
Funcionário Público	5,4
Técnica de Turismo	2,7
Taxista	2,7
Outra	35,2

*média±desvio-padrão [mínimo-máximo]

Fonte - Própria (2019)

Da análise dos resultados destacamos as seguintes conclusões: 62,2 % dos inquiridos são do sexo feminino e, 37,8 % do sexo masculino; 70,8% da população inquirida pertence ao grupo etário dos adultos e, 22,5% da amostra ao grupo etário dos idosos (Figura 98).

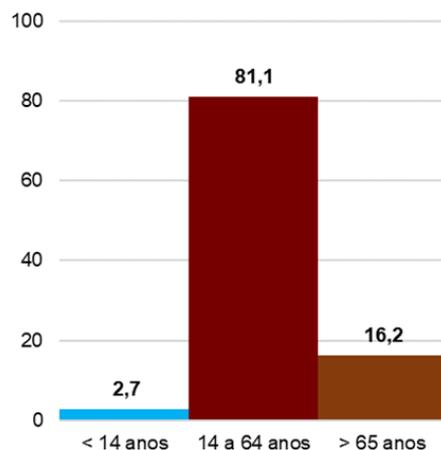


Figura 98 - Distribuição da Amostra por Grupos Etários

Fonte - Própria (2019)

A idade da amostra foi, em média, $43,1 \pm 19,7$ anos (intervalo de confiança de 95%) e a maior parte (54,1%) tinha apenas o Ensino Básico. As profissões mais frequentes verificadas na amostra em estudo enquadram-se na população não ativa (Figura 99).

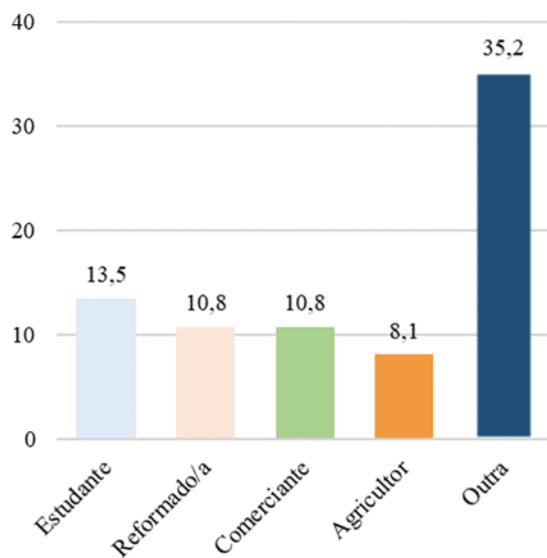


Figura 99 - Distribuição da Amostra por Profissão

Fonte - Própria (2019)

Em relação às habilitações literárias, é expressiva a dimensão dos inquiridos com apenas o ensino básico: cerca de 63%, como podemos comprovar pelo quadro anterior.

A maioria dos entrevistados (67,6%) residia nas *Terras do Demo*, mas menos de metade (48,6%) referia conhecer a obra *Terras do Demo* de Aquilino Ribeiro (Figura 100). O teste do Qui-quadrado foi aplicado de forma a procurar uma associação entre a residência na região referida e o conhecimento do livro. De facto, indivíduos que residem nas *Terras do Demo* têm uma tendência significativa para o conhecimento da obra de Aquilino Ribeiro ($\chi^2=3,976$; $p=0,046$).

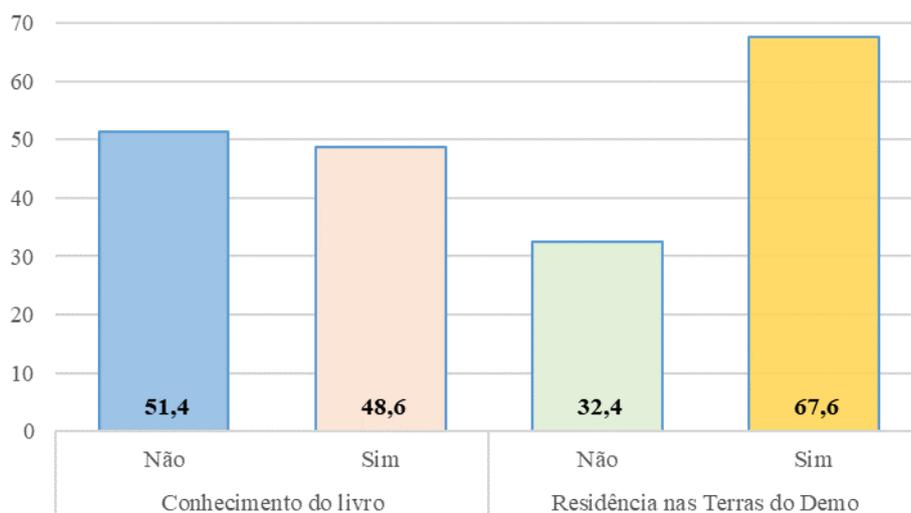


Figura 100 - Conhecimento do livro *Terras do Demo* e residência nas Terras do Demo

Fonte - Própria (2019)

A Figura 101 representa as respostas afirmativas dos entrevistados sobre quais as regiões sabia pertencer às *Terras do Demo*. Moimenta da Beira foi a região mais frequente identificada com parte integrante (91,2%), seguida de Sernancelhe (70,6%), enquanto que São João da Pesqueira e Meda foram apenas identificadas em 2,9% das respostas.

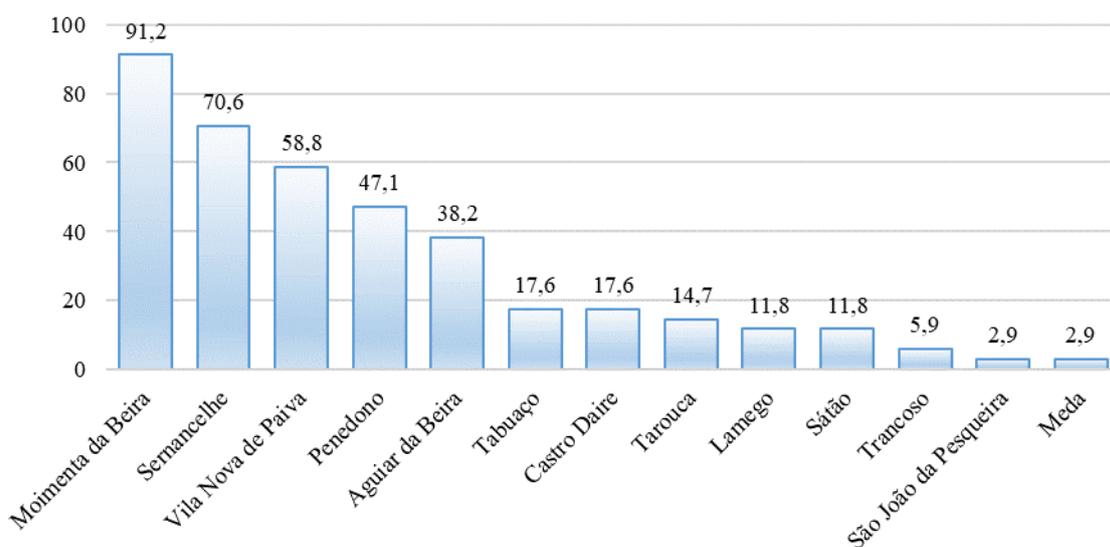


Figura 101 - Percepção popular das regiões constituintes das Terras do Demo

Fonte - Própria (2019)

Na procura por fatores sociodemográficos associados a um maior conhecimento da obra “Terras do Demo”, de Aquilino Ribeiro, procedeu-se à análise comparativa das variáveis recolhidas nos inquéritos entre indivíduos que conhecem e não conhecem o livro referido. Não foi detetada nenhuma associação ou diferença significativa entre os grupos.

A Figura 102 representa a comparação da percepção das regiões que pertencem às Terras do Demo de acordo com o conhecimento da obra de Aquilino Ribeiro. O conhecimento deste livro está significativamente associado à percepção de Vila Nova de Paiva com parte integrante das Terras ($\chi^2=12,099$; $p= 0,001$).

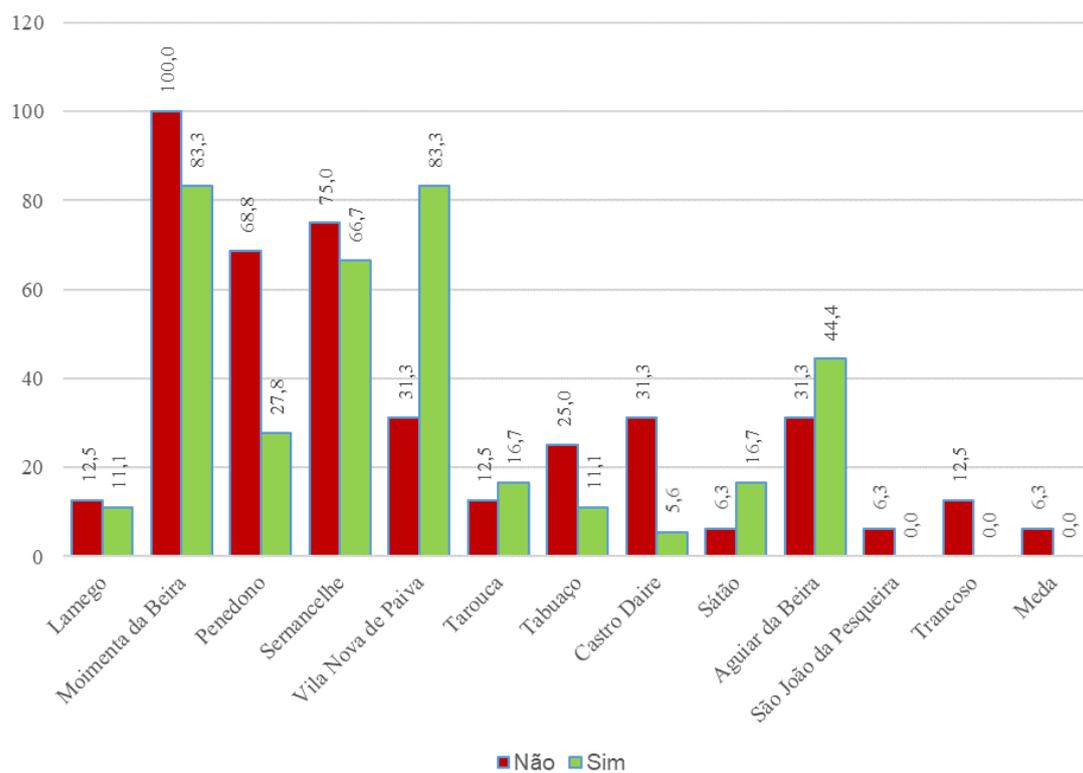


Figura 102 - Perceção popular e da obra de Aquilino Ribeiro

Fonte - Própria (2019)

Em função da perceção da população local obtemos a especialização das Terras do Demo apresentada na Figura 103.

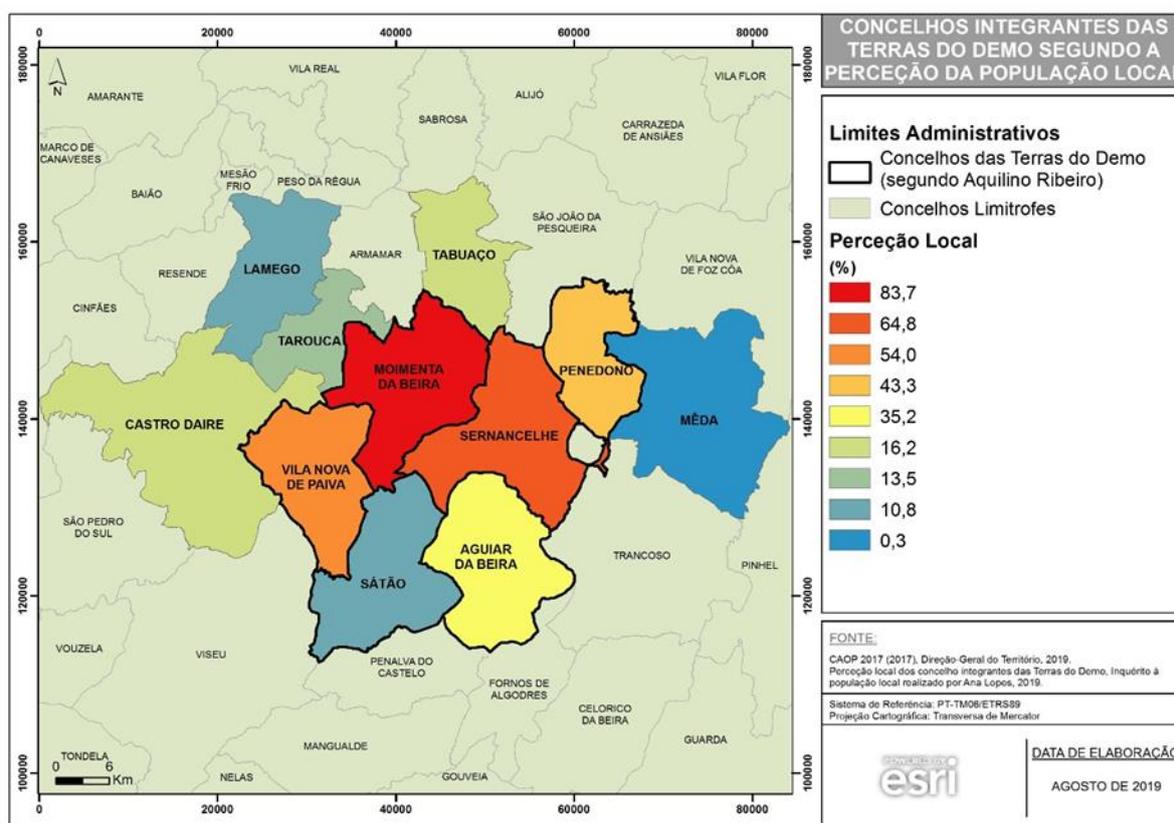


Figura 103 - Perceção da População Local

Fonte - Própria (2019)

Da análise dos resultados podemos verificar que para além dos concelhos de Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva, os concelhos limítrofes também assumem alguma representatividade. No entanto, esta realidade pode ser justificada pela proximidade/contiguidade geográfica e pelas ligações existentes entre as comunidades. Destacamos desta situação, o concelho de Lamego, pois biograficamente foi um espaço vivido por Aquilino e a sua associação ao território é comum. Aquilino Ribeiro depois de frequentar o Colégio Jesuíta da Lapa, a 1 de julho de 1900, passa a frequentar o Colégio Roseira, atual Colégio da Ortigosa, em Lamego. A obra Arcas Encoiradas, de 1953, faz várias referências a Lamego e ao percurso, que tantas vezes fez com o pai, a partir de Soutosa, para ir fazer os exames escolares.

6. Síntese

As **Terras do Demo** correspondem a um espaço geográfico, onde decorre a vida do autor e as vidas dos protagonistas das suas obras, que as caracterizam como rudes e avaras. Esta descrição continua, ainda hoje, decalcada nas vivências e nos modos de vida das populações locais, desfavorecidas nos seus recursos, muito tempo isoladas e marginalizadas - o que, em parte, ainda hoje acontece.

A narrativa de alguns escritores reporta-se, por vezes, a determinados territórios sentimentais que servem de base à criação simbólica de cenários literários. Essa identificação está subjacente em muitas das suas obras literárias, sobretudo nas de natureza ficcional, despertando sentimentos de identidade e de pertença junto de quem compare os cenários descritos com os territórios reais. Em consequência, a descrição literária pode desempenhar um papel determinante na definição e na descoberta de novos roteiros turísticos a partir das memórias guardadas pelos leitores (MACHADO, s/d, p.103).

Os territórios literários correspondem assim ao somatório dos lugares que se relacionam com a vida do autor e os espaços ficcionados onde decorrem os enredos dos seus personagens.

A definição de um território literário contempla obrigatoriamente os lugares não só descritos nas obras do autor, mas também os espaços vividos, pelo mesmo. No território em estudo a delimitação é vaga, não havendo um consenso relativamente aos espaços geográficos designados pelo autor, contudo a contiguidade espacial e paisagísticas e as características sociais e económicas do território confrontando com a escrita do autor, faz todo o sentido que considerar os seis concelhos apresentados: Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva (Figura 104).

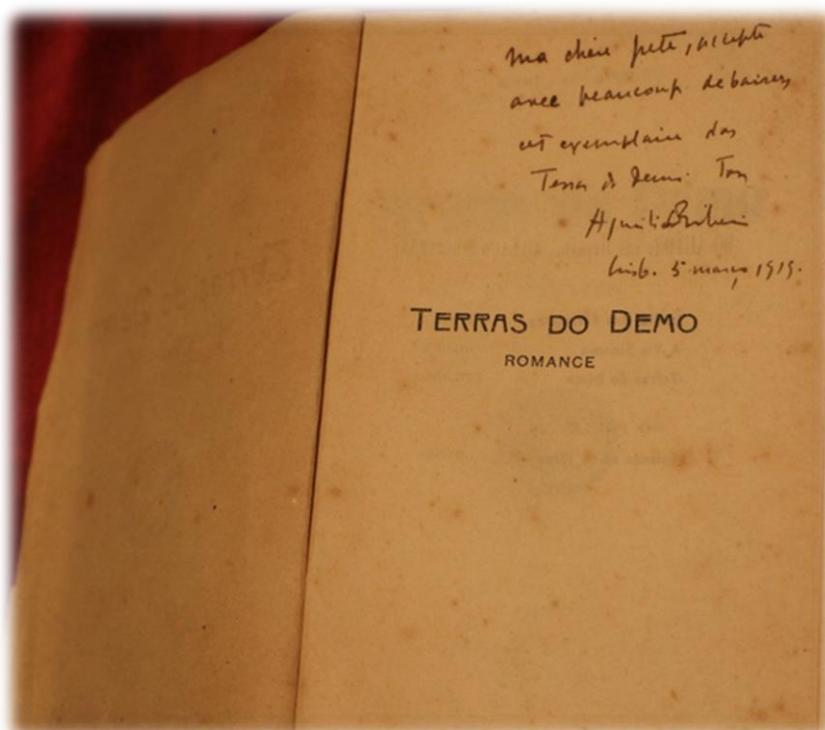


Figura 104 - Livro Terras do Demo com Dedicatória de Aquilino Ribeiro

Fonte - Própria (2018)

A recolha dos dados foi um processo longo e moroso, por vezes inglório, devido à ausência de população que respondesse. Nas sedes de concelho, pela maior dinâmica demográfica o processo decorreu, com a normalidade inerente a estes trabalhos.

Nos concelhos de Sernancelhe e Moimenta da Beira, principalmente, nas suas freguesias rurais, onde Aquilino passou parte da sua infância, juventude e posteriormente, na idade adulta, se recolheu e viveu com a esposa e os filhos, existem ainda muitos geosímbolos construídos, que não deixam esquecer e marcam na paisagem a presença do autor. Destacamos, por exemplo, na freguesia do Carregal, ainda existe a casa onde nasceu, na Lapa, o santuário mantém a sua imponência, paredes meias com o Colégio Jesuíta que o autor frequentou e em Soutosa, a casa senhorial, datada do século XIX onde viveu com os pais e herdou em 1918, seu refúgio em muitas situações e atualmente sede da Fundação Aquilino Ribeiro. Também não é raro encontramos ruas, ou equipamentos públicos com a toponímia do autor.

Apercebemo-nos que não existe um conhecimento aprofundado da obra, no entanto, o nome do autor é reconhecido, por vezes não necessariamente como escritor, mas como alguém de destaque “importante”, nas palavras dos habitantes.

Não podemos deixar de referir, e isto foi algo que surgiu pelas longas conversas que fomos tendo, com quem tinha todo o “tempo do mundo para falar”, porque ali o tempo passa devagar ao sabor do nascer e por do sol e dos ciclos agrícolas e das necessidades do gado, que apesar de irem acontecendo algumas iniciativas subjacentes a Aquilino, estas são muito mais para quem vem de fora do que para quem la permanece. Há uma certa mágoa em relação à conotação Terras do **Demo**, pois as” terras e os habitantes são de Deus”. Também foi notário o descontentamento em relação à ausência de estratégias de articulação entre os diferentes territórios.

Encontrámos pessoas generosas, muito humildes, ávidas de transmitir aquilo que são os seus saberes e práticas e de contar as suas estórias de vida comunitária, de interajuda e sedentas de poder voltar a ver vida naqueles espaços. Além do património catalogado, porque material e visível, existe um filão prestes a apagar-se com o tempo, de saberes e práticas que não têm registo ou continuidade, nomeadamente no que diz respeito à gastronomia, cultura, alguma dela representativa da simbiose perfeita entre o sagrado e o profano, entre a ciência e o oculto.

CAPÍTULO VII - TURISMO LITERÁRIO DAS TERRAS DO DEMO: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO/VALORIZAÇÃO

No nosso caminho topávamos Alvite, povo de repululamento larvar, tudo gente miúda e fina de feições, jogadores de naífa, chatins, bulfurinheiros de profissão. Sentia-se o casario pelo halo humano, o cantar dos galos e o empilhamento dos volumes. Uma rara telha vermelha chamejava a nossos olhos. Cal ignorava aquele acervo de pedra solta o que fosse. Nós passávamos à debanda, seguidos pelo olhar curioso de uma alvitana negra e olhar rapa, que lidava nas hortas, como gente do outro planeta (RIBEIRO, 1974, pp. 222 - 223).

1. O Património Literário

O património rural ficará para sempre imortalizado na escrita regionalista de alguns escritores portugueses. São deste exemplo, Eça de Queiroz, Alexandre Herculano, Miguel Torga, e no caso do presente estudo, Aquilino Ribeiro, conforme já tivemos oportunidade de referir.

Estes autores, através dos seus romances e novelas, colocaram nas páginas dos livros as descrições dos costumes populares, a descrição dos comportamentos das comunidades locais, os seus modos de vida, a sua gastronomia, as vestimentas, as profissões, as características linguísticas, as relações sociais, as superstições, a religião, as alegrias que sentiam e os tormentos porque passavam.

Os autores descem obrigatoriamente à terra e às suas fortes ligações anímicas, sociais e culturais, entrosando tudo com a geografia típica da província onde a ação se desenrola com o modo de vida das populações que retratam (LOPES, s/d, p. 161).

O declínio acentuado da agricultura e simultaneamente a diminuição da população, nas regiões do interior do país, a maioria delas dependente única e exclusivamente desta atividade, viram

no turismo a solução para conjuntamente esbater o quadro de despovoamento e para salvaguardar e valorizar as paisagens, os territórios, os sítios, os monumentos, as tradições, em suma os seus património(s) permanentemente em risco de esquecimento acompanhando os arautos que os criaram e que acabam por sucumbir com o passar da idade, não tendo a quem deixar o seu legado.

O património presta-se a ações pedagógicas, turísticas, sociais e políticas sofrendo processos de refuncionalização, que mais não são do que a apresentação de um caminho de retorno aos tempos áureos destes elementos nos seus contextos geográficos, mudando os seus atores. Estes passam a ser os turistas que vivenciam os lugares e procuram de todas as formas assimilar as sensações, que lhes são facultadas pelo contacto *in loco* com a realidade rural.

Nos espaços rurais a perspetiva de salvaguarda patrimonial tem como maior preocupação a conservação da paisagem no seu conceito holístico e não a valorização de elementos materiais isolados, que muitas vezes são retirados do seu contexto natural e colocados em museus para que a sua existência continue a ser uma realidade, acessível a todos, sendo este um trabalho de grande relevância e importante para a preservação de elementos culturais e formas de fazer e saber fazer mais tradicionais.

É inevitável a referência à relação que existe entre o património e o seu contexto temporal. Com os processos de patrimonialização aquilo que se pretende não é a mumificação dos espaços e do seu património, mas a sua revitalização, sem, contudo, perder a sua essência, a matriz cultural dos territórios.

Assim devemos entender o património numa perspetiva integral e cultural, porque na realidade os elementos patrimoniais resultam das criações dos grupos humanos no espaço e no tempo.

O património é definido como a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos. O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação. O património não se limita a um tempo, nem passado nem futuro. Usamos o património de ontem para construirmos o património de amanhã, porque a cultura é,

por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento (ICOMOS, 1982).

De acordo com a UNESCO,

o património, sob todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas (UNESCO, 2001).

O património cultural, por sua vez constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam como seus, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares bem como a sua evolução ao longo do tempo (EUROPA, 2005, artigo 2.º).

De modo a simplificar a análise dos elementos patrimoniais utilizaremos a classificação de (MACAYA, 2006), (Figura 105).

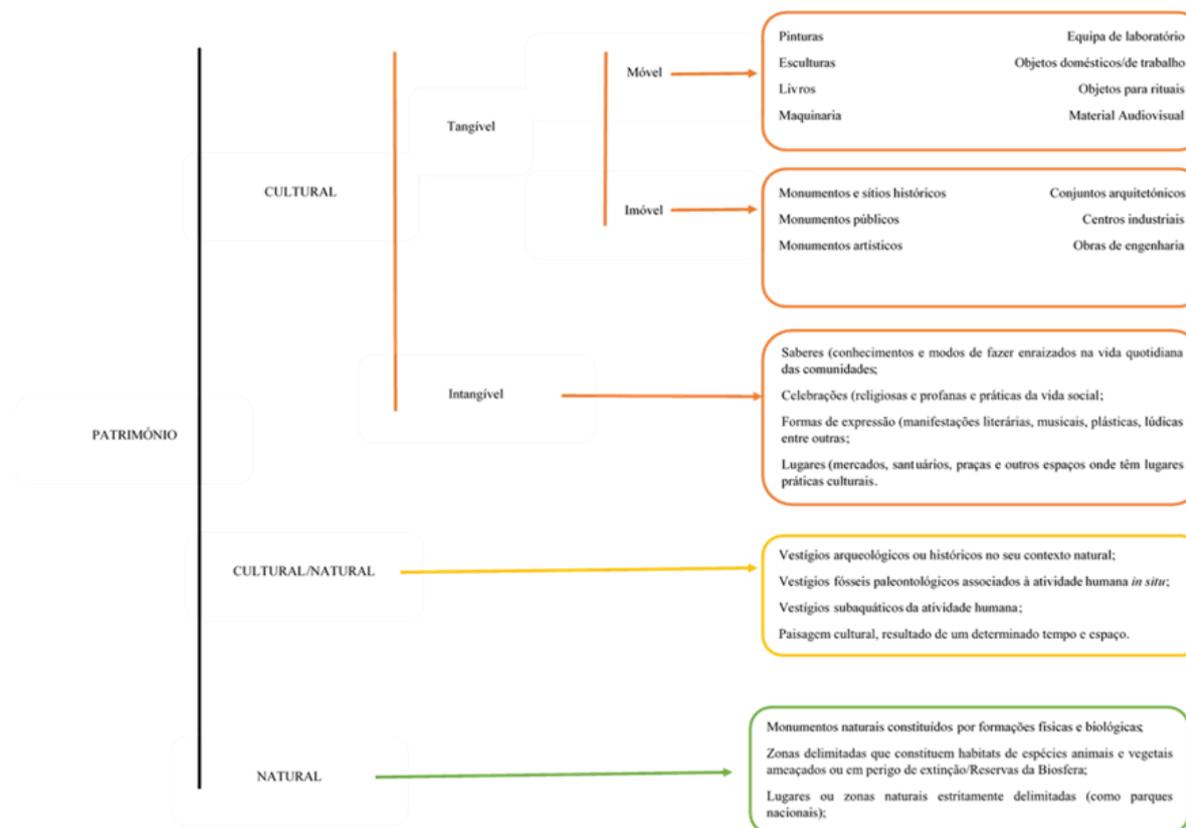


Figura 105 - Tipologias de Património

Fonte - Adaptado de MACAYA (2006)

Com o surgimento desta preocupação, que não é recente, na classificação e inventariação dos recursos patrimoniais de valor simbólico, geossímbolos, foi surgindo uma nova tipologia de turista que procura de

(...)lugares de narrativas e acontecimentos, espaços topobiográficos associados a grupos humanos, coletivos ou pessoas relevantes que aqui escreveram, ali viveram e noutra lugar morreram. (...)Valoriza-se a passagem mas também, noutros casos, a velocidade e o trajeto. Fruem-se geossímbolos pontuais, mas também símbolos espaciais lineares, aqueles que se consomem em movimento, como um rio, uma estrada ou uma linha de caminho-de-ferro. Estes novos territórios turísticos acompanharam a

segmentação dos mercados e o alargamento social e etários das fronteiras do turismo.

(FERNANDES, 2013, p.113)

A literatura pode ser apropriada nos seus aspetos materiais, livros do escrito, como imaterial, os lugares imaginários de uma obra literária, as paisagens, os ambientes descritos de uma forma tão real e pormenorizada, que nos conseguimos transportar, mentalmente, para os lugares.

Através da literatura o autor transmite uma mensagem e um legado emocional e espacial ao leitor, ao longo das gerações, o que conduz ao conceito de “património literário. O património literário assume especial importância, na medida em que a literatura é um meio de perpetuar e (re)construir a memória individual (do autor ou do escritor) e coletiva (da sociedade), valorizando a herança cultural de uma determinada sociedade. No entanto, esta memória material e imaterial do lugar é condicionada pela visão e perspectiva do seu autor em determinado momento, o que constitui um elemento valorizador para os espaços, na medida em que se associa um autor ou obra a um determinado local, dinamizando-o (HENRIQUES e QUINTEIRO, 2011, citado por CARVALHO & FERNANDES, 2017, p. 580).

2. O Património Literário Das Terras Do Demo

Conforme já tivemos oportunidade de referir, no capítulo anterior, Aquilino Ribeiro descreveu de modo exaustivo as **Terras do Demo**, as suas populações, as suas paisagens, os seus elementos culturais e naturais, respeitando as singularidades deste território e a capacidade de resiliência das comunidades serranas. No entanto na sua escrita, o autor não vitimiza as gentes da Beira, pelo contrário apresenta a sua capacidade, de a partir dos recursos existentes, criar dinâmicas económicas, sociais, culturais e até políticas.

Quando nos aventuramos na escrita do autor facilmente nos deixamos transportar para os espaços da estória, tal o realismo e por vezes a rudeza das palavras que utiliza nas suas narrativas.

Um dos elementos que condiciona a escrita e os modos de vida dos aldeãos é a Serra da Nave. O homem serrano é rude pois teve de conseguir adaptar-se às agruras do relevo e do clima. As vidas que descreve são agrestes e duras como as rochas que povoam o planalto da Nave. Vidas difíceis, empregos pouco variados, ausência de médicos e curas milagrosas das moléstias, que só um corpo aberto poderia sarar, assim como os encantos das maldições. E a par do paganismo, descreve-se a visita pascal na aldeia com os seus hábitos. Costumes e tradições religiosamente comprimidas, passadas de geração em geração (LOPES A. M., s/d).

Nas províncias do Norte os terrenos são de fraca cultura, muito parceladose, mesmo assim, pomposamente se intitula de lavrador o pobre que traz uma vaca ao ganho e ao fim das colheitas consegue enceleirar 40 alqueires de centeio e 15 de milho. Da mesma maneira se intitula proprietário quem tem meia dúzia de barreiras que, à força dos cuidados e do labor intensivo, dão escasso passadio de uma casa de gente (RIBEIRO, 1995, p. 124).

A família camponesa é quase sempre o núcleo central das obras analisadas. A superioridade do homem e a submissão da mulher; os casamentos entre casais da mesma classe social, porque os ricos e os pobres não se misturavam, entre outras façanhas das histórias.

O Ser Humano serrano é diferente de todos os outros:

É um tipo alto, de cabeça e face sobre o comprido, mento saliente, prima entre outras qualidades pelo feitio positivo, constância e tenacidade. Tenaz é de todos os atributos o que mais lhe convém. (...) O minhoto consulta a Maria o serrano os seus botões. Debulha vagem a vagem, a sua colheita de feijoal. No tempo dos ninhos passa a manhã à espreita de um ninho para lhe roubar os ovos. Entra pela mina para lhe sangrar a veia, que lhe há-de encher a poça para regar quatro vezes o milho e sachar três vezes

o centeio, que há-de guardar e moer nos moinhos do Távora, para fazer pão (RIBEIRO A. , 1974, pp. 113 - 114), (Figura 106).



Figura 106 – Pastor(a) de Alvite

Fonte - Própria (2008)

A casa era simples e de arquitetura rudimentar:

As casas eram parentas (...) da orca, sem frestas, sem chaminé, com portal baixo, piso térreo, colmadas umas, cobertas outras com telha mourisca. (...) A sua armação é tudo o que há de primitivo: um carvalho deitado sobre o vértice das duas empenas; sobre essa trave vinham articular-se os caibros, que por sua vez ofereciam apoio às latas do telhado ou ao escama-peixe. O fumo vadiava pelo interior, repulsado pelo caniço, sobrecéu de ripas em que as castanhas secavam e pilavam e o enchido do porco, distribuído em salpicões, chouriços, moiros, morcelas, se tornava o fumeiro lambe-lhe-os beijos, de sabor imortal. Terra de soutos.(...) A lareira constituía a divisão por excelência da casa serrana.(...) Algumas afundiam-se no solo o bastante par o piso que

lhes sobrelevava servir de assento. Chamava-se-lhes então cozinhas de balcão (RIBEIRO A. , 1995, pp. 10-11), (Figura 107).



Figura 107 - Casas, Touro e Alvite (abandonadas)

Fonte - Própria (2008)

O património literário de Aquilino não se confina a um lugar, a uma igreja, à serra, ao Rio Paiva, Távora e seus afluentes, à alimentação escassa e pobre, onde a carne entrava apenas em casa dos mais abastados, na casa dos doentes ou então em dias de festa.

A religiosidade é outro dos elementos que se destaca. Surgem frequentemente descrições das romarias que eram feitas à Senhora da Lapa e as promessas a todos os santos que os salvem das aflições, ou dos maus anos agrícolas, carregados de miséria e de fome.

As dificuldades do dia-a-dia e a incapacidade de responder de modo objetivo a algumas situações que se lhes colocavam, faziam com que tentassem encontrar respostas no oculto e na religião.

(...) Ó meus senhores, eu cá não nego o berço; sou de uma terrinha par riba de Viseu, fria e feia, onde não vinga oliveira, nem laranjeira, nem uva de lagar. Pior não haverá, mas nós todos vivemos na lei e graça de Deus. Não é a primeira vez que a Nossa Senhora aparece aos pastorinhos nos nossos montes(...) (RIBEIRO A. , 1958, p. 107).

A Romaria à Senhora da Lapa ocupa um grande número de páginas nas obras do autor, não só pelo carácter religioso associado, mas também por toda a envolvência relacionada com a romaria e o seu significado social para os aldeãos.

(...) quando o seu pai estivera a dar cadilho com o falto, sim, tinham feito uma promessa à Senhora das Necessidades, mas naja à Senhora da Lapa. Bem-haja tia Teresa que não arredara do pé do seu velho, bem-haja. Agora esta na ideia de que o voto fora à Senhora das Necessidades...

- Não, menina, foi à Senhora da Lapa. Estou bem lembrada. Olha, prometemos seis voltas de joelhos ao penedinho (RIBEIRO A. , 1983, p. 216).

(...) Das aldeias serranas desciam ranchos de romeiros. (...) A Lapa aparecia em baixo, a um arranco de cavalo, com o santuário de panos caiados a fradejar, a casaria, pobre e alegre (...). Pelo braço fora, de estrada fora rompiam ranchos em algazarra, bestas rinchonas caracolando e maltas de varapaus leva que leva. (...). Tropicavam azeméis com velhos de capote e chapéu braguês para a nuca, e éguas de albarda com matronas de lenço de seda, peito coberto de oiro e tamanquinhas de Viseu no bico do pé. Para aguentar o passo, outras mulheres tinham tirado as chinelas e com elas na mão, a par do sombreiro, ou à cabeça sobre o xaile, desunhavam-se todas tep, tep. E lá seguia tudo a catrapós, no frenesi de metro com o sol à festa que o mês de agosto c'os seus santos ao pescoço não tinha melhor que a Senhora da Lapa, a rica Senhora da Lapinha (RIBEIRO A. , 1983, pp. 216-236), (Figura 108 e109).



Figura 108 - Romaria da Lapa (1)

Fonte - Própria (2009)



Figura 109 - Romaria da Lapa (2)

Fonte - Própria (2009)

Este património dissemina-se por um território onde as fronteiras administrativas não têm lugar e o elo de ligação e união dos territórios é o autor, e a paixão com que os descreve.

Assim acreditamos que apenas da junção de vontades se podem encontrar estratégias em rede de valorização dos patrimónios territoriais, assentes em Aquilino e onde os itinerários literários poderão ser, uma das muitas estratégias a implementar na promoção do turismo literário aquiliano.

Uma visita a estes lugares, depois de lida a obra, é um autêntico, regresso ao início do século XX. Pouco mudou. O progresso continua a chegar lentamente e o isolamento destas comunidades, cada vez mais reduzidas, quer pelo seu envelhecimento, quer pela emigração, é hoje uma realidade tal como era nos livros de Aquilino Ribeiro.

3. O Turismo Literário nas Terras do Demo

A leitura de obras literárias resulta muitas vezes na vontade, por parte do leitor, que se transforma em viajante e turista, em conhecer as geografias dos lugares que estiveram na origem das obras ficcionadas.

PRADA (2018) definiu recentemente o turismo literário como aquele que está relacionado com a obra, vida e os lugares mencionados na obra do autor. Este conjunto juntamente com a vontade de os visitar podemos designar por turismo literário. Um dos objetivos passa por conhecer de perto a obra do autor. De acordo ainda com a mesma autora, o turista literário tem uma motivação mais intelectual e procura a autenticidade.

Portugal é um país perfeito para apostar no turismo literário, porque sempre conservou muito o seu património e o Turismo Literário segue as vidas dos autores, das suas obras, através do tempo. Em Portugal, ainda se encontram muitos dos lugares mencionados, nas obras, pelo que é muito fácil realizar rotas autênticas, onde os turistas podem, não só viajar pelas obras literárias, mas também pelo tempo. Como nas rotas dos vinhos, é possível criar rotas literárias, em que as pessoas vão parando e podem tomar um café num local que era frequentado pelo autor ou que era mencionado na sua obra, depois de fazer uma refeição num restaurante que também estava ligado a um autor e por aí adiante, porque o turismo literário segue o autor e a sua obra.,
(PRADA, 2018)

É importante que se diga que qualquer estratégia que tenha em vista o desenvolvimento do turismo literário terá que contar com um conjunto de parcerias das diversas ciências, nomeadamente a própria literatura, pois só assim os produtos apresentados corresponderão à realidade literária, tantas vezes ficcionada e cujas formas de interpretação nem sempre são as mais corretas.

Simultaneamente a vida do autor, os espaços onde desenvolveu a sua atividade são muitas vezes motivo de curiosidade, por parte dos leitores mais aficionados.

Segundo ROBINSON e ANDERSEN (2002), o turismo literário é um tipo de turismo cultural, quer na sua dimensão estética, quer na sua dimensão antropológica. Estética, porque o turismo literário se funda numa arte criativa; antropológica, porque os turistas se identificam, descobrem e criam significados a partir do contacto com as pessoas que habitam os lugares visitados e os seus valores culturais e com as pessoas que se tornaram parte das mitologias culturais dos lugares (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017, p. 34).

Segundo BEIGI (2014), os lugares onde existem atrações turísticas de âmbito literário podem ser agrupados três grandes grupos: os **lugares existentes na vida do autor**- o local onde ele nasceu, a casa em que viveu, escreveu as suas obras, morreu ou está enterrado; **os lugares que serviram de inspiração às obras e onde a ação decorre** - estes são a expressão física ou manifestação dos lugares do romance de um escritor e que fazem parte das suas obras, como uma rua, a casa das personagens, uma cidade, entre outros e os **locais construídos especificamente para atrair turistas** – estes lugares são construídos com base, por exemplo, numa personagem, no entanto nesta categoria perdemos um dos vetores, mais importantes do turismo literário que é a autenticidade e o realismo.

Neste sentido, GALEANO (2017) afirma que como lugares literários podemos encontrar o lugar onde nasceu, viveu, escreveu e morreu o escritor; as casas museu; os túmulos; as casas onde viveram; os espaços e os contextos que possibilitaram a escrita das obras; os monumentos

ligados às personagens à história e às estórias do próprio lugar; os lugares imortalizados pela escrita do autor; os monumentos a heróis, os mitos históricos; os monumentos erigidos aos autores; lugares de ação das novelas ou romances, vilas, aldeias, casas, cidades; os espaços naturais evocados pelos autores, entre outros.

Assim, entendemos por lugares literários, aqueles que se encontram diretamente relacionados, ou com o autor ou com a sua produção literária. Estes podem ser tangíveis ou intangíveis. De acordo com HERBERT (1996) existem características intrínsecas a estes lugares: devem ser lugares agradáveis e atrativos; que ofereça uma variedade de serviços e infraestruturas, capazes de dar resposta às necessidades básicas do turista; que se encontrem numa localização geográfica acessível e conhecida, incluindo por exemplo um itinerário; que estejam relacionados com a vida do autor; que sejam associados à geografia da literatura do autor; que materializem valores afetivos, de nostalgia simbolismo e memória.

Os mapas de palavras, quando colocados sobre o mapa físico, permitem delinear itinerários, nos quais os lugares literários (por vezes, construídos, amplificados e, até mesmo, criados e encenados para atrair os turistas) assumem um papel central.

O itinerário literário, é criado a partir de um processo que passa pela inventariação dos recursos, a inclusão de outros recursos passíveis, de integrar no turismo, e suscitar a invenção de atrativos considerados pertinentes à definição de produtos turísticos característicos do destino (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017, p. 73)

Neste sentido apresentamos, agora uma proposta de dois itinerários literários aquilínianos: itinerário biográfico e itinerário literário nas Terras do Demo, baseado nas obras analisadas. Queremos reforçar a ideia de que se tratam apenas, de dois exemplos dos muitos que se podem realizar a partir das obras do autor, no entanto, em função da escala dos territórios, estes itinerários ou outros que venham a realizar-se só terão sustentabilidade se houver coesão entre os agentes locais e a diluição das fronteiras administrativas, através da criação de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado, para as **Terras do Demo**.

3.1. Itinerário Biográfico de Aquilino

Aquilino Ribeiro nasceu no Carregal, freguesia do concelho de Sernancelhe, há uma hora da tarde do dia 13 de setembro de 1885, filho de Joaquim Francisco Ribeiro e Mariana do Rosário Gomes. Nasceu da relação entre a sua mãe e o pároco do Carregal. Mariana do Rosário trabalhou em casa do pároco como governanta e da sua relação nasceram mais dois filhos (Figura 110).



Figura 110 - A casa onde Aquilino Nasceu e (atuais proprietários)

Fonte - Própria (2019) e brevitaz.pt (2019)

Foi depois batizado em Alhais, no dia 7 de novembro de 1882 (Figura 111).



Figura 111 - Igreja Matriz de Alhais, Vila Nova de Paiva

Fonte - SOUSA (2015)

É na aldeia que está a sua Casa-Museu, Fundação Aquilino Ribeiro criada em 1988 pelo filho mais velho do escritor, Aníbal. Lugar de Soutosa, Moimenta da Beira. A casa está como quando o escritor a habitou. Humilde, modesta, de pedra, ainda a mesma estrutura de madeira escura, do seu tempo. Aquilino nasceu em Sernancelhe em 1885, filho de padre. A mãe, camponesa, trouxe-o para esta casa em Soutosa aos dez anos. Atualmente, a casa encontra-se aberta ao público em horário reduzido, no entanto, não existe algo mais do que os objetos, que nos possam contar a história de Aquilino. Algumas das suas obras repousam numa biblioteca fechada, com o autor em pano de fundo, mas a única luz que veem é quando lá vai algum visitante se abrem as portadas, empenadas, que quebram o silêncio do túmulo da memória (Figura 112).



Figura 112 - Casa de Soutosa, Moimenta da Beira, atual Fundação Aquilino Ribeiro

Fonte - Própria (2019)

Até aos 15 anos, estudou no colégio da Lapa, um colégio jesuíta, onde se matriculou a 10 de julho de 1892.

Cinco anos mal cumpridos, foi o tempo de demora nesta morada que Aquilino nos faz habitar com ele, no romance, quando o lemos. O desmedido peso de uma arquitetura que nasceu, como os rochedos, para durar para a eternidade, o dia-a-dia vencido assente na temperança das magras refeições de carne de cabra repetidas, na água da fonte, de longe-em-longe as guloseimas que a mãe lhe mandava, a disciplina tão austera quanto a pedraria, o companheirismo sadio, cinquenta a sessenta rapazes como ele, razão e força entrechocando-se e assim todos crescendo. E as romarias de gente que vinha pelo Espírito Santo, pela festa de S. Barnabé, pela Senhora do mês de agosto, e esse olhar compassivo e sagaz sobre essa humana cobertura das Terras do Demo de que não inventara ainda letra de forma, gente que corria em busca dos milagres que ali aconteciam como ao tempo se via nos quadrinhos de votos pendurados nos muros do Santuário (CORREIA, 2016), (Figura 113).



Figura 113 - Aquilino Machado Filho no quarto do Colégio onde o pai estudou

Fonte - Brevitasblogspot.com (2008)

Com 15 anos Aquilino foi para Lamego onde frequentou o colégio Roseira, atual Colégio Ortigosa (Figura 114).



Figura 114 - Colégio Ortigosa, Lamego

Fonte - Manuel Dória Vilar, Olhares.pt (2008)

Aquilino vai depois para Viseu, onde acabou os seus estudos. Ingressou no seminário de Beja em 1903, sai do seminário e vai para Lisboa. No final desse ano regressa a Soutosa, por vontade do pai. Em 1904 regressa a Lisboa, ao terceiro andar da pensão da Rua do Crucifixo, onde permaneceu 8 meses. Depois de alguns meses de clandestinidade em Lisboa, segue para Paris; aqui inscreve-se no curso de Filosofia da Sorbonne. Também em Paris, conhece Grete Tiedemann, sua primeira mulher e mãe do filho mais velho. No dealbar da guerra mundial, é forçado pelas circunstâncias a regressar ao seu país com a família (volta em 1914). Já em Portugal, ocupam-no, para além da escrita ficcional e da escrita cronística para a imprensa periódica (uma atividade que desenvolverá com enorme regularidade ao longo de toda a sua vida), o trabalho de professor no Liceu Camões, onde fica durante três anos, e, posteriormente, o cargo de segundo bibliotecário na Biblioteca Nacional, para onde entra a convite de Raul Proença.

A sua faceta de "homem de ação", como já se viu, deu frutos ainda nos anos finais da monarquia (ainda hoje há quem se interrogue se no dia do regicídio Aquilino terá sido

a "terceira carabina do Terreiro do Paço", para usar uma expressão de Batista Bastos) e torna vincadamente a manifestar-se com a sua participação, em 1927, na revolta frustrada contra a ditadura militar sequente ao golpe de 28 de maio de 1926, sendo por isso obrigado a refugiar-se em Paris. De regresso a Portugal, volta a participar numa ação antirregime (no chamado movimento do regimento de Pinhel), mas é capturado e levado para a prisão do Fontelo, em Viseu (um edifício que ainda hoje se pode ver nesta cidade). Foge também desta vez, esconde-se pelas serranias beirãs e enceta uma difícil jornada que de novo o levará até Paris; destas experiências de ativista político.

O tempo de exílio termina em 1932, ano em que regressa ainda clandestinamente a Portugal; tinha, entretanto, casado em segundas núpcias (a primeira mulher morrera no ano de 1927) com Jerónima Dantas Machado, filha de Bernardino Machado, o presidente da República deposto por Sidónio Pais. O único filho do casal, segundo de Aquilino, nasce em 1930, ainda fora do país. Também em 1932, é amnistiado (tinha sido julgado e condenado à revelia em 1929), o que lhe permite regressar à capital (fixando-se, mais precisamente, na Cruz Quebrada), (MARTINS , s/d).

Morre em 1963 e em 2007 é transladado para o Panteão Nacional em 2007 (Figura 115).

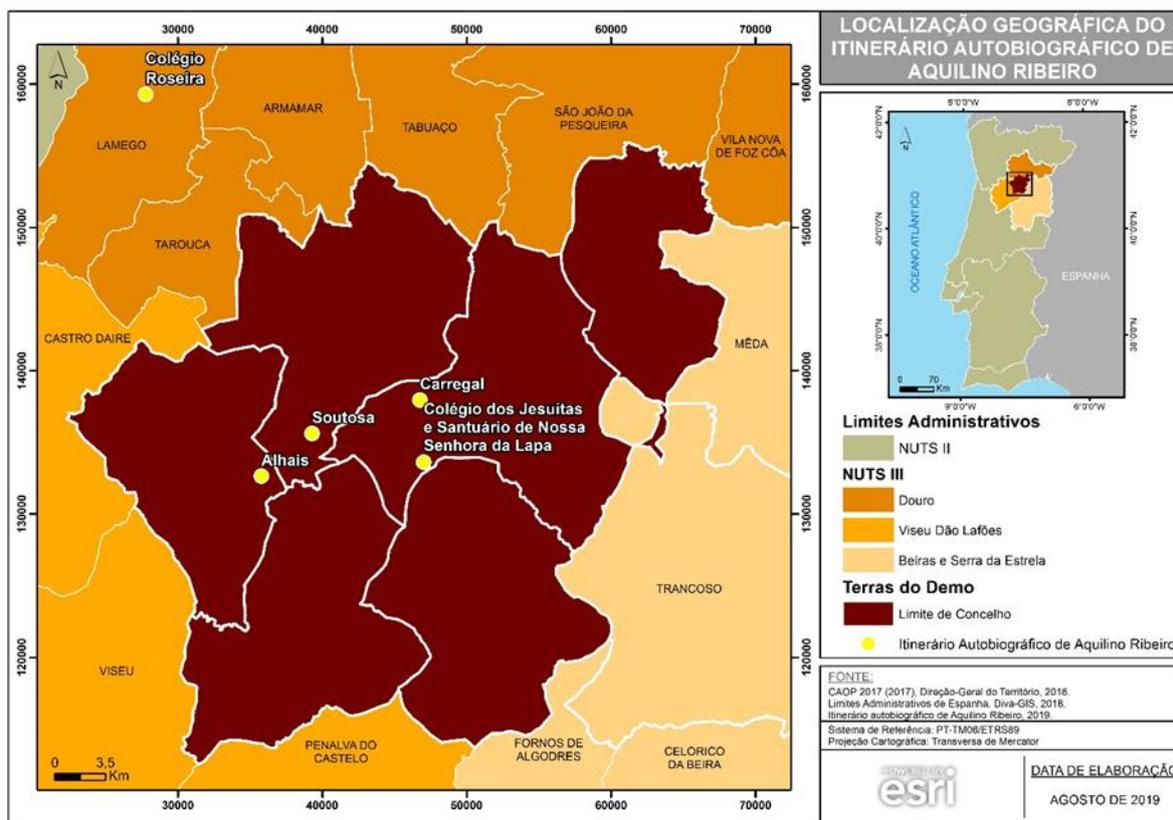


Figura 115 - Pontos do Itinerário Biográfico Aquiliano

Fonte - Própria (2019)

3.2. Itinerário Literário Aquilino

A proposta de itinerário que agora apresentamos, teve como princípio abarcar todas as tipologias patrimoniais, e passar por todos os concelhos da área de estudo. Deste modo, retiramos excertos das diferentes obras que passam pelos concelhos da área de estudo e elencamos alguns elementos que podem constituir-se como atrações turísticas complementares ao turismo literário. O espaço e os lugares já os apresentámos no Capítulo VI, Tal como dissemos existem muitos outros que poderiam ser realizados.

Este itinerário tem como principal linha de orientação os acontecimentos biográficos do autor nos territórios das Terras do Demo, pois tal como sabemos a sua bibliografia extrapolou estas fronteiras

Existem um sem número de atividades que podem ser desenvolvidas nestes espaços indo além da mera observação e da confrontação do leitor com a realidade a partir da obra.

É nosso entendimento que as paisagens literárias, descritas por Aquilino, quase um século passado mantém, na sua essência as características descritas pelo autor. Os sons, os cheiros, o seu carácter agreste silencia sepulcral que se ouve no Santuário da Lapa, apenas quebrado quando alguém chega e vai comprar o pão da Lapa, que à altura era produzido nos formos comunitários para ser o garante do sustento das famílias, o carácter rude e agreste, são cenários que ao ler ficcionamos e imaginamos, mas que na realidade quando chegamos aos locais raros são aqueles que não correspondem à realidade.

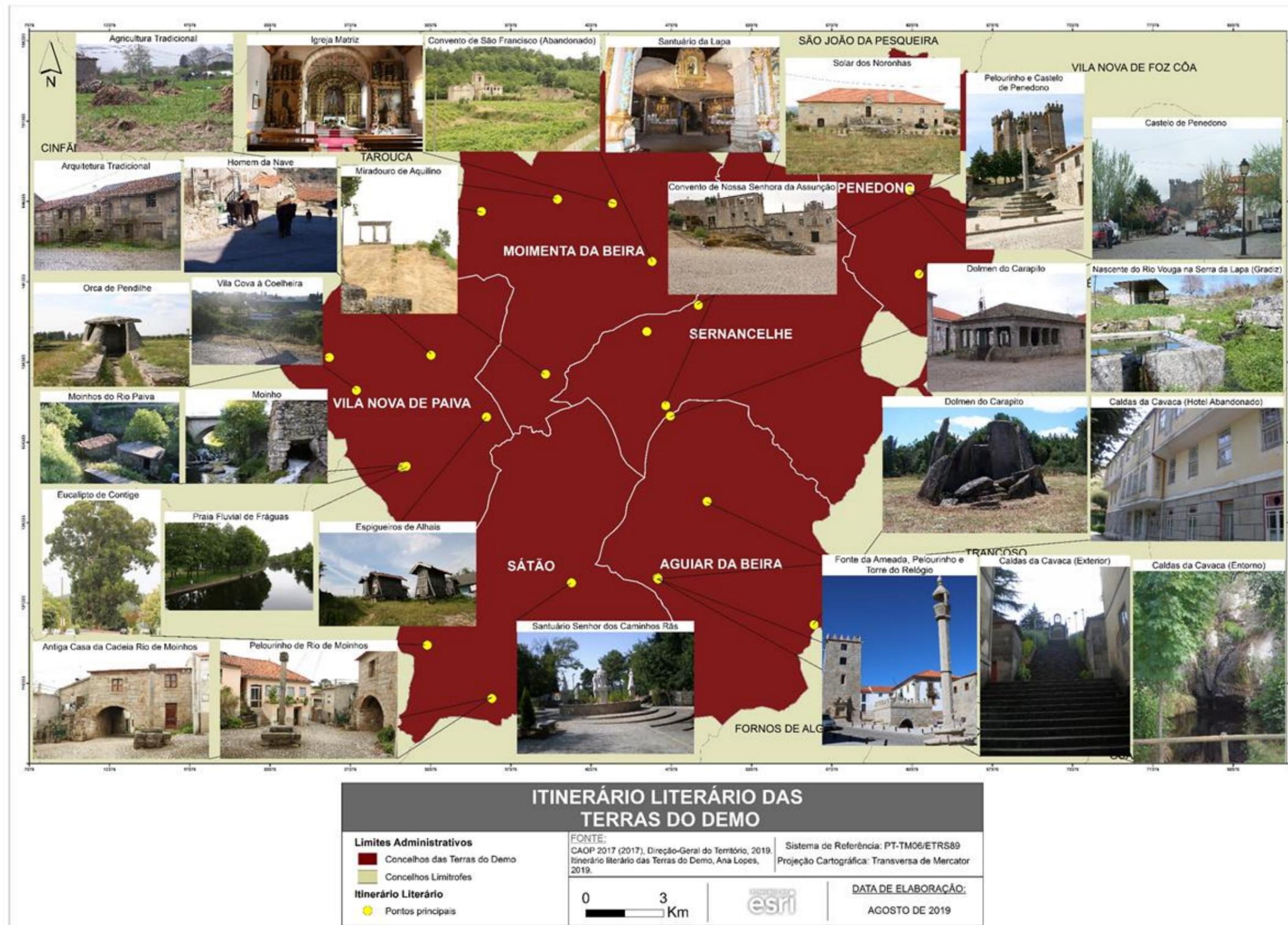


Figura 116 - Itinerário Literário das Terras do Demo

Fonte - Própria (2019)

O Convento de São Bernardo ou de Nossa Senhora da Assunção, situa-se em Tabosa, concelho de Sernancelhe. É um imóvel classificado como Imóvel de Interesse Público, desde 1971. Fundado em 1865 como mosteiro cisterciense feminino, viria a conhecer uma curta e conturbada história. Encerrado em 1834, com a extinção das ordens religiosas, viria a conhecer o abandono e um lento processo de degradação. Neste momento restam apenas as fachadas.

A Igreja e Colégio de Nossa Senhora da Lapa encontram-se localizados no lugar da Lapa, freguesia de Quintela. Classificado como imóvel de interesse público em 1951. A devoção à Senhora da Lapa iniciou-se em 1498, quando apareceu a uma pastora uma imagem da Virgem escondida entre os penedos. Esta aparição gerou peregrinações e romarias, que se mantêm até aos dias de hoje.

O Solar é uma construção do final do século XVII e princípios do século XVIII, de silharia lisa, com decoração rococó visível na cercadura das janelas de avental da fachada principal. Por cima pode ver-se o brasão nobiliárquico estrelado. O atual solar foi edificado no local e sobre ruínas do primitivo. Segundo a tradição, por lá se hospedou D. Dinis, em 1310. O proprietário era um rico lavrador, a quem D. Dinis, mais tarde, atribuiu o título de nobre por tamanha amabilidade. A Casa de A-de-Barros é um símbolo da aliança da realeza com o povo. Foi uma das mais ricas e nobres da beira, neste momento transformado em Hotel de Turismo Rural, depois de décadas de abandono, encontra-se à venda.

A Torre da Ameada, a Fonte das Ameias e o Pelourinho situam-se no Largo dos Monumentos Nacionais em Aguiar da Beira e datam do século XV. Acede-se à fonte de mergulho, coberta, semienterrada, descendo três degraus. A torre deve ter sido construída no século XIV e faz parte do sistema de defesa da povoação, talvez para servir de atalaia. O pelourinho é uma obra quinhentista, assente num soco constituído por quatro degraus ortogonais.

As Caldas da Cavaca situam-se no fundo do vale da Cavaca, freguesia da Cortiçada. Foram inauguradas em 1924 e mantiveram-se em funcionamento até 1995, ano em que fecharam por não terem viabilidade económica. Em fevereiro de 2005 inaugurou-se o novo balneário, no entanto o antigo complexo encontra-se em elevado estado de degradação e abandono.

O Dólmen do Carapito situa-se na estrada de Queiriga, freguesia do Carapito. É um monumento nacional classificado desde 1974. Este monumento encontra-se pouco sinalizado e em estado de abandono. Uma vez que existem inúmeros monumentos

megalíticos no território, em estudo, deveria haver uma estratégia de valorização conjunta, pois muitos deles encontram-se abandonados, sem sinalização ou indicação “perdidos” no meio da Serra.

O Santuário de Senhor dos Caminhos em Rãs, freguesia de Romãs, concelho do Sátão, é o principal santuário do concelho. As suas origens não são claras, havendo uma lenda que refere a existência de um pequeno nicho onde os almocreves medievais depositavam esmolas. Com o passar dos anos o local transformou-se num centro de devoção construindo-se duas capelas: a Senhor dos Caminhos e a da Nossa Senhora dos Verdes.

A antiga casa da cadeia de Rio de Moinhos, e edifício dos paços do concelho é agora um Museu Etnográfico, fechado, a maior parte dos dias do ano.

O eucalipto de Contige, considerada “a maior árvore classificada de Portugal”, pela insuspeita Universidade de Aveiro, é um dos grandes ex-libris do concelho de Sátão.

Localizado à beira da antiga EN 229, no cruzamento da estrada municipal que liga ao centro de Contige, esta árvore, cuja plantação remonta, segundo aquela universidade, “provavelmente, a 1878, quando se abriu a Estrada das Donárias, é um dos maiores eucaliptos classificados até ao momento em Portugal” sendo mesmo “recordista, com 11 m de perímetro à altura do peito”.

O Dólmen da Orca de Pendilhe localiza-se na freguesia de Pendilhe. é imóvel de interesse público desde 2002. Foi construído entre 2600 e 2400 a.C.

O Castelo de Penedono é monumento nacional desde 1910. Foi erguido no reinado de D. Sancho I, como reforço da linha defensiva da raia contra as ameaças de Castela. O pelourinho também Imóvel de Interesse Público desde 1933, foi construído pouco depois de 1512, ano em que a antiga vila recebeu o foral novo.

O convento franciscano, que possuía um recheio cultural notável, era um foco de onde irradiava religiosidade, aí se realizando várias celebrações litúrgicas bastante concorridas. Era, também, o lugar preferido para último repouso das famílias principais, a que nem sempre reagiu com agrado o reitor da paróquia ruense. Pouco se sabe acerca dos quantitativos da comunidade franciscana de Caria. Neste particular, sabe-se apenas que em 1587 o abade de Alcobaça, frei Guilherme da Paixão, visitou a Terceira Ordem de S. Francisco, encontrando no convento de Caria 17 frades.

Na paisagem destes territórios surgem-nos indiscriminadamente campos onde a agricultura tradicional e arcaica se mantém, e as casas de arquitetura tradicional feitas em granito, chocam pelo abandono e pela sua destruição com o passar dos anos (ALMEIDA & BELO, 2007, pp. 234-304).

4- Estratégia

Uma estratégia de planeamento, promoção e dinamização de um território a partir da atividade turística contempla um conjunto de procedimentos, que só convenientemente articulados poderão constituir o garante do seu sucesso.

De acordo com IGNARRA (2014) o planeamento pode ser indicativo das diretrizes que sustentam, ação dos atores que fazem parte do processo. Assim o autor sintetiza algumas perguntas básicas que podem servir de linha orientadora à ação (Quadro 18).

Quadro 18- Perguntas Orientadoras do Processo de Planeamento

O Quê?	Definição do objeto.
Porquê?	Definição dos objetivos e justificação dos mesmos.
Quem?	Definição de agentes e atores do processo em causa
Como?	Definição da melhor metodologia de ação e dos meios para se alcançar os objetivos.
Onde?	Delimitação espacial.
Quando?	Definição do cronograma de atividades necessárias.
Quanto?	Dimensionar os recursos humanos, materiais e financeiros, necessários à prossecução da ação.

Fonte – (IGNARRA, 2014)

Como já tivemos oportunidade de referir, em capítulos anteriores, o sistema turístico é de extrema complexidade, e de acordo com CUNHA, 2013 este sistema reporta *a um conjunto de elementos, como sejam os mercados emissores, os mercados recetores, as rotas de*

transito e todas as atividades que produzem os bens e serviços turísticos. (CUNHA,2013, p.99).

No entanto, ainda segundo o mesmo autor,

A análise sistémica implica a identificação das componentes do sistema turístico, dos laços que entre si se estabelecem e das influências que exercem sobre o conjunto. (...) A partir da identificação e das componentes essenciais do turismo podemos considerar que o sistema funcional do turismo, isto é, o conjunto dos elementos que determinam o seu funcionamento e que constituem a base do seu desenvolvimento assente nas características intrínsecas e extrínsecas da oferta e da procura.

(CUNHA, 2013), Figura 117.

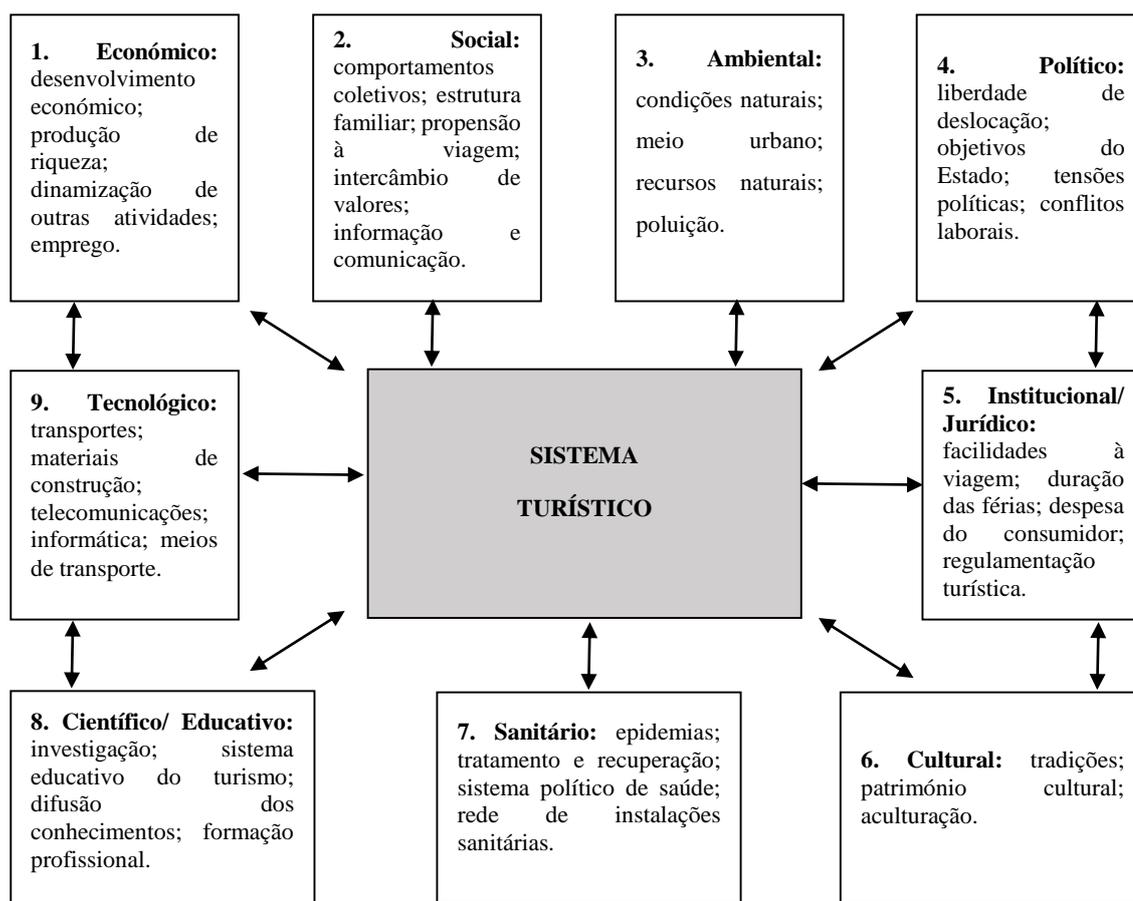


Figura 117- Sistema de Inter-relações do Turismo

Fonte – CUNHA, 2014

Pela análise da figura concluímos que são vários os subsistemas que constituem este sistema turístico. Se a esta diversidade de características associarmos a diversidade de agentes e atores locais, a complexificação extrapola para um nível, em que é necessário ter linhas orientadoras muito bem definidas e alicerçadas, caso contrário facilmente se vão implementando políticas avulsas, que não convergem para a sustentabilidade dos territórios e para o sucesso das estratégias.

Após a análise do território, reafirmamos a nossa convicção na existência de inúmeras potencialidades suscetíveis de integrar uma estratégia de valorização literária do território, contudo não podemos deixar expor a nossa preocupação em relação a certas realidades ouvidas na primeira pessoa.

Ao contrário do que acontece com a Fundação Eça de Queiróz, em Tormes, a Fundação Aquilino Ribeiro, em Soutosa, na nossa perspetiva poderia ser catalisador de políticas e estratégias, é um espaço túmulo, que guarda as memórias e os artefactos de Aquilino Ribeiro. Apesar de naqueles espaços estar impressa a vida do autor e as suas obras, elas não falam por si. Não existe uma preocupação, por parte das entidades que a gerem em reconverter aquela casa num espaço vivo, aberto à comunidade e aos turistas. A porta abre-se, quando conseguimos encontrá-la aberta, Aquilino adormecido, no seu busto, envidraçado, a receber-nos e a sua pena continua pousada na secretária, sedenta de outras mãos que lhe peguem e contem a “nova História” das Terras do Demo, Figura 118.

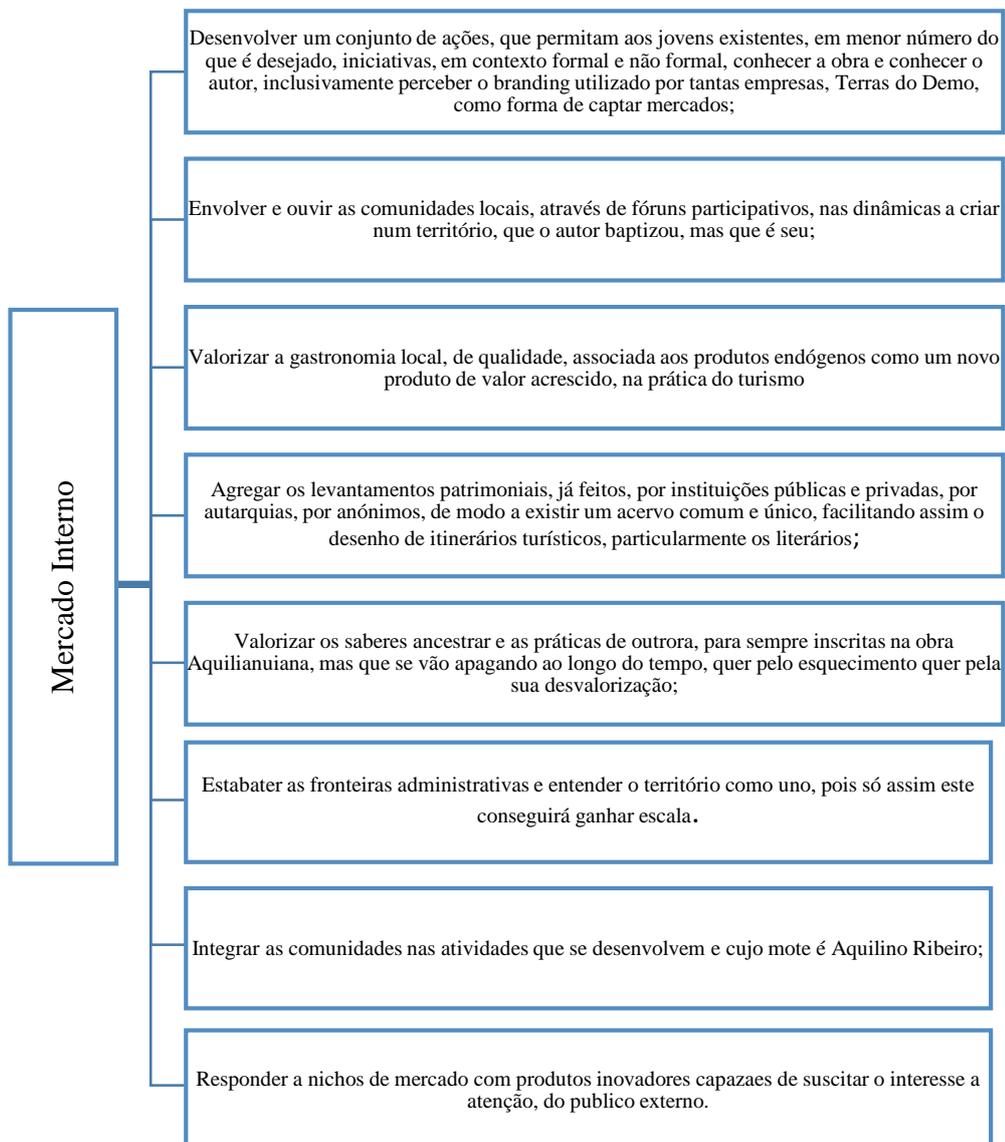
Estas memórias ficam, frequentemente, confinadas aquele espaço intra-muros com as interpretações e leituras que cada um fará quando lá entra, mas não existem atividades, para além de algumas de carácter mais elitistas, que possam valorização e glorificar um tão grande legado, que dia após dia vê as janelas serem fechadas à espera do amanhã, em que os atores locais convirjam, medidas articuladas e em rede, que extrapolem a escala municipal

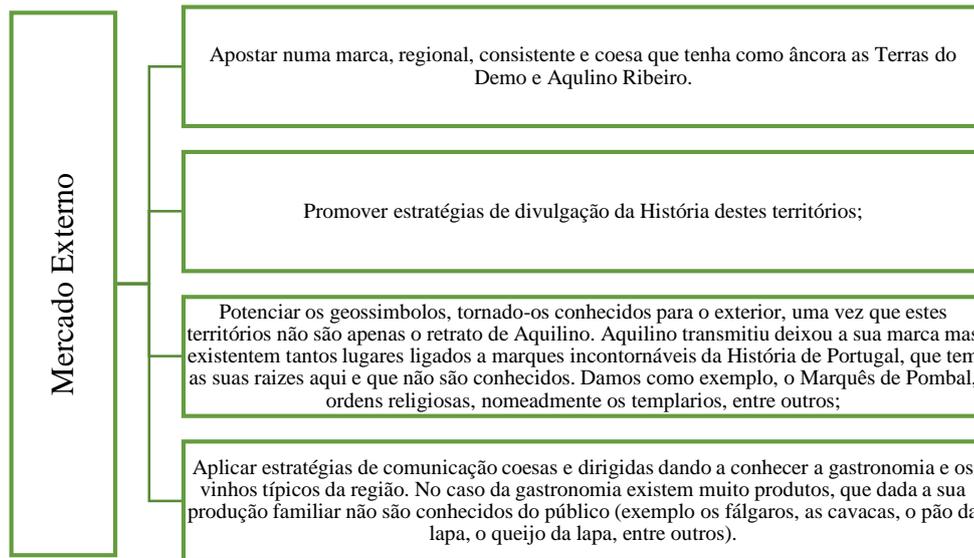


Figura 118- Fundação Aquilino Ribeiro, Soutosa

Fonte – Própria,2019

Como orientação apresentáramos duas linhas de ação prioritária: o mercado interno e o mercado externo, Quadro 19.





Quadro 19- Propostas Estratégias Mercado Interno e Externo

Fonte- Própria

O conceito de território literário pode ser especialmente atrativo numa proposta que pretenda difundir a ideia de marca de território em diferentes mercados (cultura, lazer, turismo, gastronomia), ao permitir otimizar o conjunto de serviços e produtos oferecidos pelo território, possibilitar uma maior competitividade dos agentes económicos ligados a estes mercados e priorizar o tipo de investimento a ser feito. Para que isso seja possível, devemos caminhar para um modelo de apresentação do território relacionado com uma ideia integral de paisagem e que em relação a si próprio, conte com os seus testemunhos originais (tangíveis ou intangíveis), que utilize as construções existentes, isto é, lugares da memória.

A valorização, preservação e divulgação do património torna-se assim um investimento inteligente para o desenvolvimento local dos lugares e das comunidades. Não podemos deixar aqui de apontar que este desenvolvimento necessita de ser pontuado pela sustentabilidade para não se extinguir, pois quando falamos em património vivo, preservado através das vivências quotidianas, nunca o podemos separar da consciência responsável e da

participação ativa das comunidades, sob pena de transformarmos os territórios em museus convencionais que, devido às características dos elementos, são vazios de conteúdo e de significado.

5-Síntese

Pela análise feita ao território e pelo trabalho de campo desenvolvido durante a realização do presente trabalho verificámos que existem potencialidades e recursos que o podem transformar num território literário de reconhecimento nacional e internacional, no entanto faltam pessoas.

O levantamento dos recursos está feito, por vários autores, nomeadamente Ana Isabel Queiroz, Álvaro Almeida e Duarte Belo, Henrique Almeida, e tantos outros, no entanto falta a vontade política de encontrar soluções conjuntas para a revitalização destes lugares literários e conseqüentemente a valorização do potencial existente.

As estratégias que existem são isoladas e desta forma dificilmente se conseguirá o desenvolvimento sustentável da prática turística, em territórios com estas características.

As transformações recentes do mundo rural, no caso concreto dos concelhos que integram as *Terras do Demo*, passaram pelo abandono das atividades tradicionais como a agricultura e aliada a si a perda de elementos de identidade e de construções características destes territórios, onde é necessário captar população ou visitantes, atividades económicas e mercados externos que possam absorver os produtos locais existentes, transformando esta marca num verdadeiro produto turístico (Figura 119).

A partir da análise realizada, existem recursos patrimoniais suficientes para a promoção da atividade turística e de rotas culturais e literárias que valorizem o espólio existente. Para além de rotas ou itinerários literários, a existência de infraestruturas comunitárias, como moinhos, fornos, queijarias, adegas cooperativas, entre outros, possibilitam acrescentar valor à experiência transformando o turista de expectador a ator.

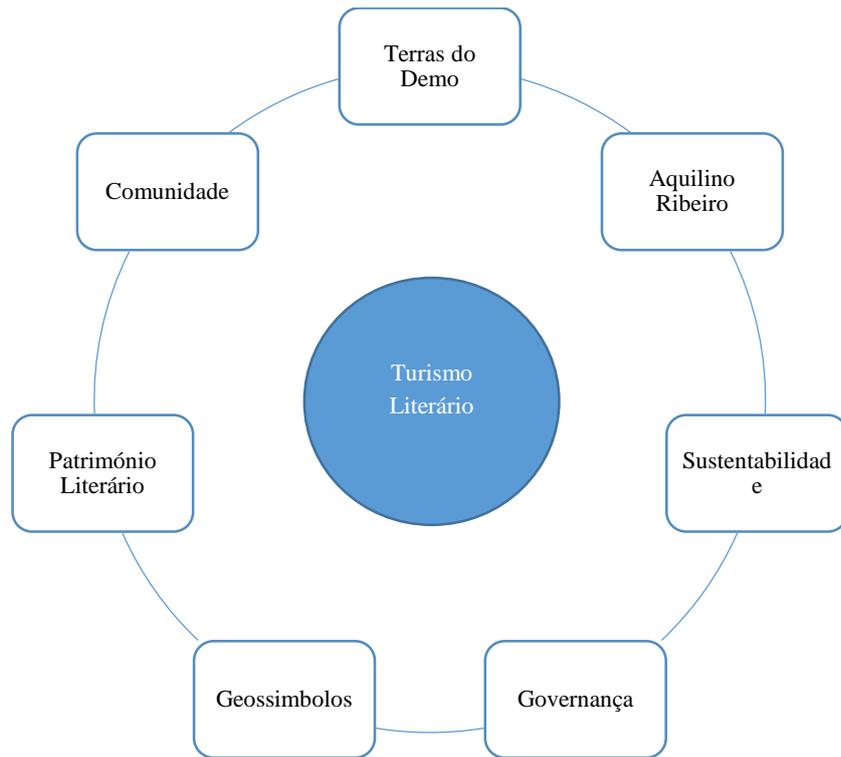


Figura 119- Eixos Prioritários das Terras do Demo

Fonte - Própria

CAPÍTULO VIII – CONCLUSÕES

(...) Não é, contudo, um trabalho regionalista no sentido rigoroso, embora a mim próprio se afigure o desenvolvimento parafrástico das terras do Demo, com vénia pela pedantaria, a sua paralipomena. Poderia dizer para definir melhor: a minha pena foi até onde chegam as ondas sonoras de tal sino rachado. Por essa razão chamei sentimental ao roteiro, com mil perdões desta feita de nossa mãe Eva
(RIBEIRO A. , 1983, p. 8).

1. Reflexão Final

Quando acedemos aos mais diversos meios de comunicação social diariamente ouvimos ou lemos que na agenda social, política e económica, pública ou privada, nacional, europeia ou mundial uma das maiores preocupações é a sustentabilidade dos territórios. Os territórios urbanos, pelo aumento exponencial de população e pela redução do espaço físico, que conduz à especulação imobiliária tornando a vida nas cidades inacessível para um grande número de famílias. Simultaneamente confrontamo-nos com o desaparecimento das relações sociais e interpessoais, fruto dos ritmos de vida alucinantes e pela generalização das novas tecnologias. Existe também uma alteração das paisagens, principalmente dos núcleos históricos, para dar resposta à crescente procura turística. O facto de se terem transformado em atrações turísticas converte-se numa dupla situação: por um lado aumento da atividade económica do turismo e todos os serviços que dele dependem e o suportam, por outro a necessidade de corresponder à procura, cada vez mais exigente e diferenciada, que não se coaduna com a manutenção das populações envelhecidas que habitam esses espaços, cujos recursos económicos são escassos e que, através de políticas urbanística se vêm confrontados com a necessidade de abandonar as casas que os viram nascer, viver e morrer gerações. Sucumbe com estas políticas, a autenticidade características destes lugares, pelo desaparecimento dos seus protagonistas.

Os territórios rurais debatem-se com a fuga das suas populações jovens e adultas, para as cidades à procura de melhores condições de vida e de um mercado de trabalho que corresponda às suas expectativas de ascensão social e económica. Não é criticável este comportamento, uma vez que o espaço rural, na maioria dos casos, não conseguiu, até hoje, dinamizar as economias, de forma sustentável, capazes de contribuir para a manutenção da fixação destas populações. Ficam assim os mais velhos, portadores de um património cultural valiosíssimo, mas que não têm a quem passar. Apesar do aumento da longevidade, com o declínio biológico e a ausência de vida eterna, os territórios dia após dia perdem o que têm de mais valioso: o seu património Humano.

Recentemente o rural está associado à baixa densidade. É comum já não falarmos em espaços rurais, mas em espaços de baixa densidade, cujas características responsáveis pela sua designação, assumem um comportamento circular, que parece não ter fim à vista, (Figura 120).

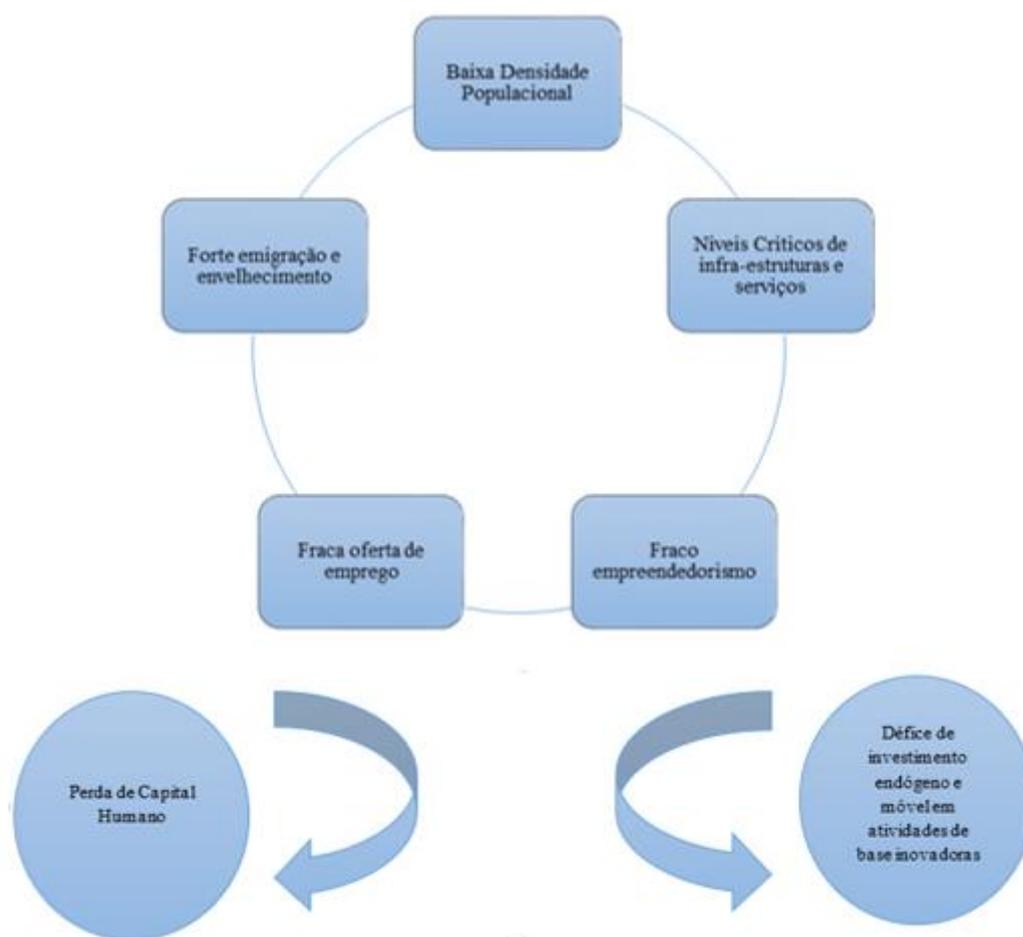


Figura 120 - Causalidade circular nos espaços de baixa densidade

Fonte - Adaptado de MARTINS & FIGUEIREDO (2008)

Simultaneamente a este ciclo vicioso que se alojou nos espaços rurais, temos um conjunto de potencialidades que podem ser inventariadas, dinamizadas e recriadas, como base do aparecimento de novas atividades económicas, no entanto é necessário que exista a consonância de vontades dos atores políticos locais, uma vez que as diretrizes europeias e nacionais, vão nesse sentido.

O “desfavorecimento” geográfico nem sempre implica o “desfavorecimento” socioeconómico. Muitas das áreas de baixa densidade representam uma parte importante do património cultural e natural da União Europeia sendo, por isso, a localização um potencial de atividades recreativas e culturais, de índole económica, entre outras, organizadas tendo por base a sustentabilidade ambiental e paisagísticas, fatores da sua diferenciação cultural e patrimonial (MARTINS & FIGUEIREDO, 2008).

Através da Matriz *SWOT* (Figura 121) confirmamos a existência de um potencial imenso, esquecido na letargia do tempo e do espaço e na inoperância dos seus atores.

Matriz SWOT- Diagnóstico Prospetivo das Áreas de Baixa Densidade	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> -Património histórico cultural e natural (recursos geológicos, históricos, florestais, ambientais e paisagísticos) de grande valor; -Existência de diversos fatores de competitividade para produções: vitivinícola, lacticínios, azeite, de frutos frescos e secos e florestal; -Condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e ao lazer através da valorização do património; -Presença de um agente institucional(o município), com capacidade de iniciativa e congregação de atores. 	<ul style="list-style-type: none"> - População envelhecida e em declínio; -Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos e elevadas taxas de abandono escolar; - Insuficiente valorização e dinamização do Património, traduzida na ainda precária divulgação e dinamização do mesmo; - Especialização em setores tradicionais com dificuldades competitivas, resultantes de modelos de negócio esgotados e das dificuldades de reestruturação e modernização; - Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial; - Empresas de reduzida dimensão e com funcionamento atomizado; - Debilidade das infraestruturas de apoio às atividades económicas; - Insuficiência do mercado local; - Persistência de algumas insuficiências infraestruturais, equipamentos sociais e serviços de proximidade, que permitam fixar e atrair pessoas;

	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de cooperação (público-público, público-privado, privado-privado) por escassez de atores e défice de cultura de cooperação; - Diversidade e dinamismo institucionais incipientes; - Localização periférica; -Deficientes acessibilidades intrarregionais.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> -Valorização crescente dos processos de desenvolvimento sustentável, onde se torna central a conservação e proteção da natureza; -Reconhecimento pela União Europeia da importância do meio rural; - Processo de reorganização dos atores regionais à volta das agências de desenvolvimento regional; - Qualificação de mão-de-obra pela ação das estruturas de ensino superior; - Acréscimo da atratividade do turismo decorrente do aumento da procura mundial de produtos turísticos culturais, de lazer, agra-alimentares e gastronómicos; - Acesso ao mercado ibérico; - Acréscimo da procura de recursos do território associada à melhoria das acessibilidades; - Ligações históricas de cooperação com algumas regiões espanholas; - Aplicação de novas tecnologias de informação e novos serviços/atividades em meio rural; - Propensão para o retorno às raízes de migrantes nacionais e internacionais como potencial fonte de iniciativa; - Diáspora emigrante como fator de divulgação regional e nó de articulação internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Declínio demográfico nacional; - Dinâmica demográfica de envelhecimento nacional; Crescente mobilidade internacional de recursos humanos qualificados que favorece o <i>brain drain</i> das regiões menos atrativas para esses recursos; - Esgotamento de competitividade baseada em mão-de-obra não qualificada; - Deslocalização de empresas de setores tradicionais, com perda de emprego; -Incapacidade de proteger os recursos naturais, designadamente a água e a floresta.

Figura 121 - Matriz SWOT

Fonte - MARTINS & FIGUEIREDO (2008, pp. 5-6)

O turismo literário, em territórios rurais, contrariamente ao turismo massificado, vê nos autores, nas suas obras e nas suas personagens a matéria prima para a produção de atrações turísticas.

O turismo literário por si só se apresenta como uma forma sustentável de turismo, pois

(...) não tem não impacto negativo sobre os lugares e comunidades visitados, pois é compatível com as necessidades e as práticas dessas mesmas comunidades. (...). Para além disso, a sustentabilidade do turismo literário revela-se na promoção da educação, na preservação dos costumes, das artes, ofícios locais, património edificado e, à semelhança do que acontece com outros tipos de turismo de nicho (QUINTEIRO & BALEIRO, 2017, p. 43).

A utilização de territórios literários em espaço rural e a sua dinamização turística é mais recente do que em espaços urbanos, mas poderá ser uma mais valia para a dinamização destes espaços devido à quebra demográfica, ao despovoamento com a consequente perda de costumes, tradições, ofícios e outros elementos do património cultural imaterial (DOMINGUES Á. , 2011).

Em Portugal existem já algumas estratégias de valorização das paisagens e patrimónios literários, das quais podemos destacar a Fundação Eça de Queiroz, em Tormes, a Rota dos escritores do Século XX, o Atlas das Paisagens Literárias, o Douro nos Caminhos da Literatura entre outros.

A capacidade acutilante de observação de Aquilino Ribeiro, faz das suas obras descrições impregnadas de realismo que imortalizam as paisagens e que por si mesmas são fator motivacional de ir aos lugares apresentados.

De acordo com Cabeza (2009), conjuntamente com o património, itinerários, exposições ou eventos culturais os fornecedores de produtos turísticos cada vez mais fixam a sua atenção nas experiências que se relacionam com a vivência e a recreação do objeto cultural. No turismo experiencial o protagonista é quem vive a experiência de ver, conhecer e aprender o que visita.

Ao longo do trabalho, agora apresentado, foi nosso objetivo responder à questão: *Conseguirão as Terras do Demo, descritas por Aquilino Ribeiro, na sua vasta obra, ser a base de um território literário, que ultrapassa as fronteiras das delimitações político-administrativas capaz de integrar, o desenvolvimento de uma estratégia de turismo literário sustentável?* Deste modo o enquadramento teórico elaborado no segundo e terceiro capítulos, apresentámos diferentes definições e perspetivas de espaço, território e lugar, para

chegarmos aos lugares literários e às suas potencialidades enquanto produto da estratégia turística. A metodologia de trabalho assentou numa componente de investigação prática, onde o trabalho de campo e o consequente contacto com as populações foi de importância crucial. A inventariação, de um número significativo, de recursos patrimoniais só foi possível através do conhecimento que as populações têm dos territórios onde habitam. Simultaneamente também se apresentou como uma das limitações ao desenvolvimento do trabalho. Estamos a falar de comunidades rurais, fechadas, que vivem isoladas do mundo à sua volta, pelo afastamento geográfico e económico que lhes é imposto face à realidade circundante. Nem sempre alguém estranho é bem-recebido e só depois da nossa presença se tornar familiar, as repostas e as conversas fluíam com intensas viagens ao passado e a histórias de vidas na vida de cada um deles.

A leitura das obras de Aquilino e o levantamento de topónimos para a delimitação das **Terras do Demo**, fez-nos criar um imaginário do espaço que ao calcorrearmos os caminhos, visitarmos as serras, as casas e as igrejas, em tudo correspondeu.

Não é fácil ficar indiferente ao cenário que encontramos, principalmente quando existem potencialidades e vontade das populações de mostrar o que têm de mais valioso: a sua cultura e o seu património.

Os itinerários literários, só fazem sentido nesta realidade geográfica se pensados à escala das **Terras do Demo** (Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva).

São muitos os elementos patrimoniais naturais, culturais e económicos do mundo rural português que podem constituir fatores de desenvolvimento. São também já muitas as atividades de lazer e desportivas que, utilizando estes recursos patrimoniais, aos poucos começam a animar os espaços de baixa densidade económica, infraestrutural e demográfica. Por outro lado, um pouco por todo o mundo rural despontam ou ressurgem novas polos de lazer utilizando quer recursos naturais, quer atividades rurais mais ou menos tradicionais (SANTOS & CUNHA, 2009, p. 17).

2. Desenvolvimentos Futuros

Ao concluirmos este trabalho sabemos que apenas se pode constituir com um contributo para algo muito mais amplo que terá que entrar em consideração com o saber científico e a sua aplicação.

Começam, já de existir, alguns trabalhos exclusivamente relacionados com Aquilino Ribeiro e a potencialização do seu território literário. Estes foram leitura obrigatória e fonte de inspiração para o nosso trabalho: *Roteiro – Viagens às Terras do Demo – Itinerário Aquilino*, de Henrique Almeida (1960); *Aquilino Ribeiro- O Fascínio e a escrita da Terra*, de Henrique Almeida (2003); *O território literário de “A Casa Grande de Romarigães – uma aposta de dinamização turística no Alto Minho*, Aquilino Machado (2013), *A Paisagem de Terras do Demo*, Ana Isabel Queiroz (2017), entre outros.

Existem, ainda trabalhos de carácter mais específico e regionalista, feitos por autores locais, mas que podem ser o suporte do desenvolvimento de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado.

Os seis concelhos têm de se assumir como **as Terras do Demo – um território literário**, como já mencionámos, mas reforçamos novamente, em espaços com características rurais, com problemas estruturais e uma escala territorial e populacional reduzidas não faz sentido cada um desenvolver um itinerário, um evento, uma atividade, de forma isolada. O impacto é reduzido e momentâneo circunscreve-se ao momento.

A compilação de todos os trabalhos elaborados e uma inventariação exaustiva dos elementos patrimoniais existentes, por tipologias, enfatizando os lugares literários, mas valorização os demais patrimónios existentes, é outro das necessidades prementes.

A promoção do debate e a participação das populações, no desenvolvimento de estratégias turísticas ou de outra natureza, é algo que faz cada vez mais sentido, com particular destaque para os territórios rurais. Uma das principais queixas das comunidades é que as atividades desenvolvidas em torno de Aquilino eram extremamente elitistas e a informação só passava em meios circunscritos.

Toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a uma escala local, promovendo a participação ativa de todos os agentes, uma vez que para se alcançar o

verdadeiro desenvolvimento torna-se necessário uma participação articulada e descentralizada, muito mais ampla que a mera representação patrimonial.

Torna-se condição primordial a realização de estudos de impacte e viabilidade que permitam sustentar a relação direta entre património e desenvolvimento, tendo sempre em atenção as reais necessidades das populações autóctones e sem sobrecarregar o espaço, tentando desta forma, definir e tornar exequíveis determinados objetivos que tendem ao desenvolvimento local.

Na conjuntura atual, a distinção do rural não pode ter por base apenas o desenvolvimento de potencialidades, hoje valorizadas e recriadas no imaginário urbano, que tendem a reduzi-lo a uma definição de depositário de tradições, culturas e modos de vida, mas sim investir nessa autenticidade rural mediante apoios e incentivos ao aproveitamento de recursos naturais e existentes e potencialidades produtivas (LOURENÇO, 2002).

É consensual que os territórios possuem identidades relacionadas com atributos patrimoniais, tecnológicos, relacionais sociais e simbólicos que constituem a base dos processos de construção de uma imagem de marca dos territórios específicos através da sua dimensão funcional e simbólica.

A gestão e a promoção do território constituem desde sempre um dos principais focos da organização social e política essencialmente pela sua influência no *modus vivendi* e pelo seu impacto no desenvolvimento económico.

No seguimento daquilo que temos afirmado, as *Terras do Demo* apresentam-se disseminadas por pequenos nichos populacionais com uma clara perda de dinamismo populacional e socioeconómico. A par desta perda assiste-se, igualmente, a um abandono dos modos de vida e consumos de espaço tradicionais, que caracterizam este território e que lhe incutem uma referência de identidade.

Desta forma, torna-se urgente inverter este cenário sob pena de, a curto prazo, assistirmos a processos de despovoamento irreversíveis com consequências ao nível da desertificação física do solo e da degradação daquilo que são as marcas que o Homem foi construindo no espaço e que revelam uma cultura de comportamento. Neste sentido, a valorização endógena e exógena é fundamental, como um princípio e não um fim em si mesmo, na tentativa de contrariar esta realidade cada vez mais próxima.

A especificidade dos lugares, das pessoas e das suas perceções provêm de inúmeras frações que se prendem com fatores naturais e antrópicos. Partindo do pressuposto que a maior parte dos lugares e dos territórios são, em si mesmo, específicos e singulares, torna-se difícil separar, metodologicamente, as suas importâncias. Todavia, na nossa perspetiva, o espaço rural, marcado pela morfologia montanhosa, acarreta conceptualmente ligações únicas e de difícil interpretação, tanto ao nível das dinâmicas demográficas, económicas e sociais, bem como no que se refere ao(s) património(s) entendidos enquanto marcas antrópicas no espaço, a paisagem e os próprios modos de vida. Como referimos anteriormente, no que concerne ao uso do espaço, temos de ter em conta as suas características biofísicas, humanas, mas também, a ação antrópica, a sua génese e características, pois, só desta forma, poderemos cruzar diferentes usos territoriais, diagnosticá-los e tentar manter um equilíbrio ecológico e funcional entre a presença humana e a sua valorização patrimonial.

Bibliografia

- ABRÃO, J. A. (janeiro/junho de 2010). Concepções de Espaço Geográfico e Território. *Sociedade e Território*, pp. 46-64.
- ALEGRIA, M. F. (s.d.). A Apresentação do Território Português em Manuais de Geografia. pp. 1 - 12. Obtido em 08 de agosto de 2019, de <http://www.apgeo.pt>
- ALMEIDA, A. C. (2006). Paisagens: um património e um recurso. Em R. JACINTO, & V. BENTO, *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios* (pp. 31 - 42). Guarda, Portugal: Campo das Letras.
- ALMEIDA, Á. D., & BELO, D. (2007). *Portugal Património: Guia - Inventário* (Vol. IV). Mem Martins, Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, H. (1993). Para um enquadramento de leitura(s) da obra de Aquilino Ribeiro. *Máthesis*(2), pp. 173 - 190. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://digitalis-dsp.uc.pt>
- ALMEIDA, H. (1997). *Terras do Demo: Itinerário Aquilino*. Viseu: Centro de Estudos Aquilino Ribeiro.
- ALMEIDA, H. (2003). *Aquilino Ribeiro - O fascínio e a escrita da Terra*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.
- ALVES, R. M., GOMES, C. A., & VALENTE, T. M. (2012). Espaço mineiro devoluto em contexto de ordenamento do território: modelo conceptual para as minas do Rebentão: Couto de Lagares: Vila Nova de Paiva. *Para desenvolver a terra - Memórias e notícias no espaço lusófono*, pp. 193 - 202.
- ANJOS, M. (2019). A Apropriação Turística-Afetiva do Lugar. Em U. d. Ribeiro, *Geografia e Turismo: Reflexões Interdisciplinares*. Curitiba: Appris, Lda.
- AYAZLAR, G., & AYAZLAR, R. A. (2015). Rural Tourism: A Conceptual Approach. Em C. AVCIKURT, M. DINU, N. HACIOĞLU, R. EFE, & A. SOYKAN, *Tourism, Environment and Sustainability* (pp. 167 - 184). St. Kliment Ohridski University Press. Obtido em 04 de maio de 2018, de <https://www.researchgate.net>
- BACHELARD, G. (1965). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Librairie philosophique J. Vrin.
- BAPTISTA, F. O. (2001). Agronomia, natureza e sociedade. Em F. O. BAPTISTA, & A. MONTEIRO, *Agriculturas e Territórios* (pp. 161 - 164). Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- BAPTISTA, F. O. (2001). O espaço e o rural. Em F. O. BAPTISTA, & A. MONTEIRO, *Agriculturas e Territórios* (pp. 39 - 59). Oeiras, Portugal: Celta Editora.

- BAPTISTA, F. O. (2001). Os caminhos da agricultura familiar. Em F. O. BAPTISTA, & A. MONTEIRO, *Agriculturas e Territórios* (pp. 83 - 87 e 93 - 96). Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- BAPTISTA, F. O. (2006). O Rural depois da Agricultura. Em M. L. FONSECA, *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 85 - 105). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- BAPTISTA, F. O. (2011). Os Contornos do Rural. Em E. FIGUEIREDO, *O Rural Plural: olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 49 - 58). 100 LUZ.
- BARRETO, M. (2001). *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas, São Paulo: Papiros.
- BENATTI, C. (julho de 2016). A Geografia Cultural: Das Concepções Clássicas às Novas Tendências e Dinâmicas Na Contemporaneidade. *nº13*. Fortaleza, Brasil. Obtido em 2019, de www.geosaberes.ucf.br
- BLACHE, P. V. (1982). As Características Próprias da Geografia. Em A. CHRISTOFOLETTI, *Perspectivas da Geografia* (p. 318). São Paulo: DIFEL.
- BLANCO, J. M., SÁEZ, A. M., DAUDER, S. G., & DIAZ, A. C. (2003). APROXIMACIÓN PSICOSOCIAL A LA MOTIVACIÓN TURÍSTICA: VARIABLES IMPLICADAS EN LA ELECCIÓN DE MADRID COMO DESTINO. *Estudios Turísticos*(158), pp. 5 - 41. Obtido em 06 de maio de 2019, de <http://estadisticas.tourspain.es>
- BONA, D. F., & BONA, F. D. (julho-dezembro de 2014). Paisagens Literárias Sicilianas em O Leopardo. *Ipotesi, vol 18, nº2*, pp. 91-102. Obtido de <https://www.ufjf.br/revistaiptesi/files/2016/01/08>
- BONNEMAISON, J. (2002). Viagem em torno do território. Em R. L. CORRÊA, & H. ROSENDAHL, *Geografia cultural: um século (3)* (pp. 83 - 132). Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- BONNEMAISON, Joël. (1981). Voyage autour du territoire. *Espace Géographique, nº4*, pp. 249-262. doi:10.3406/spgeo.1981.3673
- BOURNEUF, R., & OUELLET, R. (1976). *O Universo do Romance*. Coimbra: Almedina.
- BOUVIER, N. (1992). *L'usage du monde*. Paris: Payot.
- BRAGA, R. M. (2007). O Espaço Geográfico: um esforço de definição. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*(22), pp. 65 - 72. Obtido em 17 de janeiro de 2019, de <https://www.researchgate.net>
- BRUNHES, J. (s.d.). *Geografia Humana*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundo de Cultura.
- CABRAL, L. O. (abril e outubro de 2007). Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, 41(1 e 2), pp. 141 - 155. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://periodicos.ufsc.br>

- CADILHE, G. (2005). *Planisfério Pessoal*. Lisboa: Oficina do Livro.
- CALLAI, H. C. (Jan/Mar de 2003). O Estudo do Lugar e a Pesquisa como Princípio da Aprendizagem. *Espaços da Escola*, pp. 11 - 14.
- CANTELMO, W., LOBO, C., & GARCIA, R. A. (novembro de 2015). Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 17(34), pp. 355-370. Obtido em 23 de maio de 2019, de <https://www.researchgate.net>
- CARLOS, A. F. (2007). *O LUGAR NO/DO MUNDO* (1º ed.). São Paulo, Brasil: Labur Edições.
- CARRERAS, C. (abril - junho de 1988). Paisage urbano y novelo. *Estudios Geográficos*, 49(191), pp. 165 - 187.
- CARVALHO, I. C., BAPTISTA, M. M., & COSTA, C. M. (2010). As Redes em Turismo Cultural: Um olhar sobre a relação entre Turismo e Cultura. *Revista Turismo e Desenvolvimento* (13), pp. 29 - 38. Obtido em 10 de junho de 2018, de <https://www.researchgate.net>
- CARVALHO, P. (2008). Literatura, paisagem e geografia histórica: Revisitar Miguel Torga a pretexto dos ambientes de montanha. *Cadernos de Geografia*(26/27), pp. 77 - 83.
- CARVALHO, P., & FERNANDES, S. (2017). Património e Turismo Literário: Leiria Queiroziana. Em F. CRAVIDÃO, L. CUNHA, P. SANTANA, & N. SANTOS, *Espaços e Tempos em Geografia: Homenagem a António Gama* (p. 812). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Raquel e MARQUES, Teresa. (Março de 2019). A Evolução do Conceito de Paisagem Cultural. *GOT, n.º16, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, pp. 81-98. doi:<http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004>
- CAVACO, C. (2004). Desafios de Desenvolvimento Rural - Notas de leitura. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 39(78), pp. 99 - 112.
- CAVACO, C. (2005). As paisagens rurais: do "determinismo natural" ao "determinismo político". *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 40(79), pp. 73 - 101. doi:10.18055/Finis1493
- CLAVAL, P. (1 de janeiro de 1992). Cham et perspectives de la géographie culturelle. *Géographie et Cultures*, pp. 7-38. doi:10.4000/gc.2448
- CLAVAL, P. (1999). *Geografia cultural*. Florianópolis, Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina.
- CLAVAL, P. (s.d.). L'Evolution de Quelques Concepts de Base de La Geographie: Espace, milieu, région, paysage (1800 - 1990). pp. 89 -118.

- CLAVAL, P., & STASZAK, J. F. (2008). OÙ en estt la Geographie Culturelle? (A. Colin, Ed.) *Annales de géographie*, pp. 3-7. Obtido de <https://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2008-2-page-3.htm>
- CLAVAL, Paul. (1 de julho de 1999). Quápporte l'approche culturelle à la géographie? (L'Harmattan, Ed.) *Géographie et cultures (En Ligne)*,31, pp. 5-24. doi: <https://doi.org/10.4000/gc.10234>
- CLAVAL, Paul. (2002). "A Volta do Cultural" na Geografia. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, pp. 19-28.
- COMISSÃO EUROPEIA. (2016). *CORK 2.0 Declaração - “Uma Vida Melhor nas Zonas Rurais”*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Obtido em 12 de maio de 2019, de <https://enrd.ec.europa.eu/>
- CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (2012). *Geografia Cultural, Uma Antologia* (Vol. I). Rio de Janeiro. Obtido de <http://books.scielo.org>
- CORREIA, A. (2014). Viseu Ruralidades. *Revista Rua Direita*. Obtido em 14 de março de 2018, de <https://www.ruadireita.pt>
- CORREIA, A. (2016). *Revista Aquilino*. Sernancelhe: Câmara Municipal de Sernancelhe.
- COSTA, C., & SANTOS, N. (2016). Turismo na Serra da Estrela. Planeamento da atividade turística e desenvol vimento. *Cadernos de Geografia*(35), pp. 19 - 30. doi:10.14195/0871-1623_35_2
- COSTA, R. H. (junho de 2014). O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, 7(1), pp. 74 - 77.
- COVAS, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Edições Colibri.
- COVAS, A. (2019). Sinais Distintivos Territoriais, as Paisagens Literárias. *Observador*. Obtido de <https://observador.pt/opiniaosinais-distintivos-territoriais-as-paisagens-literarias/>
- CRAVIDÃO, F. D. (1988). *A população e o povoamento da Gândara: génese e evolução*. Tese de doutoramento em Letras (Geografia Humana), Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras , Coimbra.
- CRAVIDÃO, F. D. (1988). *A População e o Povoamento da Gândara: Génese e Evolução*. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia , Coimbra.
- CRAVIDÃO, F. D. (2006). Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. Em M. L. FONSECA, *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 269 - 278). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

- CRAVIDÃO, F. D. (jan/jun de 2011). Turismo, Território e Cultura - Uma triologia (sempre) em construção. *Espaço e Cultura*(29), pp. 35 - 42. Obtido de <https://www.e-publicacoes.uerj.br>
- CRAVIDÃO, F. D., CUNHA, L. S., & SANTOS, N. P. (2010). Natureza, Paisagens Culturais e os Produtos Turísticos Associados ao Território. *4to Congreso Latinoamericano de Investigación Turística*. Montevideo. Obtido em 02 de julho de 2019, de <https://www.researchgate.net>
- CRESSWELL, T. (2004). *Place: A short introduction*. Oxford: Blackwell.
- CRISTÓVAO, A. e. (25-27 de Junho de 2012). Introdução: Turismo rural em tempos de novas ruralidades. *Turismo Rural em tempos de novas ruralidades*, 1091. Chaves, Chaves: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- CRISTOVÃO, A., MEDEIROS, V., & MELIDES, R. (2011). Aldeias Vinhateiras, Aldeias Vivas? Em E. FIGUEIREDO, *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (1ª ed., p. 494). Castro Verde, Alentejo, Portugal: 100 LUZ.
- CRISTOVÃO, F. (2002). Para uma teoria da Literatura de Viagens. Em F. CRISTOVÃO, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens - Estudos e Bibliografias* (p. 437). Lisboa: Almedina.
- D'ABREU, C., CORREIA, T., & OLIVEIRA, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Vol. II e III). Lisboa, Portugal: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- DEFFONTAINES, P. (1952). *Geografia Humana do Brasil* (2º ed.). Livaria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.
- DELGADO, Camilo Contreras. (janeiro-abril de 2005). Pensar el paisaje-Explorando un Concepto Geográfico. *Trayectorias, Vol II, nº 17*, pp. 57-69. Obtido de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=60722197007>
- DEMANGEON, A. (1982). Uma Definição da Geografia Humana. Em A. CHRISTOFOLETTI, *Perspectivas da Geografia* (p. 318). São Paulo: Difel.
- DINIZ, F., & GERRY, C. (2010). A problemática do desenvolvimento rural. Em J. S. COSTA, & P. NIJKAMP, *Compêndio de Economia Regional* (Vol. I, pp. 530 - 562). Principia Editora. Obtido em 07 de janeiro de 2017, de <https://www.researchgate.net>
- DOLLFUS, O. (1976). *El Espacio Geografico*. Barcelona: oikos-tau.
- DOLLFUS, O. (1991). *O Espaço Geográfico* (5ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- DOMINGUES, Á. (maio de 2011). Destruição:trauma da perda do Portugal Rural. *Revista Punkto*. Obtido de <https://www.revistapunkto.com/2011/07/destruicao-registos-do-trauma-da-perda.html>
- DOMINGUES, Á. (2011). *Vida no Campo* (1ª ed.). Porto, Portugal: Dafne Editora.

- DOMINGUES, Álvaro. (2001). A paisagem revisitada. *Finisterra*, vol XXXVI, n°72, pp. 55-66. Obtido de <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1621/1316>
- DUMAZEDIER, J. (2000). *Lazer e Cultura Popular* (3ª ed.). São Paulo, Brasil: Perspectiva.
- ÉLIA, R. (2005). *Lifecooler*. Obtido em 23 de abril de 2018, de Lifecooler: <https://lifecooler.com/artigos/roteiro-das-terras-do-demo>
- ENSTICE, A. (1979). *The Landscapes of the Mind*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- ENZENSBERGER, H. M. (1958). Uma teoria do turismo. Em H. M. ENZENSBERGER, *Com raiva e paciência* (pp. 205 - 225). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Estatística, D. G. (1911). CENSO da População de Portugal. *5º Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional.
- Estatística, D. G. (1920). 6º Recenseamento Geral da População . *Fogos população de residência habitual e população de facto*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional.
- Estatística, D. G. (1931). Sétimo Recenseamento Geral da População. *Continente e ilhas* . Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional.
- EUROPA, C. D. (2005). *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* . Faro: Conselho da Europa. Obtido em 03 de agosto de 2019, de <https://rm.coe.int/>
- FEIFER, M. (1985). *Going places : The ways of the tourist from Imperial Rome to the present day*. Nova Iorque: MacMillan.
- FERNANDES, J. L. (2013). Turismo, Precariedade Territorial e Dinâmicas de Desterritorialização. Em F. e. CRAVIDÃO, *Turismo e Cultura* (pp. 111-123). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERRÃO, J. (2000). RELAÇÕES ENTRE MUNDO RURAL E MUNDO URBANO: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*(33), pp. 45 - 54. Obtido em 17 de janeiro de 2019, de <http://www.scielo.mec.pt>
- FERREIRA, A. B. (1978). *Planaltos e montanhas do Norte da Beira: Estudo de Geomorfologia*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, J. (2006). Lugar, Espaço e Geografia do Real ao Virtual na Sociedade do Conhecimento. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*(18), pp. 59 - 82.
- FERREIRA, S. (2014). *Aldeias Norte de Portugal*. Porto: TPNP.
- FIGUEIREDO, E. (2003). *Um Rural para Viver Outro para Visitar- o Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*. Dissertação de Doutoramento, Aveiro.

- FIGUEIREDO, E. (2011). Um Rural Cheio de Futuros. Em E. FIGUEIREDO, *O Rural Plural: olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 13 - 46). 100 LUZ.
- FRANCO, P. D. (2007). Comunicação turística: O papel da literatura de viagem como elemento de formação da imagem do lugar. *XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste*, (pp. 1 - 10). Juiz de Fora. Obtido em 07 de novembro de 2017, de <http://www.intercom.org.br>
- FRATUCCI, A. C. (2000). Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico . *GEOgraphia*, II(4), pp. 121 - 133. doi:10.22409/GEOgraphia2000.v2i4.a13390
- GALEANO, E. B. (2017). *Las rutas literarias en el marco de la educación literaria y sus valores patrimoniales, ambientales y turísticos*. Tesis Doctoral, Universidad de Extremadura, Didáctica de las Ciencias Sociales, las Lenguas y las Literaturas, Badajoz.
- GAMA, A., & SANTOS, N. P. (1991). Tempo Livre, Lazer e Terciário. *Cadernos de Geografia*(10), pp. 99 - 129.
- GASPAR, J. (2004). Técnica, território e poder. Em M. A. BRANDÃO, *Milton Santos e* (pp. 179 - 182). Edição Fundação Perseu Abramo.
- GASPAR, J. A. (2008). *Dicionário de Ciências Cartográficas (2ª Edição Atualizada e Aumentada)* (2ª ed.). Lidel.
- GEORGE, P. (s.d.). *A Ação do Homem*. São Paulo, Brasil: Difel.
- GINER, S. (1974). *El progreso de la conciencia sociológica* (1ª ed., Vol. 1). Ediciones Península.
- GIRÃO, A. A. (1952). Geografia e Literatura. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*(4/5), pp. 105 - 107.
- GOELDNER, C. R., RITCHIE, J. B., & MCLINTOSH, R. W. (2002). *Turismo: principios, prácticas e filosofias* (8ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- GUGLIELMO, R. (1980). Geografia e Dialética. Em J. DRESCH, R. GUGLIELMO, O. VALVERDE, M. SANTOS, & J. TRICART, *Reflexões sobre a Geografia* (pp. 27 - 51). São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- GULBENKIAN, F. C. (1994). *Guia de Portugal* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HAESBAERT, R. (2012). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HALL, D., KIRKPATRICK, I., & MITCHELL, M. (2005). *Rural Tourism and Sustainable Business (Aspects of Tourism)* (Vol. 26). Channel View Publications.

- HARVEY, D. (2015). O espaço como palavra - chave. *Revista EM PAUTA - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 13(35), pp. 126 - 152. Obtido em 19 de agosto de 2018, de <https://www.e-publicacoes.uerj.br>
- HERBERT, D. T. (1996). Artistic and literary places in France as tourist attractions. *Tourism Management*, 17(2), pp. 77 - 85. doi:10.1016/0261-5177(95)00110-7
- HILL, M. M., & HILL, A. (2016). *Investigação por Questionário*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.
- HOPPEN, A., BROWN, L., & FYALL, A. (março de 2014). Literary tourism: Opportunities and challenges for the marketing and branding of destinations? *Journal of Destination Marketing & Management*, 3, pp. 37 - 47. doi:10.1016/j.jdmm.2013.12.009
- ICOMOS. (1982). *Preservation of Quebec's Heritage - Definition of Heritage and Preservation*. ICOMOS, Canadá.
- INE. (1960). X Recenseamento Geral da População. *Resultados provisórios relativos à população residente*. Lisboa, Portugal: INE.
- INE. (1981). Recenseamento Geral da População. *Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Portugal: INE.
- INE. (1991). Recenseamento Geral da População. *Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Portugal: INE.
- INE. (2001). Recenseamento Geral da População. *Recenseamento Geral da População*. Lisboa, Portugal: INE.
- INE. (2011). Recenseamento Geral da População. *Censos - Resultados definitivos Região Centro e Norte*. Lisboa, Portugal: INE (Instituto Nacional de Estatística).
- INE. (2014). *Tipologia de Áreas Urbanas 2014*. Relatório Técnico.
- INOVAÇÃO, M. D. (2013 - 2015). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) 2013 - 2015*. Lisboa: Turismo de Portugal. Obtido em 19 de agosto de 2018, de <https://travelbi.turismodeportugal.pt>
- ISNARD, H. (jul./dez. de 1978). O Espaço do Geógrafo. *Boletim Geográfico*, 36(258 - 259), pp. 5 - 16. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://biblioteca.ibge.gov.br>
- JACINTO, R. (2015). (D)ESCREVER A TERRA: GEOGRAFIA, LITERATURA, VIAGEM. A GEOGRAFIA DE PORTUGAL SEGUNDO JOSÉ SARAMAGO. *GEOgraphia*(33), pp. 9 - 41.
- JAFARI, J., & RITCHIE, J. R. (1981). Toward a Framework For Tourism Education: Problems and Prospects. *Annals of Tourism Research*, 8(1), pp. 13 - 34. doi:10.1016/0160-7383(81)90065-7

- JOÃO, F. (2006). http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_2.html. Obtido em 2019
- KASTENHOLZ, E., EUSÉBIO, C., FIGUEIREDO, E., CARNEIRO, M., & LIMA, J. (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal – cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora - Universidade de Aveiro, Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia .
- KAYSER, B. (1990). *La Renaissance Rurale. Sociologie des Campagnes du Monde Occidental*. Paris: Armand, Colin.
- LANDO, F. (1993). *Fatto e Finzione: Geografia e Letteratura*. Milano: ESTAS.
- LE BERRE, M. (1992). Territoires. *Encyclopédie de Géographie*, pp. 601 - 622.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The production of space*. UK/USA: Blackwell.
- LIMA, S. T. (jul./dez. de 2000). Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem . *Geosul*, 15(30), pp. 7 - 33. Obtido em 15 de abril de 2018, de <https://periodicos.ufsc.br>
- LOPES, A. I. (2007). *Terras do Demo - Potencialidades Territoriais no Desenvolvimento do Turismo Cultural*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia, Coimbra.
- LOPES, A. I. (2008). Matrizes e Configurações. Em A. C. Étnicas, *Portugal Percurso de Interculturalidade, Matrizes e Configurações* (p. 485). Lisboa: ACIME.
- LOPES, A. M. (s.d.). *Diferenças regionais e os seus reflexos na literatura*. Obtido em 10 de novembro de 2018, de <https://docplayer.com.br>
- LOURENÇO, F. M. (2002). *A Agricultura e Ruralidade - algumas reflexões sobre o desenvolvimento rural*. Vila Real: 1º Congresso de Estudos Rurais.
- MACAYA, A. (2006). Arte y Lenguaje oral. Los caminos del razonamiento en la escuela. *La Educación Artística en la Class de Artes Visuales*.
- MACHADO, A. (2013). *O território literário de "A Casa Grande de Romarigães". Uma aposta de dinamização turística no Alto Minho*. Dissertação de defesa do Título de Especialista em Turismo e Lazer, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE).
- MACHADO, M. S. (janeiro de 1997). Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. *GEO UERJ*(1), pp. 17 - 32.
- MARQUES, A. P. (2010). Da Construção do Espaço à Construção do Território. *Fluxos & Riscos*(1), pp. 75 - 88.

- MARTINS, N., & FIGUEIREDO, C. (2008). *Provere. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos das Ideias à Ação: Visão e Parcerias*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais. Lisboa: Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais. Obtido em 22 de agosto de 2019, de www.dpp.pt
- MARTINS, R. L. (2010). *Geografia Humana e Económica*. Curitiba, Brasil: IESDE Brasil, S.A.
- MARTINS, S. (s.d.). *Instituto Camões*. Obtido em 23 de agosto de 2019, de Instituto Camões: www.institutocamoes.pt
- MARUJO, N. (Évora de 2015). O estudo académico do turismo cultural. *Turydes: Revista Turismo y Desarrollo*, 8(18), pp. 1 - 18. Obtido de <http://www.eumed.net>
- MATEUS, M. D. (2011). O Rural em Mudança – Breve nota sobre os processos de urbanização. Em N. SANTOS, & L. CUNHA, *Trunfos de uma Geografia Activa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia* (p. 887). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MCDONNELL, I. (2003). *Literature and tourism: reading and writing tourism texts by Hans Christian Anderson and Mike Robinson*. Londres: Continuum.
- MEDEIROS, C. A. (1985). Terras do Demo - Aspetos Geográficos. *Revista Beira-Alta*, pp. 368 - 387.
- MENDES, M. C. (2007). *Na senda Estética e Poética dos Itinerários Turísticos e Literários: O Vale do Lima*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro. Obtido em 17 de fevereiro de 2019, de <https://core.ac.uk/download/pdf/15564964.pdf>
- MEO, Guy di. (2008). Geografia Cultural: qual abordagem social? *Annales de Géographie*, pp. 47-66. doi:<https://doi.org/10.3917/ag.660.0047>
- MOINE, A. (2006). Le territoire comme un système complexe : un concept opératoire pour l'aménagement et la géographie. *L'Espace Géographique*, 35(2), pp. 115-132. doi:[10.3917/eg.352.0115](https://doi.org/10.3917/eg.352.0115)
- MOLETTA, V. F. (1998). *Turismo Cultural*. Porto Alegre: Sebrae.
- MÓNICA, M. F. (2018). *Vida Moderna* (2ª ed.). Lisboa: Quetzal Editores.
- MONTEIRO, C. A. (2002). *O mapa e a trama: Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- MORO, D. A. (1992). A Organização do Espaço como Objeto da Geografia. *Boletim de Geografia*(1).

- MOYA, M. P. (2004). El Espacio Geográfico del Quijote. *Estudios Geográficos*, 65(256), pp. 471 - 496. doi:10.3989/egeogr.2004.i256.177
- NEMÉSIO, V. (1993). *Boletim Cultural*(5).
- NETO, P. (2015). *ruadireita*. Obtido em 03 de agosto de 2019, de ruadireita: <https://www.ruadireita.pt>
- NETO, P. (2017). Terras do Demo. (A. Ferreira, Entrevistador)
- NORTE, D. G. (2015). *Escritores a Norte Vidas com Obra em Casas D'Escritas*. Obtido de Escritores a Norte: <http://escritoresanorte.pt/>
- NUCERA, D. (2002). Los viajes y la literatura. Em A. GNISCI, *Introducción a la literatura comparada* (pp. 241 - 290). Espanha.
- NUNES, A., & ALMEIDA, A. C. (2017). A paisagem como elemento de sustentabilidade nos territórios de fronteira. O exemplo do Município do Sabugal. Em F. CRAVIDÃO, L. CUNHA, P. SANTANA, & N. SANTOS, *Espaços e Tempos em Geografia: Homenagem a António Gama* (p. 799). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- NUNES, F. (2015). *Jornal Mapa*. Obtido de <http://www.jornalmapa.pt>
- OLANDA, D. A., & ALMEIDA, M. G. (jul./dez. de 2008). A Geografia e a Literatura: uma reflexão. *Geosul*, 23(46), pp. 7 - 32. doi:10.5007/2177-5230.2008v23n46p7
- OLIVEIRA, S. A. (2017). *Um Porto de encontro entre Turismo e Literatura*. Dissertação de Mestrado em Turismo, Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://repositorio-aberto.up.pt>
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. (1999). Código Mundial de Ética do Turismo. 1 - 15. Portugal: Direção Geral do Turismo.
- PAIS, C., & GOMES, B. (2008). O Espaço Rural no Âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior. *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*. Coimbra.
- PAIVA, D. (2017). "Teorias Não-Representacionais na Geografia I: Conceitos para Uma Geografia do que Acontece". *Finisterra*, III, 106, pp. 159-168. doi:10.18055/Finis10196
- PAIVA, Daniel. (Abril de 2018). Teorias Não-Representacionais na Geografia II: Métodos para uma Geografia do que Acontece. *Finisterra*, pp. 159-168. doi:<http://dx.doi.org/10.18055/Finis10197>
- PINTO, J. M. (dezembro de 1981). O Espaço Social Rural: especificidade, funções, transformações (quadro sinóptico). *Revista Crítica de Ciências Sociais*(7/8).

- PORTUGAL, T. D. (setembro de 2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa, Portugal: República Portuguesa. Obtido em 19 de fevereiro de 2019, de <https://www.turismodeportugal.pt>
- PUJADAS, R., & FONT, J. (1998). *Ordenación y planificación territorial*. Editorial Síntesis.
- QUEIROZ, A. I. (2007). *A Paisagem de Terras do Demo*. Lisboa, Portugal: Esfera do Caos Editores.
- QUEIROZ, T. A. (2016). Espaço Geográfico, Território Usado e Lugar: Ensaio sobre o Pensamento de Milton Santos. *Para Onde!?*, 9(1), pp. 154 - 161. Obtido em 19 de janeiro de 2019, de <http://seer.ufrgs.br/paraonde>
- QUINTEIRO, S., & BALEIRO, R. (2017). *Estudos em Literatura e Turismo: Conceitos Fundamentais* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://repositorio.ul.pt>
- QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª ed.). (G. Valente, Ed.) Lisboa, Portugal: gradiva.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S.A.
- RAMOS, D. M., & COSTA, C. M. (jan./jun. de 2017). Turismo: tendências de evolução. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 10(1), pp. 21 - 33. doi:10.18468/pracs.2017v10n1.p21-33
- RAMOS, L. (2015). *Descla*. Obtido em 6 de maio de 2015, de Descla: <https://descla.pt>
- REAL, C. M. (2001). *O Turismo Rural e a União Europeia*. Lisboa: Edições Almedina.
- RELPH, E. C. (1976). *Place and placelessness*. Pion.
- RIBEIRO, A. (1985). *Via Sinuosa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1955). *Abóboras no Telhado* (3ª ed.). Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1958). *O Malhadinhas*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1958). *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1962). *Andam Faunos pelos Bosques*. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1963). *Cinco Reis de Gente*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1972). *Um Escritor Confessa-se* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1974). *Arcas Encoiradas*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1974). *Volfrâmio*. Amadora: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1981). *O Homem da Nave*. Lisboa: Bertrand Editora.
- RIBEIRO, A. (1983). *Geografia Sentimental*. Lisboa: Livraria Bertrand.

- RIBEIRO, A. (1993). *Terras do Demo*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, A. (1995). *Aldeia: Terra, gente e bichos*. Lisboa: Bertrand.
- RIBEIRO, A. M. (2006). *Aquilino, nº 1 - Revista Literária da Câmara Municipal de Sernancelhe*. Sernancelhe: Câmara Municipal de Sernancelhe.
- RIBEIRO, O. (1987). *Geografia de Portugal - A posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Sá da Costa.
- RIBEIRO, R. C. (2007). Literatura de Viagem e Historiografia Literária Brasileira. *Letras & Letras*, 23(1), pp. 145-159. Obtido em 05 de maio de 2018, de <http://www.seer.ufu.br>
- RICHARDS, G. (1996). *Cultural Tourism in Europe*. Wallingford, UK: CAB International.
- RICHARDS, Greg; RAYMOND, Crispin;. (2000). Creative Tourism. *Atlas News*, 23. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/254822440_Creative_Tourism
- RITA, A. (2013). *Em viagem pela literatura de viagens nas comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ROBINSON, M., & ANDERSEN, H. (2002). *Literature and tourism: Reading and writing tourism texts*. Londres: Continuum.
- ROCA, Z. (2005). *(Re/De)Generation of Territorial Identity*. Lisboa: CEGED.
- ROCHA, L. B., & ALMEIDA, M. G. (2005). Cultura, mundo - vivido e território. *Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente* (pp. 1 - 13). Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://geografiahumanista.files.wordpress.com>
- RODRIGUES, J. (1997). *Estudo Tectonossedimentar do Extremo SE a zona de cisalhamento do sulco carbonífero Dúrico-Beirão (Região de Queiriga - Sátão, NE de Viseu)*. Universidade de Lisboa.
- ROSENDAHL, Z. (2008). A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo. (J. SARMENTO, & A. VIEIRA, Edits.) *Geo - Working Papers*, pp. 5 - 16.
- RUI, J. (2015). (D)ESCREVER A TERRA: GEOGRAFIA, LITERATURA, VIAGEM. A GEOGRAFIA DE PORTUGAL SEGUNDO JOSÉ SARAMAGO. *GEOgraphia*(33), pp. 9 - 41.
- SACK, R. D. (1986). *Human Territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SACRAMENTO, S. M. (2004). Viagem e turismo cultural. *Revista Uratágua - revista acadêmica multidisciplinar*, pp. 1 - 12. Obtido em 10 de junho de 2018, de <http://www.urutagua.uem.br/006/06sacramento.htm>

- SAHR, W. D. (2008). Ação e Espaços Mundos- a concretização de espacialidades na Geografia Cultural. Em *Espaços Culturais vivências, imaginações e representações* (pp. 33-57). Salvador: EDUFBA. Obtido de <http://books.scielo.org>
- SALGUEIRO, V. (2002). Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, 22(44), pp. 289-310. doi:10.1590/S0102-01882002000200003
- SANCHO, A. (2001). *Introducción al Turismo*. OMT - Organização Mundial do Turismo.
- SANTOS, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. (2000). *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo: razón y emoción* (1º ed.). Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- SANTOS, M. (2006). *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo - Razão e Emoção* (4ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SANTOS, N. (2002). As Novas Espacialidades das Migrações em Portugal. Em L. CAETANO, *Território, Globalização e Trajetórias de Desenvolvimento* (pp. 129 - 160). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, N. P. (1991). Emigração e retorno: dinamismos locais da integração - consequências do regresso de emigrantes nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu. *Cadernos de Geografia*(10), pp. 307 - 429.
- SANTOS, N. P. (1995). As Dimensões da Emigração na Sociedade Portuguesa Contemporânea. *Cadernos de Geografia*(14), pp. 55-76.
- SANTOS, N. P. (2002). As Novas Espacialidades das Migrações em Portugal. *Território, Globalização e Trajetórias de Desenvolvimento*, pp. 129-160.
- SANTOS, N. P. (2009). Novos e velhos territórios nos lazeres contemporâneos. O mundo do vinho e a importância da Viagem. *Cadernos de Geografia*, pp. 1 - 24. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://www.researchgate.net>
- SANTOS, N. P. (2014). Turismo e Cidades: Conhecer o turista para valorizar a oferta do turismo cultural urbano. Em L. CUNHA, & R. JACINTO, *Paisagens e dinâmicas territoriais em Portugal e no Brasil. As novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa* (1ª ed., Vol. 26, pp. 451 - 477). Âncora Editora.
- SANTOS, N. P. (2015). Viagens e viajantes: um mundo global à procura de singularidades - Património, identidade e desenvolvimento local. *Apresentação no III Colóquio Internacional Interdisciplinar Literatura, Viagens e Turismo Cultural no Brasil, em França e em Portugal*. Lisboa, Portugal. Obtido em 05 de janeiro de 2018, de <https://www.researchgate.net>

- SANTOS, N. P., & CUNHA, L. J. (2008). Novas oportunidades para o espaço rural: análise exploratória no Centro de Portugal . Em N. P. SANTOS, & A. GAMA, *Lazer - Da libertação do tempo à conquista das práticas* (1ª ed., pp. 209 - 225). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, N., & CUNHA, L. (2009). Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal. *VI Congresso da Geografia Portuguesa* (pp. 1 - 18). Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos. Obtido em 03 de março de 2017, de <https://estudogeral.sib.uc.pt>
- SANTOS, V. M. (2011). Espaço e Território: As Terras e os Homens na Evolução das Dinâmicas Soberanistas. *Nação e Defesa*(130), pp. 245 - 265. Obtido em 07 de agosto de 2019, de <https://comum.rcaap.pt>
- SAQUET, M. A. (janeiro/junho de 2007). As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul.v.22,nº 43*.
- SAQUET, M. A., & SILVA, S. S. (2010). Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território . *GEO UERJ (versão eletrónica)*, 2(18), pp. 24 - 42. Obtido em 12 de dezembro de 2018, de www.geouerj.uerj.br/ojs
- SARDO, A. N. (abril de 2008). Turismo Literário: uma forma de valorização do património e da cultura locais. *Egitania Scientia*, pp. 75 - 96.
- SAUER, Carl. (1998). The morphology of landscape. *Publications in Geography*, 2(2), pp. 19-54.
- SCHAMA, S. (1995). *Landscape and Memory*. Londres: Harper Collins.
- SCHULZ - FORBERG, H. (2005). *Unravelling Civilisation European Travel and Travel Writing* . Brussels: Presses Interuniversitaires Européennes.
- SILVA, C. M. (2011). *A imagem dos destinos turísticos de montanha: olhares dos residentes e dos turistas*. Tese de Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro.
- SMITH, M. K. (2009). *Issues in Cultural Tourism Studies* (2ª ed.). London: ROUTLEDGE.
- SOARES, M. D. (2009). *Gonçalo Cadilhe e a Outra Face do Mundo: Viagens Sobrepostas*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Comparadas, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto. Obtido em 20 de maio de 2019, de <https://repositorio-aberto.up.pt>
- SOBRAL , J. M. (2002). A Etnografia de Aquilino Ribeiro. *Revista Antropológicas*(6), pp. 7 - 41.
- SORRE, M. (1967). *El Hombre en la Tierra*. Barcelona: Editorial Labor S.A.
- SOUSA, A. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social*, XXX(133), pp. 613 - 630.

- SOUZA, M. J. (2001). O território: sobre espaço e poder. Autonomia e Desenvolvimento. Em I. E. CASTRO, P. C. GOMES, & R. L. CORRÊA, *Geografia: Conceitos e Temas* (pp. 77 - 116). Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- STRACHULSKI, J. (janeiro-junho de 2015). A Realção Entre Pessoas, Paisagem e Geossímbolos na Comunidade Rural Linha Criciumal, Candido de Abreu. *GeoAmbiente, n°24*, pp. 78-96. doi: <https://doi.org/10.5216/revgeoamb.v0i24.34495>
- TAPADA, D. E. (2012). *Guia Turístico da Natureza - Paisagem- Geologia - Fauna - Flora - Turismo*. Entidade Regional de Turismo do Douro .
- THRIFT, N. (2008). *Non-Representational Theory. Space, Politics, Affect*. Oxon: Routledge.
- TISSIER, J. (1991). Géographie et Litterature. Em A. S. BAILLY, R. FERRAS, & D. PUMAIN, *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica.
- TRINDADE, M. B. (1976). Comunidades emigrantes em situação dipolar: Análise a três casos de emigração especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França. *Análise Social, XII(48)*, pp. 983 - 997.
- TUAN, Y. F. (1974). *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*. Columbia : University Press.
- TUAN, Y. F. (1980). *Topofilia*. São Paulo: Difel.
- TUAN, Y. F. (1983). *Espaco E Lugar - A Perspectiva Da Experiência*. São Paulo: Difel.
- TURNOCK, D. (2002). Prospects for sustainable rural cultural tourism . *Tourism Geographies, 4(1)*, pp. 62 - 94. doi:10.1080/146166800110102625
- UNESCO. (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Obtido em 07 de janeiro de 2019, de <http://gddc.ministeriopublico.pt>
- UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. (2017). *UNESCO World Heritage Centre - The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. UNESCO World Heritage Centre. Obtido de <http://whc.unesco.org/en/guidelines>
- VEGA, L. S. (2011). Los imaginarios en la percepción de los lugares turísticos. *Revista Imagonautas, 2(1)*, pp. 114 - 137.
- VIEIRA, M. A. (2004). *Alto Paiva. Povoamento nas Épocas Romana e Alto Medieval*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- VILAGRASA, J. I. (abril - junho de 1988). Novela, espacio y paisaje: Sugerencias para una geosofía estética. *Estudios Geográficos, 49(191)*, pp. 271 - 286.

- XICATTO, C. E. (2008). *O turismo literário na Revista Cult: uma análise semiótica*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo: UNESP – Universidade Estadual Paulista.
- ZUKIN, S. (1992). *Landscapes of Power*. Berkeley, Califórnia: University of Califórnia Press.